



“ACUPUNTURA TÁTICA” EM VAZIOS URBANOS

Estratégias participadas de revitalização e organização
local em Agualva-Cacém

Patrícia Alexandra Branco Silva

Dissertação de natureza científica para a obtenção de grau
de Mestre em Arquitetura, com especialização em Urbanismo

Orientação científica:
Doutor José Luís Mourato Crespo

Juri:
Presidente: Doutora Carla Sofia Alexandrino Pereira Morgado
Vogal: Doutora Maria Teresa Vasconcelos e Sá
Vogal: Doutor José Luís Mourato Crespo

DOCUMENTO DEFINITIVO

Lisboa, FA ULisboa, Dezembro 2017

Resumo

A expansão urbana no século XX, aliada à ausência de regulação e de planos eficazes face ao crescimento e dispersão territorial, influenciaram o aparecimento de espaços vazios no território, os “vazios urbanos”. Estes espaços surgem no território de diversas formas e possuem diferenças consoante a sua época de formação e as características do território em que se inserem. Para estudar e intervir nesses espaços, procuram-se novas estratégias que possam complementar o atual planeamento urbano, muitas vezes através de processos participados, com o envolvimento dos residentes. A emergente utilização de estratégias de intervenção com processos participados, como a acupuntura urbana ou urbanismo tático, em vazios urbanos, surgem como uma oportunidade de reconstruir e consolidar os territórios urbanos, de criar espaços públicos acessíveis e utilizáveis pelos habitantes.

Este trabalho na modalidade de Dissertação de Natureza Científica, com o título “ACUPUNTURA TÁTICA” EM VAZIOS URBANOS. Estratégias participadas de revitalização e organização local em Agualva-Cacém tem como objetivo investigar os processos urbanos (formação), as consequências (vazios), os elementos a intervir (espaço público) e as estratégias de intervenção participadas (perspetivas, metodologias e exemplos) com o envolvimento da comunidade.

A “acupuntura tática”, que congrega aspetos da acupuntura urbana e do urbanismo tático, como uma perspetiva de intervenção, pretende questionar a pertinência dos planos tradicionais e promover projetos participados no planeamento urbano, aplicada ao caso de estudo. Parte-se do envolvimento das pessoas para a identificação de vazios prioritários a intervir e para a construção de ideias a fim de criar novas identidades locais e áreas de permanência e organização local, em Agualva-Cacém, Sintra. O trabalho culmina no desenvolvimento de um modelo de análise de um processo participado piloto, com a finalidade de estudar que tipo de critérios poderão ser considerados para a identificação de vazios prioritários e sua intervenção na criação ou conversão em espaços públicos.

Palavras-Chave:

Vazios Urbanos | Espaço Público | “Acupuntura Tática” | Revitalização Urbana | Processos Participados | Agualva-Cacém

Abstract

Urban expansion in the twentieth century, combined with the absence of regulation and effective plans for territorial growth and dispersion have influenced the emergence of empty spaces in the territory, the “urban voids”. These spaces arise in the territory of diverse forms and they have differences according to their time of formation and the characteristics of the territory in which they are inserted. In order to study and intervene in these spaces, we seek new strategies that can complement the current urban planning, often through participatory processes, with the involvement of residents. The emergent use of intervention strategies with participatory processes, such as urban acupuncture or tactical urbanism in urban voids, emerges as an opportunity to rebuild and consolidate urban territories, to create accessible public spaces that can be used by the inhabitants.

This work in the form of Scientific Dissertation, with the title “TACTICAL ACUPUNCTURE” IN URBAN VOIDS. Participated revitalization strategies and local organization in Agualva-Cacém aims to investigate the urban processes (formation), the consequences (voids), the elements to intervene (public space) and the participatory intervention strategies (perspectives, methodologies and examples) with the community involvement.

The “Tactical acupuncture”, which brings together aspects of urban acupuncture and tactical urbanism, as an intervention perspective that seeks to question the pertinence of the plans and promote participated projects in urban planning, applied to the case study. Starting from the involvement of people to the identification of priority voids to intervene and the construction of ideas in order to create new local identities and areas of permanence and local organization, in Agualva-Cacém, Sintra. The work culminates in the development of a model of analysis of a participatory pilot process, with the purpose of studying what kind of criteria can be considered for the identification of priority voids and their intervention in the creation or conversion in public spaces.

Key words:

Urban Voids | Public Space | Tactical Acupuncture | Urban Revitalization | Participated processes | Agualva-Cacém

Agradecimentos

Ao meu orientador, professor José Luís Crespo, pelo apoio e disponibilidade ao longo da investigação e por possibilitar oportunidades que em muito marcaram o culminar desta etapa, e obter mais experiência profissional.

A todos os professores, colegas e amigos que ao longo destes anos passaram pelo meu percurso académico, que à sua maneira contribuíram para o meu crescimento.

Um obrigado especial à Inês Barros, Joana Sousa, Margarida Franco, Rafael Serra e Sandra Martins pela força, incentivo e disponibilidade em ajudar e por me acompanharem nesta jornada.

Agradeço também a todas as pessoas, que representam as entidades locais no território em estudo, que ajudaram no processo de investigação.

À minha família pela força e apoio que sempre me transmitiram.

Dedico esta investigação à minha mãe que ao longo de toda a vida sempre me apoiou e ajudou incondicionalmente, que me deu liberdade para seguir o meu caminho e que sempre foi um exemplo de força na vida.

Ao meu namorado, por todo o apoio incondicional e força ao longo de todo o percurso académico e vida pessoal e por mostrar sempre o lado positivo e divertido da vida.

A vocês que também “fizeram” o curso comigo!

Índice Geral

Resumo	I
Abstract	II
Agradecimentos	III
Índice Geral	IV
Índice de Figuras	VI
Índice de Quadros	XIII
Lista de Siglas	XIV
1. Introdução	1
1.1 Tema e motivação	3
1.2 Objetivos e questões de trabalho	4
1.3 Área de investigação	6
1.4 Metodologia	7
1.5 Estrutura da dissertação	11
2. A Questão Urbana: processos, consequências e elementos	13
2.1 Os processos de crescimento urbano e o desenvolvimento de áreas suburbanas	16
2.1.1 A urbanização e o desenvolvimento do território urbano e metropolitano de Lisboa	17
2.1.2 Dinâmicas de transformação urbana: infraestruturas de transporte e mobilidade	24
2.1.3 O planeamento, as políticas e a regulação urbanística	28
2.1.4 Os desafios e as perspetivas futuras das políticas urbanas	32
2.2 Os vazios urbanos: características e perspetivas	39
2.2.1 Conceito e caracterização dos vazios urbanos	40
2.2.2 Os vazios urbanos no contexto do crescimento das cidades: Perspetivas e oportunidades para uso e ocupação	47
2.3 O espaço público: conceito, características e desafios	59
2.3.1 Conceito, princípios e tipologias de espaço público	60
2.3.2 A identidade urbana como um indicador de qualidade e segurança no espaço público	65
2.3.3 Desafios e condicionantes na produção do espaço público	68
2.3.4 Oportunidades dos espaços públicos e a participação da comunidade	70
2.4 Síntese: Os desafios e as oportunidades dos territórios fragmentados	75
3. A acupuntura urbana versus urbanismo tático. Processos, estratégias e projetos no urbanismo	79
3.1 A Acupuntura Urbana como estratégia: conceito, princípios e evolução	82
3.2 Intervenções de Acupuntura Urbana	92
3.3 O Urbanismo Tático: conceito, princípios e evolução	96
3.4 O Urbanismo Tático como alternativa à governança urbana	101
3.5 Processos, estratégias e projetos participados no urbanismo	107
3.6 Síntese: Acupuntura Urbana versus Urbanismo Tático e a sua aplicação em processos participados	130
4. O caso de estudo de Agualva-Cacém, Sintra	135
4.1 Enquadramento e análise do concelho de Sintra	138
4.2 Os planos, programas e projetos urbanos	140
4.2.1 Plano Diretor Municipal de Sintra (PDMS)	140
4.2.2 Programa Estratégico de Reabilitação Urbana de Agualva (ARU)	143
4.2.3 Plano de Pormenor da Área Central do Cacém	145
4.2.4 Programa Polis	147

4.2.5 Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI)	149
4.2.6 Agenda 21 Local de Agualva (A21LA)	151
4.2.7 Orçamento Participativo de Agualva e Mira Sintra	154
4.3 Enquadramento e análise de Agualva-Cacém	157
4.3.1 Enquadramento histórico e evolução urbana	157
4.3.2 Análise do território	163
4.3.3 Os Vazios Urbanos	179
5. “Acupuntura Tática”: o processo e as estratégias participadas	185
5.1 O Desenho da estratégia participada	188
5.1.1 Elaboração dos questionários e ferramentas	192
5.1.2 O primeiro contacto com as entidades	197
5.1.3 O debate	199
5.1.4 O <i>workshop</i>	202
5.1.5 Os questionários	203
5.1.6 O diagnóstico	211
5.2 Os Vazios Urbanos escolhidos	213
5.2.1 Questionário Local	213
5.2.2 Análises e propostas estratégicas	221
6. Considerações finais e desenvolvimentos futuros	243
Bibliografia	250
Anexos	267

Índice de Figuras

Fig. de capa - Imagem do processo participado desenvolvido.

Capítulo 2

Fig. 1 - Imagem de satélite da Área Metropolitana de Lisboa, NASA, 2000.	14
Fig. 2 - Ilustração sobre a migração do campo para a cidade.	16
Fig. 3 - Imagem da expansão marítima portuguesa.	17
Fig. 4 - "O surgimento do comboio". Fotografia de comboio a carvão, 1967.	17
Fig. 5 - Fotografia da construção da Ponte 25 de Abril.	18
Fig. 6 - Fotografia da AUGI de Casal do Brejo, Sintra.	18
Fig. 7 - Notícia sobre a descolonização portuguesa, 1975.	19
Fig. 8 - Mapa da AML-Região da Grande Lisboa e Região da Península de Setúbal.	19
Fig. 9 - Fotografia do condomínio Fechado em Santo António de Lisboa.	20
Fig. 10 - Fotografia das infraestruturas de Portugal, Agualva-Cacém, 2017.	21
Fig. 11 - Fotografia ilustrativa da urbanização difusa, Amadora e Loures.	23
Fig. 12 - Fotografia do Elétrico de Lisboa, 2012.	24
Fig. 13 - Fotografia sobre a mobilidade diária casa-trabalho que marca o quotidiano de um número crescente de portugueses.	25
Fig. 14 - Fotografia da A1, Serra dos Candeeiros.	25
Fig. 15 - Fotografia do Túnel do Rossio, 2008.	26
Fig. 16 - Mutações ao nível da mobilidade. Fluxos dominantes por concelho, 2001.	27
Fig. 17 - Fotografia junto aos nós do sistema viário de alta capacidade. Aqui criam-se situações favoráveis de acessibilidade que explicam a aglomeração de funções urbanas com uma elevada capacidade de polarização.	27
Fig. 18 - Fotografia que retrata a ausência ou pouca regulamentação: contraste entre as novas construções e edifícios mais antigos, Agualva.	28
Fig. 19 - Fotografia do "retorno" das ex-colónias portuguesas, 1975.	29
Fig. 20 - Cartaz do documentário "As operações SAAL", 2009.	29
Fig. 21 - Imagem sobre "Construção de consensos".	32
Fig. 22 - Imagem sobre "O princípio da participação".	34
Fig. 23 - Fotografia sobre mapeamento participativo.	35
Fig. 24 - Fotografia sobre os Vazios Urbanos.	38
Fig. 25 - Fotografia de um Terrain Vague em Bacalan, França, 2012.	40
Fig. 26 - Fotografia e limite de dois vazios urbanos expectantes em Agualva, 2016.	41
Fig. 27 - Fotografia que retrata os espaços "entre".	44
Fig. 28 - Fotografia de vazios infraestruturais.	44
Fig. 29 - Fotografia de espaços em pousio.	44
Fig. 30 - Fotografia das dunas em Cascais, 2013.	45
Fig. 31 - Fotografia de um jardim, Matosinhos.	45
Fig. 32 - Fotografia do interior do Centro Comercial Colombo, 2015.	45
Fig. 33 - Fotografia de um vazio tradicional. Construção do Jardim Horto da Quinta da Fidalga, Agualva, 2016.	45
Fig. 34 - Fotografia de um vazio suburbano em Agualva, 2016.	47
Fig. 35 - Fotografia de um vazio industrial, Almada.	48
Fig. 36 - Fotografia de um vazio urbano industrial, Alcântara.	49
Fig. 37 - Fotografia antes (direita) e depois (esquerda), sobre espaços expectantes e	

arquitetura "desumanizada" no centro do Cacém.	49
Fig. 38 - Fotografia de qualificação paisagística do Vale do Rio UL-Parque Urbano, São João da Madeira.	50
Fig. 39 - Mapa de localização da intervenção da Casa do Vapor.	50
Fig. 40 - Fotografia do projeto Casa do Vapor, Almada, 2013.	51
Fig. 41 - Mapa de localização da intervenção no Largo de São Sebastião.	51
Fig. 42 - Fotografia do Largo de São Sebastião antes da intervenção (em cima).	51
Fig. 43 - Fotografia do Largo de São Sebastião depois da intervenção (em baixo).	51
Fig. 44 - Mapa de localização da intervenção do Paley Park.	52
Fig. 45 - Fotografia do Paley Park.	52
Fig. 46 - Mapa de localização da intervenção da Pracinha Óscar Freire.	52
Fig. 47 - Fotografia da Pracinha Óscar Freire.	53
Fig. 48 - Fotografia do primeiro dos playgrounds de Aldo Van Eyck, antes da intervenção, Bertelmanplein, Amesterdão (em cima).	54
Fig. 49 - Fotografia do primeiro dos playgrounds de Aldo Van Eyck, depois da intervenção, Bertelmanplein, Amesterdão (em baixo).	54
Fig. 50 - Fotografia de uma técnica participada utilizada no projeto do Largo de São Sebastião. "PARA SI, É IMPORTANTE INTERVIR NESTE VAZIO?".	56
Fig. 51 - Fotografia dos Jardins de la Indústria, Espanha.	58
Fig. 52 - Fotografia de um espaço que cria e fortalece conexões em Nova Iorque, 2017.	60
Fig. 53 - Fotografia de Feiras e mercados em Lagos, Algarve.	60
Fig. 54 - Fotografia que retrata a identidade dos lugares, as Festas dos Santos Populares em Lisboa.	65
Fig. 55 - Fotografia de Las Ramblas em Barcelona.	67
Fig. 56 - Fotografias do Superkilen Park em Copenhaga.	67
Fig. 57 - Fotografia sobre campanha "Mapeando Curitiba".	71
Fig. 58 - Fotografia do projeto Rivabem – Campo Largo. Intervenção urbana com envolvimento da comunidade.	71
Fig. 59 - Fotografia da Praça Duque de Saldanha, antes da intervenção.	72
Fig. 60 - Fotografia da Praça Duque de Saldanha, depois da intervenção.	72
Fig. 61 e 62 - Pátio interno da Torre de les Aigües, antes (em cima) e depois (em baixo) da intervenção.	73
Fig. 63 a 65 - Fotografias de Espaços públicos no Bairro Eixample, Barcelona.	73
Fig. 66 - Mapa de localização da intervenção de Rosens Roda Matta.	74
Fig. 67 - Fotografia de Rosens Roda Matta.	74
Fig. 68 - Mapa de localização da intervenção de Pearl Street Triangle.	74
Fig. 69 - Fotografia de Pearl Street Triangle.	74
Fig. 70 - Mapa de localização de Gil Hodges Community Garden.	75
Fig. 71 - Fotografia de Gil Hodges Community Garden.	75
Fig. 72 - Mapa de localização de Los Amigos Community Garden.	75
Fig. 73 e 74 - Fotografia antes (em cima) e depois (em baixo) da intervenção de Los Amigos Community Garden.	75
Capítulo 3	
Fig. 75 - Capa do livro de Acupuntura Urbana de Jaime Lerner.	80
Fig. 76 - Capa do livro do Urbanismo Tático de Mike Lydon e Anthony Garcia.	80
Fig. 77 - Fotografia da Opera de Arame, Curitiba.	84

Fig. 78 - Fotografia do Cinema São Jorge.	85
Fig. 79 - Esquema de análise de projetos de Acupuntura urbana.	89
Fig. 80 - Fotografia do Mercado de La Boquería de Barcelona.	92
Fig. 81 - Mapa de localização da intervenção de Wire Opera House, Curitiba.	93
Fig. 82 - Fotografia de Wire Opera House, Curitiba.	93
Fig. 83 - Mapa de localização da intervenção de Ecoboulevard, Madrid.	93
Fig. 84 - Fotografia de Ecoboulevard, Madrid.	93
Fig. 85 - Fotografia do projeto Sandworm, na Bélgica.	94
Fig. 86 - Fotografia do projeto Bug Dome, Shenzhen.	94
Fig. 87 - Fotografia do projeto Treasure Hill em Taipé.	95
Fig. 88 - Fotografia do projeto Treasure Hill em Taipé.	95
Fig. 89 - Fotografia de Winschoterkaade, Holanda.	95
Fig. 90 - Fotografia de um Pocket park no Brasil.	95
Fig. 91 e 92 - Fotografias de antes (em cima) e depois (em baixo) de uma intervenção táctica em Nova Iorque.	105
Fig. 93 - Fotografia das sinaléticas do Projeto WalkRaleigh, Raleigh.	105
Fig. 94 - Esquema da Escala da Participação de Arnstein.	111
Fig. 95 - Fotografia sobre uma exposição dedicada ao processo SAAL: Arquitetura e participação, 1974-1976.	117
Fig. 96 - Fotografia do projeto no Bairro PRODAC Norte em Lisboa, no âmbito do processo SAAL.	117
Fig. 97 - Logotipo do Orçamento Participativo de Portugal.	118
Fig. 98 - Logotipo do Orçamento Participativo de Lisboa.	118
Fig. 99 - Logotipo do BIP/ZIP de Lisboa.	119
Fig. 100 - Fotografia do projeto "Praça Comunitária" no Bairro Padre Cruz, Lisboa.	119
Fig. 101 - Logotipo do projeto VIVACIDADE AVEIRO.	120
Fig. 102 - Fotografia das ações de rua do processo participado para intervenção no vazio urbano do Largo São Sebastião, Aveiro.	120
Fig. 103 - Fotografia de uma das reuniões de trabalho comunitário do processo participado para intervenção, no vazio urbano do Largo São Sebastião, Aveiro.	120
Fig. 104 e 105 - Fotografias de projetos realizados com o programa estonoiesunsolar, Saragoça.	121
Fig. 106 a 110 - Fotografias de projetos realizados com o programa estonoiesunsolar, Saragoça.	122
Fig. 111 - Esquema dos usos do programa Estonoiesunsolar.	123
Fig. 112 a 114 - Fotografias de projetos realizados com o programa estonoiesunsolar, Saragoça.	123
Fig. 115 - Painel resumo do programa Estonoiesunsolar, metodologia, usos, elementos, materiais e localização de alguns dos projetos.	123
Fig. 116 - Esquema da Metodologia do programa Estonoiesunsolar.	124
Fig. 117 - Logotipo do programa basurama (esquerda).	125
Fig. 118 - Fotografia do parque de jogos com pneus em Maestro Rodrigo, Aranjuez, Espanha (direita).	125
Fig. 119 - Logotipo do grupo Acupuntura Urbana (esquerda).	125
Fig. 120 - Fotografia do Mapeamento da Rua Maranhão, São Paulo (direita).	125
Fig. 121 - Logotipo do grupo Ecossistema Urbano (esquerda).	126
Fig. 122 - Fotografia sobre estratégias para envolver diferentes atores no Master Plan de Asuncion Historical Centre (direita).	126

Fig. 123 - Logotipo do grupo Raons públiques (esquerda).	126
Fig. 124 - Fotografia do processo participativo para a re-urbanização do espaço público em Trinitat Nova (direita).	126
Fig. 125 - Logotipo do grupo 1319 (esquerda).	127
Fig. 126 - Fotografia sobre "Construir el Vacío". Estratégias de uso temporal de lotes vazios (direita).	127
Fig. 127 - Logotipo do projeto para a recuperação e melhoramento do espaço público no Centro Histórico de Cuenca, Ecuador.	128
Fig. 128 - Plataforma de participação com uma das sugestões.	128
Fig. 129 - Encarnación más VOZ (esquerda).	129
Fig. 130 - Encarnación más VOZ (direita).	129
Fig. 131 - Plataforma de participação com uma das sugestões.	129
 Capítulo 4	
Fig. 132 - Fotografia de Agualva-Cacém. Vista de São Marcos.	136
Fig. 133 - Planta de Ordenamento, PDM Sintra.	141
Fig. 134 - Legenda da Planta de Ordenamento, PDM Sintra.	141
Fig. 135 - Planta do limite da ARU de Agualva.	143
Fig. 136 - Planta de Implantação do PP da Área Central do Cacém.	145
Fig. 137 - Legenda da Planta do PP da Área Central do Cacém.	145
Fig. 138 - Planta da proposta do Programa Polis (esquerda).	147
Fig. 139 - Planta de demolições e construções do Programa Polis (direita).	147
Fig. 140 - Esquício da proposta do Programa Polis.	148
Fig. 141 - Planta das áreas AUGI por m ² por freguesia.	149
Fig. 142 - Capa da Agenda 21 Local de Agualva.	151
Fig. 143 - Fotografia da Gruta de Colaride.	157
Fig. 144 - Fotografia da Anta de Agualva.	157
Fig. 145 - Fotografia das Inundações de 1983 no Cacém. Do lado esquerdo a Ribeira das Jaldas e à direita ao fundo, a fábrica da Melka.	158
Fig. 146 - Mapa esquemático de Agualva-Cacém no século XVIII.	158
Fig. 147 - Fotografia antiga de Agualva-Cacém, vista de poente para nascente (esquerda).	159
Fig. 148 - Fotografia antiga de Agualva-Cacém, vista de nascente para poente (direita).	159
Fig. 149 - Fotografia antiga da Feira de Maio de Agualva-Cacém.	159
Fig. 150 - Fotografia da Quinta da Fidalga, palácio do século XVIII e do Largo da República, local da antiga Feira de Maio.	159
Fig. 151 - Extrato da planta de ocupação em Agualva-Cacém e área envolvente em 1930.	160
Fig. 152 - Extrato da planta de ocupação em Agualva-Cacém e área envolvente em 1940.	160
Fig. 153 - Extrato da planta de ocupação em Agualva-Cacém e área envolvente em 1962.	160
Fig. 154 - Fotografia da antiga estação ferroviária de Agualva-Cacém.	160
Fig. 155 - Fotografia da antiga estação ferroviária de Agualva-Cacém.	160
Fig. 156 - Fotografia da antiga estação ferroviária de Agualva-Cacém.	161
Fig. 157 - Fotografia da inauguração da nova estação ferroviária de Agualva-Cacém, 2013.	161

Fig. 158 - Fotografia do IC19.	161
Fig. 159 - Fotografia sobre a diversidade territorial de Agualva-Cacém.	162
Fig. 160 - Fotografia panorâmica de Agualva-Cacém, para o lado nascente, Rua do Miradouro.	162
Fig. 161 - Fotografia panorâmica de Agualva-Cacém, com a localização de algumas áreas e infraestruturas do território.	162
Fig. 162 - Gráfico de evolução da população de Agualva-Cacém.	163
Fig. 163 - Gráfico de população residente, por sexo nas diferentes áreas territoriais.	164
Fig. 164 - Gráfico de população residente (% total) por área territorial.	164
Fig. 165 - Gráfico de superfície do território (Km²).	164
Fig. 166 - Gráfico de densidade populacional.	164
Fig. 167 - Gráfico de indivíduos residentes por faixa etária (%).	165
Fig. 168 - Gráfico de indivíduos residentes por faixa etária.	165
Fig. 169 - Percentagem de edifícios construídos entre 1919 e 1995.	166
Fig. 170 - Mapa por subsecção estatística do nº de indivíduos residentes.	167
Fig. 171 - Mapa por subsecção estatística do nº de indivíduos residentes dos 0 aos 13 anos.	167
Fig. 172 - Mapa por subsecção estatística do nº de indivíduos residentes dos 14 aos 24 anos.	167
Fig. 173 - Mapa por subsecção estatística do nº de indivíduos residentes dos 25 aos 64 anos.	167
Fig. 174 - Mapa por subsecção estatística do nº de indivíduos residentes com 65 ou mais anos.	167
Fig. 175 - Mapa por subsecção estatística do nº de indivíduos residentes com o 3º ciclo do ensino básico completo.	167
Fig. 176 - Mapa por subsecção estatística do nº de indivíduos residentes com ensino secundário completo.	168
Fig. 177 - Mapa por subsecção estatística do nº de indivíduos residentes com ensino superior completo.	168
Fig. 178 - Mapa por subsecção estatística do nº de indivíduos residentes sem saber ler ou escrever.	168
Fig. 179 - Mapa por subsecção estatística do nº de indivíduos residentes com emprego.	168
Fig. 180 - Mapa por subsecção estatística do nº de indivíduos residentes desempregados à procura de emprego.	168
Fig. 181 - Mapa por subsecção estatística do nº de indivíduos residentes desempregados à procura do 1º emprego.	168
Fig. 182 - Mapa por subsecção estatística do nº de edifícios.	169
Fig. 183 - Mapa por subsecção estatística do nº de edifícios antes de 1919.	169
Fig. 184 - Mapa por subsecção estatística do nº de edifícios entre 1919 e 1945.	169
Fig. 185 - Mapa por subsecção estatística do nº de edifícios entre 1946 e 1960.	169
Fig. 186 - Mapa por subsecção estatística do nº de edifícios entre 1961 e 1970.	169
Fig. 187 - Mapa por subsecção estatística do nº de edifícios entre 1971 e 1980.	169
Fig. 188 - Mapa por subsecção estatística do nº de edifícios entre 1981 e 1990.	170
Fig. 189 - Mapa por subsecção estatística do nº de edifícios entre 1991 e 2000.	170
Fig. 190 - Mapa por subsecção estatística do nº de edifícios entre 2001 e 2011.	170
Fig. 191 - Mapa por subsecção estatística do nº de alojamentos.	170
Fig. 192 - Mapa por subsecção estatística do nº de alojamentos vagos.	170

Fig. 193 - Evolução de áreas construídas de 1900.	172
Fig. 194 - Evolução de áreas construídas de 1940.	172
Fig. 195 - Evolução de áreas construídas de 1960.	172
Fig. 196 - Evolução de áreas construídas de 1970.	172
Fig. 197 - Evolução de áreas construídas de 1981.	172
Fig. 198 - Evolução de áreas construídas de 1991.	172
Fig. 199 - Evolução de áreas construídas de 2001.	172
Fig. 200 - Mapa de espaços verdes.	173
Fig. 201 - Gráfico de percentagem total de espaços verdes por zona territorial.	174
Fig. 202 - Gráfico total de espaços verdes, por categoria, por zona territorial.	174
Fig. 203 - Gráfico de percentagem de edifícios por categoria.	175
Fig. 204 - Mapa de categorias de edificado no território de Agualva-Cacém.	176
Fig. 205 - Mapa de áreas de estacionamento no território de Agualva-Cacém.	177
Fig. 206 - Mapa de topografia e linhas de água no território de Agualva-Cacém.	178
Fig. 207 - Mapa de Agualva - Cacém e identificação dos vazios urbanos no território.	180
Fig. 208 - Mapa com limite da área de estudo, Agualva e Cacém e seus vazios urbanos.	180
Capítulo 5	
Fig. 209 - Processo participado, escolha de vazios urbanos.	186
Fig. 210 - Esquema das fases do processo participado.	189
Fig. 211 - Esquema dos usos para os espaços (esquerda).	195
Fig. 212 - Fotografia dos pins para identificação dos vazios e pins com os símbolos dos usos para os espaços (direita).	195
Fig. 213 - Planta para debate com a localização dos vazios urbanos.	195
Fig. 214 - Fotografia da área em estudo dividida por quadrículas com a identificação dos vazios urbanos.	196
Fig. 215 - Painéis com fotografias de cada vazio urbano.	196
Fig. 216 - Fotografia do "Livro" dos vazios urbanos.	196
Fig. 217 - Fotografia da ficha de identificação dos usos para cada vazio urbano, escolhido por cada entidade.	196
Fig. 218 - Fotografia das fichas de opinião/sugestão.	196
Fig. 219 - Fotografia das questões utilizadas para a descrição dos usos.	196
Fig. 220 - Fotografia das fichas para a descrição da proposta de usos para o vazio.	196
Fig. 221 - Ficha para o estendal de ideias.	197
Fig. 222 - Fotografia da apresentação do trabalho, objetivos e ferramentas da sessão.	199
Fig. 223 - Fotografia das ferramentas disponíveis.	199
Fig. 224 - Fotografia de discussão sobre o território. Cooperação do presidente da J.F.A.M.S..	200
Fig. 225 - Fotografia de discussão sobre o território e identificação dos espaços.	200
Fig. 226 - Fotografia sobre o mapeamento dos vazios.	200
Fig. 227 - Fotografia sobre a identificação e debate das áreas escolhidas.	201
Fig. 228 - Fotografia da identificação dos vazios.	202
Fig. 229 - Fotografia da técnica do estendal de ideias.	202
Fig. 230 - Fotografia sobre a descoberta dos vazios no território.	202
Fig. 231 - Fotografia da partilha de ideias sobre outras temáticas da arquitetura e do urbanismo.	203
Fig. 232 - Fotografia dos vazios identificados.	203

Fig. 233 - Gráfico do género dos inquiridos.	204
Fig. 234 - Gráfico sobre a atividade laboral dos inquiridos.	205
Fig. 235 - Gráfico sobre o tipo de habitação dos inquiridos.	205
Fig. 236 - Gráfico sobre as respostas à questão "Conhece algum vazio urbano?".	206
Fig. 237 - Gráfico circular da frequência de utilização dos espaços se tivessem os usos mencionados pelos inquiridos. Alunos (esquerda), professores e funcionários (no meio) e população em geral (direita).	209
Fig. 238 - Gráfico sobre o gosto por participar ou não na transformação dos espaços vazios no território.	211
Fig. 239 - Gráfico do nº de indivíduos por sexo que realizaram o questionário, por cada vazio.	214
Fig. 240 - Gráfico da % total de indivíduos por sexo.	214
Fig. 241 - Gráfico do nº de indivíduos por faixa etária, por cada vazio.	214
Fig. 242 - Gráfico da % total de indivíduos por faixa etária.	214
Fig. 243 - Gráfico sobre a atividade laboral dos inquiridos, por cada vazio.	215
Fig. 244 - Gráfico da % total das atividades dos inquiridos.	215
Fig. 245 - Gráfico sobre o nível de escolaridade dos inquiridos, por cada vazio.	215
Fig. 246 - Gráfico da % total de indivíduos consoante o nível de escolaridade.	215
Fig. 247 - Gráfico sobre a frequência com que os inquiridos passam no vazio, por cada vazio.	216
Fig. 248 - Gráfico da % total de frequência com que os inquiridos passam no vazio.	216
Fig. 249 - Gráfico sobre se os inquiridos gostariam de usar o vazio como espaço público, por cada vazio.	218
Fig. 250 - Gráfico da % total de indivíduos que gostariam ou não de usar o vazio como espaço público.	218
Fig. 251 - Gráfico sobre a frequência com que utilizariam o espaço, em cada vazio.	219
Fig. 252 - Gráfico da % total de frequência dos inquiridos face aos espaços.	219
Fig. 253 - Gráfico sobre se os inquiridos gostariam ou não de participar na transformação de um espaço vazio.	220
Fig. 254 - Gráfico da % total sobre se gostariam ou não de participar na transformação de um espaço vazio.	220
Fig. 255 - Mapa de localização do vazio nº 2.	226
Fig. 256 - Perspetiva do vazio nº 2 com proposta de distribuição de usos.	226
Fig. 257 - Planta com distribuição de usos do vazio nº 2.	226
Fig. 258 - Proposta esquemática do vazio nº 2.	226
Fig. 259 - Mapa de localização do vazio nº 8.	230
Fig. 260 - Perspetiva do vazio nº 8 com proposta de distribuição de usos.	230
Fig. 261 - Planta com distribuição de usos do vazio nº 8.	230
Fig. 262 - Proposta esquemática do vazio nº 8.	230
Fig. 263 - Mapa de localização do vazio nº 66.	234
Fig. 264 - Perspetiva do vazio nº 66 com proposta de distribuição de usos.	234
Fig. 265 - Planta com distribuição de usos do vazio nº 66.	234
Fig. 266 - Proposta esquemática do vazio nº 66.	234
Fig. 267 - Mapa de localização do vazio nº 104.	238
Fig. 268 - Perspetiva do vazio nº 104 com proposta de distribuição de usos.	238
Fig. 269 - Planta com distribuição de usos do vazio nº 104.	238
Fig. 270 - Proposta esquemática do interior do quarteirão do vazio nº 104	238

Fig. 271 - Proposta esquemática permanente do vazio nº 104.	240
Fig. 272 - Proposta esquemática temporária do vazio nº 104.	240

Índice de Quadros

Capítulo 2

Quadro 1 - Tempo médio das viagens motorizadas (em minutos) no período de ponta da manhã, na margem Norte da Área Metropolitana de Lisboa, 1998.	26
Quadro 2 - Tipologias de Espaço Público segundo Brandão.	62
Quadro 3 - Parâmetros classificadores de Espaço Público segundo Francisco.	62
Quadro 4 - Tipologias de Espaço Público segundo Francisco.	63

Capítulo 3

Quadro 5 - Recomendações para intervenções táticas no planeamento.	106
Quadro 6 - O planeamento e o urbanismo tático.	106
Quadro 7 - O envolvimento da comunidade.	114
Quadro 8 - Acupuntura urbana versus Urbanismo tático.	132

Capítulo 4

Quadro 9 - Análise SWOT do Concelho de Sintra.	139
Quadro 10 - Hierarquia Urbana ao nível do Concelho de Sintra.	139
Quadro 11 - Áreas Urbanas de Génese Ilegal, por freguesia.	150
Quadro 12 - Artigo 3.º (Calendarização do Orçamento Participativo de 2017).	155
Quadro 13 - Projetos OP 2015.	155-156
Quadro 14 - Projetos OP 2016.	156
Quadro 15 - Projetos OP 2017.	156-157
Quadro 16 - Tipologias de Espaço Público.	182
Quadro 17 - Os vazios urbanos identificados no debate, nº votos e usos identificados como prioritários.	201
Quadro 18 - Os vazios urbanos identificados no <i>workshop</i> , nº de votos e usos identificados como prioritários.	203
Quadro 19 - Vazios e usos identificados pelos alunos nos questionários.	207
Quadro 20 - Vazios e usos identificados pelos professores e funcionários nos questionários.	207
Quadro 21 - Vazios e usos identificados pela população em geral nos questionários.	207
Quadro 22 - Descrição dos vazios identificados.	208
Quadro 23 - Usos identificados como possíveis para os vazios.	209
Quadro 24 - Espaços públicos frequentados pelos inquiridos.	210

Capítulo 5

Quadro 25 - Identificação dos vazios prioritários de intervenção.	212
Quadro 26 - Análise SWOT do território e dos vazios urbanos.	223
Quadro 27 - Análise SWOT do Vazio nº2.	227
Quadro 28 - Análise SWOT do Vazio nº8.	229
Quadro 29 - Análise SWOT do Vazio nº66.	233
Quadro 30 - Análise SWOT do Vazio nº104.	237

Lista de Siglas

A21L - Agenda 21 Local
A21LA - Agenda 21 Local de Agualva
AML - Área Metropolitana de Lisboa
APADP - Associação de Pais e Amigos de Deficientes Profundos
ARPIAC - Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Agualva-Cacém
ARU - Área de Reabilitação Urbana
ASA - Apoio sem Abrigo
AUGI - Áreas Urbanas de Génese Ilegal
BIP/ZIP - Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária
BP - *British Petroleum*
BRT - *Bus Rapid Transit*
CEDRU - Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano
CEMAT - Conferência Europeia dos Ministros responsáveis pelo Ordenamento do Território
CMA - Câmara Municipal de Aveiro
CML - Câmara Municipal de Lisboa
CMS - Câmara Municipal de Sintra
DGOTDU - Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
DGTT - Direção Geral de Transportes Terrestres
DIY - *Do It Yourself*
DPDM - Departamento do Plano Diretor Municipal
E.U.A. - Estados Unidos da América
EN - Estrada Nacional
FA - Faculdade de Arquitetura
FCT - Faculdade de Ciências e Tecnologia
GNR - Guarda Nacional Republicana
IC - Itinerário Complementar
INAG - Instituto Nacional da Água
INE - Instituto Nacional de Estatística
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa
J.F. - Junta de Freguesia
J.F.A. - Junta de Freguesia de Agualva
J.F.A.M.S. - Junta de Freguesia de Agualva e Mira Sintra
LBOTU - Lei de Bases Gerais da Política de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo
LQC - *Lighter, Quicker, Cheaper*
NYRP - New York Restoration Project
NUT - Nomenclatura das Unidades Territoriais
ONG - Organização Não Governamental
OP - Orçamento Participativo
P2P - *peer to peer*
PDM - Plano Diretor Municipal
PDMS - Plano Diretor Municipal de Sintra

PDMRL - Plano Diretor Municipal da região de Lisboa
PEOT - Planos Especiais de Ordenamento do Território
PNPOT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PP - Plano de Pormenor
PROT - Planos Regionais de Ordenamento do Território
PROTAML - Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa
PSOT - Planos Sectoriais de Ordenamento Territorial
PSP - Polícia de Segurança Pública
PU - Plano de Urbanização
REFER - Rede Ferroviária Nacional
RGEU - Regulamento Geral das Edificações Urbanas
RJIGT - Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação
SAAL - Serviço de Apoio Ambulatório Local
SIG - Sistema de Informação Geográfica
SPSS - *Statistical Package for the Social Sciences*
SWOT - *Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*
TFM - Trabalho Final de Mestrado
TSS - Tudo Sobre Sintra
U.F. - União de Freguesias
UOP - Unidades Operativas de Planeamento

1.1 Tema e Motivação

O trabalho e a investigação "ACUPUNTURA TÁTICA" EM VAZIOS URBANOS. Estratégias participadas de revitalização¹ e organização local em Agualva-Cacém surgiu da observação e utilização do território, em geral, e de Agualva-Cacém, em particular, e do interesse em estudar e contribuir para a revitalização do território em análise através de um processo participado que envolvesse a comunidade.

A escolha do tema e da área de estudo prende-se também por uma motivação pessoal, pelo contacto diário com a realidade territorial, devido a ser a área de residência da proponente, possibilitando um maior envolvimento pessoal e curiosidade sobre o território e também pelo interesse e vontade em estudar possíveis soluções de intervenção nos espaços, sejam de carácter temporário ou permanente, que possam despertar uma visão diferente sobre os espaços "vazios" existentes.

Agualva-Cacém é uma área suburbana com problemas de carácter urbanístico, resultado de um crescimento explosivo e desordenado do território, com um planeamento urbano pouco eficaz ou ausente, resultando na existência de inúmeros vazios urbanos no território e pouca oferta de espaços públicos, de estar e de lazer.

Atualmente vive-se numa época em que não se acredita no planeamento e o mesmo já não se mostra credível, é composto por planos rígidos e processos morosos, com extrema burocracia, pouca democracia e ainda a participação cidadã quase nula, e por isso mesmo vem à tona a necessidade de repensar o planeamento seja teoricamente como na prática, construindo novos propósitos e competências que possam promover e gerar mudanças no território mas também no seu desenvolvimento e capacitação da sociedade civil. Cada vez mais se assiste a intervenções iniciadas por cidadãos o que demonstra uma insatisfação face ao planeamento urbano tradicional. O aumento da responsabilidade cidadã e o conhecimento do valor da participação nos processos de planeamento pode efetivamente ser uma oportunidade dos planeadores encontrarem formas de capacitar os cidadãos e comunidades a se envolverem na resolução dos problemas do seu território.

A abordagem a um processo participado surge da emergente utilização de estratégias participadas na arquitetura e no urbanismo e por apresentar resultados positivos face às necessidades dos habitantes, envolvendo atores

¹ Revitalização (urbana); Regeneração (urbana): visam transformar, restaurar ou reviver de forma mais sustentável a base socioeconómica e territorial das áreas urbanas através de novas atividades e empresas, da melhoria do ambiente urbano, diversificação da estrutura social e modernização do tecido urbano.

locais e a comunidade, como forma de aproximar o planeamento urbano às expectativas e necessidades reais dos residentes.

Assim, pretende-se explorar as temáticas referentes às estratégias participadas em vazios urbanos como forma de perceber se poderão ser um complemento aos atuais processos de planeamento urbano, ao nível local e de curto prazo de intervenção, onde se possam testar hipóteses de intervenção de resposta rápida às necessidades de uma comunidade, contribuindo para a revitalização de espaços abandonados no território, contrariando o seu estado de degradação, incentivando a vida e atividade nesses mesmos espaços das áreas urbanas.

1.2 Objetivos e questões de trabalho

Pretendemos neste trabalho estudar, analisar e refletir, tendo como caso de estudo a cidade de Agualva-Cacém, sobre a questão urbana com enfoque nos processos de crescimento e desenvolvimento urbano; nas consequências dos processos através dos vazios urbanos, espaços abandonados e expectantes; e num dos elementos fundamentais do espaço urbano, o espaço público, como sendo o veículo objeto de incidência da(s) proposta(s) numa estratégia de intervenção. Aqui serão exemplificados vários casos de referência, nacionais e internacionais, sobre a transformação de vazios urbanos e revitalização de espaços públicos.

Um outro objetivo centra-se no estudo, análise e reflexão sobre novas abordagens e estratégias de intervenção participadas, acupunturais, táticas, provisórias, rápidas e de baixo custo, que possam ser complementares ou alternativas ao planeamento tradicional, imposto e dirigista, permanente, moroso e oneroso. Neste tópico a análise reflexiva terá a contribuição de vários casos de referência, nacionais e internacionais, sobre grupos, processos, estratégias e projetos de intervenção participados.

Por fim, um outro objetivo do trabalho, tendo como base os fundamentos da reflexão dos processos e das estratégias de intervenção, incide na identificação fundamentada de vazios urbanos, na cidade de Agualva-Cacém, e em elaborar e desenvolver um processo participado visando encontrar uma estratégia e propostas para os espaços identificados. A identificação e delimitação dos vazios urbanos surge na componente da análise do território, de um urbanismo de proximidade, onde analisar a história da cidade; conhecer a evolução urbana e o planeamento urbano; caracterizar socialmente o território; promover *workshops*/debates com atores locais e alunos da Escola Secundária Ferreira Dias; entrevistar e conversar informalmente com atores locais; promover inquéritos por questionários;

foram os passos metodológicos para a identificação dos espaços prioritários para desenvolver ideias e usos num processo que envolveu a população. Este processo participado enquadra-se numa estratégia identificada de “acupuntura táctica” e foi objeto de várias sessões com vários atores locais.

Em última análise, pretendemos valorizar o território, através da revitalização e organização de espaços vazios com potencial, num processo com utilização de ferramentas participadas. É importante refletir sobre o atual planeamento urbano, e qual poderia ser o contributo da promoção da participação pública na revitalização das cidades, através da ativação de espaços abandonados, promovendo o envolvimento direto da comunidade e atores locais.

Ou seja, de forma sucinta, o objetivo principal do trabalho centra-se em lançar diretrizes para a aplicação de processos participados dentro das temáticas anteriormente mencionadas, com enfoque sobre os vazios urbanos, que possa complementar o planeamento urbano tradicional, ao nível local, propondo ideias para a criação de novos espaços públicos em vazios urbanos por meio da participação e envolvimento de atores e comunidade locais em todas as fases do processo.

É nossa intenção, e da comunidade local, que o trabalho agora apresentado tenha continuidade numa fase posterior. O delinear de uma estratégia de intervenção urbana, através de linhas orientadoras e propostas esquemáticas de pequena escala, que possam apontar caminhos e definir estratégias para qualificar e revitalizar áreas suburbanas de acordo com as necessidades e aspirações dos residentes e utilizadores desses espaços. A ideia é testar um processo participado, entender se seria um possível processo contínuo para ser implementado nas freguesias que enquadram a cidade de Agualva-Cacém. A partir do estudo das fragilidades indicar caminhos e uma estratégia que possa possibilitar a revitalização de espaços, de forma a criar maior organização local e permanência humana em espaços que até então não possuíam vida. Estudar também se esta estratégia poderia criar uma rede de espaços públicos interligados entre si que possibilitassem mais vida à cidade, criando novos usos e memórias espaciais e maior interligação humana numa cidade “adormecida”.

Assim, a dissertação parte da questão de investigação que procura entender se é possível que intervenções espaciais de pequena escala, em vazios urbanos, através de estratégias participadas, podem contribuir para revitalizar e qualificar uma área suburbana. Partimos da hipótese que estratégias de intervenção participadas, em vazios urbanos, através da sua revitalização, permitirão uma maior qualificação e integração da população em espaços públicos disfuncionais.

Procuramos então encontrar linhas definidoras do trabalho a partir das seguintes questões:

Que tipo de critérios espaciais e funcionais podem ser analisados para criar intervenções estratégicas de pequena escala e de “Acupuntura Tática”?

Que benefícios e desafios existem, a fim de aplicar com êxito um processo participado?

Em que fase e em que medida podem os participantes ser envolvidos na conceção de uma intervenção de pequena escala? Qual é o papel do urbanista/arquiteto neste processo?

Como podem intervenções de pequena escala complementar as estratégias de planeamento e de intervenção municipal?

É possível operacionalizar algumas das propostas de intervenção num programa como o orçamento participativo, no âmbito das freguesias?

Não se pretende com esta dissertação dar uma solução final para o estudo que se desenvolverá, mas o início a uma discussão de como é que estes espaços vazios poderiam ser estudados e abordados, consciencializando todas as partes envolvidas no processo em estudo. Serão dados alguns exemplos e indicações de como poderiam ser os espaços após a análise dos dados do processo participado e das vontades locais. Estas propostas não serão desenvolvidas na totalidade - pois o tempo para a realização de um trabalho desta natureza é longo e não se coaduna com o tempo deste trabalho académico -, serão somente propostas esquemáticas que terão que ser ainda mais desenvolvidas com atores locais e a população a fim de se chegar a uma proposta mais viável e de acordo com as vontades e necessidades locais. Conforme já referido, é nossa intenção, assim como da comunidade local, desenvolvê-lo numa fase subsequente.

1.3 Área de investigação

A investigação concentra-se essencialmente na problemática dos vazios urbanos, muitas vezes associados a áreas suburbanas onde o rápido crescimento e necessidade de urbanizar careceu de um acompanhamento regulamentar e de planeamento eficaz e ordenador do espaço urbano. São espaços sem vivência e sem utilização pública, pouco cuidados e que representam barreiras, descontinuidades e desconexões urbanas, sendo muito presentes nos subúrbios residenciais da primeira e segundas coroas de Lisboa. É este o caso do território em estudo, a cidade de Agualva-Cacém,

que pertence às freguesias de Agualva e Mira Sintra e Cacém e São Marcos, e ao concelho de Sintra. Está englobado e pertence à AML e é um território marcado por uma forte ligação pendular face a Lisboa através de um eixo estruturante ferroviário (linha de Sintra) e rodoviário (IC19), sendo um dos maiores centros populacionais do concelho de Sintra.

Neste território existem diversos vazios urbanos que surgem como uma oportunidade de estudo para a possibilidade de reconversão em espaços e usos públicos para utilização da população.

A seleção da área para uma análise mais focada prendeu-se, também, pela otimização do tempo para se poder chegar mais longe no processo que se pretendia desenvolver, como também por ser a área mais necessitada de atuação pelas suas características, por ser a mais densa ao nível edificado e populacional. A aplicação real do processo materializa-se a partir do momento em que são identificados e caracterizados os vazios urbanos existentes até à escolha dos espaços prioritários de intervenção, para a seleção dos casos de estudo, sendo apresentadas propostas genéricas, no final do processo participado.

Os casos de estudo apurados e selecionados para o aprofundamento do processo foram quatro, sendo esta análise apresentada no capítulo 5.

1.4 Metodologia

Para responder às questões colocadas e como forma de atingir os objetivos definidos para o trabalho, optou-se por estabelecer desde o início uma metodologia que orientasse a investigação durante todo o processo de trabalho.

Para a elaboração deste trabalho científico, adotou-se uma metodologia de estudo de caso, com uma abordagem de carácter qualitativo, em que se mobilizaram diversas técnicas de recolha e análise de informação (a observação direta, análise documental, entrevistas, inquéritos por questionário e sessões de grupo, ...), para perceber o fenómeno estudado na sua totalidade e múltiplas dimensões, reunindo a informação reflexiva para tentar responder aos problemas e questões do trabalho. Esta recolha informativa contribuiu depois para o desenvolvimento de um processo participado numa estratégia de intervenção, criando linhas orientadoras e propostas genéricas em vazios urbanos de espaço público, que tem como intensão última contribuir para um bem-estar social e qualidade de vida dos residentes e utilizadores da área de intervenção.

Este trabalho está estruturado em três momentos distintos mas interdependentes e relacionados entre si.

Uma primeira fase recaiu na recolha e análise de documentos variados (livros, artigos, relatórios, e outros) para a definição do quadro teórico e conceptual do trabalho. Fez-se um inventário das fontes disponíveis e mais importantes para a definição e análise dos conceitos e ideias dos diversos autores sobre as temáticas explicitadas, nomeadamente sobre a questão urbana, os processos, as consequências e os elementos urbanos; mas também sobre as estratégias de intervenção participadas onde se discute a acupuntura urbana e o urbanismo tático como propostas alternativas e/ou complementares ao planeamento urbano tradicional.

Nesta fase fez-se também a investigação e análise, com recurso a casos de referência de relevância nacional e internacional sobre estratégias participadas, a acupuntura urbana e o urbanismo tático, bem como projetos de referência de vazios urbanos e de espaços públicos. Os métodos a serem utilizados nesta fase basearam-se na recolha e análise crítica de textos, imagens e documentários. Complementarmente, foi realizada uma visita em dois locais de Espanha, Saragoça e Barcelona em Abril de 2016, como forma de alargar os conhecimentos dentro da temática em estudo e perceber casos práticos de aplicação de reconversão de áreas vazias e de espaços públicos.

A informação recolhida e trabalhada nesta primeira fase contribuiu para a elaboração dos capítulos: 2 *A Questão Urbana: Processos, consequências e elementos* e 3 *A Acupuntura Urbana versus O Urbanismo Tático. Processos, estratégias e projetos participados no urbanismo*, conforme apresentado no ponto 1.5.

Numa segunda fase fez-se o enquadramento, a contextualização e a análise da área de estudo. Neste contexto utilizou-se uma metodologia qualitativa e as técnicas utilizadas foram:

- i) a observação direta às práticas espaciais da população na área de estudo, feita em vários momentos ao longo do processo de trabalho, permitindo analisar o espaço na sua vertente física e as dinâmicas estabelecidas, tendo sido objeto de vários registos fotográficos;
- ii) os dados estatísticos, designadamente a informação estatística dos últimos recenseamentos gerais da população (INE) possibilitaram caracterizar a população e a área de intervenção, em que a ferramenta ArcGis permitiu elaborar um conjunto de mapas exemplificativos da análise e o Excel gráficos ilustrativos das realidades e dinâmicas apresentadas;

iii) a cartografia, de vários levantamentos, datas e documentos da Câmara Municipal de Sintra, permitiram caracterizar e fazer a evolução urbana do concelho, das freguesias e da cidade de Agualva-Cacém;

iv) documentos variados, desde relatórios técnicos e legislação, serviram para analisar planos, programas, estratégias e projetos de diferentes escalas com incidência na área de estudo, com o propósito de conhecer as propostas, as intenções e as implicações desses elementos no território;

v) a observação *in loco*, cruzada com imagens de satélite e *Street View*, complementado com informação fornecida pela CMS num ficheiro Autocad sobre o território, com indicação das categorias de espaços, permitiu numa primeira análise a identificação, seleção e categorização dos vazios existentes na cidade de Agualva-Cacém, sendo esta representação expressa num mapa síntese e em fichas identificativas em anexo neste trabalho.

A informação recolhida e trabalhada nesta segunda fase contribuiu para a elaboração do capítulo 4 O caso de estudo de Agualva-Cacém, Sintra, conforme apresentado no ponto 1.5.

Por fim, numa terceira fase, elaborámos o desenho da investigação, com a descrição dos vários momentos e formatos de participação, utilizando uma metodologia qualitativa. Esta fase e a metodologia aplicada está desenvolvida no capítulo 5. Aqui faremos uma apresentação dos principais tópicos de uma forma genérica e neste sentido, as técnicas utilizadas foram:

i) realização de entrevistas semi-estruturadas a atores locais, para numa primeira instância explicar o trabalho a desenvolver, as opiniões sobre o território e se estariam interessados em colaborar no processo;

ii) foram realizados inquéritos por questionário a alunos, professores e funcionários e à população em geral;

iii) realizámos um debate com atores locais e um *workshop* com alunos, que contribuiu para o mapeamento dos vazios e usos prioritários de intervenção;

iv) foram recolhidas, tratadas e analisadas as informações resultantes dos inquéritos por questionário no programa SPSS e Excel, que possibilitou caracterizar os vazios urbanos e contribuiu para a delimitação dos casos de estudo através do número de identificações de cada vazio, assim como para ter uma visão mais ampla das problemáticas existentes e

das possíveis soluções a adotar, para uma adequação dos espaços propostos ao perfil dos utilizadores;

v) foram realizados outros inquéritos por questionário, com um carácter mais local, e que incidiram na população afeta aos vazios previamente seleccionados, a fim de se obter informação dos usos, expectativas e necessidades.

Com esta informação recolhida e analisada, procedeu-se em seguida a alguns estudos e propostas esquemáticas para as áreas através da distribuição dos usos resultantes do processo participado.

A informação recolhida e trabalhada nesta terceira fase contribuiu para a elaboração do capítulo 5 “Acupuntura Tática”: o processo e as estratégias participadas, conforme apresentado no ponto 1.5.

Complementarmente, e como forma de questionar, complementar e fundamentar o trabalho, participámos nos seguintes eventos:

i) no “Concurso de Ideias – Revitalização do Largo da Feira da Malveira e Av. José Batista”, desenvolvido entre Junho e Setembro de 2016, em parceria com Sérgio Dias Martins, que foi importante como uma estratégia real de intervenção num espaço “vazio” descaracterizado, propondo um espaço público mais organizado, seguro, atrativo e cultural, para uma feira semanal e como espaço público para os restantes dias, proporcionando a utilização da população residente e dos visitantes; algumas das ideias apresentadas serão incluídas no projeto final;

ii) a participação no *workshop* “Projetar a Cidade com a Comunidade”, em Lisboa, em Maio de 2017, foi fundamental para aplicar numa realidade os processos e as técnicas participativas;

iii) a participação no congresso “Projetar a Cidade com a Comunidade”, em Lisboa, no mês de Junho de 2017, foi importante para apresentar parte do trabalho desenvolvido, permitindo a discussão e a interação com especialistas das temáticas; na sequência das apresentações das comunicações foram propostos dois artigos para publicação numa revista;

iv) a participação no Congresso “Lisbon AESOP Annual Congress'17”, em Lisboa, Julho de 2017, foi importante para apresentar o trabalho e discutir com especialistas nacionais e internacionais algumas componentes do trabalho.

1.5 Estrutura da dissertação

Como forma de organizar e apresentar a investigação realizada, estruturámos o trabalho em seis capítulos: 1. Introdução; 2. A questão urbana: processos, consequências e elementos; 3. A Acupuntura Urbana versus O Urbanismo Tático. Processos, estratégias e projetos participados no urbanismo; 4. O caso de estudo de Agualva-Cacém, Sintra; 5. "Acupuntura Tática": o processo e as estratégias participadas; 6. Considerações finais e desenvolvimentos futuros.

O primeiro capítulo do trabalho é referente ao enquadramento global, fazendo-se uma introdução ao trabalho, explicitando o tema e a sua justificação, são apresentados os objetivos e as questões de trabalho, a metodologia, a área de investigação e a estrutura da dissertação.

No segundo capítulo é feito um contexto sobre o crescimento e desenvolvimento das cidades e de seguida especificamente sobre a AML e das suas áreas suburbanas; explicitamos os desafios inerentes do atual planeamento urbano no que toca a uma necessidade de mudança face à prática atual de planeamento territorial. As consequências de um planeamento ineficaz, os vazios urbanos, e o espaço público como possível elemento de transformação destes espaços abandonados no território. Neste sentido são analisados alguns exemplos de projetos de reconversão e transformação de espaços vazios em espaços públicos.

No terceiro capítulo far-se-á uma contextualização acerca de estratégias e formatos de participação quer ao nível nacional como internacional e são analisados alguns exemplos de grupos, projetos, processos e programas participados de forma a refletir sobre qual poderia ser o seu contributo na promoção da participação numa cidade; apresentamos e discutimos metodologias e abordagens que incentivam a participação ativa dos cidadãos e como é que as intervenções acupunturais ou táticas lhe podem servir de suporte.

No quarto capítulo abordar-se-á o caso de estudo, o território de Agualva-Cacém, em Sintra, fazendo um enquadramento de Sintra e contextualizando o território de Agualva-Cacém do ponto de vista histórico e analisando um conjunto de planos e programas de planeamento urbano da área, bem como a realização de análises do território nas suas diversas componentes; e por fim os vazios urbanos existentes, identificando-os no território e caracterizando-os dentro de uma área de estudo definida.

O quinto capítulo surge como um dos momentos principais do desenvolvimento do trabalho, pela aplicação dos vários conceitos estudados transpondo para um contexto real. Aqui procura-se relatar todo o desenho e processo

participado, os resultados obtidos na investigação, uma componente mais prática de aplicação. São descritas as várias fases do processo, desde a elaboração dos questionários, à realização de debates com atores locais, como de um *workshop* realizado com jovens, e por fim com base nos dados obtidos, a realização de estudos e propostas esquemáticas sobre os espaços vazios elegidos como prioritários de intervenção.

No último capítulo são expressas as considerações finais sobre o trabalho e onde é debatido a concretização ou não dos objetivos definidos, explicitando se é possível promover processos participados dentro desta temática, lançando ainda desafios e oportunidades de desenvolvimentos futuros. Apresentamos o potencial do envolvimento das comunidades nos processos participados numa escala local; mencionamos o que não foi possível de ser concretizado e outras estratégias que poderiam ter sido utilizadas; referimos algumas diretrizes de como poderia ser alterado e/ou completado o processo para criar uma base sólida que pudesse efetivamente ser utilizada e replicada noutras áreas urbanas.

Ainda, em anexo, num volume separado, é possível verificar um conjunto de materiais que influenciaram diretamente o processo de trabalho, constando as fichas criadas de cada vazio urbano, elementos gráficos e dados de Agualva-Cacém, a identificação de atores locais, materiais e dados das sessões como os questionários e algumas informações incluindo gráficos e tabelas, e ainda os desenhos esquemáticos dos estudos de cada vazio urbano.

Ao longo do trabalho foi utilizada a norma de referência bibliográfica portuguesa NP 405.

2. A Questão Urbana: processos, consequências e elementos



Fig.1 - Imagem de satélite da Área Metropolitana de Lisboa, NASA, 2000. Fonte: Adaptado a partir de Domingues (2005, p.292)

O presente capítulo procura contextualizar e analisar o crescimento e o desenvolvimento das cidades e dos territórios urbanos, incidindo sobre os fatores impulsionadores do crescimento, do planeamento e da gestão urbana, analisando de forma geral o caso Português, especificando a AML nas relações entre o centro (Lisboa) e os seus territórios periféricos.

O rápido crescimento não planeado e fragmentado do desenvolvimento urbano, principalmente na segunda metade do século XX, condicionou a gestão do território. Assim, pretende-se perceber qual o papel, as limitações e a capacidade de atuação da administração face às realidades urbanas emergentes.

Neste sentido, a não adequação de planos mais concretos e eficazes resultou no surgimento de áreas vazias no interior e na envolvente das cidades. Pretende-se compreender e analisar o que são e representam estas áreas vazias no território, como surgem, como são caracterizadas e a sua importância como uma oportunidade de intervenção e revitalização de áreas urbanas.

Por fim é estudado o conceito de espaço público como elemento fundamental de organização e orientação no espaço urbano, mas também de permanência e usufruto individual ou coletivo, e neste sentido interessa-nos compreender o papel dos espaços públicos na cidade e se as áreas vazias no território poderão ser convertidas em espaços públicos utilizados pela comunidade.

2.1 Os processos de crescimento urbano e o desenvolvimento de áreas suburbanas

Antes do foco em alguns dos aspetos específicos dos processos de crescimento urbano e da formação das áreas suburbanas, apontamos algumas ideias gerais sobre a temática.

O conceito de urbanismo aborda contextos geográficos, económicos, sociais, políticos e culturais. A tónica do urbanismo remete-nos para as alterações do modo de vida, dos processos e comportamentos na forma de habitar a cidade, formas de uso, do tempo e do espaço. Adjacente a esta realidade corresponde a concentração da população, que vai alterando as formas físicas consoante o espaço e a sua densidade territorial. Para se urbanizar o território é necessário que tenha o mínimo de elementos estruturais que possam atender às necessidades básicas da população, ou seja, acesso a infraestruturas, serviços e equipamentos. Pode-se observar que existe uma relação direta entre urbanização e o desenvolvimento socioeconómico, uma vez que só assim é possível a consolidação como espaço habitável. Nos países mais ricos, este ritmo de concentração tem vindo a desacelerar, as áreas metropolitanas tendem a perder peso demográfico e o mesmo passa a ser distribuído por territórios mais vastos, resultando assim na dispersão das áreas urbanas. No entanto, as metrópoles são o motor de crescimento para a economia pela modernização e inovação, criando novos bens e serviços à cidade e à sua população (Gaspar, 2005).

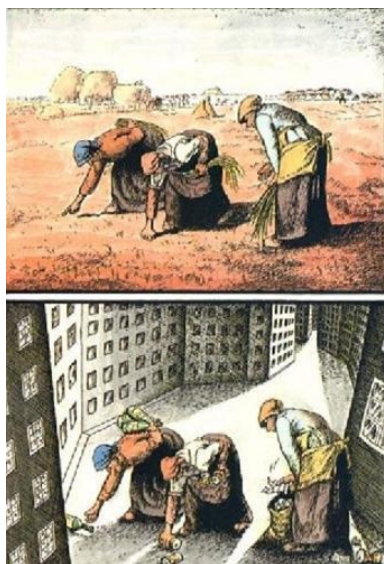


Fig. 2 - Ilustração sobre a migração do campo para a cidade.

Fonte: <http://proec.ufabc.edu.br/ejaecosol/projeto-cieja-na-rua-para-alem-dos-muros-da-escola/>

Os padrões de povoamento do território surgem de duas formas, por um lado a concentração da população em áreas urbanas e por outro a dispersão das aglomerações urbanas. A primeira tendência deu-se com o início da revolução industrial, a expansão da cidade tradicional para além dos seus limites só aconteceu após a introdução dos sistemas de transporte público. A urbanização e o seu acesso era feito pela migração, do campo para a cidade; a cidade possuía autonomia, identidade própria e interligação com os seus territórios adjacentes. Um dos impulsionadores do urbanismo foi a mobilidade entre regiões, pela introdução do automóvel, passou a ser possível aproximar os diversos modos de vida, rurais e urbanos, alterando-se assim as condições ao nível do trabalho, serviços, indústria e agricultura (Costa, 2007).

Assim, o crescimento populacional urbano tem vindo a determinar o aumento da área construída, resultando em variações ao longo do tempo relativamente aos limites da cidade. Vão surgindo novos núcleos periféricos designados de subúrbios caracterizados por uma grande dimensão demográfica (Salgueiro, 1992).

2.1.1 A urbanização e o desenvolvimento do território urbano e metropolitano de Lisboa

Em Portugal, segundo Gaspar (2003), em meados do século XIII a Administração Central muda-se para Lisboa e com isso veio realçar o crescimento demográfico no sul do país e o papel de Lisboa na expansão marítima, aumentando assim a projeção da cidade. O autor refere que Lisboa desde cedo assumiu o estatuto de maior e principal cidade do país, as descobertas marítimas do Atlântico e a expansão territorial para o norte de África valorizaram-na como polo económico, capital política e porto de mar, permitindo ganhar importância no contexto internacional.

Na segunda metade de oitocentos, Lisboa vê a sua população duplicar em menos de meio século. Também as áreas a Norte faziam-se acompanhar do surto da grande cidade, em concelhos como Oeiras, Cascais, Sintra e Vila Franca de Xira. Todavia, a partir do século XX poucas foram as áreas que escaparam a um rápido aumento. Em meados do século XX, o concelho de Lisboa perde habitantes e todos os concelhos em redor duplicam ou até mesmo quadruplicam o número de habitantes. Entre 1801 e 1911 existe um desenvolvimento de indústrias e dos portos o que influencia as cidades localizadas no interior, mais continentais, levando-as ao declínio, mas também começam a surgir diversos núcleos chamados de subúrbios em redor a Lisboa e Porto (Gaspar, 2003).

O crescimento dá-se essencialmente ao longo e em redor dos eixos ferroviários e mais tarde, com o aparecimento do transporte individual e as estradas rodoviárias, estas áreas acentuam-se. Podemos identificar os seguintes períodos:

- i) entre 1920 e 1930, Sintra e Cascais têm um acréscimo superior à média;
- ii) entre 1930 e 1950, os concelhos apresentam ritmos diferentes, nuns o ritmo é constante e noutros aumentam as taxas de crescimento, considerando-se uma suburbanização moderada;
- iii) após 1950 o crescimento é "explosivo" para os subúrbios;
- iv) no final dos anos 1970 é marcada uma nova fase, integrando as áreas e alargando-as a uma coroa mais distante.

Já no início dos anos 1990 referia-se que *"Hoje a situação acha-se muito alterada: Lisboa mantém o topo, mas Oeiras, Loures e Sintra aproximaram-se bastante."* (Salgueiro, 1992, p.86).

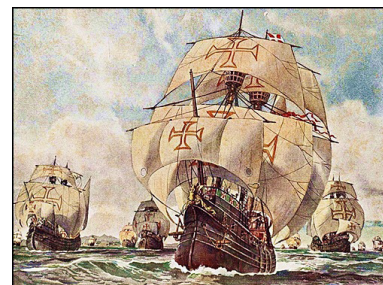


Fig. 3 - Imagem da expansão marítima portuguesa.

Fonte: <http://www.debateculturais.com.br/a-expansao-portuguesa-no-atlantico-sul/>



Fig. 4 - "O surgimento do comboio" Fotografia de comboio a carvão, 1967.

Fonte: <https://delagoabayworld.wordpress.com/2014/04/16/comboio-a-carvao-dos-cfm-em-lourenco-marques-1967/>

O fenómeno da suburbanização² tem o seu período despontador e mais vincado nos anos 1950 com a aceleração do êxodo rural para dar lugar a áreas urbanas do litoral (Salgueiro, 2005). Esta realidade vem influenciar a estrutura de povoamento das coroas suburbanas de Lisboa e Porto retratando os intensos processos de suburbanização e periurbanização³ dos últimos anos, que ainda não se encontravam estabilizadas, a cidade do Porto apresentando uma urbanização mais extensa e Lisboa mais densa (Salgueiro, 1992; Marques, 2005).

Um outro aspeto marcante é que a densidade populacional inverte, a população do centro dispersa-se para as periferias e o centro começa a ganhar novas funções, funções essas de escritórios associadas ao processo de terciarização. Lisboa enquanto concelho e o centro da AML, a partir de 1950, apresenta taxas de crescimento decrescentes fruto do processo suburbano, chegando a ter saldo demográfico negativo entre 1960-70, sendo que a sua suburbanização se intensifica com taxas muito elevadas de crescimento populacional nos concelhos envolventes. Esta realidade, dos núcleos suburbanos, o elevado número de habitantes e densidade edificada, induzem novos problemas nas áreas metropolitanas com alterações territoriais, pois neste processo de crescimento, a preferência por vezes foi por alojamentos individuais, o que resultou numa maior superfície de construção territorial, consumindo assim um maior espaço, passando muitas vezes de solo rural para urbano (Gaspar, 2003).



Fig. 5 - Fotografia da construção da Ponte 25 de Abril.

Fonte: <https://sol.sapo.pt/artigo/510515/sabe-quanto-teria-custado-a-ponte-25-de-abril-na-moeda-atual->



Fig. 6 - Fotografia da AUGI de Casal do Brejo, Sintra.

Fonte: <http://slideplayer.com.br/slide/10225071/>

Nos anos 60 o loteamento e construção clandestina surgem como formas de expansão urbana da AML, inicialmente a Norte de Lisboa e posteriormente para a península de Setúbal após a abertura da ponte em 1966 (Soares, 2003). Este fenómeno surge, também, como resposta a situações de carência habitacional dos novos residentes provenientes das ex-colónias. O processo de terciarização e as atividades terciárias movimentaram as pessoas para fora da cidade-centro verificando-se uma mudança imobiliária para junto de povoações pré existentes ou terrenos vazios. Após o 25 de Abril a política para as áreas suburbanas centrava-se nas necessidades de infraestrutura, integração e legalização dos bairros clandestinos. Este tipo de apropriação clandestina surge frequentemente através de moradias unifamiliares ou em banda e com edifícios plurifamiliares com menos de 3 pisos. Contrariamente, quando se inicia o processo acelerado dos subúrbios as tipologias usuais seriam

2 Suburbanização: é o processo de desenvolvimento dos subúrbios, o crescimento das grandes cidades para a sua periferia. Este processo está relacionado com as deslocamentos pendulares, e a sua dependência face à grande cidade da função laboral, e no subúrbio predomina a função residencial. É fruto do crescimento demográfico, do desenvolvimento dos transportes e infraestruturas viárias, da maior disponibilidade e de terrenos mais baratos, entre outros fatores (Mourato, 2011).

3 Periurbanização: deriva do processo de suburbanização ou do crescimento urbano em mancha de óleo, um crescimento não planeado e não controlado. São áreas de transição e de articulação entre os espaços rurais e as áreas urbanas (Mourato, 2011).

de edifícios plurifamiliares de vários pisos e até mesmo em torre, dominando uma paisagem sem características e monótona, sem espaços verdes e falta de equipamentos, numa imagem desorganizada (Salgueiro, 2005).

Sintetizando, em termos numéricos, Lisboa em 1980 perde 18% da população residente e 16% na década de 1990, já as periferias aumentam principalmente nas décadas de 1950/60/70 abrandando um pouco na década de 1980, sendo que as variações de população chegam a ultrapassar os 100% na década de 1970. Já no Porto os processos não são tão fortes, a cidade central perde população mas a ritmos mais moderados e as periferias crescem de forma não tão acentuada com percentagens inferiores a 30%. Neste território (Porto), existe uma maior presença de pequenos centros e cidades médias de dimensão mais reduzida (Marques, 2005).

Após o 25 de Abril de 1974 dá-se a descolonização, originando a perda de importância de Lisboa, política, económica e social. A crise económica que se instalou desde 1973 acentuou o declínio da capital, ao mesmo tempo dá-se o maior crescimento demográfico resultado do meio milhão de portugueses vindos das ex-colónias e do retorno de milhares de portugueses emigrantes vítimas da crise, principalmente de França e Alemanha. Contudo com a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia, em 1986, permite recuperar e reforçar o capital e acelerar o processo de privatizações. Foi após 1974 que o sistema urbano português reforça a bipolarização mas é a partir dos anos 1980 e 1990 que o fenómeno mais marcado é o reforço da urbanização surgindo de diversas formas no território por concentração em cidades e outros aglomerados urbanos, seja de forma dispersa ou aglomerada num crescente conjunto de redes sub-regionais, regionais, nacionais e também internacionais (Gaspar, 2003).

Assim, a chamada “Área Metropolitana de Lisboa”, surge em 1991, caracterizada por ter um centro principal, Lisboa e com várias cidades satélites, salientando-se Loures, Amadora, Almada, Cascais, Oeiras, Cacém, Vila Franca de Xira, Odivelas e, mais distanciada, Setúbal. A região envolvente de Lisboa sofreu um processo de fragmentação contínuo, sendo possível distinguir diversos eixos suburbanos. Por um lado temos o eixo da linha de Cascais onde predominam as atividades terciárias, já no eixo de Sintra e de Loures, estão misturados com atividades industriais (Salgueiro, 1992).

No período entre 1991 e 2001 verifica-se uma variação negativa no número de alojamentos devido essencialmente ao envelhecimento da população que afeta tanto o centro como os subúrbios. Enquanto ao longo dos principais eixos de expansão urbana da área metropolitana prevalecem as grandes densidades de residência em edifícios plurifamiliares, nos espaços inter-radiais



Fig. 7 - Notícia sobre a descolonização portuguesa, 1975.

Fonte: <https://noseahistoria.wordpress.com/2012/03/09/a-descolonizacao-portuguesa/>



Fig. 8 - Mapa da AML - Região da Grande Lisboa e Região da Península de Setúbal.

Fonte: CMS, 2014, p.7

observa-se a generalização difusa dos edifícios unifamiliares vulgarmente designados por vivendas ou moradias (Soares, 2003, p.153). Por exemplo, no concelho de Sintra existe um elevado número de edifícios unifamiliares de uso sazonal.



Fig. 9 - Fotografia do condomínio Fechado em Santo António de Lisboa.

Fonte: http://www.belasantacatarina.com.br/imoveis/florianopolis/561/lindo_terreno_em_condominio_fechado_em_santo_antonio_de_lisboa

Mais recentemente nota-se o fenómeno dos condomínios habitacionais fechados, fruto de uma procura por maior qualidade associada à segurança, qualidade arquitetónica, urbanística e socioprofissional. Arrabaça (2002) e Salgueiro (2005) referem a procura de habitação própria normalmente de baixa altura em ruas e bairros privados fechados sobre si pelo desejo de fugir à cidade. Normalmente vedados e com sistemas de segurança, os condóminos privados, estão isolados do resto da cidade. Outra tendência foram também as urbanizações periféricas dependentes exclusivamente do automóvel que mantinham relação direta com a cidade tradicional devido ao emprego e espaços públicos que nela existiam. Daí em diante tem-se assistido a um novo urbanismo associado aos anos 1990, às paisagens urbanas do passado mas com espaços públicos de qualidade com benefícios sociais e ambientais e com uma mistura de funções adequada e integrada com e na cidade (Salgueiro, 2005).

Também outra tendência são as residências recuperadas nos centros históricos das cidades (Soares, 2003). Os centros históricos necessitam de revitalização devido aos valores que transportam da cultura e identidade mas, é também necessário consolidar e revitalizar as áreas suburbanas que viram o seu crescimento de forma desorganizada e sem planeamento (Salgueiro, 1992).

De facto, a história das áreas suburbanas em muito se deve à especulação em períodos de forte procura e deficiente controlo público de transformação dos solos. Mas, nos últimos 25 anos do século XX os recursos e novas competências municipais permitiram investimentos no domínio das obras e infraestruturas básicas e de equipamentos sociais a nível local, colmatando carências existentes e equilibrando a rede de serviços básicos (Salgueiro, 2005). Outro fator do crescimento suburbano foi, a subida dos preços dos terrenos no centro urbano que, fez com que se procurasse alojamento na sua periferia. Esta realidade incide também nas indústrias, armazéns, equipamentos desportivos entre outros, pela necessidade de um terreno maior, que no centro tradicional não existia. Além do fator custo do alojamento havia também quem procurasse estas áreas por dispor de um maior espaço, com mais sossego e privacidade principalmente em moradias unifamiliares com jardim.

Ou seja, os núcleos urbanos periféricos são normalmente complexos e articulados não só pela suburbanização residencial mas também desta com a realocação das atividades económicas com zonas de emprego

normalmente associadas à indústria mas também a zonas de lazer, criando assim uma rede complexa de relações de áreas relativamente especializadas (Marques, 2005; Salgueiro, 1992). Nos últimos anos aumentou a periurbanização com uma nova forma urbana, associada a um crescimento mais extensivo, pouco denso e descontínuo ligado a uma forte mobilidade individual assente sobretudo no automóvel o qual permite uma dispersão de fluxos em várias direções. *"São as grandes infra-estruturas de acessibilidade que estruturam e direccionam os fluxos na cidade contemporânea."* (Marques, 2005, p.204).



Fig. 10 - Fotografia das infraestruturas de Portugal, Agualva-Cacém, 2017.

Fonte: <http://www.pcp.pt/infraestruturas-de-portugal-ip-imperioso-reverter-fusao-da-refer-com-estradas-de-portugal>

Segundo Gaspar (2005) cada vez mais a dispersão verificada na forma de habitar e de todas as suas funções subjacentes dificulta a gestão do território, aumentando a confrontação entre diversos atores na produção de solo urbano. A dispersão da urbanização e a sua fragmentação dão novas formas de uso dos espaços: i) os espaços de habitar; ii) os espaços de trabalho; iii) os espaços de consumo; iv) os espaços de lazer; e v) os espaços do poder.

i) Os **espaços de habitar** tendem a ser segregados seja por motivos sociais, culturais e até mesmo arquitetónicos, mas por outro também temos a segunda habitação, uma extensão da habitação principal, por vezes aparecendo ainda mais segregada e fechada sobre si. A esta realidade associa-se também o automóvel que, simboliza a fuga e descoberta, um novo estilo de vida urbana.

ii) Dentro dos **espaços de trabalho**, verifica-se o declínio da produção industrial e surgem os modelos mais flexíveis com dispersão de tarefas. Ambos alteram e dão forma às paisagens urbanas, passando a existir uma crescente segregação entre a função e o território.

iii) Os **espaços de consumo** são uma das características do urbanismo, através de espaços comerciais que oferecem espaços de consumo. As lojas até então de bairro são substituídas por lojas "massificadas" que existem por toda a parte e com elas o crescimento de mais infraestruturas de acesso e de ligação aos vários núcleos habitacionais. Hoje em dia, já é possível começar a notar-se o inverso, os centros começam a reaver as lojas que até então tinham fechado ou desaparecido.

iv) Os **espaços de lazer** são difusos e tornaram-se num valor universal. O turismo é um dos exemplos do consumo, os espaços que antigamente eram vistos como terapia, os espaços fechados de oração que tranquilizavam a alma, são hoje substituídos por centros comerciais, zonas em declínio, zonas naturais entre outras, e são criadas atividades de lazer facultadas por diversos equipamentos. A cidade é vista como a fonte de inspiração, a sua forma sagrada, a ilusão do espaço público, a segurança total, eterna e de ordem e equilíbrio da felicidade.

v) Dentro dos **espaços de poder**, é possível observar que *"O poder económico, globalizado, manifesta-se fora do quadro institucional dos estados, mas pode ter uma presença decisiva ao nível local."* (Gaspar, 2005, p.294). Cada vez mais o poder político torna-se partilhado, criando-se macro-regiões e respostas de afirmação local, existindo uma maior partilha de poder. O reforço do poder local como necessidade de fortalecer um território que lhes é familiar.

O processo de crescimento urbano e o desenvolvimento dos subúrbios tem sido muito debatido nas últimas décadas e, segundo Domingues (2006) e Gaspar (2005) torna-se necessário refletir sobre a nova condição urbana resultante do processo de explosão, de expansão e de fragmentação dos aglomerados urbanos contemporâneos, que permite ilustrar de forma bastante elucidativa a complexidade e a radicalidade das dinâmicas associadas aos processos de urbanização recente, na envolvente territorial dos núcleos urbanos mais ou menos consolidados.

Neste sentido, Ferrão (2003) questiona o que é hoje uma cidade, referindo que durante muitos séculos a sua delimitação geográfica não colocava problemas. A dimensão morfológica, funcional, social e política, mesmo que não fosse com muralhas contrastava com o mundo rural. Hoje vive-se em cidades sem fronteiras e complexas, com centros históricos, subúrbios massificados ou de luxo, interstícios rurais, cidades de média dimensão ou parques naturais que se articulam entre si numa extensão geográfica muito diversificada.

O conceito de região metropolitana surge da necessidade de enquadrar processos associados a uma cidade geograficamente estilhaçada, mas integrada funcionalmente, construída por pessoas e organizações, que no seu dia-a-dia produzem tramas densas de deslocações e contactos em torno da cidade central, mas envolvendo diversos polos residenciais ou de emprego mais reduzidos e dispersos no território (Ferrão, 2003).

Assim a Área Metropolitana por excelência é a de Lisboa uma vez que a estrutura territorial da urbanização é dirigida pela cidade-centro, principalmente pela concentração de funções terciárias que criam um efeito polarizador dados

pela dimensão, volume de emprego e intensidade de funções, produtoras de periferias residenciais extensas. *"O hiper-centro criou uma hiper-periferia e o núcleo central de Lisboa transformou-se numa congestão permanente que enche e esvazia todos os dias."* (Domingues, 2011, p. 86).

O que nós designamos de periferia ou subúrbio toma diversas nomenclaturas. Por exemplo, *Sprawl*, é uma designação introduzida nos anos 60 nos EUA e significa o crescimento urbano sem forma, extensivo, um crescimento não planeado e não controlado do desenvolvimento urbano de áreas adjacentes aos limites das cidades (Domingues, 2006; Mourato, 2011). Aqui o mundo social é perdido uma vez que se vive e trabalha em distintos locais, o terreno é mais barato, o automóvel traz outra comodidade, e vive-se mais próximo do "verde".

Tal como refere Domingues (2006), quando se fala de urbanização difusa e/ou subúrbio é como uma negação de uma ideia real de cidade, uma vez que a forma urbana não lhe permite identificar como tal. Para se pensar no urbano e na sua forma, é necessário deixar de fora juízos de valor, pois se existem esses núcleos urbanos é porque respondem a um determinado contexto social. Assim, serão necessárias soluções que possam dar respostas de forma multifuncional e que sejam capazes de enfrentar as mudanças, variedades de circunstâncias e crises, através de referências e potencialidades locais, ao invés da massificação (Domingues, 2006).

Por exemplo, se deixarmos de pensar no centro como centro histórico, os centros são ligados à ideia de lugar e de pertença, de localização, de forma, de perfil funcional, e isso mesmo, mostra-nos a possibilidade de várias interpretações e mutações. Por um lado, a cidade tradicional contém património, simbologia e identidade onde por momentos de crise só se fala em despovoamento, insegurança, envelhecimento, ruína, entre outros aspetos, e onde a sua revitalização é objeto prioritário das políticas urbanísticas. Por outro lado, temos os novos centros, também designados de centralidades periféricas, desenhando um novo território com novas formas de produzir, distribuir e consumir, mas também são vistas como uma ameaça aos centros tradicionais, como transferências, centrifugações, das diversas funções do centro tradicional, *"(...) a cidade que perde qualidades, dá lugar ao urbano sem qualidades, à multiplicação dos não lugares, amplificando-se mais a nostalgia do centro. Estas diversas realidades mostram uma grande crise de identidade a qual é necessário estudar. A infraestrutura de mobilidade, a acessibilidade e a identificação de funções constituirão os referentes principais do fazer centro."* (Domingues, 2006, p.34).

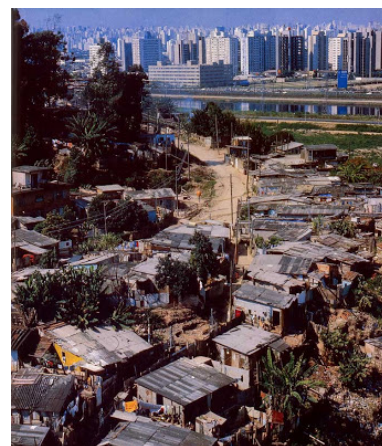


Fig. 11 - Fotografia ilustrativa da urbanização difusa, Amadora e Loures.

Fonte: <http://hortadozorate.blogspot.pt/2008/06/pobreza-amadora-e-loures-so-concelhos.html>

2.1.2 Dinâmicas de transformação urbana: infraestruturas de transporte e mobilidade

Podemos estabelecer, ao longo do tempo, uma relação entre o povoamento e a organização urbana e os transportes e a acessibilidade. O desenvolvimento radial proveniente no final do século XIX, pela introdução do elétrico, cria uma distensão do centro da cidade ao longo das linhas e por isso inicia-se a expansão dos subúrbios residenciais atraindo um conjunto mais alargado da população. O caminho-de-ferro vem permitir ligações interurbanas e inter-regionais não só para transporte de passageiros como de mercadorias, o que permite uma realocação das unidades industriais ao longo das linhas. Na segunda metade do século XIX começa também a servir como modo de transporte suburbano, no entanto, somente com a eletrificação da rede ferroviária, com início em 1900 nos Estados Unidos da América e Europa, é quando ganha relevo, resultando numa maior expansão das linhas e dos serviços suburbanos expressando-se nas deslocações pendulares (Costa, 2007).

O transporte serve a cidade e é parte integrante da mesma uma vez que é responsável pelo consumo de uma parte importante do tempo dos habitantes e tem alguma expressão em termos de ocupação no espaço urbano, com diferentes variáveis no que toca ao nível de cobertura, custos e qualidade o que contribui para uma diferenciação espacial da cidade. *"O crescimento e organização dos espaços urbanos foram, em larga medida, suportados pelo progresso tecnológico verificado no sector dos transportes."* (Costa, 2007, p. 78). As condições económicas e urbanas influenciam as condições de mobilidade individual podendo ser identificadas 3 fases (Costa 2007):

i) A primeira fase corresponde ao início da revolução industrial, onde as deslocações são no geral individuais e a pé, de pequenas distâncias existindo uma proximidade entre a área de residência e a área de trabalho, mas também a incapacidade de suportar os custos nos modos de transporte público que começavam a ser disponibilizados.

ii) A segunda fase corresponde à introdução do elétrico o que propicia que a cidade se desenvolva ao longo das linhas do elétrico alcançando zonas mais periféricas, agora com redução de custos abrangendo assim mais população que economicamente se encontrava excluída do uso do transporte público.

iii) A terceira fase corresponde à expansão urbana associada aos modos rodoviários, essencialmente o automóvel, fornecendo maior flexibilidade, o que vem permitir o preenchimento de espaços intersticiais configurando uma forma urbana mais uniforme. Esta fase



Fig. 12 - Fotografia do Elétrico de Lisboa, 2012.

Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/138415388518335768/?autologin=true>

também é associada ao desenvolvimento de vias rápidas para a circulação automóvel configurando fortes diferenças espaciais, estas de forma concêntrica ou radial.

Segundo Pacheco (2005) a interação e movimento nos espaços urbanos apontam para a importância que os sistemas de transportes possuem na construção das entidades territoriais, não só pela resposta que dão às necessidades de mobilidade das populações como na distribuição dos diversos usos do solo. Uma resposta equilibrada face às necessidades de deslocação é a base para o desenvolvimento dos espaços urbanos. A procura de maior velocidade de circulação, de maior conforto, de rendimentos e de tempos livres contribuíram para o desenvolvimento em grande escala dos modos de transporte individuais.

Assim, Domingues (2006) menciona que, no que toca às transformações urbanas, as infraestruturas, sistemas e tecnologias de mobilidade são provavelmente o principal elemento de rutura com o crescimento da cidade, o aumento da capacidade do uso automóvel modificou drasticamente a forma de habitar o território, perdendo-se o efeito de proximidade para dar lugar ao efeito de facilidade de relações, existindo mais possibilidades de escolha, variação de destinos e circuitos do quotidiano. A pouca força e possibilidade de implementação do transporte coletivo é “engolida” pelo individual, contribuindo para um cada vez maior congestionamento e disfunção da cidade, onde se acumulam problemas de estacionamento, acessos e mobilidade.

Neste sentido, Gaspar (2003) refere ainda que a rápida melhoria dos acessos entre o litoral e o interior relativamente à construção de uma moderna rede de autoestradas e outras vias, permitem um bom nível de serviço, introduzindo grandes alterações no sistema urbano, a mobilidade no território possibilita o alargamento e oferta de emprego mas também de vida. Paralelamente e como consequência, a dinâmica económica, no seu processo de produção, distribuição e consumo, também sofre grandes transformações. Passa de um modelo onde as distâncias às diferentes funções são reduzidas, facilitando a relação entre a cidade e o seu consumidor, a formas de produção e de distribuição relacionadas com critérios entre o custo e o benefício, alterando-se assim as localizações e a rápida relação com o consumidor. Os modos e estilos de vida são também fatores de transformação radicais numa cidade, existe uma grande diversidade de formas de habitat urbano bem como de mobilidade urbana.

No que toca à AML, Julião (2003) menciona que relativamente às infraestruturas ferroviárias foram registadas grandes transformações resultando hoje numa

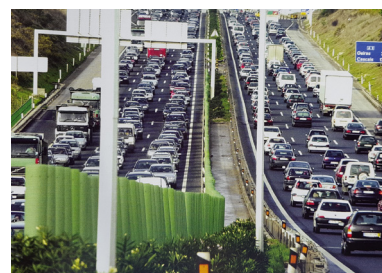


Fig. 13 - Fotografia sobre a mobilidade diária casa-trabalho que marca o quotidiano de um número crescente de portugueses.

Fonte: Salgueiro (2005, p.135)



Fig. 14 - Fotografia da A1, Serra dos Candeeiros.

Fonte: Rodriguez (2006, p.77)



Fig. 15 - Fotografia do Túnel do Rossio, 2008.

Fonte: <http://riodasmacas.blogspot.pt/2008/03/o-tnel-do-rossio-e-os-novos-horrios.html>

rede relativamente modernizada caracterizada por ser um dos principais eixos de desenvolvimento urbano da AML, a norte com desenvolvimentos superiores de vias suburbanas e inter urbanas e na margem sul somente com duas linhas ferroviárias. Esta rede ferroviária é mais tarde complementada por uma rede de Metro da cidade de Lisboa começando a servir algumas áreas periféricas.

Ainda, o autor reforça que o que marca as acessibilidades na AML é a necessidade de deslocação diária de cerca de 265 000 pessoas para a cidade de Lisboa, e que, apesar do constante congestionamento rodoviário a maioria das deslocações pendulares efetuam-se com o recurso dos transportes públicos coletivos rodoviários, ferroviários e fluviais. *"O transporte ferroviário sempre foi um dos elementos fundamentais na estruturação territorial da Área Metropolitana de Lisboa, pois foi ao longo dos principais eixos ferroviários de ligação a Lisboa que se realizou a expansão de Lisboa e se consolidaram as áreas suburbanas, sobretudo nas ligações a Sintra e a Cascais."* (Julião, 2003, p. 236). A linha de Sintra face aos outros eixos tem predominância uma vez que disponibiliza diariamente 366 comboios para mais de 5 milhões de passageiros. Em 1998 foi realizado um inquérito à mobilidade, demonstrando essa mesma realidade, os concelhos de Amadora, Cascais, Oeiras e Sintra constituem cerca de metade do fluxo pendular da AML, referindo ainda que atualmente os valores devem-se ter intensificado devido às transformações da estrutura territorial com maior destaque para Sintra. Já no que toca ao transporte público fluvial na AML, o mesmo não se mostra muito significativo, mas com particular importância para algumas ligações entre as duas margens, Barreiro e Cacilhas responsáveis em 1998 por cerca de 13 e 32 milhões de passageiros (Julião, 2003).

Se formos considerar a distância-tempo a Lisboa é possível compreender a estrutura de distribuição da população, edifícios e alojamentos em redor da

Quadro 1 - Tempo médio das viagens motorizadas (em minutos) no período de ponta da manhã, na margem Norte da Área Metropolitana de Lisboa, 1998.

Fonte: Elaboração própria a partir de Julião (2003, p.237)

Tempo médio das viagens motorizadas (em minutos) no período de ponta da manhã, na margem Norte da Área Metropolitana de Lisboa, 1998										
	Amadora	Azambuja	Cascais	Lisboa	Loures	Mafra	Odiveelas	Oeiras	Sintra	V.F.Xira
Amadora	18		46	44	70			31	35	58
Azambuja		17		92						38
Cascais	54		25	61			36	22	43	
Lisboa	40		47	30	42		35	46	54	66
Loures	43			52	30	32	32	41	60	43
Mafra				79	35	15			39	
Odiveelas	37			48	30	64	19	58	40	27
Oeiras	36		31	50	45			20	36	
Sintra	36		32	58	62	23		50	23	
V. F. Xira			70	44					22	

cidade tradicional. Por um lado temos os bairros periféricos mais próximos do centro (a 15 min), os mais densos, por outro lado à medida que a distância e tempo aumentam, começa a surgir uma menor ocupação e muitas vezes associada à segunda residência, com exceção das grandes urbanizações afastadas da cidade (cerca de 30 min), como são o caso de algumas urbanizações do concelho de Sintra. A variável distância-tempo é também um fator decisivo no que toca às empresas e por isso mesmo a existência de grandes espaços de armazenamento, indústrias, equipamentos e superfícies comerciais próximo dos nós de autoestradas. Este fator reflete-se na criação de novas infraestruturas viárias e ferroviárias, na melhoria e expansão da oferta já existente, e no serviço dos transportes coletivos (Julião, 2003).

Consequentemente, Pereira (2003) refere que o grande desenvolvimento das acessibilidades na AML mais recentes permitiram uma nem sempre bem planeada ocupação territorial, destruindo por vezes alguns dos seus recursos. Nesta linha de pensamento, Pacheco (2005), menciona que recentemente se têm manifestado preocupações de contenção e sustentabilidade das cidades, pois o uso do automóvel na cidade originou e origina: fontes de poluição, ruído, insegurança e congestionamento. Neste sentido o transporte público tem sido apontado como uma alternativa mais ajustada às cidades, mas mostra-se difícil de responder à diversidade dos destinos "(...) hoje vive-se, trabalha-se, e descansa-se em mais do que um local" (Pacheco, 2005, p. 367).

Resumidamente e segundo Portas *et al.* (2007) as infraestruturas e os sistemas de mobilidade desempenham um papel central no novo modelo urbano emergente. A mobilidade vem redesenhar novas morfologias urbanas e transformar as existentes. A rutura existente entre a urbanidade e a cidade é em muitos casos devido às fortes mutações ao nível da mobilidade (Fig.16). Os investimentos maciços, o crescente uso dos meios rodoviários e os meios rápidos de transporte são resultado de transformações sociais, de modos de apropriação social de tecnologias que transformam a configuração territorial dos processos de urbanização. Assim podemos verificar que a evolução dos sistemas e das infraestruturas de mobilidade explicam a dinâmica da expansão territorial e diversidade de usos, das mudanças de localização de atividades ou da fragmentação dos tecidos. Algumas das principais transformações prenderam-se pela construção da rede rodoviária arterial de alta capacidade, mais do que o caminho-de-ferro, o que favoreceu a intensificação dos processos de conurbação⁴ e sua expansão no território. Foram definidos corredores de longa distância unindo as principais aglomerações e infraestruturas de mobilidade, definindo diversos patamares de acessibilidade,

4 Conurbação: cidades que foram geradas separadamente mas que no seu processo de evolução formaram uma rede contínua de comunidades urbanas, uma aglomeração policêntrica de cidades e lugares num território contínuo (Mourato, 2011; Trigal, 2015).

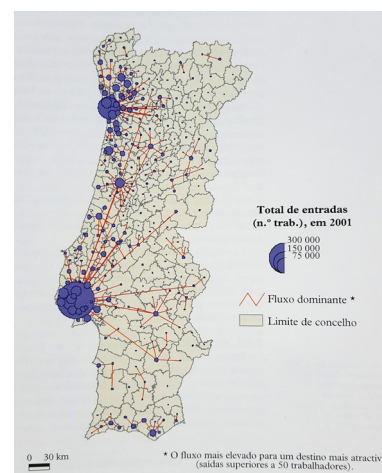


Fig. 16 - Mutações ao nível da mobilidade. Fluxos dominantes por concelho, 2001.

Fonte: Marques (2005, p.205)



Fig. 17 - Fotografia junto aos nós do sistema viário de alta capacidade. Aqui criam-se situações favoráveis de acessibilidade que explicam a aglomeração de funções urbanas com uma elevada capacidade de polarização.

Fonte: Domingues (2005, p.217)

reforçando as redes de polaridade e conexão com territórios mais ou menos distantes. O efeito de distância-tempo abriu novas potencialidades como o acesso a aglomerações mal servidas e longínquas, onde a mobilidade do uso intensivo rodoviário ganha um papel preponderante levando o transporte coletivo para uma situação problemática, apenas operacional em áreas densamente urbanizadas. A inter-relação destes processos obriga a um repensar dos princípios de estruturação macro e micro urbanística.

2.1.3 O planeamento, as políticas e a regulação urbanística



Fig. 18 - Fotografia que retrata a ausência ou pouca regulamentação: contraste entre as novas construções e edifícios mais antigos, Aqualva.

Fonte: Fotografia da autora, Fevereiro de 2017

Relativamente ao processo de crescimento urbano nota-se que é sobretudo no séc. XX que a administração pública toma controlo sobre os processos de parcelamento, urbanização e edificação. Em 1865 foi criado o Plano Geral de Melhoramentos que dá origem aos primeiros planos em 1903 e 1915 em Lisboa e no Porto mas, é a partir de 1934 que se começa a planear os aglomerados urbanos, pela “mão” de Duarte Pacheco, com apoio da legislação de 1944. Grande parte do crescimento urbano era feito à margem de processos institucionais, mas a partir de 1944 passou a competir à administração pública a urbanização e parcelamento dos terrenos porém cabia aos particulares a sua edificação, e uma vez que a administração não tinha capacidade para elaborar todos os planos necessários face ao crescimento explosivo, permitia que os particulares promovessem loteamentos “(...) *tecnicamente clandestinos, por ser legalmente negada a competência aos seus promotores.*” (Correia, 1993, pp. 202-203). Outro processo da iniciativa privada foi a construção recorrendo a operações sem loteamento, em áreas já urbanizadas através da substituição de edifícios mais antigos ou de espaços livres (Fig.18). Desta forma podem-se observar diversas modificações no território dadas pela ausência ou pouca regulamentação específica. A partir de 1951 passa-se a exigir uma licença para edificação nas periferias, mas é onde se assiste à maior parte da construção marginal, alguns bairros clandestinos periféricos à cidade tradicional, devido ao rápido crescimento da população.

Em 1965 dá-se início à regulamentação de loteamentos urbanos incluindo a promoção privada, sendo esta aprofundada em 1973 com regulamentação das áreas mínimas de cedências aos fogos. A mesma é retirada em 1984 como forma de simplificação dos processos, mas sendo instituída de novo em 1991 e 1992 agora em função da área bruta de construção.

Até finais dos anos 1960 o que existia como legislação urbanística resumia-se ao regime dos planos de urbanização, regime de expropriação por utilidade pública, RGEU e regime de operações de loteamento. A partir da segunda

metade da década de 1960, com o III Plano de Fomento entre 1968 e 1973, começaram a surgir preocupações no que toca à maior integração no ordenamento do território, primeiro com a elaboração do documento Política de Ordenamento do Território e depois pela primeira Lei dos Solos (Simões, 2006).

Soares (2003) menciona que o crescimento e as transformações da cidade para fora dos seus limites administrativos deu origem ao Plano Diretor Municipal da Região de Lisboa (PDMRL) na década de 60. O mesmo tinha como objetivos a estruturação alargada da região de Lisboa através da criação de grandes infraestruturas e equipamentos públicos. Ao longo da década de 1960 os solos rurais ou expectantes passam a possuir uso urbano o que vem marcar a extensa e rápida transformação que se verificava, sem estruturação urbana e sem enquadramento pelo planeamento e gestão do território.

Como forma de fornecer instrumentos às entidades públicas foi elaborada a Lei dos Solos (1976) fazendo face aos problemas que se colocavam. Neste sentido, Cabral e Portas (2011) referem que o atual sistema de planeamento territorial português é fruto de um processo legislativo que teve início em 1974 através do regime democrático e a criação de condições fornecidas às autarquias locais e seus representantes na definição de objetivos de desenvolvimento e processo de gestão do uso do solo nas suas áreas de competência.

Como já referido, a partir de 1975 com o retorno das ex-colónias e a emigração contribuíram também para esta expansão que possui um défice infraestrutural traduzindo-se numa desqualificação urbanística. Segundo Simões (2006) antes da Constituição da República (aprovada em Abril de 1976) são lançadas diversas iniciativas para responder aos problemas existentes, o programa SAAL a fim de erradicar as barracas e resolver o défice habitacional existente, uma proposta de regionalização e reforço de autarquias locais e criação de uma secretaria de Estado para questões relativas ao ambiente. Foi nesta altura que a Administração Pública democrática, a nível local, deparou-se com a necessidade de planear e gerir de forma global os territórios concelhios que apresentavam várias pressões ao nível social e político, com carências de habitação, de infraestruturas, de equipamentos e de transportes. Aqui o debate centrou-se no fenómeno suburbano e principalmente às ocupações de génese ilegal onde era visível a necessidade de consolidação, legalização e integração urbana dos bairros.

Na década de 80 são realizados os Planos Diretores Municipais (PDM) servindo como palco de pesquisa na procura de soluções que permitissem às autarquias intervir nos processos urbanísticos, criando alternativas para reorientar e

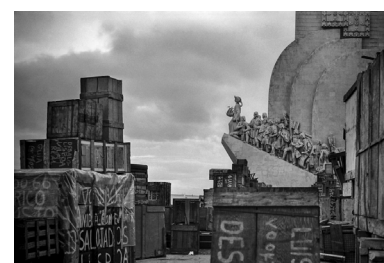


Fig. 19 - Fotografia do "retorno" das ex-colónias portuguesas, 1975.

Fonte: <https://www.publico.pt/2015/11/20/culturaipsilon/noticia/o-retorno-foi-ha-40-anos-mas-volta-a-ser-agora-1714408>



Fig. 20 - Cartaz do documentário "As operações SAAL", 2009.

Fonte: <http://citizengrave.blogspot.pt/search/label/SAAL%20-%20Servi%C3%A7o%20de%20Apoio%20Ambul%C3%B3rio%20Local>

enquadrar o território, porém confrontavam-se com um quadro legislativo desadequado face às realidades e necessidades a nível de gestão dos solos urbanos. Os PDM apresentam uma grande diversidade de conteúdos no que toca ao nível de definição física, regulamentar e gestão para problemas muitas vezes idênticos. "(...) tais planos diretores municipais sujeitaram certas áreas, por vezes incluídas em centros urbanos, a 'reservas de urbanização' cujo conteúdo deveria ter sido definido por planos mais concretos, que nunca chegaram, contudo, a ser elaborados, tendo promovido o surgimento de áreas vazias no interior das cidades." (Oliveira, 2011, p.42).

Nos anos 90 passa a ser obrigatório a realização do PDM por parte de todos os municípios e, a diversidade dos mesmos no que respeita à classificação dos solos mostra por um lado a falta de clareza nos conceitos e nomenclaturas técnicas e por outro a complexidade territorial e a difícil uniformização de soluções e de gestão, refletindo a grande dificuldade em planear e gerir as diversas áreas de expansão ou reestruturação urbana, bem como a inexistência de políticas e estratégias de ordenamento a nível regional. Também começaram a surgir novos temas como por exemplo o turismo, o património e a arqueologia, a investigação e a tecnologia, que começam a ter alguma expressão em alguns PDM.

Também, entre 1990 e 1999 o entendimento sobre a figura dos Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT) mudou de forma radical, passando a ter um papel orientador do desenvolvimento regional, acentuando o seu carácter estratégico ao invés do planeamento físico tradicional (Soares, 2003).

"Com a publicação da Lei nº. 48/98, que estabelece as Leis de Base da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo, Portugal passou a dispor de um instrumento legal que dá coerência ao sistema de ordenamento do território numa perspetiva global e integrada – prevendo os instrumentos de planeamento, desenvolvimento e ordenamento adequados para diferentes escalas de intervenção e diferenciados segundo domínios específicos." (Simões, 2006, p.276). A publicação da Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBOTU) foi um momento crítico do processo legislativo uma vez que integra os diferentes instrumentos de gestão do território num único diploma. De seguida foi desenvolvido o respetivo quadro jurídico, formalizando desta forma o regime dos instrumentos de gestão territorial, da edificação e da urbanização que representam a orientação e regulação para a produção de planos e projetos em território nacional (RJUE, RJIT e código das expropriações, todos de 1999). Os mesmos para além de definirem planos e regras de ocupação, uso e transformação dos solos também os municípios passam a programar, promover ou condicionar as várias intervenções e operações urbanísticas neles previstas, com vista a concretizar projetos

urbanísticos, soluções de conjunto e promoção de parceiros adequados a um crescimento harmonioso, implementando um novo modelo de ocupação territorial baseado em consolidar perímetros urbanos, colmatar espaços vazios dentro dos perímetros existentes e fornecer instrumentos adequados para o reforço e revitalização dos centros das cidades.

Já em 2003, existiam consensos no que toca a sistemas infraestruturais e de gestão de serviços, mas modestos ou inexistentes relativamente à coordenação de transportes coletivos e de planeamento urbano, persistindo a fragmentação dos municípios. *"O paradoxo de se querer uma estrutura administrativa forte sem ao mesmo tempo se definir um quadro de competências e recursos próprios e uma legitimidade democrática de nível transmunicipal (...) explica, em parte, este insucesso (...)"* (Domingues, 2005, p.224).

Os novos territórios urbanos, com um desenho fragmentado e difuso, de escalas que muitas vezes possuem ruturas com o tecido, com efeitos de centrifugação e de (re) polarização, são temas que demonstram novos desafios aos atuais instrumentos de planeamento e urbanismo. Até então os mesmos não haviam demonstrado ser capazes de os resolver, primeiramente pela inexistência de planos e posteriormente o uso inadequado dos mesmos.

A gestão urbanística a partir de planos foi levada a cabo pelos municípios nos últimos anos através dos planos diretores de primeira geração cuja aplicação limitou-se a aguardar as iniciativas privadas, licenciando-as desde que não contrariassem os planos, portanto a intervenção no território foi definido pelos promotores ao invés da Administração municipal. A solução passa por uma mudança de atitude dos municípios, assumindo uma atitude mais proactiva *"(...) programando as operações privadas em função das suas prioridades, condicionando as operações urbanísticas a soluções de conjunto e promovendo parcerias entre privados e destes com a Administração na concretização dos planos. Tudo a apontar para uma nova lógica de gestão urbanística, onde os municípios programam, coordenam e controlam operações que, de forma integrada, executam os planos, em vez de se limitarem a controlar, por intermédio dos procedimentos legalmente previstos, operações urbanísticas casuísticas e desgarradas que lhe são apresentadas (e quando lhe são apresentadas) pelos interessados, visando o seu controlo unicamente garantir que os respectivos projectos não contrariam os planos."* (Oliveira, 2011, p.48). Neste sentido e para Oliveira (2011), a falta de programação junto a amplas admissibilidades construtivas e a ausência de intervenção de órgãos municipais no controlo do processo urbano trouxe repercussões negativas designadamente a dispersão da ocupação urbanística pelo território, resultando numa irracional expansão das infraestruturas que a servem.

Os Planos são instrumentos do processo de planeamento e a eficácia dos mesmos tem sido muito discutida e muitas vezes posta em causa. As críticas são apontadas ao excesso e insuficiência das regras face às dinâmicas de desenvolvimento urbano, mas também à morosidade dos processos administrativos internos, perdendo muitas vezes adequação face às circunstâncias e oportunidades. *"É o caso de numerosos Planos de Pormenor que se preocupam mais com características arquitetónicas e menos com a definição do espaço público enquanto suporte da edificação e das contiguidades com as áreas envolventes."* (Portas et al., 2007, p.207).

Cabral e Portas (2011) levantam algumas questões críticas referentes ao planeamento urbano, ao desenho e implementação das políticas públicas que têm impacte na transformação territorial, salientando-se as dificuldades das formas tradicionais de gestão territorial em enquadrar os processos de urbanização autónomos e complexos no que toca aos agentes e escalas envolvidas, onde os sistemas de fornecimento de equipamentos e infraestruturas não conseguem dar resposta aos desafios, mas também pelo aumento de especializações das estruturas não só do governo como também das políticas da Administração Pública. *"(...) o investimento científico e técnico aplicado ao desenho e à implementação dos diferentes tipos de planos está condicionado por diversos factores, nomeadamente os recursos públicos disponíveis e os interesses em presença que se procura compatibilizar e articular."* (Cabral e Portas, 2011, p.234).

2.1.4 Os desafios e as perspetivas futuras das políticas urbanas



Fig. 21 - Imagem sobre "Construção de consensos".

Fonte: <http://www.fecomercio.com.br/noticia/prefeitura-de-sp-realiza-eleicoes-para-conselho-de-politica-urbana>

Para Portas et al. (2007) tradicionalmente as questões de governabilidade traduzem-se na gestão de conflitos de interesses entre público ou coletivo, privado ou individual e também na procura de consensos e negociação de parcerias e legitimação das políticas. A governabilidade dos territórios e a implementação das políticas urbanas adequadas está associada ao contínuo desajuste na relação entre as estruturas tradicionais de regulação e representatividade das comunidades e os agentes económicos e sociais necessários, de acordo com lógicas diferentes e abertas com consequências positivas ou negativas para os modelos de desenvolvimento urbanos. A governança enquanto conceito apresenta-se como um processo organizador e coordenador de vários atores com objetivo de desenvolver o capital territorial, aumentando a capacidade dos atores, grupos sociais e instituições na construção de consensos para uma estratégia territorial comum (Trigal, 2015). A mesma tem sido utilizada a fim de definir formas de governo mais abertas e participadas com relações de cooperação entre o Estado e agentes económicos ou cívicos, porém não é uma tradição suficiente em

Portugal. Se por um lado os progressos através de mecanismos mais eficazes de planeamento e intervenção direta são experimentados noutros países da União Europeia, como por exemplo o desenvolvimento de parcerias entre diferentes níveis e órgãos da administração pública e estes com atores privados, por outro, em Portugal ainda se investe intensivamente em infraestruturas e promoção imobiliária (Crespo, 2013; Crespo e Cabral, 2012)

Segundo Cabral e Portas (2011) na governação urbana, é através do processo de planeamento que se concretiza o objetivo do urbanismo, de tornar compatíveis diferentes usos e coordenando os interesses que nele interferem. Neste processo a figura do Plano seria o instrumento fundamental, como forma de viabilizar consensos e acordos através da inventariação e diagnóstico da realidade urbana e distribuição de usos do território de forma a garantir a sua função social e viabilização da sua implementação. Esta coerência é vista como sendo o grande desafio para os planos ou até mesmo para o planeamento não só pela construção de um modelo de atuação como de garantir decisões e recursos necessários à sua implementação ou concretização.

Neste sentido é possível verificar dois desafios. Por um lado, a construção de modelos e estruturas que façam a leitura das novas formas urbanas e do seu desenvolvimento e por outro, a capacidade de decisão e recursos necessários decorrentes de compromissos coletivos entre Estado, mercado e sociedade. Os critérios de eficácia do sistema de planeamento, o critério da eficiência económica e o critério de redistribuição dos recursos e dos seus efeitos socioculturais são alguns dos objetivos apontados por Needham (2006) para orientar a avaliação do uso e ocupação do solo a fim de assumirem maior flexibilidade e fluidez nos processos de planeamento quer na construção de sistemas de governança como de implementação de parceiros (público-público, público-privado, privado-privado).

Em Portugal, as práticas de planeamento são condicionadas a uma utilização de instrumentos de planeamento normativos, a divisão e obrigação de produção de relatórios de ordenamento do território e ambiental distinto para os diversos planos de ordenamento, o que mostra uma pouca flexibilidade. No que toca à programação, o desafio prende-se pela capacidade do sistema de gestão territorial antecipar a ação e garantir que os usos e resultados previstos pelo planeamento sejam concretizados e para isso necessitam conhecer os diversos atores e agentes das ações a implementar e dos compromissos assumidos. A construção de um modelo ou estratégia de intervenção deve ser mais adequada ou eficaz dos recursos disponíveis e deve saber renovar relativamente à inovação e colaboração entre diversos

atores e de informação pertinente, relativamente ao seu acesso e partilha. Na base desta colaboração será possível identificar novas frentes e áreas de intervenção (Cabral e Portas, 2011).

Por exemplo, a reabilitação urbana, tem de facto um especial relevo com as políticas urbanísticas uma vez que se apresenta em consonância com a nova lógica de ocupação do território "(...) em vez de um urbanismo de expansão (com alargamento exponencial de perímetros urbanos e a consequente expansão irracional das infraestruturas no território), um urbanismo de contenção dos perímetros, em que as necessidades urbanísticas são satisfeitas, por um lado, com a mobilização dos solos expectantes dentro dos perímetros urbanos (nos quais devem ser concretizados projectos que os considerem de forma global e integrada) – a que poderíamos chamar de urbanismo de colmatação – e, por outro lado, com a utilização (após reabilitação) do edificado existente, precedida da requalificação espaços públicos que os servem – um urbanismo de reabilitação urbana." (Oliveira, 2011, p.71).

Neste sentido Ferrão (2003) faz referência à existência de diversos manuais ou cartas e declarações internacionais que mostram os grandes princípios que deveriam orientar o futuro das metrópoles como por exemplo: a sustentabilidade ambiental, multiculturalismo, equidade social, participação cívica, competitividade internacional e policentrismo. Por exemplo, a Agenda 21 Local em boa medida demonstra os vários princípios mencionados anteriormente, traduzindo numa visão complexa e abrangente, que domina o discurso político e académico de hoje sobre as cidades, pois a construção de uma metrópole ciente da insustentabilidade do modelo moderno de crescimento urbano e uma metrópole que cria oportunidades, estimula a inovação e democratização, e que gere de forma inteligente o equilíbrio entre filiação e rutura uma vez que estas são as condições que permitem a participação em projetos.



Fig. 22 - Imagem sobre "O princípio da participação".

Fonte: <https://www.mylefkada.gr/alles-eidiseis/perifereia/exypni-exeidiksi-pin-14532/>

Assim, no que toca aos desafios e oportunidades de adequação das instituições para otimização de competências e recursos implica repensar as formas e o papel da participação pública, envolvendo os cidadãos seja de forma individual ou grupos de interesses. "O princípio da participação está implícito no conceito de governância entendido como o processo em que agentes, grupos e indivíduos chegam a consenso sobre a realização de actividades com vantagens mútuas e que se justificam na base dos interesses públicos ou coletivos." (Portas et al., 2007, p.204).

Algumas das vantagens implícitas da participação como oportunidade para o planeamento têm por base a qualidade e eficácia das políticas e dos planos tendo por base a integração nas diferentes fases do planeamento, as

expectativas e contribuição dos diversos interesses e grupos compatíveis com a competitividade económica e coesão social; a legitimação ratificando regulamentos administrativos ou protocolos de execução ou possíveis consensos; condições de sustentabilidade no sentido em que a participação alargada é o fórum que viabiliza as opções de nível transversal ou de longo prazo com princípios de conservação e valorização ambiental. Porém as vantagens mencionadas não estão garantidas à partida, pelo contrário o tema da participação tem sido considerada pouco relevante para os objetivos estratégicos a atingir. O descrédito face a este tipo de abordagem deve-se às dificuldades de envolvimento das populações, garantir que as medidas do planeamento tenham por base decisões coletivas mas, "(...) os fatores principais estão associados a uma tradição de sistemas e práticas de planeamento que remetem a participação para a figura terminal de inquérito público." (Portas et al., 2007, p.204) onde a informação não é tão transparente e com reduzido tempo para discussão das opções de ordenamento. Também a intervenção mais visível das políticas públicas centra-se essencialmente em programas de habitação social e bairros ou grupos sociais classificados como problema.

A integração cívica implica disponibilidade e acesso a informação sobre o território, das suas dinâmicas e uma constante avaliação e monitorização das variáveis e agentes a implicar nas decisões sobre as opções e estratégias de desenvolvimento e ordenamento, em diversos níveis e escalas, e por isso mesmo continuam em aberto os desafios e as capacidades em identificar e promover o capital cívico e estruturas representativas locais adequadas.

A integração destes novos conhecimentos e processo de planeamento que tenham por base a partilha de informação implica hábitos e estruturas de participação e Portas et al. (2007) referem a estrutura das freguesias que normalmente são esquecidas, como sendo a possibilidade de envolver os cidadãos individualmente ou em grupo na própria programação das prioridades municipais sob mediação de responsáveis eleitos como forma de apurar consensos.

Assim, podem ser criadas condições para projetos ou de visões para as sociedades e seus territórios articulando políticas de proximidade e cenários de longo prazo complementando o crescimento económico e sustentabilidade de bem-estar público. "Neste sentido, a inovação ao nível da análise e da leitura do território estará, por um lado, na capacidade em ouvir e integrar todos os interesses em presença (os actores fortes assim como os actores fracos) identificando tendências e procurando cenários de evolução alternativos e construindo, por outro lado, um quadro adequado das



Fig. 23 - Fotografia sobre mapeamento participativo.

Fonte: <https://quilombocoletivo.wordpress.com/2011/02/24/acc-mapeamento-biorregional-participativo-em-comunidades-costeiras-tradicionais-como-ferramenta-para-educacao-ambiental/>

capacidades de intervenção do sector público." (Portas et al., 2007, p.209), por exemplo, através da criação de espaços e eventos para a participação e debate não só da população como de especialistas, para obter contributos para o desenho das políticas e planos, publicitando prioridades que motivem a formação em tempo útil de consensos da sociedade civil local.



Fig. 24 - Fotografia sobre os Vazios Urbanos. Fonte: David (2007, p.342)

2.2 Os vazios urbanos: características e perspectivas

Atualmente, o tema dos vazios urbanos é abordado como uma hipótese de requalificação e revitalização urbana, uma vez que são vistos como espaços esquecidos e renegados no território. É fundamental compreender como surgem, como se desenvolveram ao longo do tempo e quais as suas características para uma melhor intervenção e inclusão no espaço urbano.

Os vazios urbanos são referenciados como um dos maiores recursos da cidade contemporânea. Esses mesmos espaços, vazios, degradados, marginais e obsoletos, através da sua reavaliação são hipóteses de em conjunto reformular uma cidade ou o território (David, 2007).

Neste sentido, o debate sobre os vazios urbanos tem-se centrado na necessidade de uma função, para Solà-Morales as funções são mais importantes que o próprio uso dos espaços. Desde o início do séc. XX que o urbanismo se alterou como disciplina técnica onde os dados quantitativos têm prioridade sobre as qualidades do espaço, existindo um grande afastamento entre a planificação e o que realmente se constrói e executa. Realça o autor que os espaços devem ser feitos por equipas e não por um só arquiteto, a essência do trabalho de um arquiteto não passa só pelo planeamento e arte de construir mas também por criar e estimular o urbanismo, criando o máximo de efeito através da mínima intervenção (Solà-Morales, 2008).

2.2.1 Conceito e caracterização dos vazios urbanos



Fig. 25 - Fotografia de um Terrain Vague em Bacalan, França, 2012.

Fonte: <https://adquat.wordpress.com/2012/11/28/bacalan-ou-lautre-terrain-inconnue/terrain-vague/>

Diversas nomenclaturas são dadas aos Vazios, há quem os caracterize como **Terrenos Vacantes**, não construídos, sem agricultura ou ajardinados cobertos normalmente de arbustos ou herbáceos, com sinais de abandono ou falta de cuidado. Geralmente localizados em tecidos urbanos consolidados ou nas suas periferias, podendo também apresentar-se através de antigas construções, agora demolidas mas com aparentes fragmentos de edificações (Brito-Henriques, 2017). Podem ainda ser definidos como **Brownfields**, **Terrain Vague** ou **Espaços Banais** e, para qualquer uma das designações, "(...) estes (vazios) abrem uma multiplicidade de possibilidades, de modo que a combinação dos esquemas textuais se torna uma decisão seletiva ao leitor (...)" (Wolfgang, 1996, pp.128). O autor indica que é preciso saber olhar e não simplesmente passar pelos mesmos sem preocupação. É necessário pensar para os integrar de forma coerente com o território e tecido envolvente dado que são "Uma área sem limites claros, sem uso atual, vaga, de difícil compreensão na percepção coletiva dos cidadãos, constituindo normalmente um rompimento no tecido urbano. Mas é também uma área disponível, cheia de expectativas, de forte memória urbana, com potencial original: o espaço do possível, do futuro" (Solà-Morales, 1995, pp.118-123).

Estes espaços **expectantes**, tal como o nome indica, são espaços que esperam por uma função, função essa que pode dar uma nova dimensão à cidade pela junção de diversas atividades que a mesma carece, e ou implementar equipamentos e espaços públicos de lazer em prol da comunidade. São espaços disponíveis para a sua transformação, de grande importância para o coletivo, uma vez que possuem oportunidades de construir lugares e espaços públicos capazes de gerar paisagens, reequilibrar, articular e cicatrizar as metrópoles e a cultura urbana, a fim de os cidadãos usufruírem deles.

Na leitura destes espaços, é também importante caracterizá-los uma vez que se podem apresentar de diversas maneiras, através de edifícios abandonados, fachadas entaipadas, restos de ruínas, simplesmente vazios, entre outras formas possíveis.

"O vazio é o continente do não visível e a possibilidade de construir. Construir é erguer um plano livre no qual se move o pensamento, inventam conceitos e se consolidam narrativas." (Rajchman, 1999, p.2). Com diversas escalas, são espaços de oportunidade, de inovação e renovação da paisagem sendo essencialmente e de forma estruturante com a temática do espaço público, palco de vivências e de cidadania, aproximando a população entre si e com os espaços, vivendo-os e desfrutando-os.

O balanço geral a que se pode chegar, é que os vazios são espaços a preencher ou a conquistar que podem potenciar a memória e identidade coletiva e o uso quotidiano nas suas diversas formas sociais, económicas e culturais, potenciando a descoberta e construção de espaços capazes de alterar a rotina. Vazios ou cheios, refletindo vontades locais, colmatando ausências e problemas específicos através de dualidades entre cheios e vazios, entre ordem e desordem, regra e exceção, continuidade e rutura capazes de gerar ambientes específicos mas de suporte e identidade multicultural (David, 2007).

Neste sentido, Santos (2011) menciona que os vazios são uma oportunidade para a revitalização de uma cidade e, refere a visão de Solà-Morales sobre os mesmos, como sendo espaços que não têm necessariamente de se encontrar vazios, sendo que foi com o aparecimento de fotografias dos espaços que lhe despertou interesse em estabelecer ideias e juízos. O autor define-os como *Terrain Vague* uma vez que consistem em espaços urbanos ou com carácter rural de espaços definidos, e ao mesmo tempo indefinidos. *Terrain* por ter um carácter mais urbano, de extensão de solo sem limites, ligado ao fator expectante de uma porção de terra com potencial mas já com alguma definição de propriedade que nos é alheio. *Vague* transmite a ideia de movimento, de oscilação, de instabilidade e flutuação e traduz a noção de espaço "(...) vazio, desocupado mas também livre, disponível, descomprometido (...) Vazio, (...), como ausência, mas também como promessa, como encontro, como espaço do possível, expectativa. (...) indeterminado, impreciso, desfocado, incerto." (p.11).

Terrains Vagues, é uma expressão francesa que remete genericamente para o não construído (também para solo e construções tornadas obsoletas) e, sobretudo, para o seu carácter vago, "(...) são ilhas interiores esvaziadas de atividade ... que permanecem fora da dinâmica urbana. Convertendo-se em áreas simplesmente desabitadas, inseguras, improdutivas. (...) lugares estranhos ao sistema urbano, (...) que aparecem como contra-imagem da cidade, tanto no sentido da sua crítica como no sentido da sua alternativa possível." (Santos, 2011, pp.11-12).

Ainda, que são espaços que permitem alguma liberdade e expectativa do que podem oferecer à cidade, visto terem uma ausência de uso e função. São vistos como lugares obsoletos, exteriores e estranhos, desafetos à atividade da cidade, fora das estruturas e circuitos produtivos.

Já Lévesque (2002) aborda os *Terrain Vague* de duas visões opostas: por um lado, os vazios apresentam desordem no seio da cidade, deterioração socioeconómica e de abandono, mas por outro, simbolizam também



Fig. 26 - Fotografia e limite de dois vazios urbanos expectantes em Agualva, 2016.

Fonte: Fotografia da autora, Novembro, 2016

estagnação económica e muitas vezes deixam de ser o local ideal uma vez que chegam à decadência. Tal como Solà-Morales (2008), pensa nos espaços como sendo um potencial, mostrando liberdade numa cidade que é estandardizada, regularizada e capitalista, oferecendo espaço para uma intervenção e apropriação livre e espontânea de modos alternativos de viver e habitar o território.

Solà-Morales (2008) refere que as periferias urbanas são espaços de onde o "sentido de lugar" não existe, onde a ausência de história e a falta de determinações locais reduzem a identidade do lugar. Menciona que o sentido clássico de lugar desapareceu prevalecendo a descontinuidade das diversas formas de construção mas onde os espaços vazios têm um papel predominante, o sentimento de lugar refere-se à sensação de expectante dos vazios e da indiferença face às construções. Salienta a importância dos vazios urbanos para cineastas e fotógrafos mas que os arquitetos os assumem com dificuldade. Mas por não terem uma forma estabelecida como estrutura urbana, são sobretudo lugares periféricos de oportunidade, sendo os problemas funcionais e estéticos do vazio urbano, aos olhos de quem queira ver, um lado positivo, um campo livre de fazer o futuro mas a partir do presente e com influência do passado.

O autor refere como exemplo a cidade de Berlim, que mais do que uma repetição e continuidade de edifícios, são as repetições e continuidades das suas separações que se percebe os vazios e suas formas como figura da cidade. Relewa a importância das distâncias, distâncias entre as coisas e a separação dos edifícios e das atividades estabelecidas, são o aspeto mais rico da composição urbana. Ainda questiona "*Sería possível então proyectar o vazio como a qualidade do espaço?*" (Solà-Morales, 2008, p.120)⁵.

Se formos definir no âmbito do urbanismo, o espaço vazio entre construções, podemos afirmar que a sua leitura no espaço baseia-se nos seus limites e contornos, o seu espaço torna-se mais perceptível pois possui um contraste com as edificações em seu redor e pelos seus elementos compositivos do espaço urbano, como por exemplo as ruas, praças, jardins entre outras tipologias, definidoras do espaço urbano. Por outras palavras, o uso do solo é influenciado por condicionantes programáticas de diversas ordens, essencialmente, políticas, económicas, geográficas, sociais e ambientais. Cabe ao urbanista ter a capacidade de organizar e de o converter numa linguagem ordenadora do espaço da cidade uma vez que possibilitam diversos cenários para o seu futuro. São eles mesmos que permitem e determinam o futuro do crescimento metropolitano, dão forma e usos ao tecido urbano. A sua marca no território

⁵ Tradução livre da autora do original "*Sería posible entonces proyectar el vacío como la cualidad del espacio?*" (Solà-Morales, 2008, p.120).

provém essencialmente de 3 fatores:

- i) o seu carácter fisiográfico;
- ii) a urbanização pela inserção de infraestruturas urbanas e edificadas, a sua forma e uso criadas pela presença humana;
- iii) o ordenamento por ações programadas para os espaços.

Morgado (2002) tratou este tema dos vazios urbanos defendendo-os como sendo uma ausência na cidade bastante marcada, que apesar de não apresentarem um sentido ou significado, são elementos que são cada vez mais evidentes e protagonistas à formação das metrópoles. Propõe a estes espaços uma qualificação e transformação através de interesses da cidade e também dos cidadãos, apelando à participação dos mesmos a fim de criar espaços úteis e com energia. Não defende que se deva expandir ainda mais as cidades mas sim *"(...) a valorização, reciclagem e regeneração do existente, potenciando centralidades compactas e ativas por contraste com redes de urbanidade difusa de irrigação de um vazio contínuo."* (p.125-128).

Já Domingues (2005) salienta que se trata de solo abandonado ou não usado, *vacante land*, que varia entre parcelas que nunca foram usadas, até aos solos que já tiveram alguma intervenção seja através de infraestruturas, edifícios ou outro tipo de usos. Também inclui estruturas abandonadas ou tornadas obsoletas, estejam elas construídas, parcialmente ou completamente destruídas e em ruína.

O crescimento urbano traz alguns problemas na forma de habitar e no dia-a-dia das populações e, estes vazios que são deixados ao natural, são por vezes o ponto de partida para a conexão das diversas redes existentes na cidade, são espaços que, se lhes incumbido uma função e sentido, podem ganhar forma urbana e trazer elementos urbanos, criando uma maior organização e permanência local onde as relações sociais possam ser fortalecidas (Domingues, 2006).

Cavaco (2007) questiona qual é o papel do vazio no território da cidade contemporânea, que diferentes manifestações adquire e que sentido lhes está associado. Neste sentido menciona a autora Paola Viganó que equaciona a condição suburbana dos vazios numa perspetiva de uma cidade invertida, o vazio urbano passa a possuir um papel de espaço contentor ao invés do vazio fechado e contido da cidade tradicional.

Os vazios são diferentes dos espaços vazios tradicionais tidos como espaços públicos, as praças, os passeios, os jardins, os parques entre outros, estes

formam uma enorme porção de território não construído que é utilizado e vivido de múltiplas formas, tornando-se, por vezes, impenetrável. Os vazios são partes fundamentais do sistema urbano e constituem espaços que habitam a cidade de maneira nômada; "*Estas amnésias urbanas não estão simplesmente à espera de serem preenchidas de coisas, são espaços vivos que é preciso preencher de sentidos.*" (Careri, 2004, p.163).



Fig. 27 - Fotografia que retrata os espaços "entre".

Fonte: http://www.cm-funchal.pt/ambiente/index.php?option=com_content&view=article&id=332%3Aimportancia-das-hortas-urbanas&catid=103&Itemid=2722%3Aimportancia-das-hortasurbanas&catid=103&Itemid=272



Fig. 28 - Fotografia de vazios infraestruturais.

Fonte: Simões (2006, p.228)



Fig. 29 - Fotografia de espaços em pousio.

Fonte: <https://mbrudna.wordpress.com/2009/09/19/milho-safrinha-estado-da-area-em-pousio/>

Desde a contemporaneidade que o vazio se mostra como sendo por exemplo o espaço livre, o espaço verde, o espaço não edificado, o espaço infraestrutural, o espaço expectante até mesmo aos espaçamentos que a modernidade impulsionou e a pós-modernidade criou. Aqui a autora faz referência a algumas manifestações do vazio nos territórios urbanizados considerando-as como expressões-tipo do vazio urbano contemporâneo (Cavaco, 2007):

i) O **Vazio Paisagem** refere-se a espaços livres, naturais, mas artificializados, contínuos e extensos que combinam características rurais e urbanas. Local onde não distingue a cidade e o campo, o urbano e o rural, o centro e a periferia, portanto, um território "entre" (Fig.27);

ii) O **Vazio Infraestrutural** ao espaço de contacto de ligação e circulação, um vazio de conexão. É um objeto construído no espaço livre e por isso um cheio-vazio, como exemplo temos as pontes, viadutos, linhas de caminho-de-ferro entre outras. Mas se por um lado os mesmos conectam por outro fragmentam, ou seja, se por um lado articulam estradas e ligam áreas, por outro são muitas vezes cortes no tecido urbano, criando assim descontinuidades do espaço de contacto, de circulação e de espaços de vivência (Fig.28);

iii) O **Vazio Expectante**, para além de ser considerado *terrain vague*, também é chamado de *fallow* (inculto ou de pousio) (Fig.29), sendo outra forma de manifestar a contemporaneidade. São considerados espaços intersticiais, essencialmente de grandes áreas vazias em que o estado de obsolescência apresentado contrapõe uma oportunidade potencial. Tanto podem ser espaços de lixo sem qualidade como também de pousio. Também são assumidos como terrenos selvagens ou reservatórios estratégicos. Juntamente com os mencionados, ainda existem os vazios de cedência ou de interdição que a cidade contemporânea afirma, destacando assim a condição suburbana do vazio. Um espaço residual que se assume como depósito e de reservatório, de espaço de oportunidade provisoriamente abandonado;

iv) O **Vazio de Cedência ou de Interdição** são entendidos como

espaços e distanciamentos resultantes de imposições regulamentares entre construções, edifícios e ou infraestruturas. São espaços livres por interdição forçada de construção ou até mesmo as características do terreno que ditam a condição de *non-aedificandi* (Fig.30). São, tal como os vazios expectantes, consequência pós-moderna e que acabam por contribuir para a condição suburbana do vazio;

vi) O **Vazio Verde** provém de um conceito moderno e trata da inclusão natural em contextos construídos na cidade não só por motivos de higienização, naturalização, como também de recreio. É um vazio verde artificial que inclui o parque e o jardim e até mesmo um relvado (Fig.31), sendo que o mesmo é cada vez menos um espaço estruturante do tecido urbano, não chegando a ser sequer um elemento da estrutura ecológica mas cada vez mais um vazio de cedência obrigatória que resulta de urbanizações feitas por privados no interior de suas quintas e numa lógica de parcelamento fragmentário;

vi) O **Vazio Interior Coletivo** é uma reinterpretação pós-moderna de espaço público coletivo. Aqui o sentido de conforto e proteção em espaços que não chove, não faz vento nem frio e calor, espaços extra seguros dados por uma vigilância contínua (Fig.32);

vii) O **Fragmento ou o Simulacro do Vazio Tradicional** são o que resta dos vazios herdados, alguns ainda intactos outros revitalizados pelas vivências e usos atuais e outros transformados pela vontade de salvaguardar e valorizar tudo o que é histórico ou popular (Fig.33).

Cavaco (2007) menciona ainda que Françoise Choay define outra terminologia para vazios que é "espaçamentos" uma vez que o vazio está associado à ideia de cheio, ou seja, pela densidade construída a existência de ausências mas, a condição suburbana do vazio apresenta-se através de outras formas e por isso impõe outra definição para estes espaços de ausência. Normalmente são os **espaços-entre**, *in-between* ou *entre soi*. Os mesmos decorrem de fragmentações morfológicas e funcionais do território e por isso os vazios são considerados interstícios, intervalos de espaço onde não acontece nada, mas são a possibilidade onde tudo poderia acontecer. São por isso espaçamentos ilegítimos por ausência de referências canónicas que sustentem a sua existência e significado. Os mesmos são em grande parte uma consequência direta de imposições regulamentares, de normas, índices que resultam na dispersão de variados espaços *non-aedificandi*. Sejam espaços entre edificações, entre infraestruturas, entre polígonos ou entre sectores, não existe regras sobre as suas relações de proporção, número, tamanho ou significado.



Fig. 30 - Fotografia das dunas em Cascais, 2013.

Fonte: <http://momentoseolhares.blogspot.pt/770701>.



Fig. 31 - Fotografia de um jardim, Matosinhos.

Fonte: <http://www.relvados.com/pt/portfolio/urbanizacao-efanor/>



Fig. 32 - Fotografia do interior do Centro Comercial Colombo, 2015.

Fonte: <http://gdamas.com/compras-em-lisboa-centro-comercial-colombo/>



Fig. 33 - Fotografia de um vazio tradicional. Construção do Jardim Horto da Quinta da Fidalga, Aqualva, 2016.

Fonte: Fotografia da autora, Maio, 2016

Assim, Cavaco (2007) menciona que *"Apelara uma nova condição de vazio na contemporaneidade passa necessariamente pela redefinição de referenciais normativos, pela reestruturação de uma lógica de sentido que consinta o estabelecimento de uma estrutura de legitimidade para os vazios no contexto fragmentário, sectorizado e descontínuo da cidade contemporânea."* (p.12). Neste sentido refere que o seu enquadramento deve ser definido através de três temas chave.

i) Em primeiro o **Vazio da presença figurativa** ao protagonismo abstrato através do reconhecimento do estatuto e do seu protagonismo. O papel dos vazios mudaram e por isso é necessário ter essa mesma consciência, são espaços desocupados determinantes no processo de metropolização do território que determinam a transformação, uso e ocupação do solo.

ii) De seguida temos o **Vazio de espaço de contacto e de continuidade a espaço de conexão e a espaço de articulação**, sendo que aqui é através desta passagem que se apela a um novo espaço, este agora de articulação. Neste sentido Françoise Choay faz um enquadramento da história da cidade do ponto de vista dos vazios. Primeiramente é remetido ao fechamento e diferenciação que exprime e configura o espaço medieval, acolhendo vários eventos públicos, encontros, festas e mercados. De seguida surgem os espaços de espetáculo provenientes da época clássica e barroca, mais dispersos, convertido em cenário teatral, desenhado e programado. Depois surgem os espaços modernos de circulação, expressa pela vontade de circular, de ligar vários lugares. Por fim os espaços de conexão onde a velocidade e as comunicações são o seu objeto principal, conectando bens, pessoas e informações num território de fluxos.

iii) Ainda temos o **Vazio do sentido à Lógica do Sentido**, que se trata por conseguir romper com o sentido lógico das coisas para uma nova lógica de sentido que marque a contemporaneidade. Este será o desafio mais moroso e difícil uma vez que mexe com normas e a estrutura mental da coletividade.

Neste sentido, a nova condição de vazio que a autora menciona, necessita de uma categoria de espaço, o espaço de articulação, ou seja, essencialmente, o espaço de transição de escalas e flexível de conexões.

2.2.2 Os vazios urbanos no contexto do crescimento das cidades: Perspetivas e oportunidades para uso e ocupação

Os vazios urbanos aparecem e são resultado do aumento das metrópoles europeias no início da segunda metade do século XX. O crescimento das cidades para a periferia fez com que aparecessem diversos aglomerados que se transformaram em novas cidades, afastando-se cada vez mais do centro, as chamadas cidade dormitório. Os centros habitacionais das cidades ganharam novas funções como por exemplo de escritórios, e as indústrias afastam-se cada vez mais para as periferias. Esta realidade faz emergir vários e grandes espaços vazios, degradados, desocupados e abandonados no interior da cidade (Santos, 2011).

Morgado (2005) afirma que antes não havia espaço desocupado, os espaços existentes eram naturais e rurais em oposição às cidades definidas e bem delimitadas pelas muralhas da época. Hoje com as opções humanas, surge o aparecimento de infraestruturas e desenvolvem-se tecidos urbanos com as suas diversas morfologias e usos. A cidade foi-se transformando em território urbano, os espaços rurais foram sendo urbanizados e hoje em dia a cidade demonstra a construção do vazio de uma forma plástica da arquitetura através das ruas, praças, jardins, espaços vazios e segregados, terrenos vagos e abandonados. A ocupação territorial humana determina os modelos de vida da população na cidade, e formam um conjunto de modos de vida dos habitantes de uma metrópole. Esta percepção da metrópole desde as suas primordiais origens apresenta-se em redor dos espaços desocupados, designados normalmente de vazios ou "nada", que mantêm características geográficas no seu estado puro, como também por influências das ocupações humanas ao longo dos tempos. Por possuírem essas características é que hoje são protagonistas na formação e consolidação das cidades e sua metrópole.

O vazio ligado à condição suburbana (Fig.34) é por oposição à noção tradicional de um vazio estruturante, um vazio que possui continuidade edificada e proximidade espacial do espaço. É pois, resultado da rutura e da crise que afeta o espaço público e os territórios no seu geral, do qual a pós-modernidade não soube responder nem ultrapassar (Cavaco, 2007).

Ainda, para Cavaco (2010), *"Os fragmentos poligonais de expansão protagonizam a emergência e ascensão do vazio na sua condição suburbana. (...) o vazio não adquiriu apenas o sentido de um espaço contentor, abstrato, diluído e ilegível, por contraposição ao vazio fechado, contido e contínuo da cidade tradicional."* (p.269). Neste sentido, os espaços vazios são vistos como ilegítimos de formas suburbanas, surgem de uma expansão em formato poligonal num contexto entre regras e modelos que fraturam a inteligibilidade



Fig. 34 - Fotografia de um vazio suburbano em Aqualva, 2016.

Fonte: Fotografia da autora, Agosto de 2016

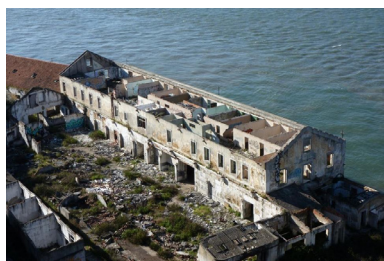


Fig. 35 - Fotografia de um vazio industrial, Almada.

Fonte: <https://funchalnoticias.net/2017/10/01/expresso-diz-que-grupo-savoy-pode-construir-hotel-em-almada/>

dos territórios. O crescimento suburbano nesta lógica assente na estrutura cadastral e de renda fundiária deveria enquadrar e realizar um modelo de cidade aberta. No entanto, restam áreas ou fragmentos que são deixados expectantes no território por uma promessa de oportunidade (Cavaco, 2007).

Os vazios urbanos podem ser apresentados em dois tipos de cidades, as difusas e as perimetradas. As cidades perimetradas enquadram espaços que permaneceram ao longo do tempo sem propósito ou vida própria ou que por algum motivo deixaram de o ter, são cidades com origem na destruição provocada pela Segunda Guerra Mundial deixando a maior parte da Europa e Ásia em ruínas, e consecutivamente com vazios urbanos, onde a urgência de construção para todos era manifesta. Decorrentes ainda de vazios pelo encerramento de usos industriais e portuários (Fig. 35) e também a compatibilização entre o novo e a tradição da cidade histórica. Já as cidades difusas são áreas de carácter metropolitano mais complexo e diverso e são áreas que por algum tipo de persistência e ou conflito decorrentes da expansão urbana, mantiveram alguma paisagem, ou que sofreram intervenções que não resultaram ou não fizeram sentido. Têm origem em meados da década de 60 e estendem-se até aos dias de hoje, com novos tipos de vazios associados ao desenvolvimento económico, êxodo rural, pela construção de grandes infraestruturas, equipamentos e outros que fragmentam a cidade e trazem novos conflitos e diversidade (David, 2007).

"(...) O modelo da cidade difusa descreve, efetivamente, aquilo que se formou espontaneamente à volta das cidades, mas, mais uma vez, apenas analisa o território a partir dos "cheios" e não do interior dos "vazios". Com efeito, o "difuso" não habita apenas as casas, as autoestradas, as redes informáticas e os autogrill, mas também estes vazios que não foram inseridos no sistema (...)" (Careri, 2004, pp.163-165).

Assim, a reconstituição da cidade nas suas diversas características tem a sua génese no vazio urbano dado que se mostrava e mostra como espaço de experimentação e criação de uma nova continuidade territorial, reconhecendo o presente e idealizando o seu futuro. Hoje em dia, por exemplo, muitos dos espaços ligados a infraestruturas aeroportuárias, espaços industriais, vias férreas entre outros estão desativados e como tal, vêm o seu futuro através da sua reconversão num uso diferente e potencial, pela criação de espaços públicos, trazendo uma continuidade urbana até esses mesmos espaços.

Neste sentido, importa mencionar o debate realizado na Trienal de Arquitetura de Lisboa, que contou com a presença de diversos municípios e estes, consoante o seu território, analisaram e debateram o tema associado

às suas necessidades, uma vez que os espaços existentes são potenciais de integração socio-urbanística não só pela reativação, reconstrução e reabilitação de edificações degradadas e devolutas, mas também pela necessidade de permanecerem como espaços não construídos, sendo um desafio essencial também ao equilíbrio urbano (David,2007).

EXEMPLOS NACIONAIS

Por exemplo em **Lisboa**, os vazios urbanos são um desafio à coesão territorial dada a existência de funções obsoletas que não são necessariamente expectantes, mas sim estratégicas e como exemplos temos:

- i) as áreas degradadas e sem estrutura;
- ii) as áreas desativadas da industrialização;
- iii) as áreas de uso especial a desativar ou reconverter;
- iv) e as áreas portuárias a requalificar.

São áreas que necessitam de um planeamento urbano, considerando o seu valor simbólico e as suas memórias temporais seja através do seu preenchimento, como também pela sua desocupação planeada, pela gestão do espaço disponível, através de políticas sustentáveis e onde é necessário ir à escala intermunicipal integrada e coerente, não só pela requalificação do espaço mas também pelo reforço de infraestruturas, equipamentos coletivos e a criação de espaços públicos, criando uma estrutura coerente e hierarquizada. A governança destes espaços e programas necessita de responder de forma organizada às ações e processos de decisão.

No concelho de **Sintra**, os vazios são vistos como lugares de encontro, e os mesmos têm surgido como um dos desafios da CMS devido à realidade do concelho. Por um lado, um dos exemplos é Mira Sintra, pertencente a uma das freguesias que se irá trabalhar, um bairro de 1965 baseado num modelo de espaço livre onde a não execução de equipamentos em tempo útil e dos espaços públicos trouxeram degradação ao bairro e carências ao nível dos equipamentos sociais. Para combater esta realidade a CMS, em parceria com outras entidades, criaram um programa de intervenção estratégico a fim de reforçar as vivências coletivas dos habitantes, eliminando as necessidades sociais existentes. Por outro lado, e contrariamente, em Agualva-Cacém, o programa Cacém Polis (Fig.37) teve como objetivo a requalificação urbana de um crescimento territorial com falta de planeamento e critério, criando assim vazios relacionados com a ausência de uma linguagem arquitetónica e de espaços há décadas expectantes, marcados pelo elevado trânsito



Fig. 36 - Fotografia de um vazio urbano industrial, Alcântara.

Fonte: David (2007, p. 251)



Fig. 37 - Fotografia antes (direita) e depois (esquerda), sobre espaços expectantes e arquitetura "desumanizada" no centro do Cacém.

Fonte: David (2007, p. 255)

e estacionamento caótico e indevido. O programa pretendia devolver a cidade à população e o seu reencontro com um espaço afetivo e seu. Outra das intervenções foi o elétrico de Sintra através da sua restauração e requalificação da linha, preservando as paisagens e edifícios ao longo deste trajeto, já que são um marco de memória a preservar, mas também algumas reconversões de uso, como por exemplo a antiga garagem dos elétricos convertida em Centro de Ciência Viva e a Adega Cooperativa de Colares em Galeria de Arte, expondo arte de Alfredo Keil.

Já na **Maia**, há mais de 30 anos atrás, o seu centro urbano poderia ser considerado um vazio. O mesmo foi sendo corrigido e consolidado não só pelas infraestruturas básicas mas também a partir de espaços coletivos, dotando os espaços de significado para os cidadãos. Uma evolução equilibrada, atuando em diversas funções, aproveitando as mais-valias de cada um, potenciando sinergias.

Em **Matosinhos**, este tema foi também fortemente marcado, visto que a cidade apresentava em pouco mais de uma década diversos vazios urbanos, consequentes dos processos de desindustrialização acentuada e também de soluções urbanísticas anteriores que não conferiam sentido à cidade. A sua remodelação dá-se pelo Poder Local democrático onde o essencial seria devolver a cidade às pessoas construindo uma nova cidade pela sociabilidade, servindo para contrabalançar a era do Vazio, como um elemento pós-moderno.



Fig. 38 - Fotografia de qualificação paisagística do Vale do Rio UL- Parque Urbano, São João da Madeira.

Fonte: David (2007, p. 279)



Fig. 39 - Mapa de localização da intervenção da Casa do Vapor.

Fonte: Elaboração da autora a partir de uma imagem do google earth, 2017

Em **Santo Tirso**, alguns atores referem que o vazio não existe, isto porque os espaços são sempre parte da estrutura urbana, sendo espaços de memória de uma ocupação, sendo definidos por espaços entre uma nova função, entre o que existia e existe hoje, entre a memória passada para o seu marco no futuro. *"Dando ao vazio uma nova função. Recuperando os vazios. Enfatizando o vazio. O vazio tem lugar no espaço urbano"* (David, 2007, p. 276).

Por outro lado, **São João da Madeira** vive dos cheios e vazios e centra-se em diferentes objetivos, por um lado a requalificação urbana que harmoniza diferentes escalas e épocas, por outro a qualificação ambiental (Fig.38) e criação de condições que respondam à mudança do modelo económico e competitivo, redesenhando a cidade, elevando níveis de conforto, atratividade e atividades, promovendo a coesão social e a valorização da própria imagem da cidade e não simplesmente pela ocupação dos espaços por edificação, mas pela oportunidade de novos programas que possam trazer referências à urbanização.

Na Cova do Vapor, **Almada**, em 2013 foi construído um centro cultural temporário através do Exyzt / ConstructLab com a colaboração da Associação

Ensaio e Diálogos e a Associação de Moradores da Cova do Vapor. O projeto teve como designação **“Casa do Vapor”** e incidia num espaço vazio triangular sem utilidade, situado ao lado da biblioteca da Cova do Vapor. Teve como objetivos fazer uma construção temporária que servisse de ponto de encontro para a comunidade local e visitantes, criar um espaço de estímulo à partilha, à aprendizagem, à criação e à experimentação artística, que servisse de impulso à participação ativa e à valorização cultural da comunidade da Cova do Vapor. A sua construção foi feita através de madeiras reutilizadas para a construção de dois edifícios temporários, a oficina e a Casa do Vapor, constituída por uma casa comum com cozinha comunitária, uma escola de surf e residência de um artista. Ambos são construídos por pilotis de madeira que servem como áreas sociais sombreadas para proteger do sol e do calor. As construções abrigavam eventos ao vivo, bem como uma rampa de skate e uma oficina onde se podia arranjar e alugar bicicletas. A casa acolheu também um programa cultural variado e abriu-se a todos como um centro catalisador de ideias e incubadora de projetos individuais ou coletivos (Fig.40). Funcionou temporariamente durante o mês de abril até ao mês de outubro de 2013, sendo posteriormente demolida e as madeiras novamente reaproveitadas e levadas para a Costa de Caparica.

Em **Aveiro**, foi realizado um projeto de participação dos cidadãos para a intervenção urbana através da cultura, designado de **“VivaCidade Aveiro. Vestir os Vazios da Cidade”**. Como proposta de intervenção incidiram no vazio nº1 sito na Rua Infante D. Henrique e Rua de São Sebastião, sendo o projeto de 2015. Este vazio surge pela demolição de uma antiga casa que servia como taberna e a sua transformação passa pela criação de um espaço que convidasse as pessoas a “entrar” e que desse continuidade ao edificado existente, fazendo uma zona de estar com jardim, mobiliário lúdico e um mural alusivo à antiga taberna, mantendo o nicho existente, uma zona verde e lúdica e ainda três caldeiras para árvores. Assim, foi criado um espaço que é usado como zona de convívio e de estar, um espaço para todos e para todas as idades, construído com os moradores, estudantes universitários e outros cidadãos interessados (Fig.43). Nesta perspetiva, no subcapítulo 3.5 iremos abordar o mesmo, de uma forma mais detalhada incidindo no processo participado.

Mais recentemente surge o **projeto NoVOID**, um projeto financiado pela FCT que teve início em Maio de 2016 com uma duração de 36 meses e que incide em Ruínas e Terrenos Vagos nas cidades portuguesas, como forma de explorar a vida de espaços urbanos abandonados e estudar propostas de planeamento alternativo para as cidades contemporâneas. Referem que a cidade contemporânea é marcada por abandono, verificados pela presença de espaços vazios e ruínas. *“Ruínas e terrenos vagos são conotados*



Fig. 40 - Fotografia do projeto Casa do Vapor, Almada, 2013.

Fonte: https://www.domusweb.it/en/architecture/2013/08/06/casa_do_vapor.html



Fig. 41 - Mapa de localização da intervenção no Largo de São Sebastião.

Fonte: Elaboração da autora a partir de uma imagem do google earth, 2017



Fig. 42 - Fotografia do Largo de São Sebastião antes da intervenção (em cima).

Fonte: Giacomo Gallo disponível em <https://vivacidadeaveiro.wordpress.com/proposta-de-intervencao/>

Fig. 43 - Fotografia do Largo de São Sebastião depois da intervenção (em baixo).

Fonte: Rui Caldeira disponível em <https://vivacidadeaveiro.wordpress.com/intervencao/>

com vazio, morte, e desordem." (Brito-Henriques, 2017).

A investigação incide numa amostra de quatro cidades com perda demográfica: Lisboa, Barreiro, Guimarães e Vizela e é inspirado no conceito de Solà-Morales de *terrain vague* propondo um olhar diferente para esta realidade, investigando e discutindo a partir de uma abordagem positiva sobre os espaços, com valor potencial urbanístico, e como poderiam ser aproveitados num planeamento alternativo. NoVOID refere que o conhecimento sobre estes espaços, a sua génese e processo evolutivo, sua morfologia e diversas formas são questões que pretendem investigar. Propõem delimitar quantos vazios são, de que tipo são e de que forma se distribuem na cidade, que valor possuem, quem os usa e com que finalidade, que conflitos produzem e que emoções transmitem.

NoVOID significa não vazio, já que entendem que os espaços abandonados não são espaços vazios ou em branco mas sim partes integrantes da cidade com vida e memórias. Ainda, foi criada uma Newsletter para mostrar em cada semestre os processos e iniciativas a decorrer, como forma de ponte de comunicação da equipa para a sociedade.

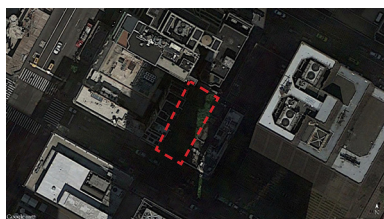


Fig. 44 - Mapa de localização da intervenção do Paley Park.

Fonte: Elaboração da autora a partir de uma imagem do google earth, 2017



Fig. 45 - Fotografia do Paley Park.

Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1827659&page=4>



Fig. 46 - Mapa de localização da intervenção da Pracinha Óscar Freire.

Fonte: Elaboração da autora a partir de uma imagem do google earth, 2017

EXEMPLOS INTERNACIONAIS

O “**Paley Park**” em Manhattan, **E.U.A.**, construído em 1967 por Zion Breen Richardson Associates com a colaboração de William Paley, é um parque criado por um cidadão privado ao invés de uma intervenção municipal. A zona de intervenção era um pequeno terreno na avenida 53, onde se localizava uma casa noturna, tendo como objetivo a criação de um espaço público de serenidade e contemplação que agradasse a milhares de pessoas. O projeto incluía árvores esguias com a principal função de dar sombra ao espaço e uma cascata de ponta a ponta na parede posterior, dando uma sensação de paz. O mobiliário foi escolhido com a principal função de ser prático e de pouca manutenção, para tornar o espaço mais viável e com mais mobilidade. Apesar do espaço ser reduzido, o mesmo é um centro de interesse e atividades na paisagem urbana, é utilizado por vários visitantes como trabalhadores, residentes e turistas, sendo uma atração aberta numa área fortemente congestionada. É um dos exemplos de intervenções de pequena escala no espaço público, ocupa um pequeno espaço mas que fornece um centro de interesses e atividades vasto (Fig.45).

Em São Paulo, **Brasil**, foi criado em 2014 o projeto “**Pracinha Óscar Freire**” realizado por REUD com a colaboração do Instituto Mobilidade Verde. O local era uma simples rampa com a única função de dar acesso ao estacionamento adjacente. A intervenção teve como objetivo melhorar a qualidade de vida

no bairro, propondo novas relações com os espaços abertos ao público. O Movimento "Traga seu trabalho para a Pracinha" foi a principal inspiração para a construção deste espaço, inspirando as pessoas através do trabalho ao ar livre, convidando empresas, escritórios de design, agências de publicidade, *Start Ups*, qualquer empresa para passarem metade do período laboral ao ar livre. Um espaço preenchido com uma plataforma em madeira, com mesas, cadeiras, bancos, vasos, um jardim vertical e um quadro para os visitantes intervirem com uma frase "*Before I Die I Want to*". Assim, a área tornou-se num espaço de convívio, com a presença de comidas e bebidas, com possibilidade de realizar espetáculos, oficinas e *workshops* entre outras atividades. A área conta ainda com *wi-fi* gratuito (Fig.47).



Fig. 47 - Fotografia da Pracinha Óscar Freire.

Fonte: <http://misturaurbana.com/2014/10/conheca-a-rampa-de-acesso-de-carros-que-virou-a-pracinha-da-oscar-freire/pracinha-oscar-freire/>

OS VAZIOS URBANOS COMO FORMA DE REVITALIZAÇÃO DA CIDADE, O CASO DE HOLANDA DE ALDO VAN EYCK

Já em 1947 os vazios urbanos eram palco de intervenção como forma de revitalizar uma cidade. Após a 2ª Guerra Mundial as cidades de Holanda encontravam-se abandonadas, a oferta de habitação diminuiu e as infraestruturas mostravam-se pouco funcionais, por isso os urbanistas estavam numa situação de emergência. Relacionado com o pico de natalidade o contexto urbano surge como um desafio uma vez que não existiam espaços para as crianças. Assim, Van Eyck constrói parques infantis inicialmente em terrenos sem uso. Esta intervenção que inicialmente era vista como uma solução criativa, rapidamente passou a um momento de necessidade dado o *boom* de natalidade existente. Após a guerra o planeamento urbano consistiu numa execução apressada de ideias do movimento moderno. Esta mesma mudança propiciou a que o centro da cidade fosse ampliado e aberto ao trânsito, arruinando a cidade devido ao aumento explosivo de tráfego automóvel.

Van Eyck teve um papel importante uma vez que se converteu num crítico severo da tendência funcionalista onde refere que o mesmo matou a criatividade, "*(...) conduziu a uma fria tecnocracia em que os aspetos humanos são ignorados. Um edifício é muito mais que a soma de suas funções: a arquitetura tem que facilitar a atividade humana e promover a interação social*" (Van Eyck citado por Oudenampsen, 2011).

Desta forma, o arquiteto Aldo Van Eyck produziu o seu primeiro parque infantil (*playground*) em Bertelmanplein que marcou toda uma geração de Amesterdão. Apesar de hoje muitos deles terem desaparecido, foram intervenções bastante importantes, numa época decisiva, marcada pela passagem de uma organização em hierarquia do espaço para um arquitetura de baixo para cima com o objetivo de criar espaços de imaginação.

Assim, foram desenhados mais de setecentos parques infantis entre 1947 e 1978 no Departamento de Desenho Urbano, e também a partir de 1952 no seu próprio escritório, projetando sessenta nos primeiros 8 anos e produzidos em série no pós-guerra, nos novos bairros. Noventa sobreviveram ao longo da segunda metade do século XX e hoje, os que não foram substituídos por edifícios são praticamente irreconhecíveis.



Fig. 48 - Fotografia do primeiro dos playgrounds de Aldo Van Eyck, antes da intervenção, Bertelmanplein, Amesterdão (em cima).



Fig. 49 - Fotografia do primeiro dos playgrounds de Aldo Van Eyck, depois da intervenção, Bertelmanplein, Amesterdão (em baixo).

Fonte: <http://piseagrama.org/a-cidade-como-playground/>

Um dos êxitos de Van Eyck foi o seu primeiro projeto (Fig.49) constituído por uma caixa de areia e uma estrutura de barras de ferro, com as árvores existentes e mais 5 bancos. A partir daí desenvolveu numerosos projetos, com diversas variações e composições. Para o arquiteto os parques infantis eram uma oportunidade de pôr à prova as suas ideias sobre a arquitetura, a imaginação e a relatividade no sentido em que as relações eram mútuas, e não por uma hierarquia central, todos os elementos eram equivalentes.

Criando uma rutura com o passado, o arquiteto propunha uma conceção diferente de espaço, desenhava os equipamentos de forma mínima para que fosse possível a estimulação da imaginação por parte dos seus utilizadores, de forma a poderem apropriar-se do espaço com imaginação e sem limites. Também os equipamentos tinham um carácter modular, os elementos podiam ter composições diferentes em função de cada lugar. Ainda, mantinha uma relação com a envolvente de cada parque infantil, retirando partido de interação com o tecido urbano em redor. Também tinha o fator temporal da intervenção, através de uma adaptação de escala e por isso a escolha de terrenos vazios e lotes vagos para a sua construção táctica. Assim e com apoio do Serviço de Preparação de Obras do Departamento de Desenvolvimento Urbano em colaboração com a associação de moradores foi estipulado a existência de um parque infantil por bairro.

Um exemplo de alterações no planeamento urbano é o caso de Holanda onde o planeamento funcionalista protagonizava o fim de um bairro em Amesterdão. Estava previsto a construção de uma linha de metro elevada e uma rodovia com quatro vias, atravessando um dos bairros mais antigos e populares. Estudantes, artistas e ativistas em protesto ocuparam edifícios vagos, junto com os habitantes locais e *hippies* existentes, resistindo e revoltando até que os urbanistas e políticos se rendessem. A linha de metro foi concluída mas todos os planos existentes para a área pararam e foram eliminados, o bairro reergueu-se e tornou-se numa inspiração, surgindo assim um novo modelo de desenvolvimento urbano substituindo intervenções modernistas por projetos participativos e de escala reduzida. No ano seguinte a filosofia de Van Eyck converte-se num modelo, sendo convidado para reurbanizar o próprio bairro, tornando-o simbólico. As suas ideias intersticiais, composição sem hierarquias

e de planeamento participado conduziram a uma arquitetura adaptável ao bairro.

OS VAZIOS URBANOS COMO RESPOSTA AOS PROBLEMAS DE PLANEAMENTO E A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

Os vazios urbanos são vistos como uma oportunidade de (re) ativar um presente, na experiência dos quotidianos, que funde uma relação de tempo-espaço interdependentes e complementares pela memória e mudança. Uma vez que os vazios remetem para oportunidades de intervenção e gestão do território, resta questionar de que maneira os mesmos podem ser realizados. Os diversos conceitos-chave adjacentes a esta temática unem-se de forma a possibilitar a implementação de novas estratégias com diversas escalas, desde a pequena escala entre o espaço, serviços públicos e habitação até à grande escala de operações de cicatrização e sustentabilidade metropolitana. São muitas vezes vistos como o último recurso, mas são também a oportunidade de pensar nas diversas partes para no fim formar um todo coerente e saudável de um território, seja ele urbano ou rural.

Quanto à questão do projeto e a cidade, questiona-se a falta de planeamento urbanístico, fruto da irreflexão sobre a dimensão infraestrutural e articulação de diversas morfologias urbanas e a sua sustentabilidade económica, geográfica e ecológica. Alguns temas a questionar são por exemplo o uso do transporte individual, a densificação de tecidos e as redes existentes. Os espaços vazios ajudam a criar uma cidade compacta e mais rica, sendo um potencial transformador da cidade através de estratégias urbanas, políticas de transformação da cidade contemporânea, pela regeneração de tecidos, reconstruindo e reorganizando zonas potencialmente interessantes (David, 2007).

"A medida de qualquer grande Civilização está nas suas Cidades e a medida da grandeza de uma Cidade é determinada pela quantidade dos seus espaços públicos, parques e praças" (Ruskin citado por David, 2007, p.294). Lisboa é exemplo disso mesmo, pela sucessão de diversos espaços públicos, marcados por diversas gerações, deixando a sua marca e trazendo riqueza à cidade. *"Pensar a cidade é pensar o que somos e o que queremos ser. É avaliar realidades e realizar valores. É refletir, debater, escolher"* (David, 2007, p.310).

Neste sentido, é possível verificar que até aos nossos dias não existiram muitas possibilidades por parte das democracias modernas de testarem as hipóteses dos processos participados nesta vertente dos vazios urbanos, assumindo-se sempre como normais, sem questionar novas formas de desenho da cidade.

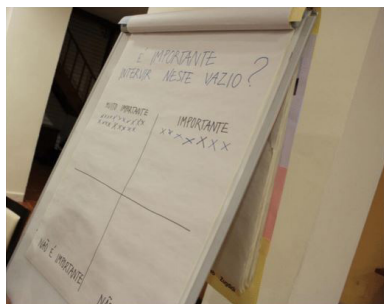


Fig. 50 - Fotografia de uma técnica participada utilizada no projeto do Largo de São Sebastião. "PARA SI, É IMPORTANTE INTERVIR NESTE VAZIO?".

Fonte: https://www.dropbox.com/s/6mkykjp3hws7ag/Vivacidade-conclusoes%20reuniao%201_30_Abril.pdf

Hoje em dia já se instalam alguns processos participados, como ferramenta que permite idealizar pelo próprio cidadão as suas exigências e ideias e não simplesmente por meio de técnicos e políticos especializados, mostrando desta forma mais e melhores resultados para uma cidade.

Essencial neste processo são também os fatores interligados de tempo e memória, não só pelas transformações do espaço como pela identidade, capaz de criar e definir uma nova estrutura, desenhando o espaço com as suas condicionantes e potencialidades, e neste processo não existe ninguém que conheça melhor os espaços que os seus próprios habitantes.

Resumidamente, a gestão urbana deveria ser realizada não só por especialistas mas por todos nós, sem projetos participados capazes de integrar a população não pode existir um território futuro à medida das nossas necessidades e expectativas, e para isso mesmo, é necessário haver uma cultura urbanística e arquitetónica mais exigente que critique e aprenda, a fim de responder a novos desafios apresentados na época em que vivemos (David, 2007).



Fig. 51 - Fotografia dos Jardins de la Indústria, Espanha. Fonte: Fotografia da autora, Abril de 2016

2.3 O espaço público: conceito, características e desafios

Santos (2008) refere que a cidade tem mudado ao longo do tempo e com essas mudanças também as funções e o significado de espaço público mudam. As atividades praticadas vão sendo alteradas, principalmente pela transferência de muitas funções sociais e cívicas que originalmente eram e ocorriam no domínio público mas que passaram para o privado. *"Os encontros diretos que frequentemente ocorriam nos espaços da cidade, a presença activa, a participação e a experiência podem agora ser substituídos pelo recurso ao telefone, à televisão e à internet."* (p.40). A cidade tradicional atraía as pessoas e eventos aos espaços públicos e incentivava a circulação e permanência pedonal mas, a cidade funcionalista que se tem instalado produz segregação de funções e afasta o contacto mais próximo e diverso. Também a introdução do automóvel reduziu as atividades ao ar livre. Ainda assim, alguns espaços permanecem com o espírito de lugar, de encontro e de troca de experiências.

Mas, a partir da década de 1960 instalou-se um sentimento de repúdio em relação à cidade moderna, caracterizada por correntes diversificadas (Arrabaça, 2002). O autor menciona que Jane Jacobs, Kevin Lynch ou Christopher Alexander descrevem estas cidades urbanas como sendo opostas às relações sociais de qualidade, inseguras e sem coerência nos espaços públicos. Os mesmos defendiam a identidade e carácter de cada lugar coexistindo com a apropriação por parte dos habitantes dando assim vida, funções e simbologia aos seus espaços públicos.

Regularmente na história da cidade e do urbanismo quando as formas de crescimento urbano ou evolução da cidade dá prioridade às estradas e à construção de edifícios, quando os espaços produzem segregação social e quando perde qualidade, existe sempre uma reacção social e cultural sobre o espaço público. Neste sentido e face à dispersão e fragmentação das áreas urbanas é necessário redefinir espaços públicos em novas áreas de crescimento, recuperando o simbolismo identitário dos espaços como referências humanas, criando locais de conexão como marco cívico de novas características de centralidade.

2.3.1 Conceito, princípios e tipologias de espaço público

O Governo português na Política de Cidades Polis XXI defende que o espaço público é o principal património comum aos habitantes de uma cidade e que se apresentam de diversas formas. São um dos elementos de estruturação dos tecidos urbanos possibilitando também a organização do ponto de vista mental, uma vez que se torna em diversos pontos de referência para orientação na cidade e de permanência individual e/ou coletiva. Pela forma que se apresenta, exprime o que é a cidade e os indivíduos que nela habitam. As dimensões do espaço público possuem identidade consoante a morfologia, a perspetiva visual, a vivência e funções, o social e o cultural, o económico e o legal (Brandão, 2008).



Fig. 52 - Fotografia de um espaço que cria e fortalece conexões em Nova Iorque, 2017.

Fonte: <http://www.archdaily.com.br/br/873962/espacos-publicos-10-principios-para-conectar-as-pessoas-e-a-rua>

O espaço público implica a convicção que a forma urbana projetada é importante para a vida em comunidade, para se viver coletivamente (Fig.52). É a representação visível da sociedade no território uma vez que é a partir desses espaços que as pessoas se podem relacionar e compreender a história da cidade. É nos espaços públicos da cidade que as impressões e acontecimentos importantes se encontram, seja de momentos gloriosos como de tragédias antigas e ou modernas. A história da cidade é feita nos seus espaços públicos, é neles que as relações entre os habitantes acontecem e a cidadania se concretiza seja em ruas, parques, monumentos, etc. Assim o espaço público é não só o espaço principal do urbanismo, como também da cultura urbana e da cidadania, surgindo como espaço não só físico como político e simbólico (Borja e Muxí, 2000).

Para Borja e Muxí (2000) o espaço público é visto como indicador de qualidade urbana mas também como instrumento privilegiado de política urbana, de forma a fazer cidade e qualificar as suas periferias, manter e renovar centros históricos e ainda produzir novas centralidades, dando assim valor aos cidadãos mas também às infraestruturas existentes. Referem que o espaço público deve conter mistura social, garantir igualdade e apropriação por diversos grupos sociais e culturais. É um direito público que todos os cidadãos têm nas cidades, ao invés de deixar o desenvolvimento urbano livre à concorrência e aos valores económicos do mercado, uma vez que é em termos sociais, culturais e civis lucrativo, mas também político, governamental e económico, a médio prazo, para criação de novas atividades.



Fig. 53 - Fotografia de Feiras e mercados em Lagos, Algarve.

Fonte: <https://www.cm-lagos.pt/descobrir-lagos/e-util-saber/feiras-e-mercados>

É no espaço público que os fluxos e trocas (Fig. 53) se realizam, portanto é um local de coesão social. O mesmo é definido pela sua identidade relacional e histórica, deve conter diversidade e heterogeneidade e relação entre diferentes indivíduos. *“A cidade é um cenário, um espaço público que quanto mais aberto está para todos, mais expressará a democratização política e*

social." (Borja e Muxí 2000, p. 17)⁶.

Borja e Muxí (2000) referem que o espaço público é um conceito jurídico regulamentado pela administração pública, proprietária, que coloca o domínio sobre o solo e garante a acessibilidade a todos, fixando as condições de utilização e instalação de atividades. O espaço público oscila, por um lado temos a propriedade privada expressa por cadastro e vinculada com direito a edificar, e por outro a propriedade pública de domínio público que por norma reserva-o livre de construções, exceto no caso de equipamentos coletivos, atividades culturais ou comerciais, infraestruturas de mobilidade e referências simbólicas monumentais. Também existe a dimensão sociocultural com animação, relação, identificação e contato entre as pessoas ou até mesmo de expressão comunitária. *"Às vezes, os procedimentos legais burocráticos levaram-nos a considerar que o espaço público ideal é o que praticamente vazio, onde não se pode fazer nada."* (p.28)⁷. O mesmo pressupõe o domínio público, usos social e coletivo e multifuncionalidade, sendo caracterizado pela sua acessibilidade e qualidade do espaço, podendo ser avaliado pela intensidade e qualidade de relações sociais.

Segundo Santos (2008, p. 2) *"O espaço público urbano é o lugar onde se manifesta a vida e animação urbana e onde se desencadeia o encontro das pessoas que fazem parte do quotidiano da cidade. É o lugar onde se processa grande parte da socialização urbana, constituindo assim um reflexo da sociedade e um retrato da cidade."* Os espaços públicos distinguem-se dos restantes espaços urbanos devido ao conjunto de funções sociais a eles associadas. É lugar de trocas de bens, serviços e experiências de vida. É palco para as diversas atividades sociais e relaciona-se com a forma e configuração dos edifícios em redor e de todos os elementos urbanos pertencentes ao meio urbano. São as características físicas do espaço público exterior que influencia a sua leitura e os sentimentos em relação ao mesmo, a identificação e sintonia com o espaço perante a sua localização e forma.

O espaço público pode conter diversas formas e dimensões, ele dá forma urbana, é o espaço "entre" que marca essencialmente a socialização e vivência da comunidade. São espaços de utilização livre dentro de um padrão socialmente aceite, baseado em características tipológicas e morfológicas do espaço que transmitem significados e acrescentam diversidade através das dimensões de escala e elementos que possuem, que transformam o espaço público num cenário visual identificador.

6 Tradução livre da autora do original *"La ciudad es un escenario, un espacio público que cuanto más abierto esté a todos, más expresará la democratización política y social."* (Borja e Muxí 2000, p. 17).

7 Tradução livre da autora do original *"En ocasiones los procedimientos jurídicos burocráticos han llevado a considerar que el espacio público ideal es el que está prácticamente vacío, donde no se puede hacer nada."* (Borja e Muxí 2000, p. 28).

Brandão (2008) refere 15 tipologias organizadas dentro de 6 referências estruturais de espaço público sendo possível verificar no quadro 2: o traçado, a paisagem, a deslocação, a memória, de economia e de espaços gerados. Estas tipologias podem ajudar não só a definir como os espaços públicos se encontram mas também como eles poderiam ser caracterizados consoante as suas potencialidades ou o que está previsto.

Quanto à morfologia do espaço verificamos que também acrescenta diversidade devido à diferença de perfis e dimensão das ruas, às escalas consoante as necessidades de edificação, seja de edifícios como de pequenos mobiliários, e ainda os elementos e agentes de definição da forma seja através de edifícios, iluminação, disposição de mobiliário, estruturas naturais entre outros.

Quadro 2 - Tipologias de Espaço Público segundo Brandão.

Fonte: Elaboração própria a partir de Brandão (2008, p. 9)

a) Espaços - traçado	Encontro	1. Largos, praças
	Circulação	2. Ruas, avenidas
b) Espaços - 'paisagem'	Lazer - natureza	3. Jardins, parques
	Contemplação	4. Miradouros, panoramas
c) Espaços - deslocação	Transporte	5. Estações, paragens, interfaces
	Canal	6. Vias-férreas, auto-estradas
	Estacionamento	7. "Parking", silos
d) Espaços - memória	Saudade	8. Cemitérios
	Arqueologia	9. Industrial, agrícola, serviços
	Memoriais	10. Espaços monumentais
e) Espaços comerciais	Semi-interiores	11. Mercados, centros comerciais, arcadas
	Semi-exteiores	12. Mercado levante, quiosques, toldos
f) Espaços gerados	Por edifícios	13. Adro, passagem, galeria, pátio
	Por equipamentos	14. Culturais, desportivos, religiosos, infantis
		15. Iluminação, mobiliário, comunicação, arte

Já Francisco (2005) considera que os espaços públicos têm uma especificidade própria e classifica-os segundo sete parâmetros diferentes no seguinte quadro.

Quadro 3 - Parâmetros classificadores de Espaço Público segundo Francisco.

Fonte: Elaboração própria a partir de Francisco (2005, p. 6)

Espaço Público Urbano	Propriedade	Privado (uso público) ; Público
	Morfologia	Aberto (exterior) ; Fechado (interior) ; Misto
	Projeção	Horizontal ; Vertical
	Uso	Pedonal ; Motorizado ; Multimodal
	Acesso	Limitado ; Ilimitado
	Função	Passagem ; Transição ; Estadia ; Outros Espaços
	Atratividade	Local ; Urbana ; Metropolitana ; Nacional ; Internacional

E como grupos de categoria de espaços públicos considera:

a) Corredores e Elementos Estruturantes	pontes, viadutos; avenidas; ruas; passagens pedonais; ciclovias; eixos ferroviários; outros.
b) Estações e Paragens de Transporte Público	rodoviário, ferroviário, marítimo, fluvial, aéreo.
c) Estacionamento e Transporte Privado	silos; parques de estacionamento; outros.
d) Praças e pracetas, Largos e Passeios	
e) Espaços Comerciais	centros / núcleos comerciais; mercado; largo de feiras;
f) Espaços Verdes de Recreio e Lazer	parques urbanos; corredores verdes; jardins e espaços verdes; hortas urbanas; frentes marginais de rio ou de mar; espaços de recreio e lazer; outros.
g) Espaços de Transição	espaços intersticiais; logradouro; arcadas; escadarias; outros.
h) Infraestruturas de Subsolo	redes de abastecimento de água; de energia; de drenagem; de semáforos; de telecomunicações; outros.
i) Outros Espaços	cemitérios; outros.

Quadro 4 - Tipologias de Espaço Público segundo Francisco.

Fonte: Elaboração própria a partir de Francisco (2005, p.11)

Aqui a autora faz uma abordagem sociológica contextualizando o espaço público do ponto de vista do Homem pertencente à Sociedade. Os espaços públicos são locais de identidade, possuem símbolos políticos e culturais que mistura diferentes grupos sociais e por isso mesmo tornam-se elementos qualificadores da coletividade, suportando diversas funções e atividades para os seus habitantes. No que toca aos elementos que o espaço público contém, Alves (2003) define cinco qualidades para promoção de direitos dos cidadãos no espaço público:

- i) Direito de acesso (físico, visual e simbólico);
- ii) Liberdade de ação;
- iii) Direito de fruição;
- iv) Transformação/alteração;
- v) Direito de propriedade;

Santos (2008) refere que a forma do espaço público urbano pode ser vista por duas perspetivas diferentes mas conjuntas. Por um lado, a forma que é definida pela configuração da planta definindo as dimensões ao nível do plano do solo, por outro a estrutura formal, reportando ao volume tridimensional do espaço, concebido através da conjugação dos diversos elementos contruídos. Neste sentido, é possível verificar que existem várias relações de dimensão que

devem ser consideradas num estudo de espaço público:

- i) dimensões da planta onde o tamanho da mesma influencia diretamente com as vivências do espaço;
- ii) dimensão entre a planta e a altura dos edifícios influenciando não só a visão que se tem para com os edifícios mas também a ligação que os mesmos têm com o espaço público;
- iii) o impacto da altura com as vivências ao nível do solo.

O autor salienta ainda que o espaço público mantém uma relação direta com o edificado envolvente já que os espaços públicos são dependentes da configuração dos edifícios, e por isso, é necessário existir um equilíbrio entre a altura dos edifícios e a dimensão em planta dos espaços, não obstante que em muitos espaços o mesmo não é aplicável já que existem outros fatores que influenciam esta sensação mas, a harmonia de dimensões é de facto um fator importante para os utilizadores, para não se sentirem perdidos ou intimidados por ele. Por exemplo, Gehl (2006) refere que a partir do 3º e 4º piso de um edifício já existe dificuldades em comunicar com as pessoas que se encontram no nível do solo e que a partir do 5º e 6º já se começa a perder a capacidade de identificar visualmente as pessoas, ou seja, de níveis para níveis o sentimento de isolamento é acentuado.

A noção de escala também é importante para um espaço, a nossa visão instintivamente recorre a vários elementos para perceber as dimensões, mas através de módulos é possível fazer com que os espaços pareçam maiores ou menores que a realidade, e por isso é necessário percebê-los na ótica do utilizador. Também os níveis de referência influenciam as sensações dos espaços, se descermos do nível de referência habitual sentimos sensações de intimidade, inferioridade e de claustrofobia, se for um nível superior sentimos euforia, domínio ou superioridade.

Santos (2008) menciona ainda que as dimensões do espaço dão realmente uma forte contribuição na relação entre as pessoas e o espaço, mas também que é difícil definir normas sobre quais devem ou não ser as dimensões adequadas para cada espaço uma vez que o volume ou forma pode muitas vezes ser compensado pela ideia e sentido de lugar e dinâmicas de atividades neles inseridos.

2.3.2 A identidade urbana como um indicador de qualidade e segurança no espaço público

A qualidade do espaço urbano define a identidade dos locais, não só pela sua inovação mas também pelas referências simbólicas que fornece. Hoje em dia, a paisagem urbana é objeto de diversos processos de regeneração e revitalização devido às diversas transformações ocorridas ao longo do tempo e, neste sentido, levantam-se as seguintes questões: Como se pode definir a identidade dos lugares? Como é que é possível incutir a identidade de um lugar? É através da nostalgia sobre o que os mesmos foram no passado? É o seu carácter espontâneo? É um sinal ou marca de um grupo? É a ambição de implantar uma marca ou imagem? Cada espaço é um espaço e com isso as suas características, os acontecimentos, população, território, vivências e sentido de pertença são diferentes. Como é que se pode medir a identidade de cada lugar?

Diversas disciplinas têm abordado o conceito de identidade urbana e neste sentido, Brandão (2008) refere que segundo a psicologia social, o conceito de identidade urbana é um sentimento de pertença a um ambiente, como parte da identidade construída de acordo com limites, práticas e estilos de vida, mas também com a história comum, portanto relacionado com a apropriação desse mesmo espaço. Já os sociólogos referem que, é pela história do grupo, um espaço reflexivo e de superação. Segundo a antropologia, é a afirmação de territórios, na fronteira com o outro, que nos construímos como comunidade.

Ou seja, de uma forma geral, a identidade revela sempre uma interatividade de relações com o exterior, através de experiências individuais e sentimento de pertença de um lugar. A imagem é o veículo que nos conduz à perceção da escala territorial pelo seu destaque por um lugar, pela identidade urbana. A identidade de um espaço pode também ser vista através de uma memória coletiva, a identidade espacial, as vivências de uma comunidade que criam memórias. Não existem lugares sem memória histórica, existem sim momentos ou períodos que se diferenciam uns de outros. Só assim se compreende os processos de transformação do passado e do possível futuro. A memória coletiva é fruto da permanência e continuidade, da adição de várias referências e memórias ligadas ao passado, a pessoas ou acontecimentos especiais, a alterações técnico-económicas, mas também ligados a hábitos culturais e ao espaço.

Outro fenómeno ligado à identidade dos lugares é o seu uso e apropriação (Fig.54). A identidade de um espaço depende da continuidade ou não do seu uso, das relações de encontro e vizinhança entre a comunidade e das distintas funções no mesmo espaço, fruto da interação quotidiana. O homem



Fig. 54 - Fotografia que retrata a identidade dos lugares, as Festas dos Santos Populares em Lisboa.

Fonte: <https://www.visitportugal.com/pt-pt/node/210955>

transforma os lugares e a identidade surge como um resultado de diversas transformações do espaço.

Relacionado com o uso do espaço podemos observar dois tipos. Por um lado, o uso intensivo, que está relacionado com a conservação pelos próprios utilizadores que mantêm e cuidam do espaço, adotando-o e adequando-o às suas funções, e que vigiam e participam no mesmo. Por outro lado, temos o uso escasso ou desadequado onde é possível observar o seu abandono, desgaste e destruição e onde é necessário proceder à sua apropriação.

Existe ainda o “espírito” do lugar, este relacionado com a imagem espacial e panorâmica, com as características urbanas através dos seus ícones e ainda o simbolismo de espaços com significado. A construção para um simbolismo e identidade faz-se pela participação no desenho do espaço público, através das expressões individuais e coletivas, através de atores e agentes que assegurem a equidade e códigos simbólicos da cidadania, formada a partir da vida quotidiana e da sua relação com o lugar.

Brandão (2008) define alguns critérios e parâmetros de qualidade do espaço público dos quais:

- i) a identidade;
- ii) a continuidade e a permeabilidade;
- iii) a segurança, o conforto e apazibilidade;
- iv) a acessibilidade e mobilidade;
- v) a diversidade e adaptabilidade;
- vi) a robustez e resistência;
- vii) a sustentabilidade;
- viii) a vitalidade, sentido, adequação, acessibilidade, controlo, eficiência e justiça.

A identidade de um espaço é identificada através da presença, do valor emocional (estimativo ou sentimental) e do valor estético e simbólico. No que toca ao diagnóstico dos valores identitários algumas questões podem ser colocadas de forma a podermos responder melhor às necessidades dos espaços públicos. É preciso saber se o espaço é acessível e ligado a outros lugares, se é confortável e proteja uma boa imagem, se é atrativo para as atividades das pessoas, se é sociável, se as pessoas se encontram e se identificam significados. “(...) a imagem da cidade não é em si mesma a

identidade, mas é algo que se vai configurando em resultado de percepções da identidade." (Brandão, 2008, p. 26).

Segundo Borja e Muxí (2000), o primeiro a surgir nas cidades são as ruas, as praças e os espaços coletivos e só depois é que surgem os edifícios e as vias. Estes espaços definem a qualidade da cidade uma vez que indicam a qualidade de vida das pessoas e de cidadania dos habitantes, e neste sentido deve-se dar prioridade aos espaços públicos como estratégia de "fazer cidade sobre cidade" (p.13). Nesta linha de pensamento, os autores referem o livro de Allan Jacobs "Great Streets" uma vez que são analisadas as cidades do ponto de vista da sua qualidade (cultural, estética, social, funcional, simbólica e moderna) das suas ruas, indicando como exemplo as avenidas de Barcelona, as Ramblas (Fig.55) e o Paseo de Gracia.

As atividades e qualidade dos espaços exteriores são influenciados pela sua configuração física mas também se podem criar através de diversos materiais e cores, consoante as atividades e decisões de projeto (Fig.56) sendo que as atividades no exterior, livres, recreativas e sociais, dependem da qualidade dos seus espaços, pois quando não existe condições no espaço público estas atividades são as que desaparecem. Neste sentido, algumas melhorias que se podem fazer na cidade são por exemplo quando se aplica ruas e zonas sem tráfego rodoviário, onde as atividades sociais se estabelecem. No caso de Copenhaga Ghel (2006) refere que as intervenções colocadas na cidade fizeram com que se triplica-se o número de pessoas que circulam a pé e que permanecem nos espaços. Refere ainda que nas cidades italianas as ruas e praças pedonais sem automóveis intensificam a vida dos habitantes no exterior.

Neste sentido, menciona um estudo realizado por estudantes da Universidade de Melbourne e o Instituto Real de Tecnologia de Melbourne, que encontraram uma relação direta entre a qualidade das ruas e a sua atividade. Foi realizada uma experiência que passava pela colocação de mais 100% do número de assentos existentes nas ruas da cidade, onde se verificou o aumento em 88% das atividades e pessoas a usarem o espaço.

Gehl (2006) menciona ainda William H. White que no seu livro "The Social Life of Small Urban Spaces" descreve que a relação entre estas duas características podem através de pequenas alterações físicas melhorar o uso do espaço público significativamente. Também em Nova Iorque este tipo de melhorias são notáveis pela simples redução de tráfego automóvel e a criação de áreas de parques e outras intervenções exteriores. Assim, nos diversos estudos que o autor analisa, pode-se verificar que existe uma estreita relação entre a qualidade dos espaços e as atividades exteriores. A zona em que o indivíduo



Fig. 55 - Fotografia de Las Ramblas em Barcelona.

Fonte: <https://www.dicasbarcelona.com.br/2015/05/las-ramblas-em-barcelona-espanha.html>



Fig. 56 - Fotografias do Superkilen Park em Copenhaga.

Fonte: <http://colourstudio.com/superkilen-park-a-blaze-of-color/>

sente o sentimento de pertença sobre a residência, pode estender-se ainda mais, e isso pode resultar numa maior utilização dos espaços públicos, podendo proporcionar uma maior vigilância e responsabilidade sobre os mesmos e suas habitações, passando a fazer parte do *habitat* e por isso mesmo protegem os espaços de vandalismos, como se fossem a sua própria habitação (Gehl, 2006).

2.3.3 Desafios e condicionantes na produção do espaço público

As cidades sofreram e ainda sofrem de um processo negativo de dissolução, fragmentação e privatização com existência de elementos dispersos num território fragmentado por um capitalismo desregulado e administração pública sectorial. A privatização afeta a produção de espaço público, criando guetos segundo classes sociais através de condomínios e substitui as ruas e mercados por centros comerciais privatizados, centrando os serviços no mesmo, afastando a vida social e acentuando ainda mais as desigualdades. São vários os fatores que favorecem a dispersão: económicos, sociais, técnicos, culturais e políticos, como por exemplo, no que diz respeito ao transporte e comunicação, mas também existem outros fatores como os relativos às diversas oportunidades de trabalho, diversidade de equipamentos, serviços e ambiente urbano, que fazem parte da complexidade urbana e cidades densas. Mas a cidade também surge como local de oportunidades, iniciativas e liberdades coletivas e individuais. A cidade é também onde existe história e tempo concentrado com memórias do passado e onde os projetos futuros dão vida e sentido ao presente.

Borja e Muxí (2000) referem que faz falta ao planeamento urbano analisar as dinâmicas e criar respostas e desafios desde o ponto de vista do espaço público relacionando-o com a sua configuração mas também com a cidadania, permitindo que se criem estatutos de igualdade e exercer direitos e deveres cívicos, sociais e políticos.

É no espaço público que é manifestado com mais incidência a crise da cidade, é onde se pretende impulsionar políticas de fazer cidade e onde as novas realidades de mobilidade urbana e novas centralidades parecem impor-se à continuidade formal e simbólica dos espaços públicos. Borja e Muxí (2000) questionam quem é que determina o espaço público, como é que se produz e como se avalia. O mesmo é uma determinação política e jurídica, produto do uso social. A produção de espaço público pode ser desenvolvido de diversas estratégias, como por exemplo, através da regeneração, desde a recuperação de centros históricos degradados abrindo as ruas e praças a animações lúdicas, uso comercial, entre outros, a criação de feiras, festas e exposições, a recuperação de equipamentos universitários e culturais,

conversão de zonas pedonais e melhoria das ruas existentes de forma a criar mais segurança. Ainda, a reconversão de vias que têm sido estancadas pela circulação em avenidas, passeios, jardins, a melhoria de mobiliário urbano, iluminação, equipamentos, etc., em redor das ruas e praças de bairros com baixo nível de urbanização, melhoria de antigas periferias que se converteram em espaços públicos verdadeiros e coletivos que proporcionam qualidade de vida e de cidade a estas áreas.

Porém, Gehl (2006) refere que em algumas cidades vê-se poucas pessoas uma vez que as condições para as pessoas estarem perto dos edifícios são muito deficientes, consistindo em espaços grandes e informais sem atividades, muitas vezes mais dedicados ao uso automóvel, contribuindo assim para que as pessoas prefiram ficar em casa em frente à televisão e a jogar, do que nos espaços exteriores. Mas também, existem cidades que mesmo que exista pouco espaço exterior entre edifícios as mesmas estão preparadas para a circulação pedonal e equipadas com zonas de estar, relacionadas com as habitações, equipamentos, etc., uma vez que os espaços são fáceis de serem usados e ao mesmo tempo convidam as pessoas a permanecer neles.

A crítica do funcionalismo referente às novas áreas urbanas e do contínuo crescimento das periferias eram dirigidas ao abandono, destruição e claro à ausência de espaços públicos. As novas tecnologias da televisão, telefone, etc., introduziram novas formas de interação e os encontros são agora através de novos modos de interação indireta, ao invés dos diretos realizados no espaço público. A participação e a experiência é substituída agora pela observação de imagens, mas existem várias formas de compensar esta perda e por isso mesmo é que existe cada vez mais críticas sobre o abandono dos espaços públicos. Gehl (2006) refere que algumas exigências andam em redor de melhores condições de circulação pedonal e para bicicletas, mas no geral melhores funções recreativas e sociais coletivas. Salienta que a nova geração de arquitetos e urbanistas enfrentam a arquitetura moderna e a expansão urbana existente e que o renascer da cidade inclui o desenho dos espaços públicos, interpretando-os e canalizando os protestos populares.

Neste sentido, Gehl (2006) refere que as melhorias da condição de vida das cidades não são pensados num programa global, mas pelas situações atuais. A vida cotidiana dos espaços é onde a atenção deve ser concentrada e desta forma, esta ideia é expressa em três requisitos: as condições desejáveis para atividades exteriores, para atividades opcionais e recreativas e ainda para as atividades sociais. Todos estes fatores são aspetos importantes para o dia-a-dia estimulando o circular facilmente e com confiança, permanecer, disfrutar dos espaços e sua envolvente edificada e ser possível encontrar e reunir com outras pessoas de forma mais organizada e menos formal.

No que toca aos processos e projetos, o autor salienta ainda que as atividades sociais desenvolvidas nos espaços exteriores são parte integrante da interação e para os contatos entre atividades económicas se desenvolverem. A interação entre as atividades desenvolvidas, os espaços públicos e os processos sociais devem possuir vários aspetos tendo em conta os requisitos prévios de cada zona e os diferentes interesses e necessidades das diferentes classes de habitantes ou usuários nas mesmas. *"A necessidade de criar subdivisões e grupos para fazer que os processos democráticos funcionem é evidente em locais de trabalho, associações, escolas e universidades."* (Gehl, 2006, p. 65)⁸. A estrutura confere uma ordem no momento de tomar decisões e fornece aos indivíduos diversos pontos de referência sociais e profissionais.

Mas, contrariamente, ainda se pode verificar hoje em dia que a experiência direta com os lugares perdeu valor, os meios de comunicação trouxeram uma mudança drástica na forma de habitar dos humanos e das sociedades. A cidade tornou-se como um produto, uma forma de publicidade de uma cultura virada ao consumo, como forma de mostrar inovação e *glamour* de uma cidade e não como realidade cultural, perdendo assim a sua identidade própria, mas que ao mesmo tempo se tem vindo a tentar recuperar.

Para Gehl (2006) e Carmona *et al.* (2003) o que motiva as pessoas a usarem os espaços públicos para além das suas características físicas são os comportamentos pessoais ou em grupo. As pessoas usam o espaço para realizar uma tarefa ou atividade específica mas também como forma de sair e estar em contacto com pessoas e estímulos, onde as necessidades básicas justificam as necessidades físicas e psicológicas básicas de se relacionar e estar entre outras pessoas. Carmona *et al.* (2003) refere que existe uma hierarquia de necessidades básicas humanas que determina as escolhas de cada indivíduo, as necessidades fisiológicas, de segurança, de filiação e as de auto atualização. Também a liberdade de escolha e uso são importantes, a existência de diversos espaços onde o ser humano é livre de escolher para qual prefere ir e onde é possível usá-lo através das próprias capacidades e satisfação pessoal.

2.3.4 Oportunidades dos espaços públicos e a participação da comunidade

"O espaço público é uma conquista democrática. A conquista implica iniciativa, conflito e risco, mas também legitimidade, força acumulada, alianças e negociações. A iniciativa pode surgir da instituição política local ou de um movimento cívico, mesmo de um grupo social ou profissional."

8 Tradução livre da autora do original "La necesidad de crear subdivisiones y grupos para hacer que los procesos democráticos funcionen es evidente en lugares de trabajo, asociaciones, escuelas y universidades." (Gehl, 2006, p. 65).

(Borja e Muxí, 2000, pp. 70-71)⁹, é necessário ter iniciativas que permitam criar movimentos, por meio de ocupações simbólicas ou contínuas. Referem a importância das conversas pessoais "cara a cara", e que é necessário que nas áreas densas o urbanismo seja capaz de oferecer e garantir lugares de encontro, comércio e essencialmente cafés e equipamentos da cidade.

"A cidade fragmentada tende a ser uma cidade fisicamente destruidora, socialmente segregada, economicamente pouco produtiva, culturalmente miserável e politicamente ingovernável. É a negação da cidade, que na prática nega o potencial das liberdades urbanas, a promessa da justiça e dos valores democráticos." (Borja e Muxí, 2000, p. 15)¹⁰.

A diversidade e intercâmbio são dimensões fundamentais numa cidade, de forma a otimizar oportunidades de contacto, pela aposta na diferença, mistura funcional e social multiplicando os espaços de encontro.

"Cidade, cultura, comércio, são termos etimologicamente e historicamente unidos. Como ocorre com a cidade e a cidadania, pessoas com direitos e responsabilidades, livres e iguais. A cidade é o lugar da cidadania, e a polis, o lugar da política como participação em assuntos de interesse geral." (Borja e Muxí, 2000, p. 16)¹¹.

Os autores referem que é o espaço de participação cidadã que coloca propostas e questões, que exige responsabilidades e oferece alternativas e cooperação para se executarem programas e projetos, e também aos profissionais de planeamento que pelo seu conhecimento e técnicas trabalhem o potencial criativo para inverter o futuro, ouvindo os outros mas defendendo as suas convicções.

O espaço público pode ser importante para a redistribuição e integração social mesmo incluindo infraestruturas e equipamentos, mas depende de como são desenhados. Os mesmos podem separar a sociedade ou articular os territórios promovendo integração, melhorando a qualidade de vida e podem criar centralidades onde não existia. Ainda, o espaço público pode contribuir para uma maior cidadania, quanto mais polivalente for, desde funções como

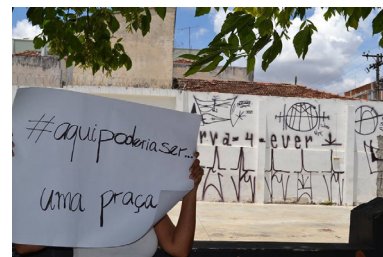


Fig. 57 - Fotografia sobre campanha "Mapeando Curitiba".

Fonte: <https://catracalivre.com.br/geral/cidadania/indicacao/mapeando-curitiba-identifica-espacos-vazios-na->



Fig. 58 - Fotografia do projeto Rivabem – Campo Largo. Intervenção urbana com envolvimento da comunidade.

Fonte: <http://acupunturaurbana.com.br/rivabem-campo-largo/>

9 Tradução livre da autora do original "El espacio público es una conquista democrática. La conquista implica iniciativa, conflicto y riesgo, pero también legitimidad, fuerza acumulada, alianzas y negociación. La iniciativa puede surgir de la institución política local o de un movimiento cívico, hasta de un colectivo social o profesional." (Borja e Muxí 2000, pp. 70-71).

10 Tradução livre da autora do original "La ciudad fragmentada tiene tendencia a ser una ciudad físicamente despilfarradora, socialmente segregada, económicamente poco productiva, culturalmente miserable y políticamente ingobernable. Es la negación de la ciudad, que en la práctica niega el potencial de las libertades urbanas, la promesa de justicia y los valores democráticos." (Borja e Muxí, 2000, p. 15).

11 Tradução livre da autora do original "Ciudad, cultura, comercio, son términos etimológicamente e históricamente unidos. Como ocurre con ciudad y ciudadanía, personas con derechos y responsabilidades, libres e iguales. La ciudad es el lugar de la ciudadanía, y la polis, el lugar de la política como la participación en los asuntos de interés general." (Borja e Muxí, 2000, p. 16).

mudanças, e para isso é necessário que se conheçam bem os usos sociais do espaço. Dependem do desenho, acessibilidade, monumentalidade, promoção, beleza, manutenção, diversidade de usos e atividades para a criação de justiça social.

Ainda, referem que a renovação dos instrumentos urbanísticos podem funcionar como mecanismo de progresso da cidadania, para além de responderem aos desafios da cidade e oportunidades para atores públicos e privados, são também potenciais para debates, conflitos e negociações. Assim sendo os planos estratégicos devem incluir a participação cívica.

EXEMPLO NACIONAL



Fig. 59 - Fotografia da Praça Duque de Saldanha, antes da intervenção.

Fonte: <http://narrativadiaria.blogs.sapo.pt/lisboa-esta-a-mudar-360822>



Fig. 60 - Fotografia da Praça Duque de Saldanha, depois da intervenção.

Fonte: <http://www.rbr.pt/pt/praca-do-saldanha-recebe-street-food-zumba-e-tai-chi-mas-os-carros-ficam-em-casa/>

Como exemplo nacional de criação de espaços públicos podemos mencionar o programa **“Uma praça em cada bairro”** - intervenções em espaço público, integrado no conceito de Lisboa Cidade de Bairros. É promovido pela Câmara Municipal de **Lisboa** e centra-se num dos Eixos do Programa para o Governo da Cidade 2013/2017 sendo criado em 2014. Em colaboração com as 24 Juntas de Freguesia de Lisboa tem como objetivo, através de uma praça ou rua, de uma zona comercial, do jardim do bairro ou de um equipamento coletivo existente, organizar um ponto de encontro da comunidade local, promovendo os modos suaves de deslocação (Fig.60). Inicia-se através da análise da cidade pela diferenciação em 24 freguesias, 230 bairros com 150 praças e ruas consideradas para intervenção, sendo posteriormente definidas 30 praças para intervenção, como prioritárias. A população é convidada a apresentar os seus pontos de vista sobre as propostas sendo o mesmo feito *online* ou através de uma Ficha de Participação. Seguidamente, numa segunda fase, são abertas sessões públicas em cada freguesia a fim de informar os habitantes sobre quais são as propostas definidas para cada praça.

EXEMPLOS INTERNACIONAIS

O **“Programa EIXAMPLE”** em **Barcelona**, Espanha, é um programa que foi possível observar *in loco* e que contempla espaços de pátio no interior dos quarteirões do bairro do Eixample, convertidos em espaços públicos.

Esta reconversão foi realizada não na perspetiva de plano ou projeto implementado mas uma imposição colocada pelo município uma vez que o plano de expansão de Barcelona realizado em 1895 (Eixample) de Cerdá previa que todos os quarteirões possuissem pátios internos públicos, sendo que nenhum tinha as quatro frentes totalmente edificadas. Com o desenvolvimento

da cidade este princípio foi sendo consumido pela construção de edifícios (Fig.61). A municipalidade de Barcelona no seu entender deveria intervir em relação a este fato e passou a viabilizar a reconversão das áreas internas dos quarteirões (Fig.62). Como os resultados eram positivos relativamente a estas intervenções foi aprovada a ordenanza de reabilitação e melhora do Eixample, um plano que ajudaria a proteger o património, incentivando a libertação de pátios internos. Em 1996 foi criada a ProEixample, uma empresa pública a fim de organizar ações para a recuperação dos pátios, incluindo a aquisição de terrenos para a sua execução. Já em 2000 o Plano Geral Metropolitano é modificado, passando a incluir um novo tipo de zona residencial, instruindo a obrigatoriedade de manutenção destes mesmos espaços de interior de quarteirão.

Assim, diversos pátios, alguns caracterizados por serem vazios urbanos, foram recuperados e, apesar de não ser um plano participativo, que envolva a população na sua execução e processo como se pretende abordar e estudar, serve de exemplo de como se podem criar espaços públicos que possam promover não só identidade a uma cidade como também a quem os habita e utiliza (Fig.64). São espaços diversos, de forma e uso o que os torna em espaços atrativos e convidativos à permanência. Aptos a qualquer faixa etária e até mesmo para animais de estimação. É um bom exemplo de uso dos espaços pela população, de como resultam e funcionam, uns mais que outros à sua maneira, e por isso mesmo, serve de comparação e compreensão de como se pode atuar num território que apesar de ter tido um planeamento inicial o mesmo não foi seguido na totalidade existindo o uso inapropriado de toda a área dos quarteirões, sendo os mesmos usados como anexos, espaços deixados vazios ou outro tipo de apropriação. Tal como acontece em muitos espaços públicos, alguns destes espaços possuem um horário de funcionamento, principalmente os de carácter de pátio interno, uma vez que necessitam de maior controlo e segurança, mas também por serem espaços mais fechados sobre si mesmos, surgindo como forma de controlar o ruído que poderia existir no horário de repouso (Fig.63). Por exemplo, as praças como são um espaço mais aberto e fácil de controlar a nível de segurança, já não necessita de um horário (Fig.65).

No geral, são “(...) recinto fechados, de uso público mas limitado ao horário diurno, com acesso a partir da rua por passagens por baixo da edificação ou aberturas estreitas. [...] Seu tamanho é inferior a 40% da quadra, com uma superfície que varia entre 400 e 4.000 m².” (Pazos, 2014, p.154). Na sua maioria possuem jardins, áreas para crianças, áreas desportivas, áreas de repouso e ou de lazer.

Em Malmö, **Suécia** entre 2011 e 2013 foi criado por Moa Björnson com a



Fig. 62

Fig. 61 e 62 - Pátio interno da Torre de les Aigües, antes (em cima) e depois (em baixo) da intervenção.

Fonte: <http://urbanidades.arq.br/2015/04/patios-internos-embarcelona/>



Fig. 63



Fig. 64



Fig. 65

Fig. 63 a 65 - Fotografias de Espaços públicos no Bairro Eixample, Barcelona.

Fonte: Fotografias da autora, Abril 2016.



Fig. 66 - Mapa de localização da intervenção de Rosens Röda Matta.

Fonte: Elaboração da autora a partir de uma imagem do google earth, 2017



Fig. 67 - Fotografia de Rosens Röda Matta.

Fonte: <http://hallbarstad.se/stadens-utmaningar/kommunikativ-demokrati-ett-verktyg-i-planeringsprocessen/>

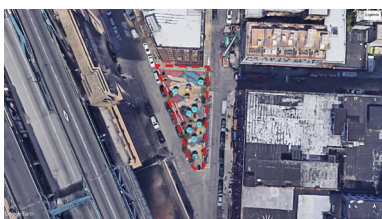


Fig. 68 - Mapa de localização da intervenção de Pearl Street Triangle.

Fonte: Elaboração da autora a partir de uma imagem do google earth, 2017



Fig. 69 - Fotografia de Pearl Street Triangle.

Fonte: <https://morphocode.com/tag/nyc-plaza-program/>

colaboração de MKB Fastighets AB, município e outras partes interessadas o projeto **"Rosens Röda Matta"**. O projeto incidiu num espaço que tinha como função o estacionamento de automóveis, tornando-o em espaço público. Foi realizado através do envolvimento de um público-alvo constituído por um grupo de 13 raparigas com idades compreendidas entre 16 e 19 anos, estas foram empregadas e trabalharam no planeamento do projeto do sítio, juntamente com funcionários e planeadores. O projeto teve como objetivo conectar o centro com Rosengård, tornando-o mais interessante, criando uma mudança de mentalidade entre os distritos, atraindo o público-alvo (população feminina) para uma igualdade de direitos. A transformação passou pela criação de uma parede de escalada, uma escada e um palco com altifalantes, que pudessem ser usados através de *Bluetooth*, e ainda estruturas de mercado e um café. Foi uma estratégia do município a fim de criar um espaço público mais aberto a atividades, tornando-se assim, num local mais atrativo para a população feminina, que era uma das lacunas da comunidade. Um espaço reconvertido e apto a atividades de caráter cultural: dança, música e espetáculos (Fig.67).

Em **Brooklyn**, E.U.A, em 2007 foi feita uma intervenção através da equipa DUMBO BID com a colaboração de Alexandria Sica e a comunidade de Dumbo, designada de **"Pearl Street Triangle"**, uma área de estacionamento. O estacionamento de Pearl Street Triangle que foi testado originalmente para o City's Plaza Program, era uma zona de passagem pedestre, onde os passageiros da linha nº3 do metro desciam das plataformas elevadas para o que costumava ser um desagradável cruzamento com prostitutas e traficantes de drogas. O projeto pretendeu transformar o triângulo num espaço de convívio com esplanada, comércio e área para eventos, tornando assim o espaço mais seguro e atrativo. Passou por uma intervenção simples, onde foram realizadas pinturas no chão, colocadas cadeiras e mesas, chapéus-de-sol e plantas, conseguindo mudar completamente o espaço. Assim, passou a ser uma zona comercial que se tornou num centro comunitário, uma praça local, onde os vizinhos e colegas de trabalho se reúnem, tornando-se também numa área turística na sombra da Ponte de Manhattan (Fig.69).

Também em **Brooklyn**, E.U.A. foi realizada uma nova transformação num espaço público criado em 1982, novamente transformado em 2013. O projeto foi criado por Jo Malone London com a colaboração de New York City Department of Environmental Protection, designado de **"Gil Hodges Community Garden"**. Um parque que foi construído inicialmente em homenagem a Gil Hodges, jogador de basebol dos Brooklyn Dodgers, que estava em mau estado de conservação. Também conhecido como Carroll Street Garden, atualmente é usado por vários grupos comunitários, famílias

e empresas locais. O objetivo passou pela transformação do espaço a fim de se tornar no primeiro jardim comunitário mas também implementar um sistema de gerenciamento de águas pluviais. Além de um jardim comunitário foi implementado um sistema, que inclui *bioswales* (elementos da paisagem projetados para concentrar ou remover o limo e a poluição da água de escoamento superficial), jardins de chuva e chão permeável, para melhorar a qualidade da água local, captando assim eficientemente o escoamento das águas pluviais, características especiais que impedem os esgotos de se sobrecarregarem com água. Assim, os membros da comunidade desfrutam do passeio de fragrâncias do jardim, com plantas exuberantes, texturizadas e aromáticas, incluindo magnólia doce, laranjeiras e menta. Com um bosque e pátio de leitura, o jardim também tem uma área de sala de aula ao ar livre com um quadro, uma estação de compostagem e blocos sobrelevados com vegetais (Fig.71).

Já em **Manhattan**, E.U.A., também foi revitalizada uma área criada em 1982 transformada mais tarde em 2012 por NYRP's horticultural team com a colaboração da comunidade local, designada de **"Los Amigos Community Garden"**, sendo o mesmo um popular ponto de reunião da cultura espanhola para socializar. Los Amigos tinha sido um local para jogar dominó e fazer churrascos, mas a casa artesanal existente que outrora servia de clube não estava em boa forma e a pequena área de jardinagem do lote precisava de ser renovada. Assim tinham como objetivo apoiar as dinâmicas sociais que até então tinham sido palco de reunião há já 28 anos, tendo como prioridade a transformação e renovação da casa, substituindo a que estava a cair aos pedaços por uma nova, com um novo *design* ao ar livre. Foi preservada uma ameixoeira plantada do antigo jardim, criado um novo portão dianteiro, e blocos de vegetação levantados e situados centralmente com bordas de aço e cantos em madeira. Assim, a comunidade continua a reunir-se no jardim para churrascos de fim-de-semana, onde os moradores cozinham juntos e servem pratos tradicionais porto-riquenhos (Fig.74).

2.4 Síntese: Os desafios e as oportunidades dos territórios fragmentados

O crescimento e o desenvolvimento das áreas urbanas difere consoante os processos e comportamentos na forma de "habitar" os territórios, surgindo diferentes padrões de povoamento ao longo do tempo. Foi com as infraestruturas e os meios de transporte, com enfoque no transporte público e no veículo privado, que se aproximaram as áreas rurais e as urbanas,

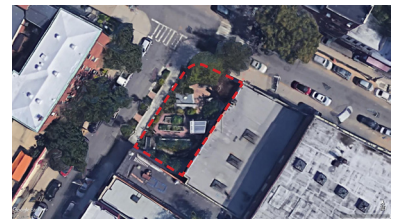


Fig. 70 - Mapa de localização de Gil Hodges Community Garden.

Fonte: Elaboração da autora a partir de uma imagem do google earth, 2017



Fig. 71 - Fotografia de Gil Hodges Community Garden.

Fonte: <https://www.nyrp.org/green-spaces/garden-details/gil-hodges-community-garden/>



Fig. 72 - Mapa de localização de Los Amigos Community Garden.

Fonte: Elaboração da autora a partir de uma imagem do google earth, 2017

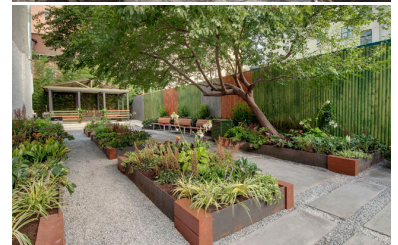


Fig. 73 e 74 - Fotografia antes (em cima) e depois (em baixo) da intervenção de Los Amigos Community Garden.

Fonte: <https://www.nyrp.org/green-spaces/garden-details/los-amigos-community-garden/>

proporcionando outras condições de trabalho, serviços, indústria e agricultura, surgindo assim novos núcleos urbanos, periféricos às cidades tradicionais.

Após o 25 de Abril de 1974 deu-se um crescimento explosivo no território metropolitano de Lisboa, acentuado pelo retorno de milhares de portugueses vindos das ex-colónias e o regresso de emigrantes, originando um maior e mais rápido crescimento demográfico e territorial que as cidades não conseguiram albergar.

O surgimento dos territórios fragmentados, primeiro pela inexistência de planos e posteriormente pelo seu uso inadequado, são um dos desafios aos atuais instrumentos de planeamento. Estes espaços vazios no território são muitas vezes esquecidos, sejam pelo seu estado natural primordial, espaços deixados ao abandono, ou por ruínas e encerramento de indústrias. São espaços considerados expectantes, que se lhes for incumbida uma função podem proporcionar uma nova dimensão à cidade, através da introdução de novas atividades e usos que sejam capazes de articular, reequilibrar e cicatrizar as cidades e as suas áreas urbanas.

As cidades têm na sua génese o vazio, uma vez que se apresentam como palco de experimentação e criação de novas centralidades urbanas, e por isso são protagonistas na formação e consolidação das cidades. São espaços “entre” que podem articular ou servir de transição entre várias escalas como também de conectar os diversos espaços fragmentados no território, e por isso, são vistos como hipótese de revitalização urbana, (re) ativando o presente, criando maior organização e permanência local, onde as relações sociais possam ser fortalecidas, trazendo novos elementos urbanos, essencialmente através do espaço público, como elemento estruturante de vivências e cidadania em áreas consideradas dormitório.

São provenientes da falta de planeamento da cidade e de articulação de diversas morfologias urbanas, mas são também potenciais no que concerne a uma nova conexão e interdependência entre a cidade e o cidadão, fazendo cidade pela reunião de diversos atores para a criação de territórios à medida das necessidades e aspirações dos seus habitantes, seja através de uma grande ou pequena escala, e para isso torna-se necessário aprender, refletir e responder aos novos desafios de uma cidade.

Como foi possível verificar, as cidades mudam ao longo do tempo e com elas também as funções e significados dos espaços. Com o surgimento de novas tecnologias e infraestruturas, foram sendo reduzidas as atividades ao ar livre, como também as experiências diretas entre indivíduos. Ao mesmo tempo foi-se instalando um sentimento de rejeição em relação à cidade, as relações sociais são perdidas, inseguras e sem coerência no que toca aos espaços

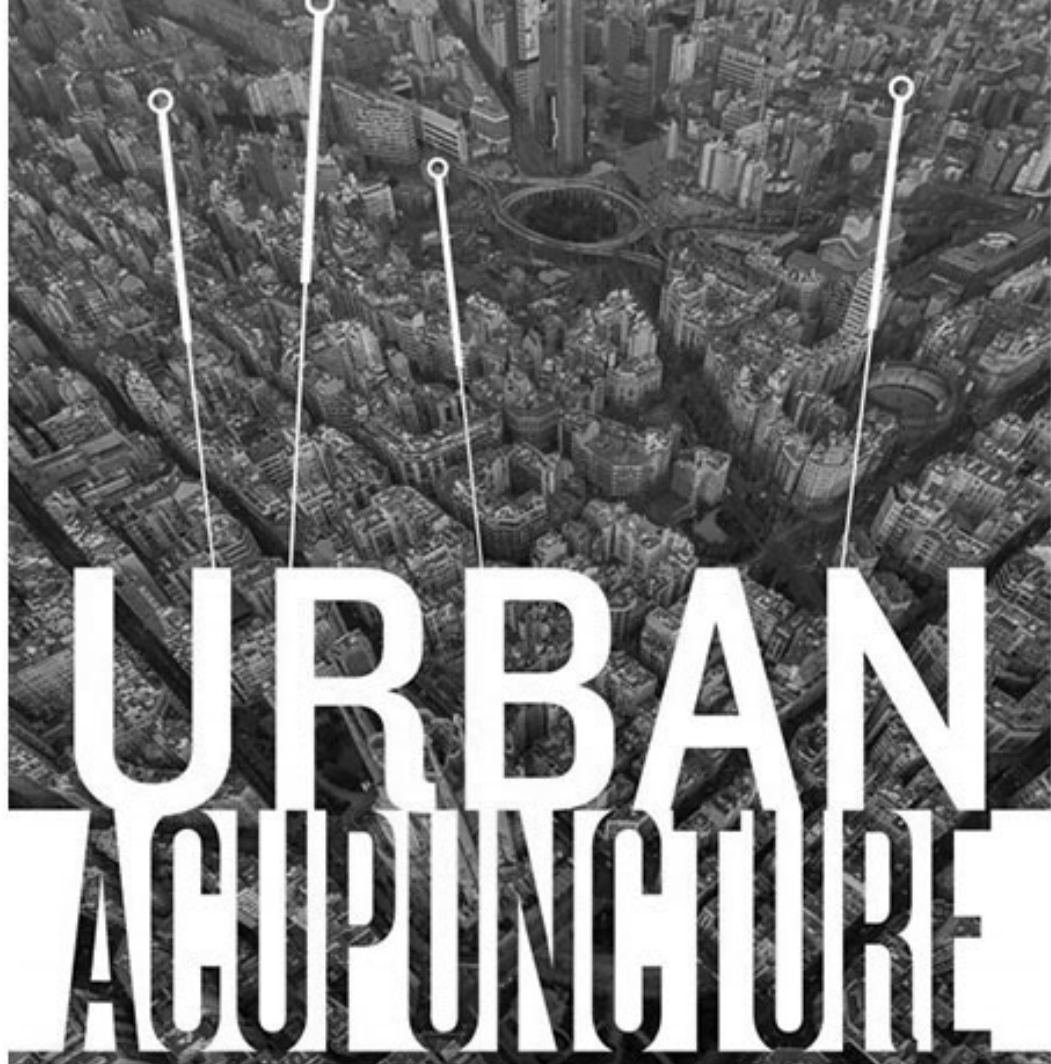
públicos. A falta de planeamento urbano para criar respostas e desafios à configuração e cidadania nos espaços públicos é fruto de uma administração sectorial e desregulada contribuindo para a fragmentação nas cidades.

As áreas suburbanas são normalmente deixadas ao abandono, destruição e ausência de espaços públicos e a revitalização passa pelo seu desenho, integrando socialmente a comunidade, contribuindo assim para uma melhor cidadania. A construção de simbolismos e identidades faz-se pela participação no desenho, formada a partir da vida quotidiana e da sua relação com o lugar. Se os mesmos forem aptos à sua permanência, proporcionam uma maior utilização, vigilância e responsabilidade em relação aos mesmos.

Assim, podemos verificar que existe uma estrita relação entre as três temáticas analisadas. Os processos de crescimento e desenvolvimento urbano e a sua falta de planeamento eficaz fazem com que surjam, como consequência, os espaços vazios urbanos no território. O espaço público surge como uma solução de revitalização das cidades fragmentadas através da reconversão de áreas vazias no território em espaços de socialização e organização local, essencial na vida e qualidade das cidades e dos seus habitantes. Como tal, é necessário repensar os atuais instrumentos de planeamento urbano, testando novas estratégias e metodologias que possam através do envolvimento da comunidade criar espaços dignos dos seus habitantes.

No próximo capítulo serão estudadas estratégias participadas que possam exemplificar o potencial da inclusão da participação no planeamento urbano, articulando novas políticas de proximidade.

3. A acupuntura urbana versus urbanismo tático. Processos, estratégias e projetos no urbanismo



TACTICAL URBANISM

Short-term Action for Long-term Change

Fig. 75 - Capa do livro de Acupuntura Urbana de Jaime Lerner. Fonte: Adaptado de <http://spacing.ca/national/2014/09/23/book-review-jaime-lerners-urban-acupuncture/>

Fig. 76 - Capa do livro do Urbanismo Tático de Mike Lydon e Anthony Garcia. Fonte: Adaptado de <https://www.aiadallas.org/v/blog-detail/Critique-Tactical-Urbanism/n6/>

As bases teóricas e programáticas da acupuntura urbana têm sido estudadas e abordadas por vários autores. Neste capítulo iremos discutir principalmente as posições e as ideias de Jaime Lerner, Manuel de Solà-Morales e Marco Casagrande. Complementarmente focaremos outros autores que discutiram o tema. No geral é essencialmente referido que a base de atuação de uma intervenção urbana é a revitalização do tecido urbano através da estratégia de acupuntura urbana, estabelecendo um conjunto de pontos de atuação que permitam uma recuperação mais rápida dos espaços urbanos, focando essencialmente nas necessidades do local em que se inserem. Ainda assim existe pouca reflexão do que se deve ter em conta sobre quando e durante o processo da aplicação da estratégia, ou seja, falta uma abordagem sobre metodologias específicas (Hoogduyn, 2014).

Pretende-se também fazer uma relação com a abordagem do Urbanismo Tático, que é caracterizado por ser *"um protótipo de curto prazo que pode dotar de informações para o planeamento de longo prazo"* (Steffens e Vergara, 2013, citados por Almeida, 2015 p. 13). Esta abordagem reconhece a importância de ações informais no espaço público, estimulando mudanças e ideias para os desafios do planeamento a uma escala local. Baseia-se em compromissos de curto prazo, com expectativas realistas mas com a possibilidade de recompensar propósitos mais alargados e de outra escala.

Concomitantemente pretende-se estudar e analisar processos, estratégias e projetos participados no urbanismo, quer a nível nacional como internacional, ilustrando alguns exemplos práticos e grupos que atuam dentro destes princípios a fim de perceber as possibilidades e métodos existentes de aplicação de projetos participados e de intervenções pontuais em termos práticos e reais.

3.1 A Acupuntura Urbana como estratégia: conceito, princípios e evolução

Como já referimos os trabalhos realizados por Manuel de Solà-Morales, Jaime Lerner e mais recentemente Marco Casagrande, são referências na temática da acupuntura urbana.

Jaime Lerner caracteriza a Acupuntura Urbana como o *"O princípio de recuperar a energia de um ponto doente ou cansado por meio de um simples toque tem a ver com a revitalização deste ponto e da área ao seu redor"* (Lerner, 2011, p. 7). O autor refere que se for aplicada no planeamento urbano deve tentar fazer com que a cidade reaja, deve ajudar a curar, melhorar e criar reações em cadeia positivas dentro da cidade. No entanto, não refere uma metodologia clara de como a teoria deve ser aplicada. É uma forma de ajustar o planeamento normal que necessita de tempo para alcançar mudanças, sendo uma forma rápida de as efetuar, criando novas energias através de ações rápidas. Ainda refere que essas ações não devem ser realizadas por uma só pessoa mas por um processo participado através da co-responsabilidade. Aqui refere que a educação é um fator importante e que deve ter início nas crianças e adolescentes, transmitindo mensagens de sustentabilidade e co-responsabilidade (Hoogduyn, 2014). Para Prins (2013) a visão de Jaime Lerner tem como principal objetivo projetar a cidade compreendendo os fenómenos na sua totalidade, o desenho da cidade faz-se através da manipulação de intervenções em pontos de pressão por toda a cidade.

Jaime Lerner concentra-se nas temáticas da sustentabilidade, mobilidade e tolerância, já o trabalho de Solà-Morales centra-se essencialmente na urbanidade e o de Casagrande especifica os seus projetos incidindo sobre a destruição da cidade industrial.

Contrariamente a Lerner, as intervenções de Solà-Morales (2008) situam-se exatamente no ponto em que há pouca energia, onde se intervém, e não noutra parte da cidade; no entanto não nega que uma intervenção, numa simples porção da cidade, possa produzir um efeito maior. São intervenções em pontos em que não existe energia ou a mesma é reduzida, mas que se mostram como um grande potencial para a urbanidade através do equilíbrio entre densidade e mistura, construção e atividade, norma e exceção. A determinação deste local é muito importante para Solà-Morales *"Como na acupuntura terapêutica, a localização do ponto sensível é o primeiro passo no tratamento estratégico da pele urbana"* (p.24)¹². Mas, refere também que

12 Tradução livre da autora do original *"Como en la acupuntura terapéutica, la localización del punto sensible es le primer paso para el tratamiento estratégico de la piel urbana"* (Solà-Morales,

é necessário descobrir qual a intervenção certa. O autor menciona que é necessário integrar e compreender a sociedade a fim de se obter um efeito catalisador de baixo para cima através da mesma para a ativação de lugares. Refere também a importância dos elementos ecológicos, económicos, culturais, infraestruturais, históricos e políticos para que a intervenção seja bem-sucedida. *"A acupuntura urbana não precisa ser iniciada por estruturas de cima para baixo porque é mais efetiva através de esforços modestos de nível comunitário"* (Pascaris, 2012, p. 17)¹³.

A pele da cidade é manipulada através de pequenas intervenções e a sua composição é que faz a urbanidade, composta por sensações e sugestões. É o equilíbrio entre densidade e mistura, construção e atividade que define a essência da urbanidade mas, esta mistura de usos e funções nem sempre é suficiente, e é isso mesmo que se tenta estimular. Casagrande mostra uma nova dimensão à teoria da acupuntura urbana e o seu trabalho centra-se principalmente na conexão entre a natureza e a natureza humana. Para o autor as cidades são organismos de energia complexa formada por diversas camadas de fluxos de energia que determinam as ações dos cidadãos e o desenvolvimento da cidade (Hoogduyn, 2014).

Segundo Prins (2013) para Casagrande a acupuntura urbana é uma ferramenta de desenho onde intervenções ou manipulações pontuais podem contribuir para a criação de um desenvolvimento sustentável, combinando o desenho urbano com a teoria da acupuntura, como medicina chinesa tradicional, a fim de entender a cidade. *"Se um elemento não for saudável ou não equilibrado, os efeitos são visíveis no tecido urbano. Cada elemento é de igual importância e o equilíbrio de todos é fundamental para um ambiente sustentável"* (Parsons, 2007, p. 19 citado por Prins, 2013, p. 30)¹⁴.

Casagrande (2009) questiona o que é a acupuntura urbana e como pode ser aplicada na cidade. Refere que a acupuntura aponta para a alma coletiva da cidade, que se reflete na consciência coletiva na busca do absoluto, é vista como sendo um toque leve mas com um impacto total, conectando a natureza humana como sendo parte da natureza. Refere que o drama social que mantém a cidade viva é gerado pela mente coletiva e que as pessoas arruinam o seu ambiente urbano e a acupuntura visa uma cidade de terceira geração, geração essa que faz parte e pertence à natureza.

2008, p. 24).

13 Tradução livre da autora do original *"Urban acupuncture does not have to be initiated by top down structures because it is more effective through modest community level efforts."* (Pascaris, 2012, p. 17).

14 Tradução livre da autora do original *"If an element is un-healthy or un-balanced then the effects are visible in the urban fabric. Each element is of equal importance and the balance of all is fundamental to a sustainable environment."* (Parsons, 2007, p. 19 citado por Prins, 2013, p. 30).

Assim, podemos verificar que os três autores referidos, apesar de cada um ter um enfoque em temáticas diferentes, indicam que a acupuntura urbana tem a ver com a manipulação de energias; vêem a cidade como um organismo com uma pele que através da mesma a energia flui, fazendo uma comparação quase direta com a aplicação da acupuntura médica.

Para Solà-Morales (2008), onde não existe nada, é a possibilidade de produzir algo, com uma diversidade de possibilidades abertas e onde a adição não reside na função nem no programa mas na sua presença material "(...) aquilo que não existe ainda pode ter lugar" (p.14)¹⁵ e é aí que motiva a sua implementação através do trabalho pessoal, pelos seus pontos de vista de precisão e sensibilidade em analisar a cidade, sabendo ver e olhar como ela funciona através dos usos que as pessoas fazem dela. A pele das cidades contém diversas matérias físicas dadas pelas texturas, construções, contrastes, espaços vazios, jardins, etc., e é esse contato direto que traz a experiência.

"É a matéria urbana que nos transmite, tanto nos seus pontos mais sensíveis como nas suas zonas mais neutras, a energia qualitativa que acumula o carácter coletivo sobre certos espaços, carregá-los de significado completo e de referências culturais, fazendo deles matéria semântica, construção de memória intersubjetiva, social." (Solà-Morales, 2008, p. 24)¹⁶.



Fig. 77 - Fotografia da Opera de Arame, Curitiba.

Fonte: <https://iftiin.wordpress.com/2009/02/25/sawiro-qurux-badan/most-beautiful-building-5th-opera-de-arama-curitiba-parana-brazil-1024x683/>

Neste sentido, Lerner (2011) refere que se formos a pensar nos vazios urbanos por esta lógica de intervenção, podemos dizer que é o caminho para fazer a cidade reagir, ajudando-a a criar relações não só em cadeia mas também em redes interligadas, que ajudam a revitalizar uma cidade. Esta visão aparece pela necessidade de recuperar espaços que o próprio homem foi produzindo ao longo do tempo ou por intervenções que acabaram por não funcionar, sendo necessário a sua revitalização. Exemplo disso é o projeto da Opera de Arame, uma antiga pedreira convertida em espaço público de lazer (Fig.77).

Para o autor, uma boa acupuntura tem que ser capaz de promover a manutenção da identidade cultural de um território ou de uma comunidade, e não o seu inverso, exemplo disso são os cinemas municipais (Fig. 78) que rapidamente desapareceram e que foram convertidos em outros usos, mas que eram antigamente um ponto central de convívio e divertimento, tendo sido uma identidade da cidade.

15 Tradução livre da autora do original "(...) aquello que no existe aún puede tener lugar." (Solà-Morales, 2008, p. 14).

16 Tradução livre da autora do original "Es la matéria urbana la que nos transmite, tanto en sus puntos más sensibles como en sus zonas más neutras, la energía cualitativa que acumula el carácter colectivo sobre ciertos espacios, cargándolos de significación compleja y de referencias culturales, y havendo de ellos matéria semântica, construcción de memoria intersubjetiva, social." (Solà-Morales, 2008, p. 24).

Também a acupuntura significa ajudar a trazer e incentivar as pessoas para utilizarem as ruas, criando pontos de encontro e de atividades. Nesta tônica é necessário perceber e questionar de que forma é que isso é possível, como se pode trazer as pessoas para a rua e produzir atividades? Muitas das cidades são cada vez mais definidas por uma forte diversidade cultural sendo essa mesma diferença por vezes o motivo dos conflitos sociais gerados que matam a cidade e a vida na mesma. Neste sentido, a segurança pode passar pela introdução de mobiliário urbano e instalações de equipamentos comerciais e de restauração dando vida a áreas escondidas e escuras da cidade.

Lerner (2011) toca num outro aspeto importante e que importa questionar: As pessoas conhecem a sua própria cidade? Muitas vezes não, e se este facto é visível, como e de que forma se pode intervir para a melhorar se não a conhecemos? É necessário criar esse estímulo de sair à rua, conhecer pelo caminhar cada canto da cidade, vivê-la e respirá-la, entender a sua topografia os seus cheios e vazios entre outras características que definem um território.

Uma boa acupuntura é saber que a chave principal é o encontro e o convívio entre pessoas e culturas, contrariando o mundo individualista que se instalou, não separando as diversas atividades, mas sim integrando diversas funções e criando uma total riqueza da cidade. Para a qualidade de vida é necessário a componente identitária, conhecer a cidade, respeitando-a e fazendo parte dela. Uma intervenção de acupuntura pode não só passar pela transformação física como também por uma ideia que possa mudar para melhor a vida de uma cidade. A música, a luz, a água e a vegetação são ferramentas para uma boa acupuntura urbana, por exemplo a vegetação implantada numa rua sem vida muda radicalmente a sua imagem e vivência urbana. *"Árvore é acupuntura que cura a dor da ausência de sombra, de vida, de cor, de luz"* (Lerner, 2011, p. 75).

Assim, uma boa acupuntura não é só conhecer e sentir a cidade, mas também perceber o que ela tem de melhor e tirar partido disso para fornecer identidade e função aos diversos espaços descaracterizados. Tal como na acupuntura medicinal, o primeiro passo é a identificação do ponto sensível que se apresenta sem energia, a fim de permitir uma nova qualidade, colocando energia, potenciando a urbanidade nos seus diversos modos, sendo que é nas sensações e experiências enquanto arquitetos e cidadãos que se criam as substâncias da matéria do trabalho (Solà-Morales, 2008).

Algumas das grandes ideias podem ser simples projetos locais e pequenas intervenções podem possuir um grande efeito. O projeto não está na sua dimensão construtiva mas sim nas relações que pode estabelecer e reunir.



Fig. 78 - Fotografia do Cinema São Jorge.

Fonte: <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2016/07/cinema-sao-jorge.html>

"Acupuntura talvez, mas não interpretada como prática de multiplicar e surgir o pequeno, sim no verdadeiro sentido clínico de atuar num ponto e sarar muitos outros, precisamente por haver afetado o sistema nervoso e o metabolismo em seu conjunto" (Solà-Morales, 2008, p. 78)¹⁷. A criação do lugar deve também ter como influência a experiência do ocorrido, mas deixando sempre temas abertos, podendo tomar diversos caminhos consoante o tempo e os usos necessários (Solà-Morales, 2008).

Já Casagrande (2009) evita projetos maciços e centra-se em abordagens mais locais e comunitárias, com orçamentos e recursos reduzidos. Defende que é uma ferramenta de desenho urbano que através de manipulações locais e pontuais consegue criar um desenvolvimento urbano sustentável.

Resumidamente, esta estratégia é vista como uma forma mais imediata e sensível de responder às necessidades da comunidade do que através de métodos tradicionais institucionais de larga escala. Um planeamento participado também possibilita a liberdade e criatividade para usar os espaços da cidade de acordo com as suas próprias vontades. A acupuntura urbana promove que se utilizem recursos locais ao invés dos programas e burocracias intensivos tradicionais e, promove que os cidadãos instalem e cuidem das intervenções, trazendo ao de cima a energia da comunidade num processo de baixo para cima de forma a curar problemas urbanos e ajudando a melhorar a paisagem. Assim surge como uma alternativa às grandes intervenções de fundos municipais que hoje em dia muitas cidades não têm.

Ou seja, *"A teoria da acupuntura urbana sugere que dezenas de projetos em pequena escala, menos dispendiosos e localizados são o que as cidades precisam para se recuperarem e renovarem"* (Casagrande, 2013)¹⁸.

Para além dos autores abordados, que discutiram a teoria da acupuntura urbana, existem outros que a questionam e que realizaram trabalhos fazendo comparações com casos reais, para uma melhor compreensão das metodologias e princípios da estratégia e da sua aplicação.

Neste sentido, Talviste (2010) refere que a acupuntura da cidade foi apresentada como sendo uma nova ferramenta alternativa para estabilizar o tecido urbano e ativar a vida pública e assim sendo questionou: *"O que é energia no espaço público? É criado pela estrutura espacial, pessoas,*

17 Tradução livre da autora do original *"Acupuntura quizá, pero no interpretada erroneamente como práctica de multiplicar y zurcir lo pequeño, sino en el verdadero sentido clínico de actuar en un punto y sanar muchos otros, precisamente por haber afectado al sistema nervioso y al metabolismo en su conjunto."* (Solà-Morales, 2008, p. 78).

18 Tradução livre da autora do original *"The theory of urban acupuncture suggests that scores of small-scale, less costly and localized projects is what cities need in order to recover and renew themselves."* (Casagrande, 2013).

localização, conexões ou talvez outra coisa? (...) Como é que o espaço na cidade se torna em algo e como é que ele muda de acordo com a transformação da estrutura urbana?" (p.4).

O espaço público pode relacionar-se com áreas verdes e nesse sentido podem ser catalisadores de acupuntura urbana, o verde dentro da cidade é capaz de oferecer experiências e aprendizagem às crianças, através da descoberta e da aventura, mas também contribui para uma segura coesão social dentro dos bairros. A pequena escala é capaz de fomentar ainda mais esta presença do que os grandes parques de uma cidade, podendo também contribuir para a identidade de um bairro, envolvendo os moradores no ambiente onde vivem e criando co-responsabilidades para com a sua vizinhança e espaços comuns, através do cuidado e manutenção dos mesmos.

Segundo Talviste (2010) a ideia da acupuntura urbana é executar um projeto num curto período de tempo e que o resultado tenha um efeito instantâneo, estabelecendo uma nova imagem. É também um fator positivo que influenciará a sua envolvente e o seu desenvolvimento. Refere que pode ser usada como uma solução temporária que permanece no local até que o seu redor seja desenvolvido para apoiar a vida pública, e ainda que pode ter o carácter de flexibilidade e ampliação de acordo com o desenvolvimento da área.

Talviste (2010) menciona que Solà-Morales contribuiu no processo de revitalização de Barcelona em 1980, quando a cidade rejeitou o Plano Metropolitano Geral após a ditadura de Franco, através de intervenções arquitetónicas onde a ideia centrava-se essencialmente na criação de pequenos objetos urbanos a fim de transformar a cidade, pequenos espaços públicos em bairros e pela cidade que necessitavam de ser repensados. Ainda, que para Lerner o planeamento leva tempo e por isso propõe a acupuntura urbana para ajudar no processo de planeamento como forma de se trabalhar rápido com algumas ideias fundamentais.

Já Marzi e Ancora (2004) mencionam que é uma filosofia que trata alguns problemas sociais e territoriais, não a vêem como sendo uma ferramenta independente mas sim um mecanismo de ajuda, usada para alcançar efeitos sensíveis de uma forma mais rápida mas de acordo com um planeamento geral, atuando essencialmente em contextos já estruturados.

Por exemplo, o grupo Ecossistema Urbano foca-se no conceito de agir com base nas necessidades reais e não em utopias futuras e neste sentido o projeto do Ecobulevard ou dos Vazios Urbanos são exemplo de aplicação do conceito de acupuntura. Aqui foi usado o método como uma emergência de ações que poderiam acontecer ao mesmo tempo que outras dinâmicas urbanas.

Referem que as soluções de rápida intervenção são criadas de forma a dar suporte primário à vida urbana recente, que são as que ativam o lugar, os principais pontos de foco para o início de um processo mais longo, com o objetivo de apoiar os arredores enquanto o crescimento se está a efetuar. São projetos iniciais que podem ser alterados ou fundidos num processo de desenvolvimento urbano e em algo novo para o futuro (Talviste, 2010).

Esta abordagem de acupuntura urbana não é uma nova estratégia no urbanismo, a ideia de um ação sobre um espaço ou lugar já tem sido abordada há mais tempo, apenas é uma palavra moderna na teoria de planeamento urbano. "(...) a acupuntura urbana, como diz J. Lerner, não é fixada na forma, mas na ideia de que uma ação ou resposta rápida é necessária!" (Talviste, 2010, p. 29)¹⁹.

Por isso mesmo, é fundamental entender o objetivo do processo e o centro da ideia. Deste modo, Talviste (2010) dividiu os projetos que estudou e que ilustram a acupuntura urbana em 4 partes, colocando questões fundamentais que podem indicar os problemas importantes a ter em conta. O autor tenta encontrar qual seria o ponto de partida para os projetos de forma a possibilitar a definição de ferramentas que poderiam ser utilizadas para injetar energia no sistema, espaço e sítios ou também numa visão.

Como podemos observar na figura 79 a primeira coluna centra-se no "Início" através de questões de partida: O quê? Qual é o problema? Qual é o ponto fraco do tecido urbano? O que não funciona? Qual é a dimensão que a situação existente influencia?

De seguida investiga a visão, colocando para isso as seguintes perguntas: Como? Como mudar o problema, como fazer o lugar visível novamente, como descobrir soluções rápidas que tenham efeito? Para essa descoberta indica algumas ferramentas de acupuntura como por exemplo construções, elementos e materiais leves, envolvimento de pessoas locais, estrutura verde, atividades específicas no espaço como música, arte, escalada entre outros, e por fim, temos a transformação e aqui pretende-se saber como será implantada a intervenção e de que forma, se de forma flexível, transformável, uso funcional e simbolismo. Os pontos principais concentram-se em: O quê? Como? Ferramentas e a Transformação, esta análise quase que nos remete para a análise SWOT (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças), direta ou indiretamente ambas abordam as problemáticas existentes e quais seriam as oportunidades e pontos-chave de uma intervenção.

¹⁹ Tradução livre da autora do original "(...) urban acupuncture, as J. Lerner says, is not fixed to the form, but to the idea that a quick action or response is needed!" (Talviste 2010, p. 29).

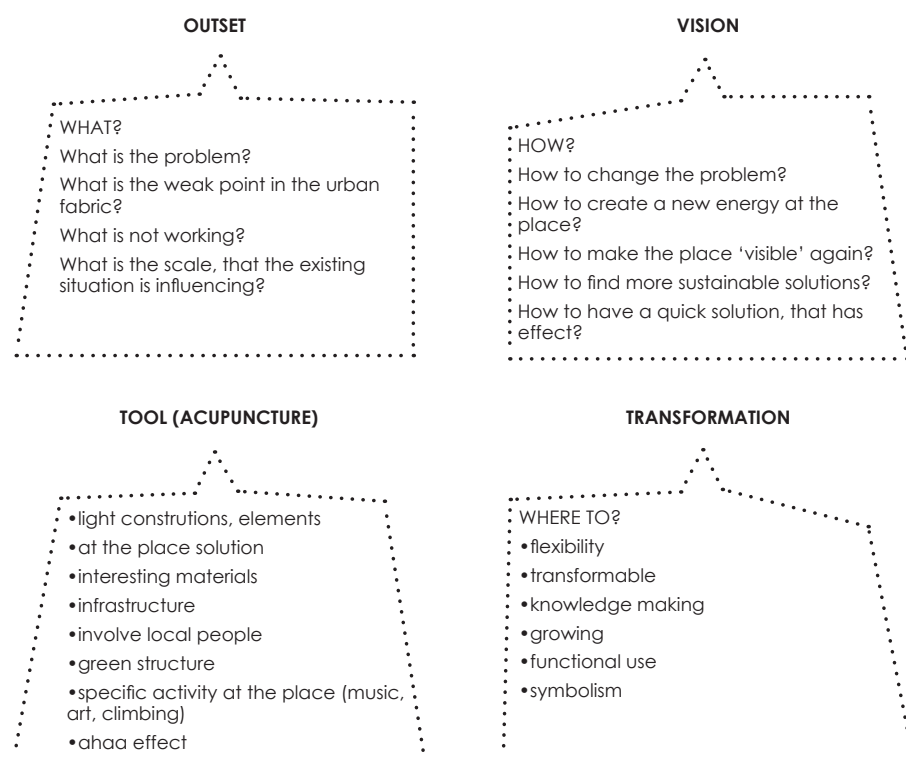


Fig. 79 - Esquema de análise de projetos de Acupuntura urbana.

Fonte: Elaboração própria a partir de Talviste (2010, p.29)

Ainda, na sua pesquisa entendeu que a estratégia de acupuntura surge para resolver uma situação específica, de forma a conectar com o local individualmente obtendo o máximo efeito na criação de energia. O principal não é projetar um espaço segundo a sua estética mas perceber como se poderia convidar as pessoas para ocuparem o espaço e ao mesmo tempo torná-lo mais funcional, seja através de uma boa conexão de tráfegos, de corredores verdes, dos materiais utilizados, mas acima de tudo oferecendo diversas atividades ao espaço. A complexidade é o que atrai a maioria das pessoas e pode oferecer diversas atividades, muitas vezes são acrescentadas estruturas aos espaços de forma a incentivar algo já existente, um novo ponto de encontro, movimento ou atividade, portanto a criação de um ponto-chave que faça as pessoas irem a esse lugar. Muitas vezes a vegetação pode ter uma grande importância para estes espaços, devido à sua natureza e constante mudança de características. "(...) o design não deve ser estático, mas responder às mudanças no meio ambiente e às necessidades da vida pública" (Talviste, 2010, p. 36)²⁰.

A acupuntura urbana é inspiradora uma vez que fornece soluções rápidas para a vida pública e seus espaços públicos, não possui conceitos, ferramentas, regras ou limites definidos e por isso mesmo pode oferecer uma boa resposta à vida pública moderna, aos diversos processos na sociedade, às necessidades

²⁰ Tradução livre da autora do original "(...) the design should not be static, but respond to changes in the environment and the needs of public life." (Talviste, 2010, p. 36).

públicas, à globalização e à liberdade de expressão (Talviste, 2010).

Já Hoogduyn (2014) questiona *"Como é que a teoria da acupuntura urbana pode ser aplicada com sucesso para revitalizar áreas urbanas?"* (p. 5)²¹. O autor refere que a acupuntura urbana faz parte da emergência de iniciativas *Do it Yourself* (DIY) e que a mesma é entendida através da aplicação de pequenas escalas de intervenção que criam uma maior habitabilidade, reagindo assim contra projetos de grande escala de revitalização que têm ocorrido. *"A acupuntura urbana realiza intervenções em pequena escala em locais estrategicamente escolhidos para criar uma maximização dos efeitos que causam spin-offs possíveis (socialmente) catalíticos. Projetos de acupuntura urbana podem ocorrer a partir de cima para baixo, bem como iniciativas de baixo para cima e permitir processos participativos"* (p.5)²². A acupuntura não é a solução mas a estratégia de intervenção, através de uma micro gestão a fim de salvaguardar uma aplicação bem-sucedida. O impacto começa numa área específica mas pode ter um efeito de cascata se for implementada corretamente, tal como *"Uma rosa é temporária, mas pode ser preservada se for cuidada. A rosa leva tempo a crescer, mas a primeira semente precisa de ser plantada. Este é o ato (rápido) que a acupuntura urbana pede. Precisamos começar a semear agora"* (p.5)²³.

Hoogduyn (2014) no seu trabalho refere que os autores pioneiros não indicam um método concreto para aplicar a estratégia de acupuntura urbana e neste sentido, faz uma interpretação das suas características enumerando 8 princípios que devem ser usados na estratégia de acupuntura urbana:

i) **Determinação do ponto sensível:** princípio definido por Solà-Morales, referindo que o primeiro passo a tomar na acupuntura urbana é a localização do ponto sensível; Solà-Morales e Casagrande referem que deve ser um ponto com pouca energia; Solà-Morales questiona quais são as coisas que necessitam de adição, remoção, modificação ou reorganização; Já Casagrande compara o ponto sensível com uma pilha, manipulando os fluxos de energia escondidos e a adição de pequenos elementos. Lerner refere que o objetivo é curar fluxos de energia em áreas doentes ou dolorosas.

21 Tradução livre da autora do original *"How can the theory of Urban Acupuncture be successfully applied in order to revitalize urban areas?"* (Hoogduyn, 2014, p. 5).

22 Tradução livre da autora do original *"Urban acupuncture performs small-scale interventions at strategic chosen locations to create a maximization of the effects causing possible (socially) catalytic spinoffs. Urban acupuncture projects can occur from top-down as well as bottom-up initiatives and allow participatory processes."* (Hoogduyn, 2014, p. 5).

23 Tradução livre da autora do original *"A rose is temporary but can be preserved if taken care of. The rose takes time to grow, but a first seed needs to be planted. This is the (quick) act that urban acupuncture asks for. We need to start seeding now."* (Hoogduyn, 2014, p. 5).

ii) **Cenário:** Princípio referido por Lerner, o autor afirma que as cidades podem ser melhoradas num espaço de 3 anos e que a responsabilidade e o desenho são decisivos nessa mudança, e que para isso mesmo deve ser proposto um cenário e um desenho que atraia a maioria das pessoas, para que ajudem a concretizar essas mudanças. Refere que os bons cenários criam compromissos com a população através de co-responsabilidades melhorando assim as práticas, através de um efeito dominó, causando melhor qualidade de vida e solidariedade. Esta necessidade de um cenário está diretamente relacionado com o grau de participação.

iii) **Ato rápido:** torna-se necessário um ato rápido uma vez que os processos de planeamento tradicional demoram muito tempo. Lerner refere-se a uma espécie de faísca que leve o processo à ação olhando para a flexibilidade e variabilidade.

iv) **Participação:** surge pela necessidade de transformação, onde os agentes de transformação não são somente os tradicionais mas também as pessoas. Desafia os métodos tradicionais de processos hierárquicos de tomada de decisão sendo reconhecida a necessidade de integração de conhecimentos locais. Não necessita de ter todas as respostas à partida mas começar com o contributo das pessoas, podendo levar diversas perspetivas e novos resultados para as soluções.

v) **Educar:** referente à necessidade de compreender como a sociedade percebe o ambiente construído e para isso é necessário ler a cidade do ponto de vista da sociedade para que as intervenções corretas possam ser realizadas. Compreender as perspetivas da sociedade mas também transferir conhecimento à mesma. Como Lerner refere é necessário educar essencialmente as crianças uma vez que as mesmas podem transmitir os conhecimentos adquiridos.

vi) **Abordagem holística:** todas as disciplinas devem partilhar as suas visões a fim de criar uma estratégia de mudança. Também a participação dos cidadãos deve ser tida em conta, bem como os elementos ecológicos, económicos, culturais, infraestruturais, históricos e políticos devem ser avaliados.

vii) **Pequena escala:** aqui Solà-Morales refere que a escala é relativa, muitas vezes grandes mudanças físicas consistem em projetos irrelevantes, mas que com pequenos pontos pode surgir um grande impacto. Também a escala nem sempre está limitada ao tamanho pois um espaço pequeno pode trazer incrementos financeiros.

viii) **Criando Locais:** é sentida a necessidade de consciência do significado de um lugar dentro da estratégia a fim de criar lugares significativos. Segundo Solà-Morales é necessário olhar para a riqueza potencial dos lugares, estimulando o urbanismo, equilibrando a construção e as atividades. Lerner e Casagrande também enfocam a riqueza potencial dos lugares.

3.2 Intervenções de Acupuntura Urbana

Muitas das intervenções de acupuntura urbana, passam por tentar criar nas cidades pontos de intervenção encadeados, com menos tráfego rodoviário, trazendo mais pessoas para a rua, para os espaços públicos de estar e de lazer, promovendo o convívio e passeio por uma cidade capaz de proporcionar segurança e tranquilidade à comunidade.

Um tópico extremamente importante e referido por Lerner (2011), é também a conciliação do sector formal e o informal, ou seja o comércio tradicional que se instala até às “seis da tarde” e o comércio ambulante que poderia perfeitamente trazer mais vida à cidade após o fecho do tradicional, trazendo segurança e vida à cidade. Este tipo de eventos acrescentam à cidade o som pela música, o cheiro pelos alimentos confeccionados e a cor das infraestruturas, e fazem com que se produza identidade ao espaço e ao território. As feiras, a venda ambulante e os mercados são ao fim ao cabo uma identidade da cidade, dado que surgem ao mesmo tempo que as cidades, sendo parte integrante das mesmas. Também o típico afiador de facas, os serviços ao domicílio, entre outros, são marcas do passado que seriam importantes para repensar o futuro das cidades. Igualmente, os cafés são bons pontos de encontro. Já as feiras e os mercados sempre foram e são pontos de referência numa cidade, por exemplo o mercado *La Boqueria* de Barcelona (Fig.80), é um dos melhores do mundo, não só pela sua beleza dada pelos vitrais, mas também pela maneira de apresentar e manusear os alimentos, e porque se sente nostalgia em ver os produtos alimentares no seu estado mais puro como antigamente se encontravam, sem produtos fabricados em massa e com químicos para durar mais tempo.



Fig. 80 - Fotografia do Mercado de La Boqueria de Barcelona.

Fonte: <http://www.losapuntedesdelviajero.com/2013/10/mercado-de-la-boqueria-de-barcelona-informacion-y-consejos.html>

É importante não só este tipo de iniciativas e mudanças integradoras, como também o gesto e estímulo do sentido de pertença à cidade, pela consciência das pessoas em cuidar da sua própria cidade, integrando-as nas iniciativas, possuindo um carácter comunitário e social. Por exemplo a música, pode assumir a identidade de uma cidade ou país, criando uma imagem na memória de cada um.

Neste sentido, apresentamos de seguida alguns exemplos de projetos de acupuntura urbana.

A **“Wire Opera House”**, situado no Bairro Pilarzinho, **Curitiba**, no sul do Brasil, de 1992, foi realizado por Jaime Lerner e assinado pelo arquiteto Domingos Bongestabs. Foi um projeto que incidiu na transformação de uma antiga área industrial, uma pedreira desativada, transformada num novo espaço público. O projeto passou pela transformação de um espaço inutilizado e perigoso em novas atrações, evitando inundações e custos elevados com a construção de diques a fim de se criar um espaço que pudesse promover a cultura, abrindo um parque urbano, Parque das Pedreiras, para a educação ambiental urbana e sustentável, ocupando uma área de 4.000 metros quadrados. A Ópera de Arame é um espaço para espetáculos de qualquer natureza, com um auditório de 1.648 lugares. A implantação da obra assumiu a diretriz de não interferir com a paisagem bastante característica do parque, integrando-a e utilizando as potencialidades disponíveis do espaço. Assim, foi criado um espaço com lagos, vegetação típica e cascatas, numa paisagem singular, e também um Espaço Cultural (Fig.82).

O projeto **“Ecoboulevard”** localizado em Pau de Vallecas, **Madrid**, Espanha no período entre 2004 e 2007 foi projetado pelo grupo Ecosistema Urbano (Belinda Tato, José Luís Vallejo, Diego García-Setién). É um projeto de revitalização industrial que passava por encontrar uma solução de desenho temporário para apoiar e renovar o espaço público local através de atividades sociais, ambientais e educacionais. Um novo espaço público com a presença forte de vegetação e com novas funções. O projeto teve como objetivo compensar a falta de atividade no espaço público e a resolução do problema da falta de florestas densas. Três pavilhões ou árvores artificiais são feitos com 90% de materiais reciclados, com pisos de borracha, estruturas de aço e betão, que servem de apoio para múltiplas atividades, instalados temporariamente. Assim, o *Air Tree* do Ecosistema Urbano é um avanço para o *design* sustentável do espaço público, além de serem 100% eficientes em termos de energia e lucrativas, a sua melhor característica reside no facto de serem facilmente deslocadas. Toda a estrutura é construída para ser leve e transportável, as árvores e vegetação reais são normalmente estabelecidas em áreas em desenvolvimento e assim sendo, as *Air Trees* podem ser desmanteladas e reutilizadas para outros projetos de desenvolvimento urbano. Também são usadas para trazer mais atividade pública e áreas verdes à cidade (Fig.84).

Marco Casagrande, em **Taipé**, caracteriza a acupuntura por intervenções pontuais que têm por base criar contacto entre a consciência coletiva e as necessidades de vida da natureza e humana, mencionando como exemplo, os jardins comunitários ilegais, jardins auto-organizados e espontâneos. Em Taipé



Fig. 81 - Mapa de localização da intervenção de Wire Opera House, Curitiba.

Fonte: Elaboração da autora a partir de uma imagem do google earth, 2017



Fig. 82 - Fotografia de Wire Opera House, Curitiba.

Fonte: <http://sbesc.lisha.ufsc.br/sbesc2017/Venue>

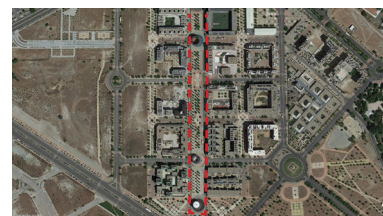


Fig. 83 - Mapa de localização da intervenção de Ecoboulevard, Madrid.

Fonte: Elaboração da autora a partir de uma imagem do google earth, 2017



Fig. 84 - Fotografia de Ecoboulevard, Madrid.

Fonte: <https://theredlist.com/wiki-2-19-879-607-226788-view-ecosistema-urbano-1-profile-ecosistema-urbano-eco-boulevard.html>

existe uma arquitetura autoproduzida que utiliza a cidade oficial como fonte de energia de eletricidade e água, sendo vista como uma cidade paralela. Este ambiente “faça você mesmo” está ligado à natureza humana apenas pelo desejo e disponibilidade, vivendo num ambiente mais equilibrado. Taipé existe devido às suas planícies férteis e o rio, mas com a cidade industrial o mesmo foi transformado num esgoto industrial e foi construído um muro de 12 metros, separando o rio do ambiente urbano. Agora a cidade de terceira geração tem o objetivo de reunir estes dois através da restauração natural do meio ambiente do rio.

O **laboratório** de Casagrande vê a arquitetura como mediadora entre o homem moderno e a natureza, como uma forma construída que dialogue com a envolvente, sendo um reflexo de diversas camadas desde necessidades, funções, sentidos e beleza. Ao nível do planeamento urbano focam-se no desenvolvimento das comunidades locais através dos princípios de acupuntura urbana e *Open Form*. Casagrande vê a cidade como um complexo conjunto de organismos com energia e que através de manipulações pontuais desses fluxos de energia cria um desenvolvimento urbano sustentável. Para si a acupuntura urbana é uma manipulação arquitetónica.



Fig. 85 - Fotografia do projeto Sandworm, na Bélgica.

Fonte: <https://www.designboom.com/art/casagrande-laboratory-sandworm-at-beaufort04/>

Neste sentido, um dos projetos realizado pelo autor foi o “**Sandworm**”, uma estrutura orgânica criada em dunas de praia na **Bélgica**, alta e com 45m por 10m que se integra na arquitetura e arte ambiental, contruída com conhecimento local (Fig.85). Uma estrutura flexível e orgânica que se torna parte da natureza. O espaço pode ser usado para piqueniques, relaxar, meditar, etc., enfatizando que o homem deve ser mais simples e voltar ao nomadismo para se relacionar com a natureza. Dentro do Sandworm é possível encontrar um espetáculo natural de luz e sombra e uma beleza de materiais naturais simples (Casagrande, 2016).

Outro exemplo é a “**Cicada**”, em **Taiapé**, um vazio orgânico, um casulo criado através de conhecimento local e de estruturas em bambu flexíveis. É um local que espera por desenvolvimento mas que até lá funciona como uma esfera pública para a área envolvente, apto a diversas atividades espontâneas e oferece a possibilidade de viajar até ao passado.



Fig. 86 - Fotografia do projeto Bug Dome, Shenzhen.

Fonte: <http://casagrandetext.blogspot.pt/2013/10/third-generation-city.html>

Ainda, parecido com o exemplo anterior, temos o “**Bug Dome**”, em **Shenzhen**, China, um espaço usado para bandas, leituras, discussões, entre outros aspetos. O edifício é flexível e improvisado de forma a atender às condições locais surgindo a partir de uma ruína. A arquitetura é mediadora da natureza humana e da natureza e a sua construção resulta de um planeamento participado entre *designers*, trabalhadores da construção civil e de conhecimento local (Fig.86).

"Treasure Hill", em **Taiapé**, Taiwan, é um projeto com uma solução ilegal de agricultores realizado em conjunto com o Laboratório Casagrande, ONG locais, comunidade e o governo. A área foi restaurada para a comunidade baseado num modelo de vida urbana sustentável (Fig.87).

O projeto **"60 Minute Man"** foi uma instalação que fizeram para a Bienal em **Veneza**, em 2000, e teve como objetivo a plantação de uma floresta de carvalhos num navio abandonado, em 60 minutos. Os materiais usados eram reciclados e emprestados já que era uma instalação temporária. Após 7 semanas este barco foi navegar, levando "a floresta com ele" (Fig.88).

Ainda, o projeto **"Winschoterkade"** foi realizado por Manuel de Solà-Morales com a colaboração da arquiteta Anne-Like Krag Hansen, entre 1994 e 1995 em Groningen, **Holanda**. O projeto localiza-se numa área de cruzamento de quatro canais e foi realizado para o evento de arquitetura "A Star is Born" numa área negligenciada. Uma esquina da cidade que se apresentava obscura e confusa tendo como principal objetivo uma pequena intervenção com vários elementos simples a fim de revelar a riqueza do próprio lugar e a criação de um lugar de contemplação para a água e os edifícios, foi criada uma plataforma sobre a água como mirador apto a pequenas apresentações de teatro, reuniões, dança etc., um banco debaixo de árvores e uma janela que enfatiza as vistas a sul sobre as novas zonas da cidade, formando uma espécie de sala de estar urbana. Desta forma, o espaço tornou-se num lugar calmo, para permanecer e contemplar, disfrutando da riqueza e variedade do panorama da cidade marítima (Fig.89).

Como podemos ver existem várias formas de atuar através do princípio de acupuntura urbana com intervenções de pequena escala mas um dos princípios mais conhecidos são também os **"Pocket Parks"** (Fig.90). Vários países como **Holanda**, **Brasil** e **EUA** usam este conceito, seja em programas comunitários e criação de atividades com a comunidade local como também pela procura de mais áreas verdes. Guggenheimer (1969) menciona que o número de atividades que podem existir nestes parques é praticamente ilimitado e os objetivos desejáveis prendem-se pelo ajuste social, por serem locais de comunicação e partilha, de melhoria mental e com programas educacionais para a melhoria do bairro. Aqui, é em conjunto com a comunidade que se procura encontrar qual é o melhor local para cada propósito. "(...) os espaços públicos de sucesso são os que respondem às necessidades dos seus usuários; são democráticos na sua acessibilidade; e são significativos para a comunidade e a sociedade em geral" (Francis, 2003, p. 33)²⁴.

24 Tradução livre da autora do original "(...) successful public spaces are the ones that are responsive to the needs of their users; are democratic in their accessibility; and are meaningful for the larger community and society." (Francis, 2003, p. 33).



Fig. 87 - Fotografia do projeto Treasure Hill em Taiapé.

Fonte: <https://catherinelee234.wordpress.com/2014/02/22/treasure-hill-taipei/>



Fig. 88 - Fotografia do projeto Treasure Hill em Taiapé.

Fonte: <https://www.casagrandelaboratory.com/portfolio/60-minute-man/>



Fig. 89 - Fotografia de Winschoterkade, Holanda.

Fonte: <https://theredlist.com/wiki-2-19-879-607-226788-view-ecosistema-urbano-1-profile-ecosistema-urbano-eco->

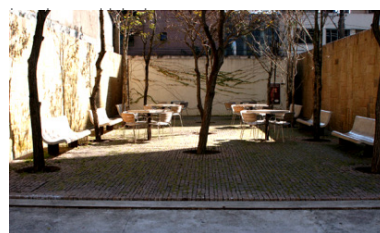


Fig. 90 - Fotografia de um Pocket park no Brasil.

Fonte: <http://www.ambientelegal.com.br/pocket-park-oasis-urbano/>

3.3 O Urbanismo Tático: Conceito, princípios e evolução

Urbanismo Tático é uma expressão usada para descrever diferentes formas de intervenção nas cidades, onde a implementação a curto prazo, os recursos escassos e o envolvimento dos cidadãos são as suas características principais e que contribuem para o que parece ser o seu desígnio fundamental – a ação (Silva, 2016).

Segundo Almeida (2015), o Urbanismo Tático pode ter diversas designações: Urbanismo Emergente, *Handmade Urbanism*, Urbanismo DIY, Guerrilha Urbana (*Guerilla Gardening*), Urbanismo Adaptativo, Urbanismo Cidadão, LQC (*Lighter, Quicker, Cheaper*), *Unsolicited Architecture*, *Spontaneous Interventions*, *Urban Prototyping P2P Urbanism (peer-to-peer)*, *City Repair Pop-up Urbanism*, *Placemaking*, *Urban Prototyping*, *Urbanismo Open Source*, *Microurbanism*.

Segundo Isidoro (2016) é desde 2001 que através do *Studio Urban Catalyst*, em Berlim, se começa a explorar os seus usos táticos e temporários na Europa pós-industrial, mas efetivamente, o termo utilizado só começa a ser corrente em 2010 através do grupo de jovens urbanistas pela publicação "Tactical Urbanism: Short Term Action, Long Term Change" sendo aqui também mencionado o urbanismo tático com outras nomenclaturas. O grupo reúne vários projetos de carácter temporário de espaços públicos que têm por base a pequena escala de intervenção, num curto espaço de tempo mas que possam fomentar mudanças a longo prazo. Referem que o planeamento urbano tem ignorado este tipo de abordagens e defendem que os cidadãos devem ter uma voz sobre a produção dos espaços urbanos no sistema de governança urbana. O planeamento tradicional não é flexível e eficaz nas necessidades atuais locais e por isso os cidadãos assumem a responsabilidade sobre o território já que existe ineficiência burocrática. "Os projetos táticos e temporários podem servir como metodologias de avaliação em planeamento, para medir o impacto de intervenções, como formas de consulta à comunidade, em projetos-piloto nos quais os cidadãos podem experimentar uma proposta em vez de consultarem um plano" (Pfeifer, 2013, p. 58).

Neste sentido e segundo Isidoro (2016) podemos enumerar algumas condições que contribuem para o interesse do conceito do urbanismo tático:

- i) a incerteza política, económica e ambiental;
- iii) o aumento de espaços abandonados com a desindustrialização;
- iii) as redes sociais que tornaram possível a divulgação dos projetos o que influencia ativamente as suas comunidades;

iv) a ineficiência da burocracia que se reflete no assumir de responsabilidades dos cidadãos para o seu território;

v) os projetos tradicionais que não respondem às necessidades locais e assim, muitos cidadãos optam pela participação comunitária e liderar iniciativas locais, ao invés da simples consulta pública.

Desta forma, esta iniciativa mostra-se como sendo uma alternativa ao planeamento urbano e de território tradicionais.

O urbanismo tático surge em contextos "corrompidos" e remodelados de formas históricas e geográficas específicas de urbanização neoliberal apoiadas em projeto de classe que limita o "*direito à cidade*" (Brenner, 2016, p. 11) aos mais ricos e aos poderosos que orientam grandes investimentos públicos e regimes políticos. Mesmo com as suas falhas de governança com consequências destrutivas e vulneráveis continua a ser representado como sendo o "senso comum" continuando assim a ser desenvolvido.

Prins (2013) refere que o urbanismo tático é um modo de participação mais radical, designando-o também de urbanismo de guerrilha, urbanismo pop-up, reparação urbana ou urbanismo DIY. A autora menciona que o urbanismo tático promove ações de curto prazo que causam mudanças a longo prazo dentro de uma cidade. Normalmente são intervenções táticas de iniciativas de baixo custo de caráter ilegal uma vez que são ações urbanas espontâneas ao invés de um aspeto legal.

Surge no contexto de uma crise mais ampla de governação das cidades contemporâneas, em que os estados e mercados falharam no fornecimento dos bens públicos de base como a habitação, os transportes e o espaço público (Brenner, 2016). O urbanismo tático é como um protótipo de curto prazo mas com possibilidade de ter informações para a construção de um planeamento de longo prazo, e também um urbanismo cidadão, reconhecendo "*o valor das ações informais no espaço público e incorporar na forma de políticas públicas urbanas inclusivas de longo prazo*" (Steffens e Vergara, 2013 citados por Almeida, 2015, p. 13), portanto, um urbanismo voluntário de construção da cidade.

Possui diversas características: o estímulo de mudança, a criação de ideias para os desafios do planeamento a uma escala local, um compromisso de curto-prazo e com expectativas realistas, atividades de baixo risco e com possibilidade de recompensas, desenvolvimento de capital social e capacidade institucional entre organizações públicas, privadas, não lucrativas e ONG's (Lydon et al., 2012).

Segundo Hartley e Lydon (2014) o urbanismo tático incorpora ações de pequena escala mas que servem um propósito maior. A falta de recursos não é desculpa para não atuar e a planificação de uma cidade é um processo que permite correções. As transformações de grande escala são gananciosas e concentram a atenção de alguns, necessitando de um grande capital, são processos morosos, e por isso muitos deles não podem ser garantidos na sua totalidade.

Ainda assim, muitos melhoramentos no território passam efetivamente pela escala da rua, do quarteirão ou do edifício, o que permite aos atores locais experimentarem novos conceitos sem que lhes sejam pedidos grandes compromissos políticos e/ou económicos. A mudança em larga escala muitas vezes tem início em projetos de pequena escala e por isso mesmo, o urbanismo tático possibilita a experimentação. Através de intervenções flexíveis e de reduzido custo é possível testá-las e usá-las, mesmo antes de se começar a utilizar capital. Se a intervenção estiver bem-feita, pode ser o primeiro passo para criar mudanças a longo prazo. Este tipo de estratégias e intervenções podem aumentar a confiança entre grupos e atores locais, pois se o público participa, oferece diferentes e novos pontos de vista, não só como futuros utilizadores mas também nas características do projeto, a fim de criar uma melhoria na sua própria cidade. Assim, existe uma possibilidade maior de terem o apoio público e efetivamente gerarem mudanças permanentes no futuro. Esta estratégia pode também servir para ativar planos esquecidos, promovendo de forma rápida ideias realistas ou simplesmente para consciencializar e identificar um assunto pequeno mas urgente (Lydon *et al.*, 2012).

Assim este tipo de estratégias existe como forma de possibilitar um novo começo ou reativação de algo já existente mas disfuncional. Os melhores exemplos de intervenção desta estratégia acontecem essencialmente em áreas mais compactas e cidades com baixa quantidade de espaços pedonais de limitada resistência social, física e económica, sendo possível de encontrar em ambientes de expansão urbana descontrolada.

Hartley e Lydon (2014) mencionam que o urbanismo tático tanto é uma forma de pensar como também uma maneira de fazer, é uma ferramenta para os cidadãos de contornar as burocracias e criar oportunidades para melhorar o local onde vivem. Já para os municípios permite que se testem ideias e trazer benefícios antes da sua implementação permanente, aumenta a consciencialização e oferece oportunidades para ampliar o desenvolvimento público e inclui-lo em todo o processo.

O urbanismo tático não é visto apenas como uma ferramenta de regeneração

urbana interna ou pós guerra mas sim, uma ferramenta adaptada a contextos locais, importantes para os cidadãos e autoridades. É uma abordagem liderada por cidadãos através de intervenções de curto prazo, a custos reduzidos e com a possibilidade de intervir a diversas escalas, a fim de promover a sua mudança a longo prazo. Uma aposta que promove a integração local, moldando a identidade local de um lugar, criando responsabilidades partilhadas e reduzir a dependência relativamente aos municípios e freguesias, deixando os mesmos de ser os únicos membros de criação de espaços públicos. *"Atrás desses projetos criativos e de ritmo acelerado, há uma crítica adaptativa: o desenvolvimento de uma cidade deve ser delegado aos cidadãos e o governo deve assumir o papel de facilitador e não de controlador"* (Hartley e Lydon 2014, p. 8)²⁵.

Silva (2016) e Hurley (2016) colocam em causa este tipo de abordagens do urbanismo tático e questionam se são realmente processos *bottom up* envolvendo as comunidades na sua totalidade ou se são destinadas a grupos específicos, a quem se destinam efetivamente e de que forma uma cidadania ativa pode incluir todos e não somente grupos específicos.

Para Alisdairi (2014) o urbanismo tático contém diversos tipos de abordagens com incidência em ativações temporárias seja em espaços públicos ou construções. Seguindo este pensamento Silva (2016) atribui significados e qualidades a esta abordagem e assim, as intervenções podem surgir de diferentes escalas, incluindo a conceção de modelos para ocupação de espaços abandonados ou sua revitalização temporária. Incide também em ações informais quando existem processos estanques no planeamento tradicional, sendo uma forma possível de se testarem soluções que se fossem pelo processo tradicional demorariam muito tempo e poderiam causar problemas. Abrange diversos tipos de atuações, desde ativação de espaços e lojas devolutas até questões de mobilidade urbana ou outros assuntos que sejam urgentes abordar, sendo na sua maioria provenientes de processos *bottom up*. Ainda Alisdairi (2014) refere que este tipo de iniciativas juntam diversas partes interessadas desde proprietários, empreendedores, artistas, organizações comunitárias, entre outros, para o propósito de melhorar algo comum num lugar. A ideia da intervenção tática não é só de realizar um projeto temporário mas também mudar a forma de como os espaços são vistos e como é que a intervenção poderia ser replicada ou tornada permanente.

Assim, o urbanismo tático possui as seguintes cinco características identificadas por Isidoro (2016, p.12):

25 Tradução livre da autora do original *"Behind these fast-paced, creative projects lies an adaptive critique: more city-shaping should be delegated to citizens, and government should take the role of enabler rather than controller"* (Hartley e Lydon, 2014, p. 8).

- I) **Visão:** uma abordagem gradual deliberada para estimular a mudança;
- II) **Contexto:** partilha de ideias para responder aos desafios do planeamento local;
- III) **Flexibilidade:** compromissos a curto prazo e expectativas realistas;
- IV) **Valor:** baixo risco, com um possível e alto impacto;
- V) **Comunidade:** desenvolvimento do capital social e a construção de capacidade organizacional entre instituições (públicas / privadas, sem fins lucrativos / ONG's, entre outras).

Nesta sequência, algumas das iniciativas presentes no urbanismo tático podem passar simplesmente pela abertura das ruas à comunidade. Várias estratégias são utilizadas por diferentes grupos comunitários, municipais ou individuais e podem passar por temporariamente abrir espaços para a comunidade passear, andar de bicicleta, patins ou outras atividades; promover as ruas como local de vitalidade urbana entre vizinhos; colocar vegetação e pequenas áreas verdes no meio urbano; promover o mobiliário urbano público ao ar livre, na zona de estacionamento, durante os meses mais quentes de forma a promover o comércio local; aumentar os terrenos para agricultura, plantação de árvores e vegetação mas também espaços de reunião social; ativar o espaço público através da reutilização de materiais e desperdícios; promover fóruns temporários ou fixos para discussões de importância cívica; aumentar as áreas verdes e colocar mais assentos públicos ativando as ruas; identificar em mapa as áreas não utilizadas e estimular ações que gerem mudanças; aumentar a quantidade de parques através da recuperação de terrenos não utilizados; criar ocupações temporárias nos espaços, muitas vezes com intenção de criar uma mudança permanente; entre muitas outras iniciativas.

Isidoro (2016) menciona que a designação de tática refere-se a um efeito de curto prazo oposta à designação de estratégia caracterizada por um efeito de médio-longo prazo e normativa, ou seja, as estratégias seguem normas enquanto as táticas são específicas, reagindo a situações existentes e tentando reforçar as qualidades. Nesta perspetiva a autora apresenta algumas características referentes ao urbanismo tático e menciona que se forem bem incorporadas poderão contribuir para responder aos desafios do planeamento tradicional:

- I) **Flexibilidade:** os projetos táticos podem ser vistos como sendo mais eficazes na concretização de ideias uma vez que a sua abordagem é flexível e permite realizar ajustes desde a fase inicial de diagnóstico

e até mesmo na sua implementação, ao invés dos planos formais que face à sua rigidez desde o início, podem impossibilitar que se cumpram os objetivos delineados.

II) **Baixo custo e baixo risco:** o risco com projetos táticos é minimizado uma vez que se a intervenção tática não funcionar não se esgotam os recursos na sua totalidade uma vez que são projetos piloto não existindo discrepâncias entre o custo e sua construção.

III) **Ação rápida:** os projetos táticos garantem resultados a curto prazo ao invés das abordagens tradicionais que exigem vários anos, normalmente apenas para completar o processo de planeamento urbano.

IV) **Pequena escala:** intervenções mais conscientes face às especificidades e características locais ao invés da abrangência e abstração técnica e científica do planeamento formal.

V) **Bottom-up:** relacionado com a capacitação da comunidade, participando ativamente, ajudando a criar consensos e identificar soluções para a concretização de uma visão partilhada local.

VI) **Experimentação e replicabilidade:** as intervenções táticas são vistas como sendo ensaios e por isso permitem ajustes ao longo de todo o processo. Uma vez que são protótipos, o *design* final corresponde a todos os sucessos e fracassos de cada experiência tática.

3.4 O Urbanismo Tático como alternativa à governança urbana

O urbanismo tático é muitas vezes apresentado como uma solução de remedeio para problemas urbanos aos quais as instituições e procedimentos tradicionais de planeamento não conseguem responder de forma adequada.

Nesta perspetiva, numa exposição relacionada com o crescimento desigual das cidades foi explorada a questão de intervenções especulativas de propostas de desenho urbano através do urbanismo tático, para seis grandes cidades do mundo.

Esta exposição foi realizada no Museu de Arte Moderna de Nova Iorque, entre 2014 e 2015, e pretendia desenvolver um debate sobre a condição urbana contemporânea, sobre as capacidades dos diversos profissionais de

arquitetura, desenho, urbanistas e planeadores de conseguirem influenciar essa mesma condição de forma produtiva e progressiva. Neste sentido, Brenner (2016) refere que os paradigmas herdados dos programas modernistas do pós-guerra e das agendas neoliberalizantes e fundamentalistas pós anos 80 não são mais viáveis de serem executados. Ainda, Harvey (2014) menciona que as grandes cidades e as economias do território estão mal equipadas, não só em termos operacionais como também políticos, face à resolução dos problemas de governança, e conflitos sociais. Referem mesmo que estamos numa enorme crise ecológica, política e social da qual não temos conhecimento nem conseguimos delimitá-la.

Assim, Brenner (2016) expõe que os urbanistas táticos poderiam ser capazes de oferecer soluções e perspetivas acessíveis e produtivas que ajudassem a projetar futuras alternativas urbanas. Alude o conceito como sendo uma base estimulante para debates e experimentação para futuros caminhos possíveis de intervenção mas acima de tudo como promoção de justiça social na apropriação e conceção dos espaços urbanos. Geralmente promove a participação e a prática "DIY", onde normalmente quem é afetado mobiliza-se para influenciar a evolução e métodos necessários para a mudança e alcançar as metas necessárias. Assim "(...) o urbanismo tático é, muitas das vezes, apresentado como um modelo de ação de "fonte aberta" e como uma forma de "reapropriação" do espaço urbano por seus usuários" (p.9). É visto como potencial para remediar problemas urbanos que as instituições do Estado e seus processos de planeamento não conseguiram debater nem resolver.

Apesar destas visões, resta reconhecer que ainda não existe um conhecimento claro sobre como é que os processos ligados ao urbanismo tático podem contrariar de facto o urbanismo neoliberal. Em alguns casos parecem até reforçar o urbanismo neoliberal no sentido em que aliviam temporariamente alguns efeitos perturbadores, mas sem parar com os regimes básicos de desenvolvimento urbano, ou seja, não se pode presumir que as intervenções táticas contra-ataquem de facto o urbanismo neoliberal. Seguindo este ponto de vista, na exposição foi referenciado alguns cenários onde o urbanismo tático poderia ter impactes insignificantes ou ativos sobre um regime de regras neoliberalizadas:

- i) **O Reforço**, o urbanismo tático atenua algumas falhas de governança mesmo sem ameaçar o seu controle regulatório.
- ii) **O Entrincheiramento**, o urbanismo tático internaliza uma agenda neoliberal contribuindo para o seu enraizamento, consolidação e extensão.

iii) **A Neutralidade**, o urbanismo tático surge em espaços "entre" que não são funcionais nem perturbam o projeto neoliberal, coexistindo com ele.

iv) **A Contingência**, o urbanismo tático abre espaços de experimentação regulamentar com certas condições contribuindo para a subversão dos programas neoliberais.

v) **A Subversão**, o urbanismo tático rompe com as lógicas básicas de uma governança urbana orientada para o crescimento. Centra-se em futuros urbanos alternativos com formas mais inclusivas como a equidade social e com bases numa democracia e justiça espacial.

De facto o urbanismo tático pode ser uma alternativa ao urbanismo neoliberal, mas como? Onde e sob que condições? Por que métodos? Quais as consequências e para quem? Estas são algumas considerações a ter em conta sobre as potencialidades e limites do urbanismo tático em condições contemporâneas.

Ainda, na exposição, em alguns casos, apontam para o urbanismo tático de larga escala o que implicaria uma coordenação de longo prazo, estabilizada e vinculada ao coletivo e pessoal, destinado a tarefas de gestão territorial o que levaria às grandes ambições e aos grandes planos, opostos aos preceitos do urbanismo tático, sendo uma contradição inevitável a ter em conta. Outras contribuições apontam, para ao invés de serem instrumentalizadas pelo controlo político, privado ou lucro corporativo, os projetos podem ser encarados como uma ferramenta de capacitação dos utilizadores do espaço o que lhes permite ocupar e apropriar-se dele de forma contínua, transformando-o e produzindo assim uma cidade diferente da que poderiam ter programado com antecedência. *"(...) as 'grandes questões' sobre como (re)projetar a cidade do futuro – sua economia, suas regras de desenvolvimento imobiliário e relações de trabalho, seus espaços de circulação, de reprodução social e da vida cotidiana, seus modos de governança, suas articulações com os fluxos de capital mundiais, suas interfaces com os processos ambientais/ biofísicos e assim por diante permanecem completamente não resolvidas"* (Brenner, 2016, p. 18).

Assim resta descobrir como é que os urbanistas táticos podem fazer mais do que disfarçar as transformações e tendências da crise do urbanismo neoliberal. Talvez através da reformulação do desenho não apenas como uma ferramenta decorativa ou formal contratados por classes influentes, mas sim questionando e criticando o urbanismo contemporâneo, com novos modelos de convivência e coexistência para a inclusão socioeconómica, não só ao nível do redesenho e reapropriação de espaços, mas também

numa forma de governo mais eficiente, inclusivo, transparente e colaborativo, portanto a busca de alternativas não podem ser só relativamente à criação de novos espaços urbanos mas também em relação ao Estado.

Esta é uma “estratégia” que funciona como um laboratório de experiências e que, se forem bem pensadas e intervencionadas podem servir como o primeiro passo no caminho de uma mudança maior e definitiva e ainda, se envolver um processo participado, pode criar confiança entre diferentes grupos interessados e comunitários construindo uma consciência pública para os problemas do território, incorporando os que normalmente são postos de fora. Deste modo podemos ter o município que lidera estas intervenções e noutros casos são as autoridades que acabam por seguir os exemplos e iniciativas dos cidadãos locais.

Também, o urbanismo tático pode ser usado em projetos piloto, como uma ferramenta que avalie o impacto da intervenção, consultando a comunidade, sendo que o mesmo tem implícito a flexibilidade, o baixo custo e risco, a ação rápida, a pequena escala, processo *bottom-up* e o fator de experimentação e replicabilidade (Isidoro, 2016).

“Nós vemos-nos como um recurso e um mecanismo para grupos comunitários. Nós fornecemos um certo conjunto de conhecimentos sobre o design do domínio público e o financiamento para construir o espaço público. Mas então queremos sair do caminho e permitir que cada comunidade se responsabilize em fazer a sua praça e atender às suas necessidades locais” (Pfeifer, 2013, p. 53)²⁶ ou seja, o trabalho dos planeadores passa por dotar a comunidade de competências que possam construir o espaço público, devendo assumir o papel de facilitadores e flexibilizar regras e burocracias.

“Face a este contexto, a abordagem bottom up do urbanismo tático aparece como uma alternativa ao sistema de governação urbana tradicional, movendo os cidadãos para o centro da tomada de decisão e transformando-os em produtores de cidade.” (Isidoro, 2016, p. 39). A combinação das táticas urbanas com o planeamento pode contribuir para não se desenvolverem modelos únicos de desenvolvimento urbano mas sim soluções *bottom up* que possam refletir soluções locais prioritárias e abordagens flexíveis que forneçam às cidades a possibilidade de testarem ideias e fazerem ajustes aos seus planos aprendendo sobre os problemas, sobre o que se pode e deve fazer moldando a aprendizagem do público e a ação pública (CEDRU, 2011).

26 Tradução livre da autora do original “We see ourselves as a resource and a mechanism for community groups. We provide a certain set of expertise regarding the design of the public realm and the funding to build public space. But then we want to step out of the way and allow each community to take charge in making their plaza meet their local needs.” (Pfeifer, 2013, p.53)

Isidoro (2016) refere que o planeamento no âmbito do urbanismo tático ainda não se encontra definido como prática de profissão dentro do quadro institucional mas menciona que existem alguns exemplos, essencialmente nos EUA, onde as táticas têm sido absorvidas pelas instituições públicas locais ou até mesmo internamente pelos departamentos e técnicos municipais. Um dos exemplos do recurso ao urbanismo tático na administração pública é o **“Public Plaza Program”** (Fig. 91 e 92) como forma de testar uma ideia para a gestão do espaço público. Esta intervenção ocorreu em **Nova Iorque** e é promovida pelo “New York City Department of Transportation” que lançou em 2007 um desafio a grupos comunitários e organizações sem fins lucrativos para transformarem uma rua subutilizada numa praça pública. Aqui é referido que o trabalho dos planeadores passa por dotar a comunidade de competências para construir o espaço, proporcionando novas oportunidades que atendam às necessidades dos residentes.

Outro exemplo é o projeto **“WalkRaleigh”**, em **Raleigh**, EUA, uma iniciativa promovida por Matt Tomasulo um ex-estudante de planeamento urbano, que colocou sinaléticas no espaço público sem autorização prévia, com a finalidade de incentivar os cidadãos a andar a pé e a conhecerem a cidade (Fig.93). Membros da sociedade civil questionaram a legalidade junto de autoridades locais e ao contrário do que se esperava, as mesmas em conjunto com o promotor do projeto encontraram uma solução para manter a iniciativa. As placas foram doadas à Câmara Municipal que passou a ser a responsável pela sinalética.



Fig. 91 e 92 - Fotografias de antes (em cima) e depois (em baixo) de uma intervenção tática em Nova Iorque.

Fonte: <https://globaldesigningcities.org/publication/global-street-design-guide/streets/pedestrian-priority-spaces/pedestrian-plazas/case-study-plaza-program-new-york-city-usa/>



Fig. 93 - Fotografia das sinaléticas do Projeto WalkRaleigh, Raleigh.

Fonte: <https://www.raleighnc.gov/business/content/PlanDev/Articles/TransPlan/WalkYourCity.html>

Estas experiências mostram o potencial que as intervenções táticas possuem mas, existem diversas questões práticas que podem influenciar a sua integração nos processos de planeamento. Três dificuldades podem ser apontadas: a burocracia, a necessidade de apoio de departamentos municipais, e a necessidade de equilibrar um nível sólido de participação dos cidadãos com o desejo de implementação dos projetos rapidamente. Neste sentido, Isidoro (2016) faz referência ao seguinte quadro como forma de enunciar quais são as recomendações face às intervenções táticas no planeamento:

Quadro 5 - Recomendações para intervenções táticas no planeamento.

Fonte: Elaboração própria a partir de Isidoro (2006, p.29)

<p>Trabalhar com iniciativas dos cidadãos - aprender com os projetos táticos informais liderados pelos cidadãos</p> <ul style="list-style-type: none"> os projetos de urbanismo tático são muitas vezes conduzidos pelos cidadãos - de forma formalizada ou não. Apesar das autoridades e planeadores terem a responsabilidade profissional de gerir o risco e garantir a segurança pública, devem ter em consideração as ideias e intenções das ações dos cidadãos para enriquecer a prática de planeamento.
<p>Demonstrar que é possível - usar projetos temporários para demonstrar as oportunidades a outros atores</p> <ul style="list-style-type: none"> atores privados e organizações sem fins lucrativos nem sempre podem ou estão dispostos a investir tempo e recursos em projetos piloto. As cidades que desejem incentivar novos modelos de comunidade e de desenvolvimento económico precisam de experimentar e mostrar a outros atores as oportunidades e os benefícios das intervenções temporárias.
<p>Obter apoio interno - trabalhar com os diferentes departamentos municipais para a implementação de projetos táticos</p> <ul style="list-style-type: none"> por vezes mais do que envolver a comunidade, o maior desafio é obter o apoio dos outras divisões municipais. Como muitos projetos táticos ocorrem dentro da esfera pública, é necessário envolver uma série de atores e departamentos.
<p>Usar os recursos existentes - alavancar as políticas e recursos públicos para apoiar novas ideias</p> <ul style="list-style-type: none"> a criação de novos programas e políticas municipais requer tempo e recursos o que nem sempre é eficaz para a implementação rápida de projetos no terreno. A burocracia pode desencorajar os atores privados e públicos a inovar.
<p>Adaptação de ideias ao contexto - conhecer e integrar boas práticas de intervenções táticas</p> <ul style="list-style-type: none"> aprender com projetos táticos de outras cidades é importante; no entanto é necessário considerar como determinado projeto pode responder às condições e contextos locais - as condições que tornam uma intervenção tática bem-sucedida numa cidade podem não existir noutra.

Ainda, a autora faz uma comparação entre os problemas e práticas do planeamento e as características do Urbanismo Tático a fim de obter um guia de análise para o seu estudo de caso:

Quadro 6 - O planeamento e o urbanismo tático.

Fonte: Elaboração própria a partir de Isidoro (2006, p.30)

PROBLEMAS E PRÁTICAS PLANEAMENTO	CARACTERÍSTICAS UT	
<ul style="list-style-type: none"> Normativo Vinculativo Modelos estáticos Processos Burocráticos Planos insensíveis à evolução das circunstâncias 	FLEXIBILIDADE	<ul style="list-style-type: none"> Coprodução Reformulação em todas as fases do processo
<ul style="list-style-type: none"> Processos longos e dispendiosos Intervenções pesadas de elevado custo 	BAIXO CUSTO BAIXO RISCO	<ul style="list-style-type: none"> Intervenções rápidas, temporárias e low-cost (não esgotam orçamentos nem o capital social)
<ul style="list-style-type: none"> Anos para completar o processo de planeamento 	AÇÃO RÁPIDA	<ul style="list-style-type: none"> Reação a situações existentes Ação e resultados num curto prazo
<ul style="list-style-type: none"> Planos abrangentes não permitem ir ao detalhe das questões de cada rua ou bairro 	PEQUENA ESCALA	<ul style="list-style-type: none"> Perceção clara do local, dos meios e atores
<ul style="list-style-type: none"> Processos de participação frágeis Participação pública como obrigação formal Processos de decisão distantes dos cidadãos 	BOTTOM-UP	<ul style="list-style-type: none"> Coprodução Auto-organização Capacitação da comunidade para participar ativamente na melhoria de um local

3.5 Processos, estratégias e projetos participados no urbanismo

OS PROCESSOS PARTICIPADOS NO URBANISMO

O papel do poder político, tal como a atuação de novos atores sociais, têm reconfigurado os mecanismos, bem como os processos de tomada de decisões. Desde a década de 90 em Portugal, como em outros países é possível verificar essa mesma realidade, existem mais mecanismos de participação social e de processos de orçamentos participativos dentro da gestão urbana.

A origem das ideias e perspetivas teóricas de participação e o conceito de participação comunitária, surgem essencialmente em 1950 e 1960, sendo que as teorias de participação comunitária ligada ao desenvolvimento social estão associados aos programas da Organização das Nações Unidas (ONU) que incentivavam que todas as pessoas fossem envolvidas nos processos políticos, partilhando os processos de desenvolvimento. Os movimentos políticos de 1960 aumentaram o nível de consciência dos cidadãos face à sua falta de poder e de influência em aspetos centrais da sua vida (LNEC, 2013). Os mesmos surgem nos EUA e na Europa, sendo experimentadas em países em desenvolvimento com carências habitacionais e más condições de vida.

De facto os anos 60 trouxeram alterações à sociedade, sendo que as ciências sociais começaram a incorporar-se no meio artístico de forma a criarem interação com a vida das pessoas e a sua inclusão em projetos. Assim, a participação na arquitetura e urbanismo surge como uma alternativa em países em desenvolvimento, uma realidade aplicável em territórios com pobreza e necessidades de habitação.

A participação pública ganha popularidade nos anos 70, onde existia uma discrepância entre a política e o interesse dos cidadãos resultando numa insatisfação sobre decisões que lhes eram afetas, exigindo processos mais efetivos de participação da população. *"No Reino Unido o relatório People and Planning (1969) defendeu a criação de fóruns comunitários que tornassem mais fácil recolher informação e consultar os moradores para a elaboração dos planos locais."* (Crespo, 2015, p. 769).

Já nos anos 80 o enfoque é em grandes planos de urbanização de alta rentabilidade e processos acelerados, marginalizando a participação da população (Crespo, 2015).

Mas, de uma forma geral, entre 1970 e 1980 a participação comunitária enquanto conceito foi principalmente utilizado por movimentos de base

e organizações não-governamentais (ONG). Somente em 1990 é que o conceito começa a generalizar ao nível institucional e governamental sendo que atualmente o mesmo é mencionado ou aplicado em diversas áreas da sociedade (LNEC, 2013).

Já no final do século XX e início do século XXI surgem novas problemáticas através da crise financeira do Estado e Autarquias e também a caracterização dos sistemas urbanos por padrões de interdependência entre atores, instituições e atividades funcionais e espaciais e surge a preocupação com a sustentabilidade, questionando os processos de decisão. Surge igualmente a preocupação de inclusão das comunidades e indivíduos nas mesmas e a participação pública passa a ser vista como fundamental à governança urbana, como modo de criar e planejar as cidades e o desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte.

No geral os processos participados tendem a encarar os cidadãos como um público homogéneo, mas hoje em dia o processo encara uma multiplicidade e como tal, torna-se necessário escolher quais os métodos a utilizar e estabelecer um padrão para as práticas de participação, onde se deve promover a inclusão da população, aproveitando o desenvolvimento de novas tecnologias como ferramenta de comunicação através de fóruns de debates de um programa de participação.

Seguindo esta linha de pensamento, a gestão política local exige a multiplicação de informações, de comunicações e debate sobre o potencial das novas tecnologias e por norma requer formas de participação genéricas ou específicas. As diversas formas de participação podem ser através de conselhos, consultas populares, informativa, debate, negociação ou ainda formas de cooperação, execução ou gestão. Aqui as associações, cidadãos, organizações sindicais e ou profissionais têm um papel fundamental. Os problemas e desigualdades nas cidades afetam os seus habitantes de maneiras diferentes e desiguais, criando áreas de exclusão social muitas vezes em grupos com características comuns e, uma política cidadã implica que se criem ações positivas que orientem esses mesmos grupos.

Assim, a condição de cidadania é um desafio em três dimensões para a cidade e o governo local. É um **desafio político** na conquista de capacidades legais e operativas que contribuam para adquirir competências e recursos necessários para desenvolver políticas públicas que protejam os direitos e obrigações cidadãos. É um **desafio social** do ponto de vista de promover políticas sociais que acabem com as discriminações, que reduzem a cidadania no caso das ocupações, vulnerabilidades e marginalização. E ainda um **desafio urbano** de

fazer cidade através das suas centralidades, monumentalidades, mobilidade e acessibilidade, qualidade dos bairros, força de integração dos espaços públicos, autoestima dos residentes, ambientes físicos e simbólicos entre muitos outros que contribuem para a vida cotidiana dos cidadãos (Borja e Muxí, 2000).

Neste sentido, a “Participação Comunitária” pressupõe o envolvimento das comunidades na tomada de decisão de assuntos que lhes dizem respeito ou que possam afetar o seu desenvolvimento futuro. Processos desta natureza promovem o “empoderamento” dos indivíduos envolvidos e aumenta o nível de cooperação e controlo por parte de elementos da comunidade de forma não hierárquica. Tem como principal objetivo conferir a todos os membros de uma comunidade ter uma voz ativa na tomada de decisões sobre assuntos que afetam a comunidade como a sua qualidade de vida, em igualdade de circunstâncias democraticamente (LNEC, 2013).

A mesma pode variar quanto à sua forma, extensão e frequência e, segundo LNEC (2013) podem ser identificados dois níveis de participação. Por um lado a **participação genuína** onde são aproveitadas as potencialidades dos processos participados e que podem ser conduzidos pela cooperação ou controlo dos cidadãos, assistindo-se a uma delegação de poder significando o empoderamento das comunidades. E por outro lado a **pseudoparticipação** em que os processos são apresentados como promotores de participação mas que na realidade não a implementam verdadeiramente. As mesmas podem ser por domesticação em que o envolvimento das comunidades é unicamente ao nível de informação e que é utilizada como forma de manipular a opinião pública ou pode ser assistencialista por uma simples consulta.

No que concerne ao envolvimento da comunidade, pode acontecer de quatro formas diferentes (LNEC, 2013):

- A **informação pública** onde a comunidade é simplesmente informada, sendo este o nível mais baixo;
- A **consulta pública** de nível intermédio onde a comunidade é informada sobre determinada temática mas chamada a debater sobre a mesma;
- A **parceria** de nível elevado em que o envolvimento da comunidade é o mais efetivo no desenvolvimento de processos participados, participando em todas as fases de tomada de decisão;
- A **autoajuda**, de nível elevado em que a comunidade executa todas as etapas sozinha, de forma autónoma.

Para Vicente (2016), a participação surge no contexto da Arquitetura e do Urbanismo, focando que é uma prática muito complexa e importante para ser tratada somente por técnicos e defende que qualquer processo deve envolver a comunidade desde o momento zero do projeto, promovendo espaços para diálogos como forma de fomentar a participação coletiva.

Identifica dois tipos de participação, a **participação ativa** onde se promovem a intervenção entre técnicos e a comunidade, portanto entre todos os intervenientes no processo, através da sua participação, contribuição e colaboração no mesmo e onde existe uma partilha e equilíbrio do poder. A comunidade pensa nos seus espaços, sustentados nas suas necessidades. Já na **participação passiva** o processo baseia-se na implementação de audiências públicas a fim de a população se informar e esclarecer sobre determinada ação ou projeto, não existe o ato de participar efetivamente no processo como indica uma boa prática de participação. As comunidades apropriam-se dos espaços pensados por outrem.

Se formos mais profundamente a este tema, são possíveis ainda de definir quatro subtipos de participação (Vicente, 2016). A participação nominal, instrumental, representativa e transformativa.

A **participação nominal** é caracterizada por uma participação fictícia, não existe participação da população e surge como forma de atingir um fim político e que em nada se relaciona com as necessidades da população. Os mesmos só são integrados numa fase avançada sendo informados somente do que se irá passar em certa área.

A **participação instrumental** surge como forma de solução, a fim de contornar a falta de financiamento para projetos de interesse, portanto a população constitui-se como uma mão-de-obra exterior como forma de atingir um fim, não contemplando em nenhum momento a sua participação, somente como instrumento de trabalho. Aqui a participação surge como mão-de-obra, representando assim uma redução de custos à obra. Não existe preocupação no envolvimento de diversos atores no seu processo de decisão.

Já a **participação representativa** surge como forma de envolver um grupo de indivíduos num processo e tomada de decisões relativamente a um projeto de interesse para os mesmos.

Por fim temos a **participação transformativa**, surge como gerador dos processos mais complexos, são capazes de gerar mudanças e de transformar ambientes, contém diversos atores envolvidos desde o momento zero, promovendo o debate e tomada de decisão em conjunto a fim de atingir o sucesso do processo.

Ainda, Arnstein (1969) estabeleceu mais tipos e uma escala de participação com o objetivo de clarificar as características entre não-participação, participação passiva e participação ativa, sendo que os desmembra em 8 níveis de participação (Fig. 94).

O nível um e dois, da **não-participação** são referentes à manipulação e terapia, e representam formas de moldar a opinião dos participantes a fim de ir ao encontro do que é pretendido por uma entidade. A **participação passiva** refere-se aos níveis três, quatro e cinco e são referentes aos conceitos de informar, consultar e aconselhar, aqui os participantes conhecem as propostas e esclarecem as suas dúvidas mas não têm poder sobre os mesmos. Por fim a **participação ativa**, os níveis seis, sete e oito referem-se às parcerias, delegação de poderes e comunidade nas tomadas de decisão.

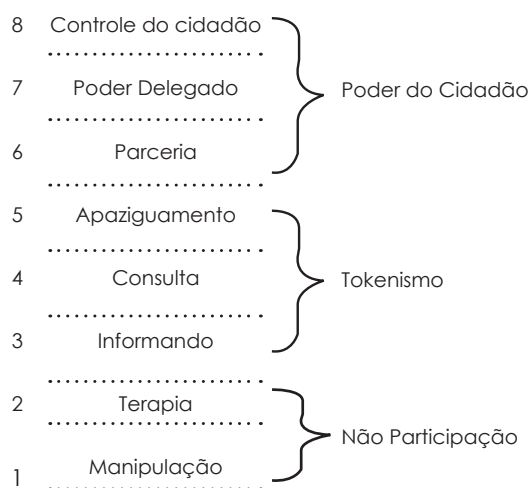


Fig. 94 - Esquema da Escala da Participação de Arnstein.

Fonte: Elaboração própria a partir de <http://rioonwatch.org.br/?p=11602>

Segundo a "Escala da Participação", de Arnstein, a participação é limitada por graduais envolvimento dos cidadãos e este envolvimento vai ou não sendo intensificado dependendo da "(...) quantidade e qualidade de informação que é partilhada, de como os objetivos e políticas são definidos, os impostos são alocados, os programas concretizados e os benefícios distribuídos." (Mota, 2013, p. 179).

As diversas tipologias aqui retratadas surgem como forma de enquadrar diversos processos de participação e permite refletir sobre os níveis de poder em cada um "(...) nenhuma entidade deve deter o controlo absoluto sobre este acontecimento, encarando que a participação ativa em processos deste tipo representa o 'poder do povo'" (Arnstein, 1969, p.216).

Resumidamente e de forma geral, a participação comunitária pode ser

dividida em dois modos de abordagem. Por um lado temos a iniciativa de cima-para-baixo (**top-down**) numa lógica piramidal em hierarquia clássica. Aqui são os grupos com maior poder que dão início e controlam o desenvolvimento dos processos, tendo maior ou menor envolvimento da comunidade, mas dependentes dos decisores. Por outro lado, a iniciativa baixo-para-cima (**root based** ou **bottom-up**) normalmente com inversão da lógica piramidal hierárquica, sendo que, são as associações e indivíduos com menor poder que dão início e controlam o desenvolvimento do processo. Aqui existe um maior envolvimento da comunidade, promovendo vários níveis de interlocução com os decisores. Ainda, a participação comunitária possui três fases: o planeamento, a implementação e a avaliação e neste sentido LNEC (2013) menciona que existem essencialmente 13 métodos de participação: o Planeamento estratégico; a Visão; o Processo «charrette»; o Planeamento comunitário de ações; a Pesquisa-ação participativa; o Jogo participativo; as Sessões de trabalho; a Avaliação e preferência visual; o Júri ou conferência de cidadãos; o Painel de peritos; as Células de planeamento; a Tertúlia; e a Avaliação pós-ocupação; subdivididas ainda em 57 técnicas. Já como atores mencionam: o facilitador; o técnico especializado; o líder; os decisores-chave (*stakeholders*); a comunidade; os coordenadores de projeto; e a comitê de acompanhamento.

Para Borja e Muxí (2000) a participação dos cidadãos é um debate político e cultural onde muitos atores podem intervir. Atores estes desde os residentes, futuros residentes, trabalhadores, quem os use para lazer, ocasionalmente ou simplesmente de passagem. Referem que ninguém é dono exclusivo do território e que os debates devem ser orientados por objetivos específicos e que necessitam de trazer valores culturais e interesses sociais implícitos mas também que as propostas técnicas e financeiras bem como os impactes previsíveis devem ser claros. A administração pública não pode abdicar do papel regulador de transformação e coesão dos tecidos urbanos, o papel não é de impor sem debate mas sim o governo local deve ter um projeto para a cidade do qual seja possível debater os diversos interesses e propostas. “Os espaços públicos requerem um debate público, a participação da comunidade ao longo do processo de conceção, produção e gestão.” (Borja e Muxí 2000, p.40)²⁷, mas resta saber quem participa. Simplificando, a participação pode ser manifestada por quem estiver interessado.

Ao longo do tempo a arquitetura e o urbanismo participado têm marcado alguns projetos, mesmo que em algumas épocas a sua aplicação não tenha sido muito acentuada, mas sempre foi referenciada como um elemento

27 Tradução livre da autora do original “Los espacios públicos requieren un debate público, la participación ciudadana, a lo largo del proceso de concepción, producción y gestión.” (Borja e Muxí 2000, p.40)

fundamental na gestão urbana e nos projetos dentro da mesma. "A participação incorpora a intervenção de um indivíduo ou grupo no sentido de influenciar uma decisão final com repercussões no território" (Crespo, 2004; 2010; 2013).

Crespo (2015) analisa o tema da participação como sendo uma forma de responder a problemas urbanos da administração e às necessidades sociais dos habitantes, referenciando no caso de Portugal, o processo SAAL que foi um dos pioneiros no que toca à participação num contexto de crise económica, onde emergem novos atores em novas iniciativas participativas.

A participação e o envolvimento das comunidades na resolução de problemas é mencionado há algum tempo por intervenientes públicos mas, somente esporadicamente é que é posto em prática. Contudo é possível observar um crescente número de comunidades que se organizam em redor de causas comuns e na resolução de problemas que diretamente as afetam. Para a sua operacionalidade é necessário educar e preparar novas gerações para uma ativa e genuína dinâmica participada e também, reforçar as instituições e quadros técnicos de forma a os habilitar a integrar movimentos de participação ao mais alto nível de tomada de decisão, promovendo a pró-atividade dos cidadãos (LNEC, 2013).

Relativamente à participação em planeamento, o *Department of Environment* britânico estabelece que o objetivo é "(...) reunir as pessoas de várias maneiras para se envolver em torno dessa questão particular de planeamento ou desenvolvimento." (Isidoro 2016, p. 39). Mas, este objetivo é de difícil concretização uma vez que os recursos do Estado são menores e as realidades territoriais mais complexas, multiplicando-se os locais de governação.

Porém, a participação pública pode ser enquadrada num processo de colaboração, negociação, consensos de forma a contribuir para um planeamento mais transparente e eficiente (Isidoro, 2016).

Segundo Arrabaça (2002), o planeamento autoritário do movimento moderno deveria ser substituído por um processo tendo como base debates e consultas que dessem valor às pequenas escalas e à sua autossuficiência. "As impressões das populações face aos locais que habitavam deviam ser determinantes na concepção de uma forma urbana enquanto factor de identidade da comunidade" (p. 35).

Uma maior participação seria capaz de fornecer informações localmente, ajudando a evitar projetos não apropriados, a evitar conflitos através da

colocação de diferentes pontos de vista, atrasos e falhas, ou seja tudo isto poderia ser prevenido. Ainda a participação poderia garantir um processo pacífico desde a criação da medida até a sua efetiva construção ou implementação. Todos estes benefícios só serão possíveis se efetivamente existir a promoção pública em todas as fases do processo de planeamento (agenda, criação da estratégia, planos e sua implementação) (Rydin e Pennington, 2000).

Um documento que retrata, de forma resumida, como pode ser o envolvimento da comunidade, é o relatório da Comissão Europeia "*Community involvement in urban regeneration: added value and changing values*" mencionado por Isidoro (2016, p.43) a partir de (EU, 1997, p.19) apresentado de seguida no quadro 7:

Trabalhar em conjunto	A mobilização de cidadãos interessados através de coletivos, associações ou projetos de voluntariado permite "pressionar" as autoridades para melhorar os serviços prestados. Um projeto de transformação urbana que se baseie nesta energia é muito mais propenso a ter sucesso.
Valor económico	A atividade comunitária agrega valor económico direta e indiretamente. As iniciativas comunitárias podem criar serviços gratuitos, aumentar a ajuda mútua, reduzir os custos de vida ou ajudar a tornar os serviços públicos mais eficientes.
Maximizar o voluntariado	O envolvimento da comunidade é uma forma natural para a mobilização do voluntariado. Um projeto que alimenta este envolvimento pode adicionar milhares de horas dadas livremente para o desenvolvimento local, aumentando assim a proporção da população local envolvida em grupos comunitários, e permitir que os grupos da comunidade consigam atingir os seus objetivos.
Monitorização e feedback	Os membros da comunidade local estão melhor posicionados para transmitir os resultados de um projeto. Com o envolvimento da comunidade há o <i>feedback</i> do utilizador, permitindo uma melhor gestão e eficácia.
Prática profissional	O envolvimento da comunidade pode influenciar a orientação das autoridades locais e dos profissionais na forma como consultam os cidadãos e na compreensão das suas prioridades.
Longo prazo	Um projeto assente no envolvimento da comunidade tem mais probabilidade de conseguir que algumas iniciativas sejam mantidas por organizações locais, por outro lado, as iniciativas a ser mantidas pelas autoridades públicas são mais propensas a ser continuadas se a comunidade estiver envolvida e pressionar as autoridades a cumpri-las.
Reinterpretação da agenda	A experiência de comunidade local pode contribuir para clarificar diversas questões, por exemplo, e a relação entre o meio ambiente e a qualidade de vida local.

Quadro 7 - O envolvimento da comunidade.

Fonte: Elaboração própria a partir de Isidoro (2006, p.38)

Neste sentido, Bailey (2010) define objetivos de como o envolvimento da comunidade quando aplicado como coletivo pode ser benéfico:

- i) o fornecimento de informações e opiniões, por conterem conhecimento tático melhora a qualidade da tomada de decisões a nível local;

- ii) o envolvimento na gestão e decisões de forma a melhorar a capacidade de resposta dos serviços locais;
- iii) o envolvimento da população em processos locais renovando assim a sociedade civil;
- iv) e ainda passar valências e poderes aos residentes e beneficiários, como forma de prestarem serviços a si mesmos.

Mas, como tudo, podem existir variantes no que toca à participação uma vez que pode ser abordada de diversas formas e níveis de intensidade tal como foi referido por Arnstein (1969).

Ainda, como consequências positivas neste tipo de processos, sejam eles de curto ou longo prazo são:

- Aumento de aptidões de cada indivíduo envolvido no processo, aumentando a sua autoestima, cooperação e sentido de pertença;
- Aumento de capacidades profissionais dos técnicos, especialistas, líderes e decisores-chave envolvidos conferindo uma melhor compreensão da comunidade;
- Aumenta a capacidade de atrair indivíduos e recursos necessários para implementação dos processos;
- Reduz conflitos relacionados com o tempo e recursos;
- Aumenta a informação disponível na tomada de decisões, conferindo maior capacidade de resposta;
- Fortalece o sentimento de comunidade e de pertença, promovendo a cooperação;
- Permite obter resultados mais adequados à comunidade;
- Garantir apoio aos processos de transformação e promover a sustentabilidade e independência dos resultados para além do período das intervenções.

Assim, seguindo este ponto de vista, no próximo ponto serão apresentados e descritos alguns grupos, projetos, programas e estratégias participadas, nacionais e internacionais, como forma de ilustrar algumas intervenções de referência para futuras propostas. Relativamente aos exemplos nacionais serão descritos projetos participados que têm influenciado o território desde os anos 70 até aos dias de hoje, alguns ainda ativos, outros como referências

importantes, uma vez que foram os primeiros métodos a serem praticados no nosso território. Posteriormente iremos descrever alguns exemplos internacionais, uma vez que esta temática é bastante refletida e aplicada em vários países e pioneira de alguns processos, que agora são seguidos como referências. Todos estes exemplos serão uma forma de ilustrar como podem os projetos participados e atuações pontuais de espaço público ser usados para a transformação de áreas degradadas na cidade.

PROGRAMAS, ESTRATÉGIAS E PROJETOS PARTICIPADOS NACIONAIS

Atualmente face à crise económica tenta-se ligar a população às autoridades e legitimar as suas decisões, promovendo um sentimento de pertença dos cidadãos aos diversos espaços que habitam. Existe uma maior maturidade no que toca ao processo democrático, bem como sobre as necessidades relativas ao quotidiano.

"A participação surge no contexto do Urbanismo e da gestão pública, como uma forma de afirmar que as práticas são demasiado importantes para serem deixadas exclusivamente para os técnicos" (Crespo et al., 2015, p. 761). Portanto torna-se necessário quebrar as barreiras entre técnicos e utilizadores a fim de facilitar o processo e comunicação entre os vários atores no projeto e utilização de um espaço.

Em Portugal, a participação comunitária tem tido maior peso ao longo das últimas décadas porém, nem todos os programas e processos foram delineados e conduzidos de forma consciente e sistemática, o que mostra a falta de uma cultura enraizada de participação, os mesmos são essencialmente utilizados como ferramenta de consulta ou divulgação, não usando todo o potencial da participação comunitária, sendo os resultados muitas vezes insuficientes e sem produzir mudanças necessárias nos sistemas onde se atua (LNEC, 2013).

Neste sentido, antes do 25 de Abril de 1974 um dos problemas graves da sociedade portuguesa era o da habitação. Vários bairros de lata e habitações degradadas existiam nas paisagens das maiores cidades portuguesas fruto de um crescimento económico verificado na década de 1960 o que proporcionou que muitas populações migrassem para a cidade à procura de trabalho, porém não haviam casas compatíveis com os seus rendimentos, surgindo assim, este tipo de habitações que muitas vezes nem infraestruturas possuíam (Mendes et al., 2016; Sá et al., 2016).

Assim, e após a revolução de 25 de abril e a instituição da democracia, surge o programa SAAL, criado institucionalmente pelo Despacho de 6 de Agosto 1974, como um projeto piloto, uma "intervenção política" diferenciada de

outras intervenções urbanísticas. Um tipo de participação transformadora com processos de participação ativa onde todos os elementos são envolvidos desde o início do processo, trabalhando, discutindo e tomando decisões em conjunto. É implementado pela Secretaria Estadual de Habitação e Urbanismo sob direção do Arquiteto Nuno Portas, enquadrando-se nas teorias de intervenção participada dos anos 60 e 70. O SAAL teve como principal objetivo resolver o problema da habitação, reivindicado pelas populações mais desfavorecidas, surgindo assim a participação dos moradores na construção das suas próprias habitações desde o projeto até ao recurso da autoconstrução assistida com apoio de técnicos, descentralizando a administração e incorporando recursos dos próprios moradores, reduzindo assim os custos da mesma. Visa a integração de vários atores, desde as populações afetadas que viviam precariamente, os seus representantes, as associações de moradores, técnicos e equipas locais e de serviços centrais dos municípios, políticos e militares da revolução (Mendes *et al.*, 2016 ; Raposo *et al.*, 2017).

Por exemplo em Lisboa pretendia-se eliminar os bairros de lata existentes enquanto no Porto tratava-se de operações de renovação urbana em zonas degradadas (Fig.96). Esta abordagem, aplicada de forma horizontal e de baixo para cima, foi o que tornou esta experiência numa referência única em projetos de participação em Portugal e na Europa (Mendes *et al.*, 2016).

Foi um processo difícil de implementação, uma vez que era inovador e defendia o direito à habitação das populações, porém lutavam contra uma Administração Pública burocrática e conservadora. Questiona o planeamento *top down* que não leva em consideração a experiência e memória das pessoas, pelo contrário, para o SAAL a habitação não era simplesmente feita para a população pobre mas sim feita com essas mesmas populações. O processo teve uma duração reduzida, teve início em agosto de 1974 e terminou em outubro de 1976, mas veio questionar a relação tradicional entre o arquiteto e o cliente ou especialista no planeamento e população, defendendo que a participação da população desempenha um papel crucial (Mendes *et al.*, 2016).

Na década de 1990 e nos primeiros anos do século XXI novas problemáticas surgem com a crise financeira do Estado e das Autarquias, a globalização, os fenómenos sociais complexos, a responsabilidade e a representação política e o declínio das capacidades do estado. Assim, vão surgindo novas iniciativas participadas com novos atores como por exemplo o OP e o BIP/ZIP no contexto do município de Lisboa (Crespo *et al.*, 2015).



Fig. 95 - Fotografia sobre uma exposição dedicada ao processo SAAL: Arquitetura e participação, 1974-1976.

Fonte: <https://www.serralves.pt/pt/actividades/o-processo-saal-arquitetura-e-participacao-1974-1976/>



Fig. 96 - Fotografia do projeto no Bairro PRODAC Norte em Lisboa, no âmbito do processo SAAL.

Fonte: <http://www.cm-lisboa.pt/noticias/detalhe/article/legalizacao-das-casas-do-bairro-prodac-norte-na-reta-final>



Fig. 97 - Logotipo do Orçamento Participativo de Portugal.

Fonte: <http://noticiasdecastelodevide.blogspot.pt/2017/06/duas-propostas-ja-estao-em-votacao.html>

O **orçamento participativo** (OP) é um instrumento projetado e implementado como um projeto informal mas que mantém relação com a atividade de planeamento urbano, é um modelo de gestão pública participado e pode ser considerado um exemplo de gestão urbana, com a participação da população diretamente envolvida na determinação de prioridades referentes ao município (Mendes *et al.*, 2016).

Segundo Crespo *et al.* (2015), "O Orçamento Participativo é um mecanismo para o qual a população decide, ou contribui para a tomada de decisão, sobre o destino de uma parte, ou de todos os recursos públicos disponíveis para um dado território. É considerado um exemplo informal de gestão urbana" (p. 762).

A sua origem provém do Brasil, Porto Alegre, em 1989 e desde aí que o OP tem tido um maior reconhecimento por diversos setores da sociedade sendo um fenómeno de âmbito mundial, com destaque para a América Latina, Europa e mais recentemente África.



Fig. 98 - Logotipo do Orçamento Participativo de Lisboa.

Fonte: <https://expressodooriental.com/orcamento-participativo-votacao-a-partir-de-segunda/>

Na Europa, **Lisboa** foi a primeira capital a implantar o Orçamento Participativo, tendo a sua primeira edição em 2008, e surge com a finalidade de ligar a Autarquia aos seus municípios. Pode ser identificado como sendo um instrumento participativo e de gestão do território, que mantém compromissos com os cidadãos na definição de prioridades de investimento e equilíbrio de poderes, passando pela deliberação do poder de decisão aos cidadãos em alguns projetos. Estes apresentam propostas para a sua cidade e votam nos projetos que acharem ser prioritários, os projetos vão até um valor de 5% do Orçamento de Investimento e são integradas na proposta de Orçamento e Plano de Atividades do Município do ano seguinte. É um processo anual e com possível mutação para o seu aperfeiçoamento e alargamento, uma vez que tem um carácter evolutivo.

Cabannes (2014) refere que em mais de 1.700 governos locais, em mais de 40 países, é praticado o Orçamento Participativo, em que os cidadãos chegam a um acordo sobre quais são as prioridades para uma certa parte do orçamento do governo para a sua área de residência, e também supervisionam a sua implementação. O orçamento participativo tem contribuído para melhorar a gestão dos serviços básicos bem como a implementação de inovações na sua forma de execução e para quem são destinados. "Os resultados indicam que os projetos executados por meio de OPs são mais económicos e mais bem mantidos por causa do controle e supervisão da comunidade" (p. 3).

De facto, os OP têm melhorado as relações entre os governos e os cidadãos democratizando a sua governança sem alterar as relações de poder existentes.

Mais recentemente, surgiu o **programa BIP/ZIP** (Bairros de Intervenção Prioritária / Zonas de Intervenção Prioritária), em **Lisboa**, aprovado em 2010 pela CML, concebido e articulado com os objetivos do Programa Local de Habitação. Resulta da existência de bairros degradados e de condições precárias de habitabilidade e tem como objetivo a melhoria das áreas abrangidas, através do apoio em projetos locais a fim de contribuir para uma melhoria de qualidade de vida dos residentes.

O programa, desde 2011, visa promover e operacionalizar pequenas intervenções locais que promovam o desenvolvimento de novos projetos em bairros e zonas prioritárias. É um programa aberto relativamente a parcerias e temáticas mas no geral englobam a promoção de cidadania, habilidades e empreendedorismo, inclusão e prevenção, reconversão, requalificação e reabilitação e melhoria de vida dos bairros e zonas (Mendes *et al.*, 2016).

Surge também de uma experiência inovadora, a Iniciativa Bairros Críticos (IBC)²⁸ que propunha uma metodologia recorrendo à auscultação, participação e cooperação da população organizada em associações locais tornando-se numa componente central do processo de planeamento. Mas, em vez de “bairro crítico” o Programa BIP/ZIP propõe o conceito de “bairro de intervenção prioritária” ou seja, de bairros esquecidos pelas prioridades municipais (Crespo *et al.*, 2015).

Tem por base o estabelecimento de parcerias locais com associações locais e paroquiais, comunidades e organizações não-governamentais fortalecendo a coesão social e territorial. Para a identificação dos bairros e zonas prioritárias usam um instrumento complementar “BIP ZIP Charter” intersetando variáveis socioeconómicas, urbanas e ambientais surgindo desta forma as áreas prioritárias que foram tipificadas em 4 áreas: Augis, histórica, municipal, outra/ mista. Assim, o BIP/ZIP compromete uma organização menos burocrática mais de baixo para cima e com maior rapidez de resposta, através de políticas de proximidade articuladas com o local, centrando-se em situações de emergência e com periodicidade anual.

As entidades podem ser promotoras ou parceiras abrangendo não só órgãos públicos e instituições assim como organizações da sociedade civil, podendo também integrar a colaboração de outras organizações, formais e informais, privadas e públicas e da sociedade civil que contribuam para os objetivos (Mendes *et al.*, 2016).

28 Iniciativa Bairros Críticos (IBC): é um programa criado em 2005 pelo Governo como uma iniciativa “experimental” com o objetivo de testar e estimular soluções institucionais, tecnológicas e procedimentais inovadoras ao nível da conceção, implementação e avaliação da ação pública em áreas urbanas críticas. Uma abordagem territorial integrada para o desenvolvimento de soluções de qualificação de territórios urbanos que apresentavam vulnerabilidades críticas, requalificando-as socio-territorialmente (Sousa, 2012: IBC).



Fig. 99 - Logotipo do BIP/ZIP de Lisboa.

Fonte: <http://www.cm-lisboa.pt/en/participate/news/detalhe-da-noticia/article/programa-bipzip-2014-envolve-362-entidades>



Fig. 100 - Fotografia do projeto “Praça Comunitária” no Bairro Padre Cruz, Lisboa.

Fonte: <http://www.cm-lisboa.pt/investir/noticias/detalhe-da-noticia/article/praca-comunitaria-nasce-no-bairro-padre-cruz>



Fig. 101 - Logotipo do projeto VIVACIDADE AVEIRO.

Fonte: <https://vivacidadeaveiro.wordpress.com/proposta-de-intervencao/>



Fig. 102 - Fotografia das ações de rua do processo participativo para intervenção no vazio urbano do Largo São Sebastião, Aveiro.

Fonte: <https://vivacidadeaveiro.wordpress.com/acoes/acoes-de-rua/>



Fig. 103 - Fotografia de uma das reuniões de trabalho comunitário do processo participativo para intervenção, no vazio urbano do Largo São Sebastião, Aveiro.

Fonte: <https://vivacidadeaveiro.wordpress.com/acoes/reunioes-de-trabalho-comunitario/>

Também em Portugal existe outro programa que incide dentro da temática dos vazios urbanos por meio de um processo participado, já mencionado anteriormente no subcapítulo 2.2.2, o programa **VivaCidade Aveiro – Vestir os Vazios da Cidade**, em **Aveiro**, integrado e financiado no Programa Actors of Urban Change, um programa da Fundação Robert Bosch em cooperação com a MitOst e.V. e com uma duração prevista de 18 meses, tendo acabado em Maio de 2015. Foi um projeto de participação dos cidadãos para a intervenção urbana através da cultura, promovido por uma equipa que englobava a Câmara Municipal de Aveiro, a Plataforma para a Inovação Social-AiS e pela SETEPÉS, Lda. O projeto teve como objetivos a capacitação da comunidade, regeneração urbana, envolvimento intergeracional e o reforço da identidade local, intervindo em espaços vazios na cidade, espaços esses abandonados e sem função que poderiam ser úteis e usados pela comunidade. *“Assim, pretende-se mobilizar e capacitar a comunidade através do desenvolvimento de processos participativos e de criação colectiva que resultem em intervenções urbanas temporárias em vazios urbanos, transformando-os em lugares acolhedores, acessíveis, úteis, vibrantes e agradáveis, numa lógica de placemaking, trabalhando a partir da tradição e das memórias.”*²⁹

O projeto incidia no eixo histórico, em vazios identificados como passíveis de serem intervencionados sendo que a primeira intervenção incide no vazio urbano situado na junção da Rua Infante D. Henrique com a Rua de São Sebastião. Foi realizado um estudo histórico e evolutivo da área de intervenção mas também das áreas de influência. O processo como já referido tem como objetivo a participação cívica e esta incide na promoção e estímulo da mesma relativamente à intervenção urbana, discutindo, refletindo e construindo a cidade. As iniciativas aqui aplicadas passaram por ações de rua (Fig.102), recolha de memórias e reuniões de trabalho comunitário (Fig.103). A proposta para o vazio referido foi desenhada a partir de ideias, necessidades e expectativas de todos os elementos que participaram no projeto e em consenso foi definido que a área deveria ser *“Uma zona de estar com jardim, cor, mobiliário lúdico e um mural, que faça referência à antiga taberna que aí existiu. Um espaço para todos e para todas as idades”*³⁰ sendo os materiais e soluções utilizadas de baixo custo. Posteriormente foi aprovado pela Câmara Municipal através de um plano de execução.

²⁹ <https://vivacidadeaveiro.wordpress.com/>

³⁰ <https://vivacidadeaveiro.wordpress.com/proposta-de-intervencao/>

PROGRAMAS, ESTRATÉGIAS E PROJETOS PARTICIPADOS INTERNACIONAIS

Internacionalmente existem outros programas, que demonstram a possibilidade de trabalhar nos vazios urbanos de uma cidade de modo a criar não só o envolvimento da população como também dar um sentido ao espaço, seja ele provisório ou permanente.

Muitos dos espaços que irão ser exemplificados de seguida são essencialmente em Espanha mas também na América do Sul e todos eles servem de exemplo de como se pode estudar os vazios urbanos e o espaço público. Um dos exemplos que será retratado fez parte de um estudo *in loco* de forma a perceber como funcionava e de que maneira foi pensado, sendo o mesmo relacionado com a participação para a conversão de espaços vazios em espaços públicos, o programa Estonoesunsolar em Saragoça.

Como poderemos ver em seguida, muitos destes programas e projetos têm como princípio metodológico a Acupuntura Urbana ou o Urbanismo Tático, mas também a intervenção em Vazios Urbanos para sua reconversão em Espaços Públicos para a comunidade. Esta seleção é feita de forma a ilustrar que existem diversos níveis de intervenção, portanto escalas, visões e perspectivas futuras diferentes.

O programa **Estonoesunsolar** em **Saragoça**, Espanha, é um programa que foi possível ser observado *in loco* e todas as informações apresentadas resultam de uma entrevista informal, a Patrizia Di Monte, uma das responsáveis do programa, em 2016, na visita realizada a Saragoça e aos diversos espaços do programa. Este é um programa de grande importância para o desenvolvimento da investigação uma vez que tem bastantes semelhanças com o que se pretende estudar e desenvolver.

Assim, o programa incide essencialmente no centro histórico (Fig.105), mas também pontualmente pela cidade (Fig.104). Um programa complexo com variadíssimas características a ter em atenção onde entrelaça questões sociais, problemas de decadência, participação, entre outras temáticas.

O programa remete ao conceito de Acupuntura Urbana, a atuação em pequenos pontos da cidade consolidada de Saragoça para fazer reagir não só aquele espaço mas também o seu entorno. O projeto inicia-se no centro histórico, onde são identificados os diversos vazios urbanos, contavam-se à volta de 200 vazios, sendo os mesmos de caráter público e privado.

A ideia do projeto surge num festival de arte onde propuseram que alguns espaços muito degradados e fechados se abrissem para a população. Como em 2006 a crise ainda não se tinha instalado, de 14 espaços privados



Fig. 104 e 105 - Fotografias de projetos realizados com o programa estonoesunsolar, Saragoça.

Fig. 104 - Las Fuentes

Fig. 105 - San Agustin 25

Fonte: Fotografias da autora, Abril 2016.



Fig. 106 a 110 - Fotografias de projetos realizados com o programa estonoiesunsolar, Saragoça.

Fig. 106 - San José

Fig. 107 - Plaza Rosario

Fig. 108 - Embarcadero Vadorrey

Fig. 109 - San Blas 53

Fig. 110 - Calle las Armas 92-94

Fonte: Fotografias da autora, Abril 2016.

pedidos só conseguiram 5 uma vez que os proprietários não cediam o espaço gratuitamente.

Com a chegada da crise em Espanha, a construção imobiliária decaiu e foram deixados vazios por toda a cidade, tornando-se necessário e importante intervir nos mesmos a fim de revitalizar e melhorar a qualidade de vida da população residente. Aqui os residentes foram os grandes impulsionadores do projeto, dando força e voz para o pedido de uma solução face à realidade que se estava a instalar, existia muita degradação social, muita droga entre outros fatores negativos no território.

Foi então criado um programa de emprego, formação e trabalho temporário em contrato de 6 meses. Este programa tinha como objetivo a limpeza de terrenos privados uma vez que existia uma diretiva que forçava os proprietários a limpar os seus terrenos ao invés de pagarem uma multa. Em 2008 tinha sido inaugurada a expo internacional de Saragoça, um projeto de grande dimensão e financeiramente vasto e, passados 6 meses, em 2009, este programa foi implementado. De início foi uma mudança não só de mentalidade como de realidade, a passagem para um programa a custos reduzidos, mas os habitantes mostraram entusiasmo e abertura uma vez que queriam que os espaços com problemas se transformassem em espaços públicos. Assim dá-se início ao programa, com o grupo e mais 49 pessoas em trabalho temporário.

A estratégia relativamente ao proprietário era fundamentada com a existência de uma multa por falta de limpeza e cuidado com o seu terreno, e de seguida apresentavam a sugestão do programa, se emprestavam temporariamente o seu terreno a fim da população mais próxima poder usá-lo e transformá-lo em jardins, hortas, espaços de estar, entre outras hipóteses. Caso o proprietário tenha possibilidades de execução de um projeto para o mesmo espaço, existe um contrato com a câmara onde esta se compromete a devolver o espaço tal como ele se encontrava antes da intervenção, num prazo máximo de 3 meses. Até hoje muitos dos espaços encontram-se iguais, com o projeto ainda implantado, uma vez que a crise continua a ser o fator determinante.

Aqui a participação da comunidade é um fator importante, a população colabora no processo de criação e desenvolvimento do programa mas também no desenho dos projetos a fim de criar espaços públicos passíveis de usufruir. Espaços inicialmente de dimensão reduzida, de lotes e de pequenos prédios, essencialmente com caráter de vazio, em termos de espaço aberto (Fig.109).

Os projetos eram de várias temáticas a fim de corresponder a necessidades dos residentes: espaços desportivos; espaços de jogos infantis; espaços de



Fig. 111 - Esquema dos usos do programa Estonoesunsolar.

Fonte: Elaboração própria a partir de <https://estonoesunsolar.wordpress.com/category/san-pablo/>

encontro; hortas urbanas; entre outros (Fig.111).

Como não possuíam financiamento para corresponder às necessidades totais e, visto que alguns terrenos são privados, com possibilidade de mutação, foi procurado manter o caráter dos espaços, usando apenas materiais locais e leves, reciclados e recicláveis (Fig.110).

Já em 2010 foram apresentadas outras 14 propostas, desta vez abrangendo outros bairros, sendo aceite um projeto em cada distrito. Passaram de áreas com 200m² em 2009 a áreas entre 5.000 a 6.000m² em 2010, uma mudança não só a nível territorial como também em termos de área dos vazios (Fig.113), estes de maiores dimensões mas também surgiram alguns espaços tangentes a frentes de rio (Fig.108).



Fig. 112



Fig. 113



Fig. 114

Fig. 112 a 114 - Fotografias de projetos realizados com o programa estonoesunsolar, Saragoça.

Fig. 112 - Casta Alvarez 31

Fig. 113 - Azucarena

Fig. 114 - La Almozara

Fonte: Fotografias da autora, Abril 2016.

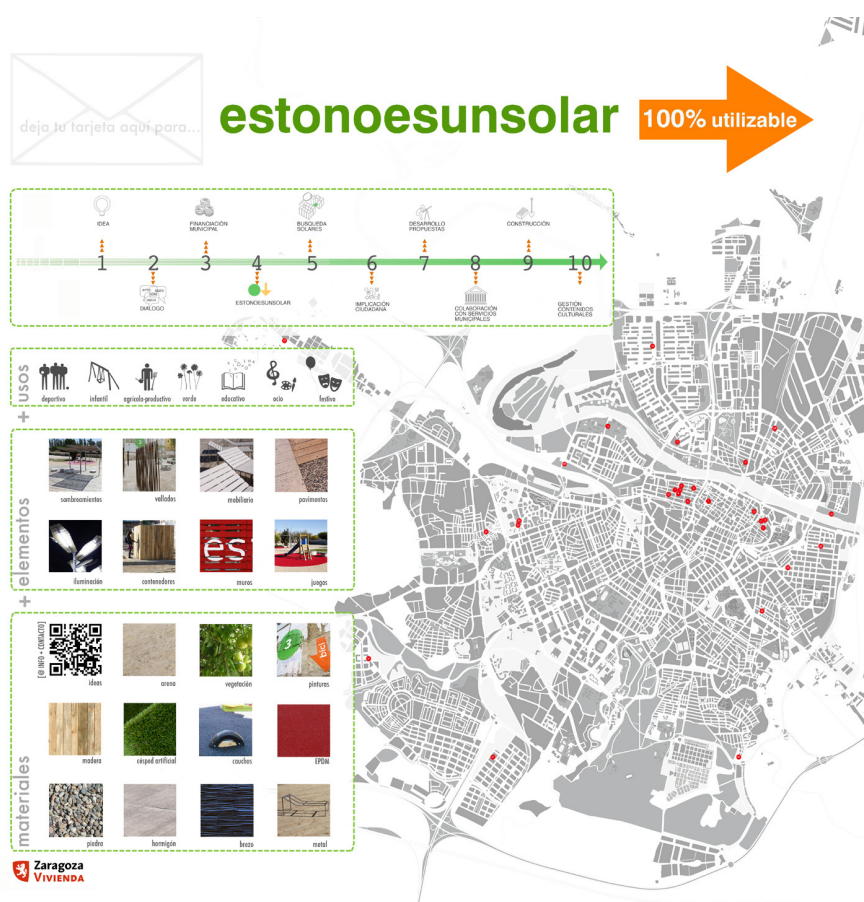


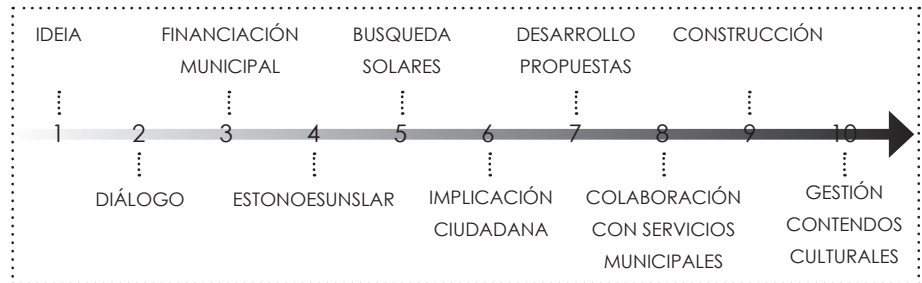
Fig. 115 - Painel resumo do programa Estonoesunsolar, metodologia, usos, elementos, materiais e localização de alguns dos projetos.

Fonte: <https://estonoesunsolar.wordpress.com/category/san-pablo/>

A metodologia usada no programa baseia-se em: ideia; convocatória a cada ponto; escolha do local; escolha de associações interessadas; permissão para material; permissão do proprietário; etc. (Fig.116).

Fig. 116 - Esquema da Metodologia do programa Estonoesunsolar.

Fonte: Elaboração própria a partir de <https://estonoesunsolar.wordpress.com/category/san-pablo/>



Relativamente à gestão dos diversos espaços, a mesma varia consoante a sua localização, problemas sociais, se é público ou privado; etc. Ou seja, o vazio pode ser gerido por público, por público e privado em conjunto, como também só por privados. Também o seu horário de funcionamento pode ser diferente, uns espaços são abertos 24 sob 24 horas e outros podem conter um horário de abertura e fecho, gerido por um vizinho ou por uma associação que é responsável pelo espaço.

Alguns projetos resultaram bem outros nem tanto, não só pela sua localização no tecido urbano como pelos fatores sociais, apostas ilícitas, violência, droga, entre outros fatores, e ainda pelo ruído, que por um lado é sinal de bom uso do espaço, mas por outro incomoda alguns vizinhos. A mediação social é muito difícil.

Assim, podemos observar que este tipo de programa é uma possível solução de intervenção territorial que pode trazer melhores condições para os seus habitantes, mas também revitalização e regeneração da própria cidade, através de uma maior oferta de espaço público em terrenos que até então não possuíam vida.

O programa **Basurama** com sede em **Madrid**, Espanha foi fundado em 2001, apesar de ser um pouco diferente, também é importante. O mesmo já realizou mais de 100 projetos em 4 continentes e, centra-se nos desperdícios do consumo da sociedade, portanto na produção massiva de lixo após a sua utilização (Fig.118). Levantam questões na forma de utilização dos mesmos e também sobre a forma de pensar e perceber a realidade. São um coletivo dedicado à investigação, criação e produção cultural e do meio ambiente. Tornaram-se num espaço multidisciplinar relacionado com as artes com atividades, oficinas, palestras, concertos, filmes e publicações. Pretendem também realizar uma plataforma para que exista o contato entre as diversas pessoas do tecido social, que são como um nó para os espaços de encontro criativos. Possuem ainda artigos e dicas de como fazer, não só as

peças através dos desperdícios como também dos próprios espaços e ainda conceitos referentes à participação.

basurama



Fig. 117 - Logotipo do programa basurama (esquerda).

Fonte: <http://basurama.org/#12>

Fig. 118 - Fotografia do parque de jogos com pneus em Maestro Rodrigo, Aranjuez, Espanha (direita).

Fonte: <http://basurama.org/proyecto/neumaticos-que-dejan-huella-maestro-rodrigo/>

O grupo **Acupuntura Urbana**, no **Brasil**, fundado em 2013, é uma empresa social que tem como missão transformar espaços públicos, de uma forma ativa e participativa, fortalecendo relações que estimulem o protagonismo da sociedade civil na construção de uma cidade mais humana. Trabalham com a comunidade, organizações, instituições públicas ou empresas de forma a resgatar e valorizar o espaço, criando lugares de memória e sentimentos.

O processo é o ponto-chave do programa, são mapeados os desafios, necessidades e contextos, desenhando em conjunto com a comunidade uma solução centrada no ser humano e nas suas relações, conectando o cidadão, a comunidade e a cidade de forma rápida, concreta e coletiva, uma vez que movimento gera movimento e a transformação em vários pontos de um lugar transformam o sistema como um todo. Neste sentido, a metodologia usada pelo grupo passa por 3 pilares:

- i) o Mapeamento "afetivo" onde são produzidos diagnósticos, fazem-se levantamentos e organização de talentos e recursos materiais (Fig.120);
- ii) as transformações urbanas mapeando as vontades e sonhos da população, e a mobilização dos mesmos no processo de execução (Fig.120);
- iii) e as ocupações através de atividades que promovam o cuidado com a sua cidade através de jogos e oficinas com os recursos locais existentes.

Ainda, têm parceria com diversos atores que só assim tornam possível o projeto. O trabalho incide essencialmente em espaços que são convertidos maioritariamente pelas pessoas, sem arquitetos que executem sozinhos o projeto.



Fig. 119 - Logotipo do grupo Acupuntura Urbana (esquerda).

Fonte: <https://www.facebook.com/acupunturaurbana.au/>

Fig. 120 - Fotografia do Mapeamento da Rua Maranhão, São Paulo (direita).

Fonte: <http://acupunturaurbana.com.br/servicos/mapeamento-afetivo/>

O grupo **Ecosistema Urbano**, fundado em 2000, tal como foi referido anteriormente é um grupo com sede em **Madrid**, Espanha, e onde arquitetos, urbanistas, *web designs*, sociólogos e antropólogos, definem o seu trabalho como sendo um desenho social urbano. Este conceito engloba uma maneira de entender os contextos, espaços e dinâmicas com enfoque claro pela participação dos cidadãos, a interação social nas comunidades e sua relação com o meio ambiente (Fig.122). Esta filosofia já foi implantada em diversos países pelo grupo, como por exemplo: Noruega, Dinamarca, Espanha, Itália, França, China, Rússia, Paraguai, Bahamas, Honduras, Equador, entre outros, e possuem mais de 40 prêmios internacionais. Trabalham em diversas escalas territoriais desde grandes infraestruturas e edificações até pequenas intervenções no espaço público.

Fig. 121 - Logotipo do grupo Ecosistema Urbano (esquerda).

Fonte: <http://ecosistemaurbano.com/portfolio/>

Fig. 122 - Fotografia sobre estratégias para envolver diferentes atores no Master Plan de Asuncion Historical Centre (direita).

Fonte: <http://ecosistemaurbano.com/portfolio/asuncion-masterplan-participatory-process/>



Outro grupo nesta categoria são os **Raons Públiques**, de **Barcelona**, Espanha, uma equipa com objetivo de pensar e agir por um outro modelo de construção da cidade, passando por projetos e atividades de acordo com as características e necessidades de cada uma. A maior parte das suas intervenções situam-se em Barcelona, e são uma cooperativa de urbanismo especializada em participação, envolvendo as pessoas na conceção, execução, transformação e gestão do seu ambiente (Fig.124). Trabalham dentro dos conceitos de Educar, Construir, Participar, Co-Responsabilidade, Cooperação, Processo, Informação, Comunicação, Networking, Proximidade e Presença, entendendo a interdisciplinaridade como base necessária para se criarem processos participativos mais adaptados às funções humanas.

Fig. 123 - Logotipo do grupo Raons públiques (esquerda).

Fonte: <http://raonspublicques.org/>

Fig. 124 - Fotografia do processo participativo para a re-urbanização do espaço público em Trinitat Nova (direita).

Fonte: <http://raonspublicques.org/portfolio/proces-participatiu-per-abordar-el-projecte-de-re-urbanitzacio-de-lespai-public-entre-aiguablava-i-portlligat-trinitat-nova/>



Raons Públiques SCCL
Cooperativa d'urbanisme,
arquitectura i participació



Existem também alguns programas e projetos onde a estratégia passa pela integração de plataformas *online* e exemplo disso é o **grupo 1319**, em Espanha, que possui uma plataforma multidisciplinar de grupo aberto para produzir projetos que fundem diversas ciências do saber como por exemplo a arquitetura, arte, sociedade e espaço público através de uma transformação criativa. O tema da utilização temporária do espaço público é aqui abordado,

como uma ferramenta de gestão urbana, para criar mais oportunidades de fortalecer o espaço público como um espaço social (Fig.126). Muitos dos projetos são de uso temporário de vazios urbanos ou de terrenos vagos para o uso comum de espaço público. Aliados a esta realidade, deve-se pensar que as instituições, governos e líderes têm um papel fundamental no progresso das cidades e seus espaços públicos, e as pessoas enquanto cidadãos devem comprometer-se e ter relações de responsabilidades para a gestão dos espaços, a fim de criar espaços comuns com identidade, ligados entre si.



Fig. 125 - Logotipo do grupo 1319 (esquerda).

Fonte: <http://trecediecinueve.wixsite.com/1319x>

Fig. 126 - Fotografia sobre "Construir el Vacío". Estratégias de uso temporal de lotes vazios (direita).

Fonte: <http://trecediecinueve.wixsite.com/1319x/construir-el-vacio-2009>

Outro projeto é o **Cuenca Red**, no **Ecuador**, América do Sul, e o mesmo assenta na reativação do espaço público do centro histórico de Cuenca, para criar um modelo de cidade mais ativa, habitável, salubre, inclusiva, dinâmica e segura, identificando lugares de oportunidade na cidade para intervir e melhorar o meio urbano.

As ações do projeto inserem-se em quatro partes: a Estratégia de Acupuntura Urbana do Centro Histórico, pela identificação de espaços que através de pequenas intervenções possam ser convertidos em equipamentos, parques e espaços públicos; Conceito e desenvolvimento de uma Rede de Pátios Ativos, possibilitando relações de lazer e recreio no centro histórico; Guia de desenho do Núcleo do Centro Histórico, para espaços públicos na área central, servindo de orientação a futuras intervenções, para que exista uma linha de continuidade entre as diferentes intervenções; Processo de socialização, propondo um processo inovador de participação dos cidadãos presencial e *online* para possibilitar a comunicação bidirecional entre as instituições e a cidadania, permitindo assim uma transformação urbana inclinada para o que é necessário na cidade. Inclui atividades de diferentes sectores desde jovens universitários, crianças, instituições, agentes ativos e cidadãos de forma a enriquecer o projeto com opiniões, ideias e propostas.

Durante o processo é discutido e identificado os lugares de oportunidade, assim como as ideias dentro das seguintes temáticas: atividades, mobilidade, património, cultura, economia e meio ambiente, todos eles pertencentes e referentes ao espaço público. A participação é feita fisicamente em convocatórias em algumas instituições do município de Cuenca e também de forma digital na página da plataforma na secção Participa (Fig.128), sendo

que todas as ideias são e serão tidas em consideração no Plano Cuenca Red. É organizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento através de uma iniciativa de cidades emergentes e sustentáveis, Cuenca Gab Municipal e Ecosistema Urbano um grupo de arquitetos e urbanistas que operam no campo do urbanismo, arquitetura, engenharia e sociologia.

Fig. 127 - Logotipo do projeto para a recuperação e melhoramento do espaço público no Centro Histórico de Cuenca, Ecuador.

Fonte: <http://cuenca.red/>

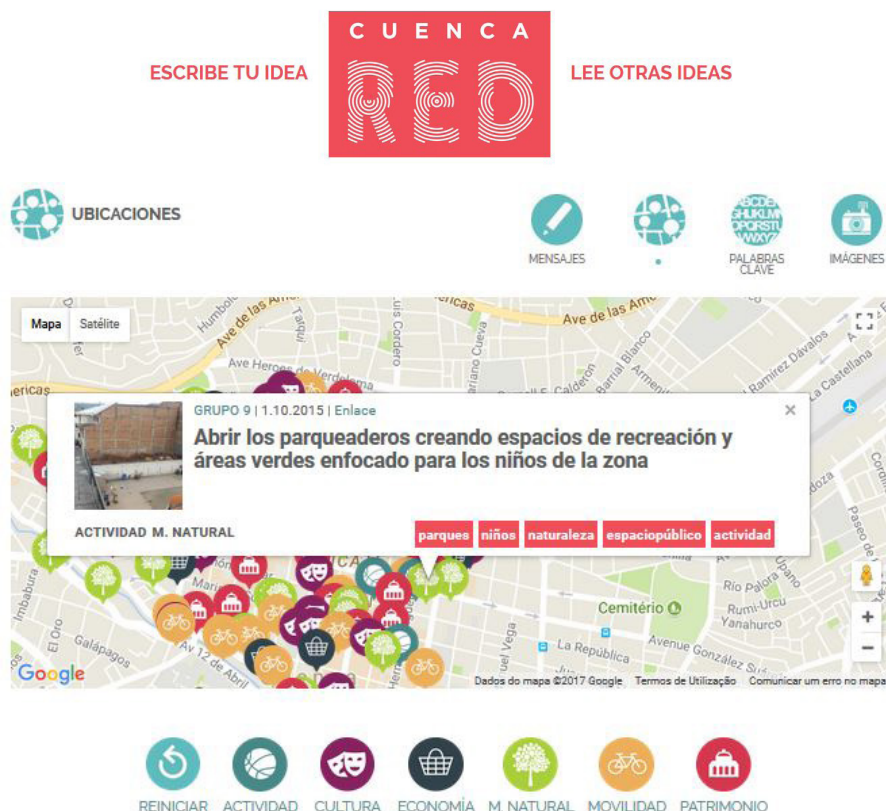


Fig. 128 - Plataforma de participação com uma das sugestões.

Fonte: <http://cuenca.red/vistas/>

O plano **Encarnación más**, no **Paraguai**, América do Sul é relativamente idêntico ao referido anteriormente, pelo menos no que toca à participação dos cidadãos. É um projeto para o desenvolvimento de planos para a cidade e é desenvolvido pelo grupo Ecosistema Urbano, uma empresa que ganhou o concurso para o Concelho Municipal de Desenvolvimento de Encarnación.

Os trabalhos realizados centram-se em 4 áreas: Redação do Plano de Desenvolvimento Sustentável de Encarnación, Redação do Plano de Ordenamento Urbano e Territorial de Encarnación, Definição de Projetos Piloto e, Processo Participativo. Este último realiza-se presencialmente e *online*.

Os trabalhos demoram sensivelmente um ano e a sua intervenção é através do governo local e pelos cidadãos, aqui podemos notar algumas semelhanças com o orçamento participativo, o orçamento é anual e as propostas decorrem nesse mesmo tempo, ano após ano.

Contém uma plataforma denominada de Encarnación MÁS VOZ que permite

a qualquer pessoa partilhar uma mensagem pequena com as suas ideias ou inquietudes dentro desta área, podendo também juntar uma fotografia e/ou um link para ilustrar o seu conteúdo mais concreto. Também é possível comentar sobre espaços concretos da cidade, adicionar ideias sobre como melhorá-la, localizar uma associação ou grupo que trabalhe para o bem comum, referenciar uma atividade desenvolvida no centro, ou simplesmente ver o que outros cidadãos têm mencionado (Fig.131).

Estas anotações contribuirão para revitalizar o distrito de Encarnación e o objetivo da plataforma é construir uma base de dados coletiva de recordações, ideias, iniciativas em desenvolvimento e projetos para o futuro. Todas as contribuições são analisadas pelo redator da equipa do plano a fim de serem incluídas ou contribuir para os projetos em desenvolvimento.

As mensagens podem ser de diversas categorias dentro das quais: Desenho Urbano + Mobilidade; Governo + Gestão; Identidade + Cultura; Sem categoria; Sociedade + Economia; Território + Ecologia; Zonas Recuperadas. Dentro destas categorias ainda podem caracterizá-las como sendo mensagens positivas ou mensagens negativas.



Fig. 129 - Encarnación más VOZ (esquerda).

Fonte: <http://encarnacionmas.com/>

Fig. 130 - Encarnación más VOZ (direita).

Fonte: <http://encarnacionmas.com/masvoz/>



Fig. 131 - Plataforma de participação com uma das sugestões.

Fonte: <http://encarnacionmas.com/masvoz/vistas/localizaciones/>

Nestas diversas abordagens foi possível verificar vários exemplos e estratégias que poderiam ser adotadas e ou modificadas consoante as características do seu território, população e necessidades adjacentes. Por exemplo, no caso do Cuenca Red e Encarnación Más, é possível verificar que poderia ser um tópico relevante para qualquer área, ao nível local. A incorporação de mecanismos informáticos que pudessem chegar mais facilmente às necessidades dos seus habitantes, como uma plataforma de ideias sobre os espaços da cidade e que seriam analisados e incorporados em processos em desenvolvimento ou a desenvolver a nível local, em freguesias e ou no município. Poderia ser aplicado sobre uma temática necessária como por exemplo os vazios urbanos no território e onde cada habitante poderia dar sugestões e opiniões relativamente às ideias que fossem surgindo. Esta ideia mostra-se interessante e com potencial, onde através de meios e apoios necessários, poderia ser aplicado como uma ferramenta participada ativa.

3.6 Síntese: Acupuntura Urbana versus Urbanismo Tático e a sua aplicação em processos participados

A acupuntura urbana, conforme salientado no início do capítulo, surge como uma tentativa de melhorar a cidade, fazendo-a reagir em locais onde não existe energia, criando assim reações em cadeia positivas dentro da cidade. Tenta ajustar o planeamento tradicional que necessita de tempo nas suas intervenções, mostrando-se como uma forma rápida de efetuar as mudanças necessárias.

Os diversos autores retratados mencionam que as ações não devem ser realizadas por uma só pessoa mas através da co-responsabilidade num processo participado. É uma estratégia que atua em pontos de pressão e é vista como uma resposta às necessidades das comunidades, de forma mais imediata que os métodos tradicionais e de larga escala. Pode surgir como sendo uma ação temporária ou flexível, apta a mutação ou ampliação de acordo com o desenvolvimento de um espaço.

É referido também que trata alguns problemas sociais e territoriais, não como uma ferramenta independente mas como um mecanismo de ajuda, uma forma mais rápida que atue em contextos já estruturados de um planeamento geral (Talviste, 2010). Uma estratégia de ações locais e comunitárias com orçamentos e recursos reduzidos, promovendo identidade cultural de uma comunidade ou território, cativando as pessoas a usar os espaços da cidade. O uso de recursos locais ao invés dos programas e burocracias intensivos tradicionais, conectando com o local individualmente, mas obtendo o máximo

efeito na criação de energias. Não contém conceitos, regras, ferramentas ou limites definidos e por isso fornece soluções rápidas para a vida urbana e seus espaços públicos.

Já no urbanismo tático, Isidoro (2016) no seu estudo discute-o como sendo uma resposta à crise do planeamento do território mencionando que o planeamento tem sido assumido como sendo do interesse geral e de igual modo guardado por especialistas. Durante muito tempo pensou-se que os planeadores poderiam encontrar as soluções mais corretas para os problemas da sociedade, mas como não conseguiam atingir os resultados desejados, o planeamento tem sido palco de críticas, e por isso a exigência por um planeamento mais adequado aos interesses territoriais. Surge como uma questão de investigação, defendendo a planificação de um processo e uma descentralização e democratização na tomada de decisões, existindo ainda assim, um grande enfoque nos processos e menos em ações.

Como foi possível verificar, o urbanismo tático é geralmente visto como sendo uma alternativa face aos problemas que o planeamento tradicional não consegue responder mas, por outro lado, a substituição do papel do Estado pode representar uma desregulamentação e diminuição do investimento na produção do espaço, dando lugar a decisões separadas, sem a dimensão urbana, de pequenos espaços dispersos e organizados por grupos (Kogan, 2016). Ainda assim se for utilizado como uma ferramenta de planeamento mostra potencial no sentido de medir um impacto relativamente a uma intervenção, usando projetos piloto, como consulta à comunidade (Pfeifer, 2013).

Brenner (2016) refere que os urbanistas táticos poderiam ser capazes de oferecer soluções e perspetivas acessíveis e produtivas que ajudassem a projetar alternativas, portanto atuando como facilitadores e flexibilizando as regras e burocracias existentes. É mencionado que o urbanismo tático deveria questionar o urbanismo contemporâneo, com novos modelos de convivência e coexistência para a inclusão socioeconómica, não só ao nível de reapropriação e redesenho dos espaços, mas também numa forma de governo mais eficiente, transparente, inclusivo e colaborativo, ou seja, procurando alternativas não só em relação aos espaços como também ao Estado. Assim poderíamos ter o município a liderar as intervenções, ou noutros casos as autoridades seguindo os exemplos e iniciativas dos cidadãos locais.

O urbanismo tático é visto mais como uma intervenção do que uma estratégia, uma vez que a intervenção retrata um curto prazo, e uma estratégia de médio-longo prazo é normalmente normativa. Face ao contexto de *bottom up* o urbanismo tático surge como alternativa ao sistema de governação urbana

tradicional já que move os cidadãos para o centro da tomada de decisões.

No quadro 8 é possível verificar alguns tópicos essenciais de cada tipo de intervenção, como um resumo do que foi anteriormente discutido dos vários autores tanto a nível teórico como prático da acupuntura urbana e do urbanismo tático.

ACUPUNTURA URBANA	URBANISMO TÁTICO
Identificação e determinação do ponto sensível, manipulando energias, fomentando relações em cadeia positivas;	
A cidade como um organismo;	
Falta de metodologias, conceitos, ferramentas, regras específicas e definidas;	Protótipo de curto prazo fomentando um planeamento de longo prazo, a experimentação através de processos e projetos piloto;
Ferramenta alternativa às grandes intervenções de fundos municipais, um mecanismo de ajuda ao planeamento urbano;	Pode servir como alternativa ao planeamento urbano pelo desenvolvimento de capital social e capacidade institucional, como metodologia de avaliação, de consulta à comunidade, para ativar planos esquecidos, uma ferramenta de regeneração adaptada a contextos locais;
Envolve processos participados de baixo para cima (<i>bottom up</i>);	Normalmente processos participados de baixo para cima (<i>bottom-up</i>);
Enfatiza o potencial, significado e identidade dos lugares, promove identidade cultural e incentivo ao uso dos espaços;	Promove a identidade local;
Tem por base a educação e a co-responsabilidade;	Promove a integração local e a co-responsabilidade;
Ações rápidas com orçamentos e recursos reduzidos e/ou locais, temporários ou permanentes, flexíveis e variáveis;	Baixo risco, baixo custo e com expectativas realistas, intervenções temporárias ou permanentes, flexíveis e replicáveis;
Essencialmente de pequena escala de intervenção;	Normalmente de pequena escala de intervenção;
Uma micro gestão e uma abordagem holística;	O governo como facilitador e não controlador;

Quadro 8 - Acupuntura urbana versus Urbanismo tático.

Fonte: Elaboração própria

Podemos observar que estas duas “estratégias” são em muitos pontos convergentes já que surgem como forma de responder a necessidades locais com a finalidade de colmatar os problemas que o planeamento tradicional não consegue responder. Ambas focam a necessidade de uma rápida intervenção, essencialmente de escala reduzida com aplicação de recursos locais ou investimentos reduzidos, podendo ser flexíveis ou temporários; mas a acupuntura urbana tem como princípio incidir em pontos estratégicos onde não existe energia como forma de criar locais com identidade, já o urbanismo tático foca-se principalmente no princípio de ser uma ferramenta de experimentação antes de se poderem perder fundos monetários significativos relativos à intervenção.

Ambos focam a importância de intervenções *bottom up* através da participação da comunidade e co-responsabilidade. A acupuntura urbana mostra a importância da educação principalmente nas faixas etárias mais novas a fim de transmitirem os conceitos e mudanças necessárias. O urbanismo tático é visto mais como uma ferramenta *Do It Yourself*. O urbanismo tático, mais do que a acupuntura foca-se na necessidade dos planeadores urbanos passarem a ser mediadores ou facilitadores das necessidades da comunidade e enfocam a possibilidade de ser uma alternativa ao sistema de governança urbana dentro do contexto *bottom up*.

Tanto a acupuntura urbana como o urbanismo tático são vistos como sendo estratégias ou intervenções que têm pontos comuns e por vezes complementares no que toca à necessidade de criação de novas abordagens e soluções face aos problemas do urbanismo tradicional.

É possível verificar que cada vez mais o poder político tem reconfigurado os mecanismos sociais e de processos de tomada de decisões. Neste sentido os processos participados surgem como forma de discutir avanços e limites ao planeamento urbano, lançando desafios para a criação de uma nova política de desenvolvimento e gestão urbana. São vistos como fundamentais na gestão urbana, como uma forma de resposta aos problemas da Administração, de modo a planear e criar cidades consoante as necessidades sentidas pelos seus habitantes.

Tem sido cada vez mais mencionado que a participação é uma prática bastante complexa e importante para ser somente tratada por técnicos, devendo a comunidade ser envolvida em todas as fases de um projeto, fomentando a participação coletiva em espaços para diálogo. A mesma pode ser mais ativa ou passiva, com vários níveis de intensidade de envolvimento da comunidade e atores locais, tendo os mesmos mais ou menos poder de decisão e responsabilidades. A participação é vista como potencial no que toca à gestão de conflitos, evitando projetos não apropriados e evitando falhas e atrasos nos mesmos. Pressupõe o envolvimento das comunidades na tomada de decisões sobre assuntos que lhes dizem respeito e que possam afetar o seu desenvolvimento futuro. Este tipo de processos promovem o empoderamento dos indivíduos envolvidos e aumenta o nível de cooperação e controlo por parte da comunidade de forma não hierárquica.

Neste sentido e como podemos verificar, existem várias formas, métodos e técnicas de envolver a comunidade em processos participados quer seja ao nível habitacional como de espaços vazios e de espaços públicos no território, como também pela existência de processos ou plataformas que possibilitam aos cidadãos darem opiniões ou sugestões para o seu próprio território como

forma de revitalizar áreas que até então foram esquecidas. Porém, somente esporadicamente é que o envolvimento das comunidades como forma de resolver problemas é que é posta em prática, mas existe cada vez mais comunidades que se organizam em redor de causas comuns o que mostra a necessidade de reforçar as instituições e técnicos que promovam a proatividade dos cidadãos, envolvendo vários atores com aplicação de vários métodos e técnicas consoante as necessidades apresentadas, quebrando assim barreiras entre os técnicos e utilizadores.

Assim a abordagem do nosso trabalho enquadra-se na "Acupuntura Tática", através de um processo participado, englobando os aspetos relevantes anteriormente discutidos e definidos.

4. O caso de estudo de Agualva-Cacém, Sintra



Fig. 132 - Fotografia de Aguilva-Cacém. Vista de São Marcos. Fonte: <http://static.panoramio.com/photos/large/43592134.jpg>

Neste capítulo iremos apresentar o caso de estudo, enquadrando-o no território quanto à sua história, crescimento e evolução urbana, edificado e demograficamente, bem como relativamente aos planos, programas e projetos existentes.

Aqualva-Cacém pertence ao concelho de Sintra e à AML, e tem características típicas de uma área “dormitório”, uma cidade que viu o seu crescimento de forma explosiva e nem sempre planeada.

Esta parte do trabalho surge pela necessidade de estudar e analisar mais profundamente a área de estudo a fim de compreender as suas características e, neste sentido, primeiramente far-se-á o enquadramento do Concelho de Sintra, depois sobre o planeamento existente e posteriormente a análise do caso de estudo nas suas diversas componentes, inclusive o enquadramento dos vazios urbanos no seu território, um dos temas principais da investigação.

4.1 Enquadramento e análise do concelho de Sintra

O concelho de Sintra faz parte da Área Metropolitana de Lisboa, integrado na sub-região da Grande Lisboa (NUT III) Norte ocupando 23,2% desse território metropolitano. Tem como limites a norte o concelho de Mafra, a sul o concelho de Oeiras e Cascais, a este os concelhos de Odivelas, Loures e Amadora e a oeste o Oceano Atlântico (CMS, 2011).

Sintra é atualmente constituída por 11 freguesias e é densificada especialmente no quadrante sudeste do concelho, ao longo do eixo estruturante da linha ferroviária e do IC 19.

Segundo a CMS (2011), em 2001, Sintra possuía 363.749 habitantes, e em 2011, 377.835 habitantes, correspondendo a uma taxa de crescimento de 3,9% e uma densidade populacional de 1183,7hab/km². Concentra 3,6% da população do país, 13,4% da AML e 18,5% da Grande Lisboa. Esta realidade deve-se, principalmente, a uma forte migração, pela procura de habitação a preços mais acessíveis perto da capital, de novos padrões de habitação, de maior qualidade habitacional e ambiental e ainda, por novas vagas migratórias vindas do exterior para os espaços metropolitanos.

Tem uma forte relação com o município de Lisboa sendo um destino importante (55%) na vida das pessoas. Apresenta-se como sendo o segundo concelho com mais população do país, possuindo uma grande diversidade territorial e elementos marcantes, tais como a Serra e o Parque Natural de Sintra e o património histórico edificado, e por isso mesmo é também um grande marco no turismo, cultura e tradições locais. É uma zona costeira com elevado património natural, paisagístico e arquitetónico caracterizada também por uma elevada multiculturalidade étnica, resultado do desenvolvimento e transformações do território até aos dias de hoje. É uma zona económica, principalmente no Norte do concelho, não só pela presença do turismo, bem como pela existência de diversas indústrias.

Tem um índice de envelhecimento dos mais baixos da Grande Lisboa, existindo um crescimento do número de famílias, que em média são de 2,6 pessoas, contudo existe uma perda de população em idade ativa, dos 25 a 35 anos. Possui uma taxa de retenção e desistência ao nível da escolaridade das mais reduzidas da AML, sendo que existe um crescimento da população com ensino de nível superior. Ao nível de emprego apresenta uma taxa de desemprego de 13,5% incidindo essencialmente na zona urbana do Concelho. Em termos do edificado existe um crescimento de alojamentos familiares vagos, sendo que o regime de arrendamento aumentou em 27,5%, e 90% dos alojamentos são de residência habitual (CMS, 2015).

De seguida podemos observar uma análise SWOT que simplifica as características do Concelho de Sintra:

Forças: <ul style="list-style-type: none"> • Património excecional; • Recursos naturais e qualidade ambiental; • População e capital humano; • Dinâmica empresarial e económica; • Valorização da identidade, cultura e produtos "Sintra"; • Equipamentos e utilização coletiva e apoio social; • Rede de infraestruturas e melhorias na mobilidade. 	Fraquezas: <ul style="list-style-type: none"> • Degradação da paisagem, ambiente e património; • Perda de atratividade dos centros urbanos; • Deficiente conectividade urbana e intermodalidade de transportes; • Fraca competitividade económica; • Emprego e qualificação; • Potencial esgotamento de recursos naturais; • Carência de equipamentos de apoio à população; • Carência de infraestruturas primárias.
Oportunidades: <ul style="list-style-type: none"> • Ambiente favorável ao aumento da competitividade e ao desenvolvimento; • Turismo internacional em crescimento. 	Ameaças: <ul style="list-style-type: none"> • Riscos naturais; • Pressão urbanística; • Agravamento da situação social do País.

Quadro 9 - Análise SWOT do Concelho de Sintra.

Fonte: Elaboração própria a partir de CMS (2015, pp. 39-41)

Lugar	População	Ocup. Solo e Edificado	Emprego e Ativ. da população	Importância Político-Administ.	Acessibilidades	Equipamentos	Património	Pontuação Total	Posição
Sintra	1,77	1,00	3,84	5,00	5,00	3,70	5,00	25,31	1
Aguilva-Cacém	4,40	2,20	2,17	3,00	5,00	4,40	1,14	22,30	2
Monte Abraão	4,27	4,00	1,67	2,00	5,00	4,30	1,05	22,28	3
Massamá	4,27	4,20	1,67	2,00	5,00	4,00	0,00	21,13	4
Algueirão-Men Martins	4,40	2,60	2,67	2,00	5,00	4,40	0,00	21,07	5
Queluz	3,67	3,00	1,00	2,00	5,00	4,00	1,95	20,62	6
Belas	3,60	2,20	1,67	2,00	5,00	3,00	2,21	19,68	7
Rio de Mouro	3,20	3,40	2,17	2,00	5,00	3,30	0,00	19,07	8
São Marcos	4,13	3,00	1,67	2,00	5,00	3,00	0,00	18,80	9
São Pedro de Sintra	1,53	2,00	3,84	2,00	5,00	2,30	1,95	18,62	10
Rinchoa	4,13	4,00	1,50	0,00	4,40	4,00	0,00	18,03	11
Mira-Sintra	2,40	3,20	1,50	2,00	5,00	3,60	0,00	17,70	12

Quadro 10 - Hierarquia Urbana ao nível do Concelho de Sintra.

Fonte: Elaboração própria a partir de CMS (2015, p.37)

Ao nível da hierarquia urbana, na Área Metropolitana de Lisboa, existem núcleos urbanos no concelho com condições para serem considerados "cidades médias" os quais: Sintra (São Pedro), Algueirão-Men Martins, Rio de Mouro (Rinchoa), Cidade de Aguilva-Cacém (Aguilva, Cacém, São Marcos e Mira-Sintra), Cidade de Queluz (Massamá, Monte Abraão e Queluz).

Como podemos observar pelo quadro 10, Aguilva-Cacém vem em segundo lugar na tabela de hierarquia urbana logo a seguir a Sintra. São Marcos ocupa a 9ª posição e Mira Sintra a última (12ª posição), sendo possível assim verificar que a cidade de Aguilva-Cacém possui grande importância dentro do território concelhio.

4.2 Os planos, programas e projetos urbanos

Neste ponto do trabalho não serão abordados todos os planos, programas e projetos existentes no concelho de Sintra, mas somente os que diretamente afetam ou podem vir a afetar a área em estudo de Aqualva-Cacém.

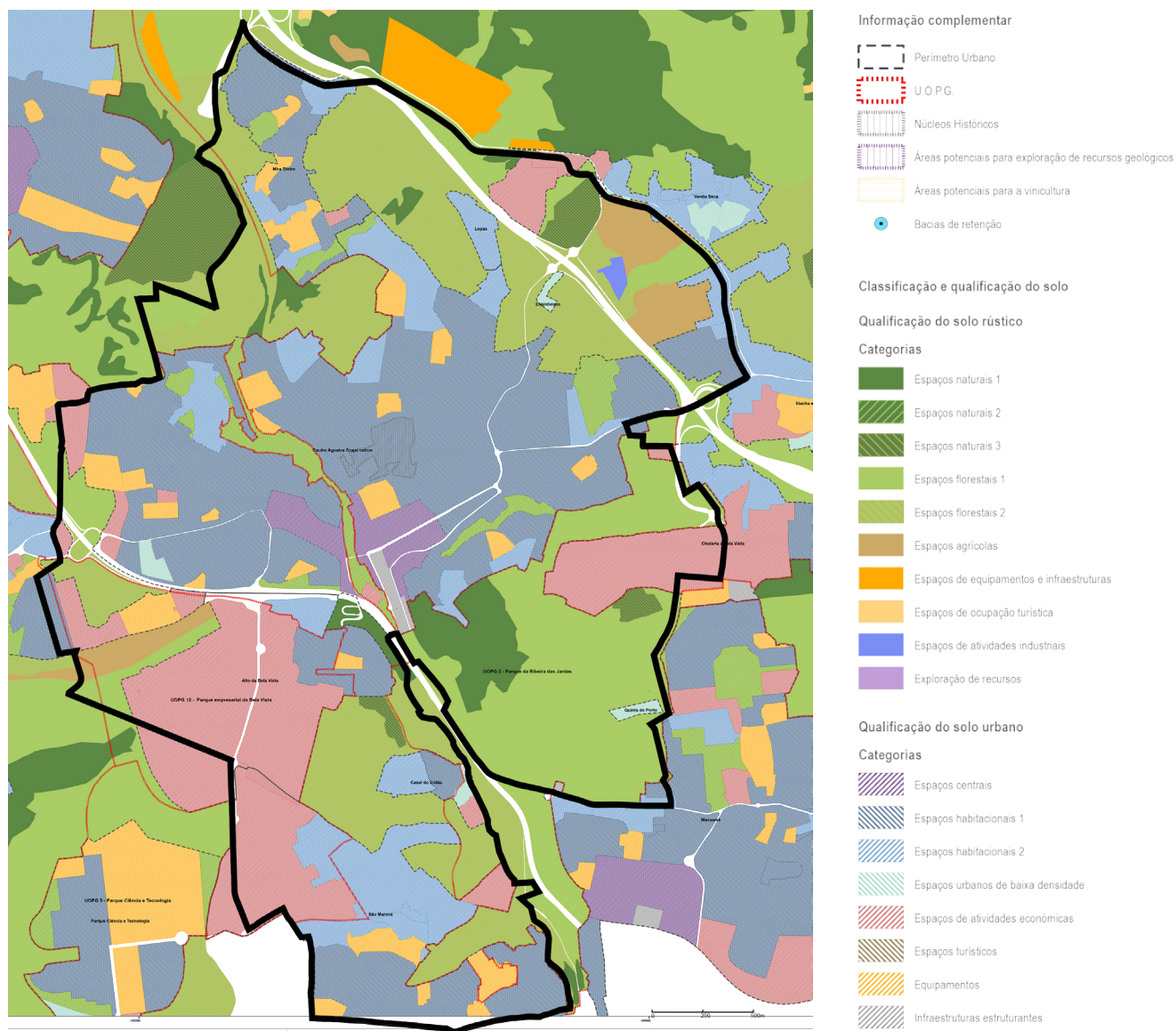
4.2.1 Plano Diretor Municipal de Sintra (PDMS)

O PDM regula a ocupação, uso e transformação do solo na sua área de abrangência, e por isso é o principal instrumento de planeamento territorial de um município. Estabelece as estratégias, o modelo, as opções e a gestão de desenvolvimento territorial do município e as suas relações com os municípios em redor, vinculando entidades públicas e privadas.

O PDMS entrou em vigor a 5 de Outubro de 1999, ratificado pela Resolução de Conselho de Ministros nº 116/99, de 16 de Setembro e publicado no Diário da República a 4 de Outubro, na I série B, nº 232-199, elaborado ao abrigo do disposto no Decreto-lei nº69/90 de 2 de Março, encontrando-se ainda hoje em vigor.

Face à realidade territorial, com diversas transformações de nível económico, cultural, social e ambiental que chocavam com o território, e às perspetivas estratégicas e políticas relativamente ao município, o mesmo encontra-se desajustado. Assim, em 2012 iniciou-se um processo de revisão (CMS, 2015), encontrando-se na fase de Concertação, Discussão Pública Sucessiva de Proposta Final, tendo a sua aprovação prevista para o corrente ano (2017).

No âmbito do processo de revisão do PDMS pretende-se implementar uma visão mais aberta à mudança, capaz de novos investimentos e projetos que possam aumentar a competitividade territorial, *"(...) planejar não é um exercício de adivinhação ou futurologia, mas sim tornar o Plano Diretor Municipal um instrumento de gestão territorial flexível de modo a que não exclua à partida projetos que se poderão revelar decisivos para a promoção da competitividade do território."* (CMS, 2011, p. 303). Esta nova abordagem não terá só incidência nas dimensões físicas e de classificação de usos do solo mas também nas questões da cultura, ambiente, turismo, empreendedorismo, captação e fixação de talentos, acessibilidades e mobilidades, governação, equilíbrio entre o urbano e o rural, as pessoas, o multiculturalismo e a identidade cultural, que serão temas dominantes de todo o processo, promovendo uma participação cívica, permitindo identificar e caracterizar as estratégias dos diversos atores, abandonando a postura da simples recolha de informação, mas destacando que todos os atores são elementos chave nos pontos cruciais de todo o processo. E ainda, incentivar a cooperação consciente e planeada



entre todos os agentes para uma eficiência coletiva do território (CMS, 2011, p. 304).

Segundo a CMS (2015), o PDM caracteriza Sintra como sendo um território ordenado, harmonioso e diversificado e tem como eixos estratégicos:

- i) a preservação do património e identidade;
- ii) a valorização dos recursos e ecossistemas existentes;
- iii) a otimização do solo urbano e redes como suporte de qualidade de vida;
- iv) o apoio a uma economia dinâmica, inovadora e competitiva;
- v) a valorização de ecossistemas e criação de uma estrutura ecológica

Fig. 133 - Planta de Ordenamento, PDM Sintra.

Fonte: CMS

Fig. 134 - Legenda da Planta de Ordenamento, PDM Sintra.

Fonte: CMS

municipal;

vi) e o reforço da mobilidade, transportes e acessibilidade.

Reforça alguns elementos a melhorar no concelho, em diversas partes do seu território, elementos esses relativos a serviços de saúde, segurança, emprego, acessibilidade e estacionamento e ainda a equipamentos de lazer e espaços verdes.

No âmbito do processo de revisão do PDM de Sintra, foi também realizado um *workshop* com atores locais e foi possível definir um conjunto de problemáticas e potencialidades. As problemáticas:

- i) o excesso de fogos vagos e a carência de habitação social;
- ii) a falta de identificação da população urbana com o concelho;
- iii) a insegurança no corredor urbano;
- iv) o abandono agrícola;
- v) a população afastada da Administração Local.

Como potencialidades foram identificadas:

- i) a orla costeira multifacetada;
- ii) o património natural reconhecido;
- iii) o corredor urbano bem servido de transportes;
- iv) a multiculturalidade e riqueza étnica;
- v) a tradição de exploração e transformação da pedra;
- vi) a rede de gabinetes de apoio ao município.

Incidindo agora sobre a planta de ordenamento (Fig.133), na área de Agualva-Cacém, no que toca à qualificação de solo urbano é possível verificar que na sua maioria corresponde aos espaços habitacionais 1 pertencentes a áreas consolidadas, de uso dominante habitacional em edifícios plurifamiliares com mais de 3 pisos, geralmente em quarteirão ou em banda. Contém também espaços habitacionais 2 que correspondem a áreas de uso dominante habitacional em edifícios unifamiliares e por vezes plurifamiliares com uma variedade significativa em termos de morfologia e de reduzida densidade, verificando-se uma necessidade de qualificação do espaço público. Também possui espaços centrais que correspondem a espaços multifuncionais de usos

mistos com características e funções de centralidade. Já nos espaços verdes correspondem a áreas com função de equilíbrio ambiental, de proteção e valorização paisagística e de atividades ao ar livre de recreio e lazer, desporto e cultura, coincidindo no todo ou em parte com a estrutura ecológica municipal. Os espaços de equipamentos ou infraestruturas são áreas de carácter de utilidade pública, cujas ocupações sejam compatíveis com o estatuto de solo rústico. Os espaços de atividades económicas são áreas que se destinam preferencialmente a atividades económicas, nomeadamente atividades industriais, de armazenagem e logística, comércio e serviços.

4.2.2 Programa Estratégico de Reabilitação Urbana de Agualva (ARU)



Fig. 135 - Planta do limite da ARU de Agualva.

Fonte: CMS (2015 p.130)

A área de reabilitação urbana (ARU) de Agualva, encontra-se inserida na união de Freguesias de Agualva - Mira Sintra que possui 5.980 hectares abrangendo cerca de 41.104 habitantes, segundo os Censos de 2011.

Já a área limitada pela ARU contém 11.606 indivíduos (Censos, 2011), e a sua análise por subsecção estatística demonstra que existem quase 700 indivíduos nas subsecções ao longo do seu eixo principal, a Avenida dos Bons Amigos, Avenida D. Nuno Alvares Pereira e a nascente da Escola Secundária Ferreira Dias (Fig.135). A mesma densidade vai-se dispersando consoante se aproxima da zona histórica, apresentando valores abaixo dos 100 indivíduos por subsecção. Igualmente em termos edificados, mas essencialmente é caracterizada por ser uma área densa.

Esta Operação de Reabilitação Urbana é uma estratégia do município a fim de revitalizar uma pequena área da cidade polinuclear de Agualva-Cacém, com a perspetiva de uma melhoria da qualidade de vida que

proporcione dinamismo a nível económico, mas também inovação para o território, promovendo a mobilidade, inclusão social e diversidade cultural. Em comunhão com a Estratégia Cidades Sustentáveis 2020, um dos desafios é a Regeneração Urbana através da valorização de todos os elementos urbanos de forma funcional e do compromisso com os diversos agentes territoriais (públicos, privados e associativos) garantindo uma gestão integrada e coordenada com apoio de equipa técnica e o envolvimento da população (DMAPGT, 2015).

As estratégias da ARU têm como objetivos a requalificação e revitalização da cidade, principalmente as áreas mais degradadas e a qualificação do parque habitacional, procurando promover a sustentabilidade a longo prazo. A estratégia a implementar deve contribuir para uma melhoria de qualidade do território através da reabilitação de tecidos urbanos degradados, valorização e proteção do património cultural existente, uma modernização ao nível de infraestruturas, bem como a integração de diversos tipos de usos, desde económicos a socioculturais, requalificação de espaços verdes, espaços públicos e equipamentos coletivos, valorização de áreas livres, reabilitação do edificado existente e melhoria ao nível da mobilidade.

A qualificação do espaço público é vista como elemento de valorização da cidade, potenciadora de dinamismo económico local, vitalidade social e cultural uma vez que esta área delimitada de ARU contém património de valor para a população, funcionando como estrutura do espaço público. Pretende reforçar o carácter identitário dos lugares, ordenamento de áreas de estacionamento, beneficiar os espaços de circulação pedonal e de modos de transporte suaves, beneficiar os espaços verdes e de permanência, incentivar a reabilitação do edificado e de equipamentos coletivos existentes.

Neste sentido e no decorrer do programa, em Novembro de 2015 é publicado o relatório da discussão pública sobre a ARU existindo duas participações. Uma através do Movimento Independente "Sintrenses com Marco Almeida", incidindo essencialmente na recuperação ou reconversão de equipamentos coletivos na área desportiva e construção de um silo subterrâneo, entre outras. E outra por parte da Associação de Defesa do Património de Sintra que entre várias sugestões, mencionam a necessidade de intervenção ao nível de ordenamento das hortas existentes ao pé da Igreja de Santa Maria, na avenida dos Bons Amigos, a manutenção da vivenda Rocha como memória da antiga Agualva e ao nível do espaço público, um maior cuidado e manutenção. Estas últimas sugestões incidem em algumas áreas vazias do território.

Ainda de referir que o programa intersecta uma área que se encontra também no PP da Área Central do Cacém, com suporte no Programa Polis, que iremos

retratar de seguida.

4.2.3 Plano de Pormenor da Área Central do Cacém



O Plano de Pormenor da Área Central do Cacém tem por base a ocupação, uso e transformação do solo da área em que se insere, na UOP 24 do espaço urbano e do espaço de proteção e enquadramento do PDM. A sua área é limitada a norte pela Rua Elias Garcia e a Quinta da Bela Vista, a sul pelo IC19 e a Rua Cidade de Lisboa, a nascente pela via-férrea e a Praça da Estação e a poente a Estrada de Paço de Arcos³¹ (Fig.136).

Segundo a CMS (2001) a área abrangida pelo PP vinha a sofrer uma grande pressão, característica das reformulações tipológicas de ocupação não apoiada em instrumentos urbanísticos o que resultou numa desqualificação e estado de carência, onde a necessidade de estruturas urbanisticamente aptas às novas realidades eram necessárias e neste sentido tinha como objetivos:



Fig. 136 - Planta de Implantação do PP da Área Central do Cacém.

Fonte: Sistema Nacional de Informação Territorial, 2017.

Fig. 137 - Legenda da Planta do PP da Área Central do Cacém.

Fonte: Sistema Nacional de Informação Territorial, 2017.

31 Diário da República – I Série-B nº 72 – 26 de Março de 2003, Resolução de Ministros nº 44/2003.1ª Publicação. Regulamento do Plano de Pormenor da Área Central do Cacém.

- i) estruturação das acessibilidades ao Cacém;
- ii) qualificação do desenho urbano (melhorando as condições de vivência humana);
- iii) requalificação do sistema ambiental dado pela Ribeira das Jardas;
- iv) programação de infraestruturas de suporte ao interface Rodoferroviário;
- v) valorização dos espaços públicos;
- vi) desenvolvimento da função de centralidade do lugar;
- vii) e a melhoria da dotação de estacionamento.

Ainda neste sentido, a Carta de Ordenamento do PDM refere que o PP tem toda a sua área integrada na Classe de Espaços Urbanos e o instrumento define as melhorias a realizar tendo em conta a recuperação, renovação ou reconversão de setores urbanos degradados e as áreas livres em abandono deveriam dedicar-se à satisfação das necessidades existentes (equipamentos coletivos, circulação, estacionamento e rede de verdes; manutenção e valorização das linhas de água, seus leitos e margens).

Ou seja, de uma maneira geral, o PP tem como objetivo a requalificação da Área Central do Cacém, tendo como base a qualificação de redes existentes, com poder de centralidade. Passa por manter e assegurar ligações entre minicentros através da mobilidade, com objetivo de transformar o tecido edificado com a sua envolvente e também com um elemento natural de grande importância nesta área, a Ribeira das Jardas e sua estrutura verde.

O desenho desta implementação beneficia de um reperfilamento de vias, reestruturando a mesma e os seus arruamentos, a construção de novos edifícios e a construção da Praça da Nova Baixa que inclui estacionamento subterrâneo.

A CMS (2001) refere que o processo de elaboração do Plano de Pormenor da Área Central do Cacém teve a consulta e envolvimento de entidades competentes e determinantes na área: INAG, REFER e a DGTT e a proposta resulta das trocas de informação entre a equipa do plano, a CMS e a Cacém Polis entre outras. Os pontos principais incidem na devolução da Ribeira das Jardas e as suas margens ao Espaço Coletivo, a transformação da baixa enquanto centro cívico e a reestruturação viária mas, o projeto era ambicioso o que resultou na inclusão do Cacém no Programa Polis.

No que toca à proposta do Plano em si, no relatório de 2011 da CMS, refere que visa a organização do espaço público; criação de um percurso ao longo da ribeira integrando um novo canal verde; e automóvel através da sua hierarquização; identidade (fatores identificados pela comunidade); habitabilidade (como suporte de atividades desportivas, culturais, de lazer entre outras); produtividade (complementar às atividades económicas); e sustentabilidade (modelos de ocupação onde os custos futuros estejam previamente contemplados). Ainda a reestruturação da estação do Cacém por parte da REFER através da criação de uma interface Rodoferroviária.

O plano contempla uma Rede Qualificada de Centralidades Preexistentes permitindo libertar sistemas naturais das pressões que estavam patentes sendo identificadas 5 centralidades: Baixa do Cacém (centro); Largo do Mercado; Praça da República; Alto da Bela Vista; Av. dos Bons Amigos (as pontas) assegurando a ligação destes mini centros. Este é assim o ponto forte do plano, transformar o tecido edificado em termos de relação com a ribeira e seu território envolvente.

Ainda, o Plano propunha várias construções de entre as quais uma estrutura associada à linha de comboio com um volume mais alto, uma extensão de menor altura e uma praça cívica sobre-elevada sendo que os mesmos não se encontram concretizados e continuam à espera de uma solução.

4.2.4 Programa Polis

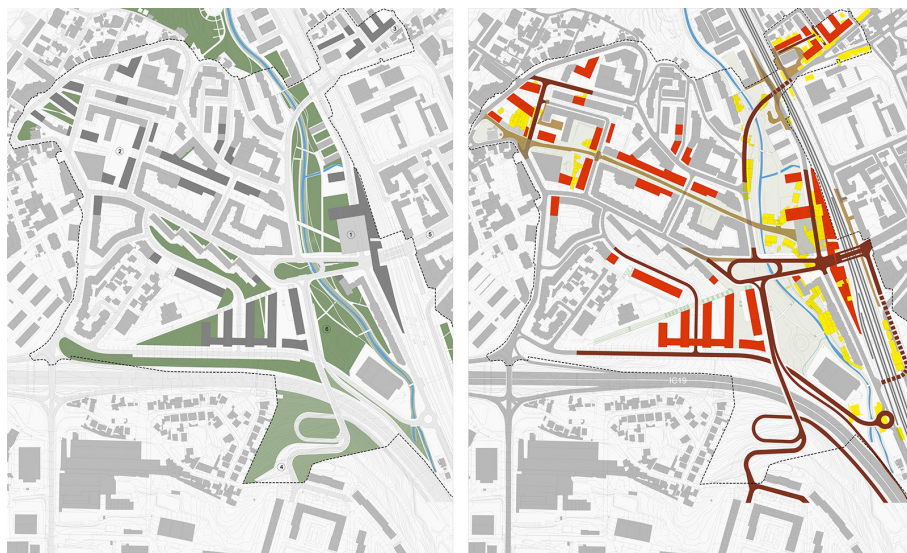


Fig. 138 - Planta da proposta do Programa Polis (esquerda).

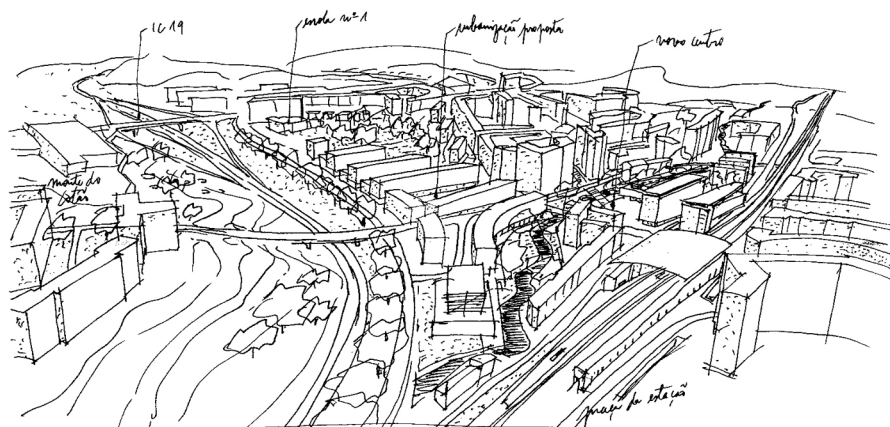
Fig. 139 - Planta de demolições e construções do Programa Polis (direita).

Fonte: http://www.risco.org/projects/area-central-do-cacem_17

Segundo Risco (2016) o Cacém é um subúrbio que teve um crescimento desordenado e exponencial desde a década de 70. Referem que o PP da Área Central do Cacém tinha como objetivo reabilitar aproximadamente 30 hectares da área em redor à estação de comboio e que o mesmo foi integrado no Programa Polis, os meios financeiros que acabaram por ser disponibilizados

Fig. 140 - Esquízo da proposta do Programa Polis.

Fonte: http://www.risco.org/projects/area-central-do-cacem_17



permitiram que o âmbito de intervenção fosse alargado. O Programa Polis é um programa de qualificação ambiental e urbano, financiado não só pelo Estado como também pela União Europeia o que vem trazer este incentivo à sua realização.

Ainda Leite (2009) apresenta o programa Polis num Congresso em Maio de 2009 mencionando que é um território densamente urbanizado ligado a um crescimento não planeado e sem centralidades, com défice nas condições de circulação quer a nível pedonal como viário mas também ao nível de estacionamento, a escassez de espaços verdes, de equipamentos e a existência de construções em áreas facilmente inundáveis. Que é uma área com elevada importância devido à sua localização, pois ligava através da antiga estrada, Lisboa a Sintra mas também, pela sua importância face à Ribeira das Jardas como sendo um elemento natural relevante.

O Programa Polis foi criado através do Governo e a Câmara Municipal de Sintra, que formaram uma empresa a CacémPolis de forma a possibilitar a realização do grande projeto considerado emblemático para o concelho de Sintra mas também para o país. O Programa Polis teve início a dia 20 de Dezembro de 2000, com a abertura de um relógio "Countdown" na Avenida dos Bons Amigos, e onde foi realizada uma visita e apresentação do programa (Aqua Alba, 2000, nº10).

É um programa virado para a vivência do peão na Baixa do Cacém, na criação de novas centralidades e de um corredor verde contínuo, criando assim várias áreas pedonais e uma nova praça no mercado entre outros. Aqua Alba (2000, nº10) refere ainda que este projeto se distingue de outros programas polis uma vez que este é realizado numa periferia ao invés do centro de uma cidade como era habitual, o que viria a servir de exemplo.

Com esta intervenção do Programa Polis estimava-se que as áreas verdes disponíveis passassem de 21.175m² para 150.370m² incorporando uma ciclovia com 1.500m e uma extensão fruível de 1.800m ao longo da ribeira (Fig.138).

Segundo o PDMS já tinham sido referidas medidas de ordenamento aplicáveis ao caso da Área Central do Cacém dentro das quais a criação de infraestruturas de mobilidade e acessibilidade necessárias à melhoria global, da qualidade de vida e revitalização da vida comunitária, ampliando a fruição da cidade e natureza. Além do Programa Polis a freguesia, que na altura era a maior do País, iria receber outros projetos e obras que iriam relacionar-se com o mesmo como por exemplo, a estação ferroviária e interface Rodoferroviária pela REFER, a instalação de um novo apoio à ARPIAC e novos acessos ao IC19 pelo Instituto de Estradas de Portugal.

Assim através do plano foram reformulados vários sistemas viários, promovidas negociações e reformulações de compromissos urbanísticos, propostas a demolição edifícios que impediam o novo desenho e concretização urbana e também a substituição de edifícios que se encontravam em mau estado de conservação, assegurando os realojamentos que fossem necessários (Fig.139). Foram propostas: a reconversão do interface rodoferroviário e a abertura de vias pedonais e semi-pedonais, a criação de um espaço público de grandes dimensões com áreas de lazer e de equipamentos junto à ribeira, na área mais central, e a reformulação de todos os sistemas de infraestruturas urbanas, adequadas a um novo enquadramento urbano. Seguindo o Plano de Pormenor, foram desenvolvidos o Projeto do Espaço Público, a recuperação da Ribeira das Jardas e o Projeto do Parque Urbano (Risco, 2016).

Segundo o Jornal Público (2004), as obras do Programa Polis em Agualva Cacém tinham um orçamento de 120 milhões de euros e deveriam estar concluídas na sua maioria entre 2006 e 2007.

4.2.5 Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI)

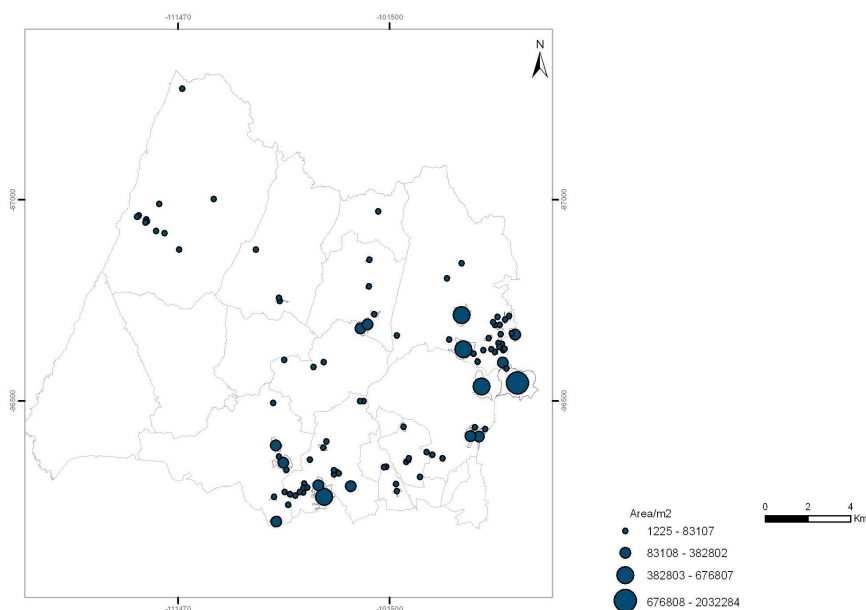


Fig. 141 - Planta das áreas AUGI por m² por freguesia.

Fonte: Relatório fundamentado de avaliação da execução do PDMS, 2011

Segundo CMS (2011) as áreas urbanas de génese ilegal são áreas de construção clandestina e surgem na Área Metropolitana de Lisboa e na sua periferia desde a década de 1960, devido às crescentes necessidades relativamente à habitação, consequência do processo de litoralização e da ineficácia da legislação face ao mercado dos solos, e escassez relativamente às habitações legais.

No concelho de Sintra existem declaradas 100 AUGI incidindo essencialmente em Almargem do Bispo, Rio de Mouro, S. João das Lampas, São Pedro de

Freguesia	Nº de AUGI	Área (ha)
Aqualva	5	10,25
Algueirão-Mem Martins	3	3,34
Almargem do Bispo	26	197,92
Belas	8	118,18
Casal de Cambra	2	211,54
Montelavar	1	0,49
Pêro Pinheiro	4	25,9
Rio de Mouro	19	148,65
São Marcos	4	13,16
São João das Lampas	14	11,16
São Pedro Penaferrim	8	92,94
Terrugem	3	8,07
Almargem Bispo; Casal Cambra	1	13,67
Algueirão Mem-Martins; Pêro Pinheiro	1	15,14
São Pedro de Penaferrim; Rio de Mouro	1	3,67
TOTAL	100	874,11

Quadro 11 - Áreas Urbanas de Génese Ilegal, por freguesia.

Fonte: Elaboração própria a partir de Relatório fundamentado de avaliação da execução do PDMS, 2011

Penaferrim e Belas mas, na área em estudo de Aqualva Cacém também existem 9 AUGI sendo 5 em Aqualva e 4 em São Marcos, tal como podemos verificar no quadro 11.

Em Sintra as AUGI, segundo o PDM, incidem essencialmente nas áreas classificadas de espaços urbanos seguindo-se as áreas de espaços urbanizáveis de uso habitacional com 20%, os espaços culturais e naturais de nível 1 (9%), o espaço canal (4%) e os espaços florestais (1%) e as restantes classes com valores inferiores a 1%.

Segundo a Lei nº 91/95, de 02 de Setembro com alterações introduzidas pela Lei nº 165/99, de 14 de Setembro, pela Lei nº 64/2003, de 23 de Agosto e pela Lei nº 10/2008 de 20 de Fevereiro a reconversão destas áreas passa por operações de loteamento de iniciativa dos proprietários ou coproprietários, como operação de loteamento ou mediante de plano de pormenor da iniciativa municipal.

Na figura 141 é possível verificar que ao nível de quantidade de áreas declaradas como também de área por metro quadrado incidem essencialmente em dois

núcleos, a Este e a Sul do concelho de Sintra, mais concretamente: a sul de Almargem do Bispo e Casal de Cambra (Este do concelho) e a sudoeste de Rio de Mouro e este/sudeste de S. Pedro de Penaferrim (Sul do concelho). Já relativamente à área em estudo de Aqualva-Cacém, tal como já referido, existem 9 AUGI sendo as mesmas entre 1225-83107m² inseridas em São Marcos e Aqualva de forma mais ou menos dispersa no território mas, essencialmente em áreas com declive acentuado, em terrenos de mais difícil acesso, mais distantes da área massivamente construída, portanto nas áreas mais "rurais" mas também perto de indústrias.

4.2.6 Agenda 21 Local de Aqualva (A21LA)

Segundo Queirós (2012) a Agenda 21 Local de Aqualva é um instrumento de gestão da Freguesia de Aqualva a fim de promover um desenvolvimento sustentável incorporando questões ambientais, sociais, culturais e económicas no seu território. Surge em 2010 com a subscrição da Carta de Aalborg, assumindo o compromisso de incorporar na agenda política o desenvolvimento sustentável mas também a mobilização do poder dos cidadãos e da sociedade civil para a promoção de ações ambientais, sociais e económicas de forma conjunta, constituindo uma base de um modelo de desenvolvimento local alternativo.

"Assim, a Agenda 21 Local é a expressão local da Agenda 21 e consiste num instrumento de gestão para a sustentabilidade, partindo de um diagnóstico de situação de referência, estabelecendo metas a alcançar nas vertentes da proteção do ambiente, desenvolvimento socioeconómico e coesão social, desenvolvido por atores locais em parceria com os cidadãos e sociedade civil." (Queirós, 2012, p.10).

Portugal é um dos signatários da Carta de Aalborg (1994) e comprometeu-se a integrar princípios de sustentabilidade e justiça social na política económica, social e ambiental, essencialmente a nível local e, dentro dessa mesma estratégia deveriam estar presentes algumas orientações dentro das quais *"(...) um processo participativo com os cidadãos, uma visão de consenso para o futuro, a integração das questões ambientais, económicas e sociais, a preparação de um plano de ação com metas concretas, a definição de indicadores de progresso, e o estabelecimento de mecanismos de monitorização e avaliação."* (Queirós, 2012, p.10), ou seja, o processo deve incluir a participação dos múltiplos constituintes do território, os atores devem chegar a consensos no que respeita a objetivos ambientais, sociais e económicos, criar fóruns para discussão e planeamento, incluir um plano de ação a longo prazo e o processo deve estabelecer um enquadramento de



Fig. 142 - Capa da Agenda 21 Local de Aqualva.

Fonte: Fotografia da autora, Setembro, 2016

monitorização e de reporte.

Queirós (2012) refere que não existe uma única forma de implementar a A21L mas, existe uma orientação base a considerar, esta relativamente à valorização do envolvimento de todos os atores locais num processo participativo e de planeamento estratégico que seja virada para a ação, resolvendo e prevenindo os problemas que se mostrem prioritários. A estrutura da agenda é composta por voluntários, flexíveis, dinâmicos, participativos, cooperativos, pedagógicos e multissetoriais o que permite um maior envolvimento e responsabilidade dos envolvidos uma vez que não existe obrigação formal mas sim de compromisso e interesse mutuo. *“É através de uma intervenção ativa que os diversos membros se farão ouvir e incluir nos processos de decisão.”* (p.15), o mesmo pressupõe a partilha de poderes e responsabilidades promovendo uma cultura sustentável e de aprendizagem coletiva. Os processos incorporam o compromisso e sensibilização, o diagnóstico, o planeamento da ação, a implementação, a monitorização, avaliação e revisão interativa.

A “A21L não deve ser encarada como um processo fechado, mas sim como um conjunto de projetos participados e capazes de serem avaliados e mudados, se necessário. Assim deve estar solidamente implementada uma lógica de planeamento colaborativo, contando com o envolvimento de todas as partes interessadas (sociedade civil, ONG,...). Isto permite envolver a população na conceção, nas diversas ações e dar a conhecer os resultados da participação e intervenção cívica.” (Queirós, 2012, p.12).

Neste sentido, a primeira fase da A21LA incidiu entre 2010 e 2011 sendo a mesma referente à formulação e formalização, contando com quatro grupos de trabalho e com incidência nas seguintes temáticas: economia e sociedade, educação e cultura, ambiente, espaço público.

Após ser desenvolvido conceptualmente a A21L foram definidos o Diagnóstico e seu respetivo Plano de Ação. Para que os objetivos fossem cumpridos foi necessário uma equipa técnica que fosse capaz de responder às diversas solicitações e exigências. Assim, a J.F. possuía uma equipa de colaboradores que tratavam das questões relativas à A21L mas também estabeleceu 12 parcerias com várias associações e atores locais. Relativamente aos recursos materiais foram pedidos os relacionados com eventos e ainda foi atribuído um orçamento na ordem dos 10.000€, e para o ano seguinte pedido 15.000€ segundo as ações perspectivadas para 2013.

As ações ou projetos que a A21L pretendia colocar em prática eram os seguintes:

- Hortas Biológicas;
- Loja Solidária;
- Criação do Centro de Interpretação Ambiental Urbano da Ribeira das Jaldas (CIAU);
- Dinamização do Parque Linear da Ribeira das Jaldas e antiga fábrica da Melka;
- Limpeza da Ribeira das Jaldas;
- Reestruturação e criação do Mercado Biológico de Colaride;
- Eco Percursos de Agualva / Rota da Biodiversidade;
- Zelador de Bairro;
- Implementação e dinamização do Voluntariado Local;
- Reestruturação do Programa de Ajuda Alimentar – Agualva Solidária;
- Criação e dinamização de espaços públicos de lazer e convívio;
- Encontro de Expressões Artísticas de Agualva;
- Promoção de Tertúlias de poesia em diversos locais da freguesia;
- Implementação da Comissão de Apoio Integrado à Família (CAIF);
- Dinamização de atividades que promovessem a integração da população imigrante.

Porém, o relacionamento com a Câmara Municipal de Sintra e a Assembleia de Freguesia era de alguma instabilidade relativamente à A21L de Agualva o que proporcionou um bloqueio e atraso para a concretização de alguns projetos que necessitassem de aprovação camarária, existindo maiores trocas de conhecimento de informação com as Câmaras Municipais de Oeiras e Cascais do que a de Sintra. Também algumas associações e outros potenciais parceiros colocaram algumas dificuldades à integração e exploração de relações de parceria com a comunidade, mas também a falta de cultura democrática na relação com a população e atividades.

No entanto, os aspetos mais positivos da implementação da A21LA são:

- i) a capacitação dos profissionais da Junta na aquisição de novas competências;
- ii) o aprofundamento de relações da Junta com parceiros sociais;
- iii) a concretização de projetos propostos pela população, promovendo a transparência e a prestação de contas à sociedade civil;
- iv) a aproximação entre os cidadãos e construção de laços de relação e de identidades locais sendo que os envolvidos defendem afincadamente os projetos e a atividade da Junta capta públicos diferentes e alargados.

No que toca aos projetos realizados, temos por exemplo o Zelador de Bairro, desenvolvido pela J.F., com o principal objetivo de receber e encaminhar reclamações e sugestões dos cidadãos sobre questões relativas ao espaço público do território. Aqui foram envolvidos os zeladores de bairro, a Junta de Freguesia, a CMS através de um representante Chefe da PSP e as associações locais. *"O estabelecimento de uma parceria privilegiada entre população e demais atores locais contribui para a valorização da escala local e para a partilha das responsabilidades sociais."* (Queirós, 2012, p. 42). Já o projeto Mercado Sustentável de Colaride era um projeto que incidia na procura de recursos locais ao serviço da qualidade de vida da população. Desta maneira promovia-se a produção agrícola local valorizando um espaço que se encontrava desocupado. Esta ação permitiria também integrar e articular com outros projetos como por exemplo as hortas sustentáveis o que traria a possibilidade dos próprios produtores gerarem uma economia local.

4.2.7 Orçamento Participativo de Agualva e Mira Sintra

O orçamento participativo é um instrumento de democracia participativa e pretende dar a possibilidade aos cidadãos de participar em igualdade de condições na tomada de decisões e também na gestão dos recursos.

A J.F.A.M.S. (2014) menciona que este é um dos mais importantes instrumentos de expressão democrática e o mesmo foi aplicado na J.F.A.M.S. em 2015 e já conta com 3 edições. O valor destinado ao OP são 20.000€ sendo o mesmo dividido pelos dois formatos de participação implementados sendo que 60% do valor reverte no OP Geral para projetos na área de apoio social, da cultura, de infraestruturas ou do desporto e 40% para o OP Juventude destinados à juventude, às escolas.

Aqui somente os cidadãos residentes em Agualva e Mira Sintra ou associações sem fins lucrativos é que podem apresentar propostas e as mesmas são

apresentadas através do preenchimento de um formulário específico que está disponível na junta de freguesia, em sessões de esclarecimento OP e através do site da junta. Posteriormente deve ser entregue na sede da junta de freguesia, via email ou correio postal (todas estas indicações estão no site da junta de freguesia na secção do OP).

Relativamente à votação, podem votar no OP Geral todos os cidadãos residentes ou trabalhadores na área da freguesia e todos os alunos pertencentes ao parque escolar que tenham mais de 16 anos de idade. Já no OP Juventude podem votar todos os alunos pertencentes ao parque escolar de Aqualva e Mira Sintra com idade inferior a 30 anos. O processo tem a duração de um ano sendo possível verificar a distribuição de tarefas e sua calendarização na figura seguinte referente ao ano corrente.

Janeiro e fevereiro de 2017	Apresentação de propostas pela população
Até 15 de março de 2017	Apreciação das propostas pela comissão
Dia 16 de março de 2017	Divulgação da lista provisória dos projetos a votação
Até 31 de março de 2017	Apresentação de reclamações da lista provisória
Até 14 de abril de 2017	Apreciação de reclamações da lista provisória e lista final de projetos
De 28 de abril a 16 de junho de 2017	Votação dos projetos
Até 23 de junho de 2017	Proclamação da lista final
Até 31 de dezembro de 2017	Execução dos projetos vencedores

Quadro 12 - Artigo 3.º
(Calendarização do Orçamento Participativo de 2017).

Fonte: Elaboração própria a partir de <http://www.jf-agualvamisintr.pt/orcamento-participativo-2017/>

Relativamente às edições anteriores, podemos verificar que no OP de 2015 existiram 26 propostas das quais 16 do OP Geral e 10 do OP Juventude, das mesmas, 4 e 2 respetivamente, não foram admitidas por não se enquadrarem nas competências da J.F. sendo as mesmas remetidas para a CMS e uma delas por manifestar interesses comerciais. Existiu um total de 235 votos dos quais 70 (12,8%) para o projeto "Proteção, esterilização e abrigo de animais" para o OP Geral e 165 votos (30,1%) para o projeto "Reabilitação da Casa Saloia (Casal da Charneca) " no OP Juventude tal como se pode verificar no quadro 13.

2015	OP GERAL	% votos
12	Proteção, esterilização e abrigo de Animais	12,8
25	Parque Infantil	11,8
18	Recuperação de espaço público - Anta de Aqualva	10,2
1	Reabilitação da Casa Saloia	9,5
13	Parque de merendas com pequena área de lazer	8,2
9	Renovação do mini campo de jogos da Rua do Pinheiro	7,8
22	Parque de Colaride	7,1
21	Valorização do espaço público	6,7
20	Talentos Aqualva Mira Sintra	6,4
23	Roteiro do património histórico e cultural de Aqualva	5,6
2	Projeto de intervenção pedagógica	3,8
26	VivaMúsica	3,3

Quadro 13 - Projetos OP 2015.

Fonte: Elaboração própria a partir de <https://www.jf-agualvamisra.pt/orcamento-participativo-2015/>

14	Centro de recursos pedagógicos	2,9
11	Sempre a crescer	2,6
15	Natal no jardim	1,3
OP JUVENTUDE		
10	Reabilitação da Casa Saloia (Casal da Charneca)	30,1
4	Buracos na estrada	23,7
5	Falta de parques nas ruas	21,1
3	Adeus ratos da Ribeira das Jardas	20
6	Pinos destruídos	5,1

No OP de 2016 existiram 18 propostas das quais 10 do OP Geral e 5 do OP Juventude. Votaram 2292 pessoas, 1008 no OP Geral e 1284 no OP Juventude. O projeto vencedor do OP Juventude foi a proposta "Danças interculturais" com 683 votos (27,1%) e do OP Geral com 463 votos (15,9%) o projeto "Campo de Jogos da Escola Matias Aires" (Quadro 14).

Quadro 14 - Projetos OP 2016.

Fonte: Elaboração própria a partir de <https://www.facebook.com/640030669352213/photos/>

2016	OP GERAL	% votos
6	Reabilitação do campo de jogos exterior da ESMA	15,9
2	Criação de uma Horta Pedagógica	12,3
9	Reabilitando o espaço, melhorando a Escola...	11,8
17	Street Art - Welcome Agualva-Cacém	10,1
18	Agualva e Mira Sintra Acessível	10,1
3	Talentos Agualva e Mira Sintra	9,5
13	Animais no espaço urbano: pombos, gatos e cães	8,5
4	Obras de Recuperação do edifício Sede	7,5
5	Património Histórico e Cultural de Agualva e Mira Sintra	7,3
11	Revitalizar a minha e a nossa praça	4,2
10	História do barro	2,9
OP JUVENTUDE		
1	Danças Interculturais	27,1
7	Reabilitação do campo de jogos exterior da ESMA	25,9
8	Por uma Escola Melhor - EB Agualva 2	25,6
12	Reabilitação do campo de jogos da Escola D. Domingos Jardo	21,4

Já este ano, 2017, existiram 14 propostas a votação sendo que 8 são referentes ao OP Geral e 6 do OP Juventude, contando com 1151 votos válidos. É possível verificar no quadro 15, que os projetos mais votados foram a proposta "Reabilitar o campo de jogos - EB Mira Sintra no OP Geral com 317 votos (17,13%) e "Salvem o nosso Campo de Jogos - EB Mira Sintra" no OP Juventude

2017	OP GERAL	% votos
3	Reabilitar o campo de jogos	17,13
5	Freguesia de Agualva e Mira Sintra - A primeira em Portugal sem animais abandonados nas ruas	16,86
6	Livro e documentário - Agualva e Mira Sintra: Ontem, Hoje e Amanhã	14,86
9	Boa Vizinhança - Vamos acreditar	17,70
4	Tanques históricos do Grajal	11,78

1	Grupo de Teatro	11,40
2	O artesanato vai aonde o cidadão quer	7,73
13	Streer Art - Welcome Agualva-Cacém	7,56
OP JUVENTUDE		
11	Salvem o nosso Campo de jogos	24,66
17	Escola FM - Rádio na Escola	19,66
12	Marca Jovem	17,67

com 395 votos (24,66%).

No geral as propostas apresentadas para votação apresentam temáticas diversas não se podendo definir um tipo de temática mais presente. As propostas vão desde propostas gerais que englobam um contexto histórico ou social ou também em contextos de pequenas intervenções em casos específicos. No entanto, das 6 propostas que venceram podemos observar que 3 delas foram referentes a reabilitação de campos de jogos, uma de carácter multicultural de dança, outra de reabilitação de um edificado histórico e outro referente aos animais de rua.

4.3 Enquadramento e análise de Agualva-Cacém

4.3.1 Enquadramento histórico e evolução urbana

Relativamente à evolução histórica e urbana de Agualva-Cacém, podemos referir que os primeiros habitantes de Agualva-Cacém seriam da pré-história uma vez que foi possível detetar material de três etapas do paleolítico (Inferior, Médio e Superior). Existe no território a Gruta de Colaride (Fig.143) que atualmente se encontra em estado de degradação, sendo a sua referência mais antiga datada em 1463. Também construída há cerca de 5.000 anos, foi a Anta de Agualva (Fig.144) que serviria de túmulo coletivo. Ainda, existe neste território a presença dos tholos de Agualva, um tipo de monumento funerário, descoberto por acaso em 1951, mas de novo soterrado uma vez que a sua manutenção seria problemática naquele local, sendo datado entre 2.200 e 1.800 a.C. ou até mesmo 3.000 a.C.. Igualmente é marcada pela passagem da Idade da Pedra, do Ferro e ainda a presença romana (Sousa e Mascarenhas, 2000).

A Ribeira das Jarda ou Água Alva são os nomes que designavam a Ribeira que hoje se chama Ribeira das Jardas, e que já no século XII demarcava os limites administrativos e paróquias. A denominação de Agualva deriva da limpidez da água da ribeira que existe no território, do latim "aqua alba" e, segundo J.F.A.M.S. (2014) remonta a 1147 à conquista de Lisboa e Sintra aos Mouros

Quadro 15 - Projetos OP 2017.

Fonte: Elaboração própria a partir de <http://www.jf-agualvamirasintra.pt/orcamento-participativo-2017/>



Fig. 143 - Fotografia da Gruta de Colaride.

Fonte: Fotografia da autora, outubro, 2017

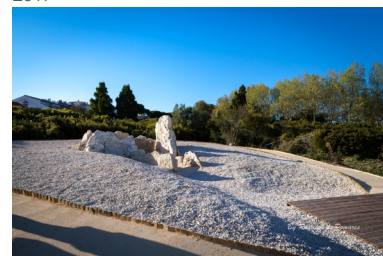


Fig. 144 - Fotografia da Anta de Agualva.

Fonte: <http://rouxinoldepomares.blogs.sapo.pt/requalificacao-da-anta-de-agualva-735823pcb.1099922923362983/1099922813362994/?type=3&theater>



Fig. 145 - Fotografia das Inundações de 1983 no Cacém. Do lado esquerdo a Ribeira das Jaldas e à direita ao fundo, a fábrica da Melka.

Fonte: http://riodasmacas.blogspot.pt/2008_02_01_archive.html

surgindo referências do seu povoamento em 1220 nas inquirições Afonsinas. Já no século XIV o território de Agualva-Cacém pertencia a dois termos distintos, Agualva e Cacém eram demarcadas administrativamente pelo curso da ribeira das Jaldas onde Agualva e Mira Sintra (margem esquerda) pertenciam ao termo de Lisboa e à freguesia de Belas, Cacém e São Marcos (margem direita) pertenciam ao termo de Sintra, à freguesia de Rio de Mouro portanto, era o limite administrativo entre Lisboa e Sintra (Fig. 146).

Aqua Alba (1984, nº11) refere algumas datas que indicam o início de algumas das povoações ou pelo menos datas referidas em documentos da existência das mesmas e que proporcionam um melhor entendimento do desenvolvimento e crescimento territorial: Barota (1218), Agua Alba (1220), Colaride (1272), Cacém (1253?) no século XIII. Já no século XIV e XV surgem São Marcos (1321), Cotão (1335), Azambujal (1341) e Vale Mourão (1376). Já no século XVI surge a povoação Jarda (1503), Eira Velha (1504), Pedras

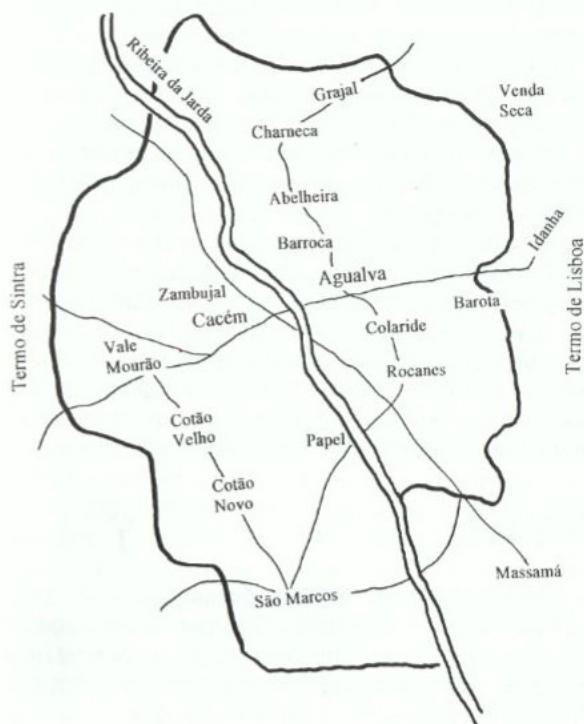


Fig. 146 - Mapa esquemático de Agualva-Cacém no século XVIII.

Fonte: Sousa, Ana ; Mascarenhas, Teresa, 2000.

Vermelhas (1573), Abilheira (1584), Papel (1586), Barroca (1598) Rocanes, Espinheiro, Charneca e Grajal, sendo também possível verificar no anexo 2, através de uma planta de cadastro a localização de algumas destas áreas.

Neste sentido, Pedro Arrabaça (2002) refere que a origem de Agualva-Cacém é marcada por edificações dispersas do lado nascente da linha (Fig.147), Agualva, por um aglomerado a norte dominado pelo Palácio do séc. XVIII e do lado poente da linha (Fig.148), Cacém, um aglomerado linear ao longo da estrada Lisboa-Sintra. Já em São Marcos era possível ver alguma expressão a sul.



Fig. 147 - Fotografia antiga de Agualva-Cacém, vista de poente para nascente (esquerda).

Fonte: <http://arquivoonline.cm-sintra.pt/viewer?id=9076&FileID=999>

Fig. 148 - Fotografia antiga de Agualva-Cacém, vista de nascente para poente (direita).

Fonte: <http://arquivoonline.cm-sintra.pt/viewer?id=9075&FileID=998>

Desde muito cedo que a ribeira é um elemento importante, não só por ser um elemento fertilizante das terras mas também útil para diversos engenhos como os moinhos e também pela pescaria, portanto a ribeira possuía grande importância económica uma vez que as suas águas faziam movimentar diversas azenhas, lagar e diversas hortas e pomares. A mesma possui o afluente ribeiro do Grajal que por sua vez recebe as águas do ribeiro do Espinheiro, ambos com mais caudal e limpos que hoje em dia. As terras na sua grande maioria pertenciam a ordens religiosas ou a nobres com camponeses que trabalhavam nas mesmas.

Um local privilegiado de transações e negócios era a Feira de Agualva realizada inicialmente nos primeiros dias de Maio (criada e autorizada em 1712 por alvará a 22 de Setembro por D. João V) mas mais tarde prolongada pelas 3 semanas do mês (Fig.149).

O território expande com o aparecimento de novos casais agrícolas e quintas nobres. Entre 1701 a 1725 Agualva continha 14 famílias e, o conjunto dos lugares que hoje constituem Agualva-Cacém teriam no primeiro quartel do século XVIII aproximadamente 450 indivíduos. Na maioria a população era constituída por trabalhadores rurais, moleiros, pedreiros, carpinteiros e de outros ofícios, mas também existiam moradores nobres, militares e eclesiásticos.

Ainda hoje é visível a presença de algumas quintas no território urbano, a Quinta da Barroca, a Quinta da Fidalga (Fig.150), a Quinta do Tojal entre outras, pela presença dos palacetes e construções que as mesmas tinham, como também por alguns terrenos que resistiram às alterações sofridas pelo crescimento urbano (J.F.A.M.S., 2014).

A importância de Agualva-Cacém deriva também da antiga estrada Lisboa-Sintra, atual Rua Elias Garcia, que fazia ligação tanto a Oeiras como a Belas. Em 1930 (Fig.151) não existem grandes modificações e em 1944 para além da Rua Marquês de Pombal e início de ocupação do Monte do Farelo, a evolução mais notória é uma ligeira densificação de uma futura malha (Fig.152). Já nos anos 60 a grande transformação inicia-se a nível de uso, tipologia e ocupação, integrando Agualva-Cacém na rede de núcleos suburbanos da área metropolitana de Lisboa (Fig.153).



Fig. 149 - Fotografia antiga da Feira de Maio de Agualva-Cacém.

Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=yAy6_QD_Ka0



Fig. 150 - Fotografia da Quinta da Fidalga, palácio do século XVIII e do Largo da República, local da antiga Feira de Maio.

Fonte: <http://xmusic.pt/blog/item/boas-noticias-para-o-conservatorio-de-musica-de-sintra-que-acaba-de-ganhar-nova-sede>

Fig. 151 - Extrato da planta de ocupação em Agualva-Cacém e área envolvente em 1930.

Fonte: Carta Militar de Portugal disponível em http://www.igeoe.pt/cartoteca/bibliopac/images/Folha8_F55.jpg



Fig. 152 - Extrato da planta de ocupação em Agualva-Cacém e área envolvente em 1940.

Fonte: Carta Militar de Portugal disponível em http://www.igeoe.pt/cartoteca/bibliopac/images/416_1940.jpg



Fig. 153 - Extrato da planta de ocupação em Agualva-Cacém e área envolvente em 1962.

Fonte: Carta Militar de Portugal disponível em http://www.igeoe.pt/cartoteca/bibliopac/images/416_1962.jpg



Fig. 154 - Fotografia da antiga estação ferroviária de Agualva-Cacém.

Fonte: <http://arquivoonline.cm-sintra.pt/viewer?id=37968&FileID=4286>



Fig. 155 - Fotografia da antiga estação ferroviária de Agualva-Cacém.

Fonte: <http://arquivoonline.cm-sintra.pt/viewer?id=37961&FileID=4279>

A cidade desenvolveu-se em torno da rede ferroviária existente e a mesma torna-se na sua principal paisagem urbana uma vez que é o eixo principal de deslocamentos pendulares de emprego (Fig.154). O crescimento desta área tanto a nível económico como a nível demográfico dá-se com a entrada em funcionamento da linha de caminho-de-ferro entre Lisboa e Sintra em 1887. A eletrificação da Linha de Sintra é somente inaugurada em 1956. Já no séc. XXI é realizada uma quadruplicação da linha e uma remodelação das estações de Agualva-Cacém e Massamá-Barcarena, sendo as mesmas concluídas em 2013 (Fig.157).

Também o IC19 teve um papel determinante uma vez que permitia a rápida acessibilidade e menos dependente da linha férrea. Teve diversas fases de construção sendo que a sua inauguração data de 1985, o troço de Buraca-Queluz, até ao seu alargamento final em 2009. Só em 1991 é que chega a Agualva-Cacém através do troço Queluz e Rio de Mouro, que vem marcar o crescimento acentuado nesta área, e posteriormente alargado até Ranholas em 1995 (Fig.158).

Assim, o crescimento contínuo até à década de 60 e explosivo até à década de 90 foi sendo apoiado pela linha férrea e a sua principal estrutura viária, que se prolonga com a continuação da construção do IC19.

Novas vias são criadas, tal como novos equipamentos, indústrias e prédios de rendimento com 4 ou mais pisos. Esta realidade traz sinais de modificações sociais e de escala que não tiveram uma resposta urbanística eficaz. A construção foi avançando sem critérios e não era possível antever os problemas decorrentes da densificação que se iria instalar. Em 1940 já se começa a observar uma aproximação à estação, consolidando-se nas duas décadas posteriores. Administrativamente e devido ao crescimento urbano acentuado, surge a criação da freguesia de Agualva-Cacém, numa única freguesia pelo Decreto-Lei nº39210/1953, de 15 de maio, transformando-se nas décadas posteriores numa das principais áreas dos arredores de Lisboa.

A partir dos anos 60 e até 2001 inicia-se o processo de explosão, sendo na década de 70 o seu valor relativo mais elevado ao nível populacional e de alojamentos. Aqui é possível observar uma organização urbana para ambos os lados da linha férrea, com ramificações para núcleos mais recentes e distantes (Fig.153).

Após o 25 de Abril várias conquistas foram realizadas em Agualva-Cacém através de muitos movimentos populares. Diversas comissões foram criadas de forma a procurar soluções para as carências locais existentes, muito trabalho voluntário se elevou em prol do bem comum e muitos problemas iam sendo resolvidos. Assim, através do apoio da Comissão Administrativa da Junta foram formadas 20 Comissões de Moradores que procuravam em conjunto minorar as carências no território através de orientações traçadas nas Assembleias Populares, e assim se marca a História Local com a criação de alguns bairros criados: o Bairro da Estação, o Bairro de Colaride, o Bairro Fonte das Eiras, o Bairro da Agualva entre outros, perfazendo um total de 20 bairros. Desta forma diversas reparações de arruamentos, arranjos urbanísticos, construções de parques infantis, formação entre outras iniciativas iam sendo feitas por estas comissões de moradores sendo por exemplo relevante referir a construção do Jardim de Infância Popular, ainda hoje bastante presente no território.

Devido à topografia acentuada e de fracos acessos, até então a zona sul mantêm-se por edificar. Nos anos 60 e 70 dá-se o início de algumas construções dispersas e algumas ocupações industriais de alguma dimensão. Na década de 80 o crescimento abrandava mas, nos anos 90 volta a crescer e o número de fogos atinge o seu maior valor absoluto, sendo que entre 1991 e 2001 é mais expressivo nas áreas a sul, nas áreas menos acessíveis. Também entre a década de 1960 e 2001, o número de fogos por hectare multiplica, consequência da construção de novos tipos habitacionais coletivos, com elevados números de pisos, em áreas desocupadas dentro e fora dos núcleos de moradias e por vezes também através da sua substituição (Arrabaça, 2002).



Fig. 156 - Fotografia da antiga estação ferroviária de Agualva-Cacém.

Fonte: Fotografia de João Branco, década de 70



Fig. 157 - Fotografia da inauguração da nova estação ferroviária de Agualva-Cacém, 2013.

Fonte: <http://www.tudosobresintra.com/2013/05/governo-inaugura-hoje-nova-estacao.html>

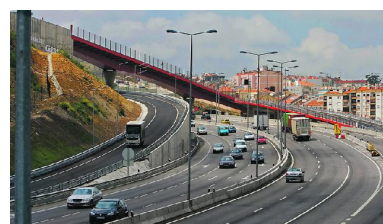


Fig. 158 - Fotografia do IC19.

Fonte: <http://mapio.net/pic/p-43592370/>



Fig. 159 - Fotografia sobre a diversidade territorial de Agualva-Cacém.

Fonte: Fotografia da autora, Maio, 2017

O território é elevado a Vila em 1985 pela Lei nº 66/85, de 25 de setembro e posteriormente a Cidade, em 2001 pela Lei nº 34/2001, de 12 de julho sendo também no mesmo ano, a freguesia desdobrada em quatro portanto: Agualva, Cacém, Mira Sintra e São Marcos pela Lei nº 18-C/2001, de 3 de julho de 2001. Mais tarde em 2013 pela Lei nº 11-A/2013, de 28 de janeiro, com a reorganização de freguesias ao nível de todo o país, passa a duas freguesias, Agualva e Mira Sintra, Cacém e São Marcos.

Segundo Arrabaça (2002), a cidade contruída apresenta uma grande diversidade e fragmentação dadas pela elevada densidade de construção e baixa proporção de espaços públicos. Aqui não existiu planeamento eficaz e, os estudos urbanísticos assumiram pouco relevo, tendendo a servir para justificar ocupações pontuais. Esta realidade verifica-se essencialmente nas décadas de 80 e 90 onde a construção era o essencial.

Ou seja, o que de início Agualva-Cacém fornecia, uma cidade-campo com vivendas pouco expandidas, reconverteu-se num pesadelo descontrolado com imensas edificações que vêm eliminar os espaços públicos e espaços livres que existiam, produzindo assim, cidade de "má" qualidade e atribuindo aos subúrbios de Lisboa uma avaliação negativa proveniente de uma cultura instalada de produção de formas de cidade que contém contradições entre os modelos teóricos, estudos urbanísticos e também de loteamentos que antecederam a construção (Fig.160 e Fig.161).

Fig. 160 - Fotografia panorâmica de Agualva-Cacém, para o lado nascente, Rua do Miradouro.

Fonte: Fotografia da autora, Maio de 2016

Fig. 161 - Fotografia panorâmica de Agualva-Cacém, com a localização de algumas áreas e infraestruturas do território.

Fonte: Fotografia da autora, Maio de 2016



Neste sentido, relativamente à promoção do espaço, Arrabaça (2002) menciona várias tipologias mas, essencialmente é possível verificar que o crescimento e desenvolvimento urbano é constituído por uma diversa distribuição de tipologias edificadas, uma mistura de habitações unifamiliares e coletivas, distribuídas em quarteirão ou em blocos soltos.

4.3.2 Análise do território

Neste subcapítulo pretende-se analisar e caracterizar o território de Agualva-Cacém nas suas diversas componentes, a nível populacional e de edificado, espaços verdes e infraestruturas, e identificar e caracterizar os vazios existentes no território, bem como escolher uma área mais reduzida para se desenvolver um processo participado.

Como se pode verificar através da figura 162 a evolução da população de Agualva-Cacém tem sido crescente desde 1527 até 2001, mas com um ligeiro abrandamento até 2011. É possível verificar que entre 1527 a 1929, ou seja, mais ou menos durante 400 anos, a população não ultrapassa os 1000 habitantes, sendo que a partir daí tem sofrido um crescimento mais acentuado até 1960 multiplicando-se por mais de sete vezes. Na década de 60 inicia-se um processo de crescimento ainda mais acentuado mas é na década de 70 até 2001 que se nota o crescimento populacional explosivo, perfazendo em 2001, 81845 habitantes. Já entre 2001 e 2011 é notório um decréscimo pouco acentuado, perfazendo 79805 habitantes em 2011.

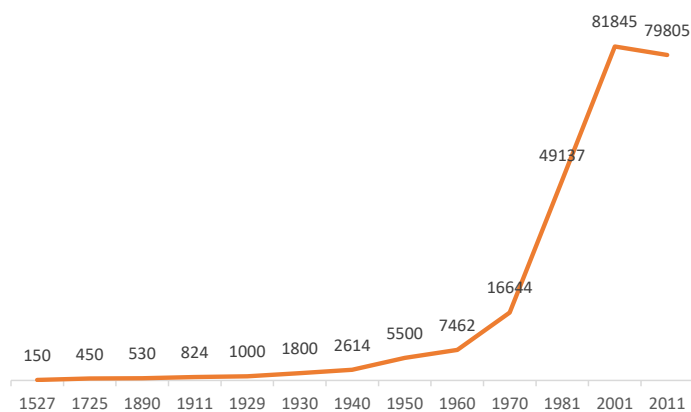


Fig. 162 - Gráfico de evolução da população de Agualva-Cacém.

Fonte: Elaboração própria a partir de Aqua Alba nº11

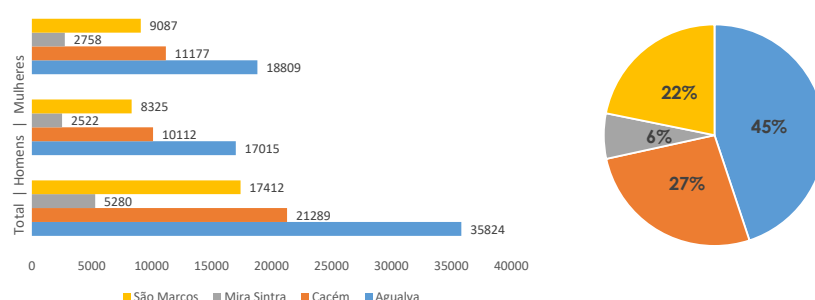
Já relativamente às 4 zonas da cidade de Agualva-Cacém é possível verificar que Agualva é onde existe mais indivíduos ou seja 45% dos habitantes, Cacém e São Marcos possuem uma percentagem relativamente igual, 27% e 22% respetivamente e Mira Sintra somente com 6% da população (Fig.164).

Fig. 163 - Gráfico de população residente, por sexo nas diferentes áreas territoriais.

Fonte: Elaboração própria a partir dos Censos 2011

Fig. 164 - Gráfico de população residente (% total) por área territorial.

Fonte: Elaboração própria a partir dos Censos 2011



Relativamente à superfície do território é possível verificar através da figura 165 que Agualva é a zona que possui uma superfície territorial maior possuindo 4,83 km², Cacém e São Marcos possuem mais ou menos a mesma dimensão, 2,17km² e 2,28km², respetivamente, e Mira Sintra mais reduzida possuindo somente 1,15km². Aqui é possível verificar uma relação relativamente direta face ao número de habitantes sendo que a área maior possui mais habitantes, a menor com menos habitantes e Cacém e São Marcos com valores idênticos. Se formos a pensar ao nível de freguesias, a freguesia de Agualva e Mira Sintra possui 41 104 habitantes para 5,98km² e para a freguesia de Cacém e São Marcos 38701 habitantes para uma superfície de 4,45km², aqui pode-se verificar que a relação entre os habitantes e área comparando as duas freguesias é relativamente proporcional.

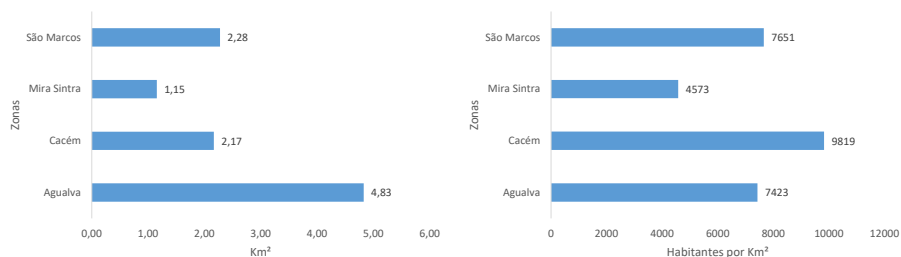
Ao nível da densidade populacional é possível verificar através da figura 166 cada zona da cidade de Agualva-Cacém mais ao pormenor, mas no geral dos 79805 habitantes para uma superfície territorial de 10,43km² é possível verificar que a densidade populacional é de 7651 habitantes por km². Segundo CMS (2014) e com base nos Censos de 2011, o concelho de Sintra possui uma densidade populacional de 1184 habitantes por km² e quanto às freguesias com maior densidade populacional são U.F. Massamá e Monte Abraão (15935), U.F. Cacém e São Marcos (8736) e U.F. Agualva e Mira Sintra (6885) em 2011, concluindo assim que Agualva-Cacém é uma das áreas territoriais de Sintra com maior densidade populacional.

Fig. 165 - Gráfico de superfície do território (Km²).

Fonte: Elaboração própria a partir dos Censos 2011

Fig. 166 - Gráfico de densidade populacional.

Fonte: Elaboração própria a partir dos Censos 2011



Já no que toca ao número de indivíduos por faixa etária, segundo os Censos 2011, é possível verificar que em Agualva-Cacém existe uma maior percentagem de indivíduos entre os 25 e 64 anos, já no que toca às restantes faixas etárias, dos 0 aos 13, dos 14 aos 24 e 65 ou mais anos são equiparadas,

não se verificando grande discrepância quanto à sua presença no território (Fig.167).

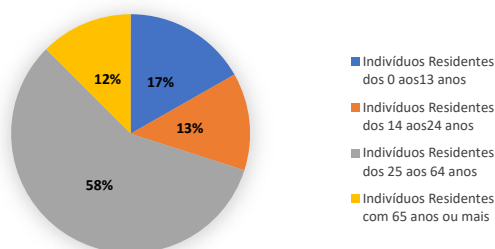


Fig. 167 - Gráfico de indivíduos residentes por faixa etária (%).

Fonte: Elaboração própria a partir dos Censos 2011

Em termos das quatro zonas individualmente podemos verificar na figura 168, uma maior diferença quanto ao género dos indivíduos. Nas várias áreas é notório a existência de mais indivíduos entre os 25 e os 64 anos de idade mas nas restantes faixas etárias o mesmo não se verifica, exceto em Agualva. Em Mira Sintra é possível verificar que existem mais indivíduos com 65 anos ou mais do que dos 0 aos 24 anos. No Cacém existem mais indivíduos dos 0 aos 13 anos e as outras duas faixas etárias verificam-se equiparadas. Já em São Marcos é totalmente diferente, existem poucos indivíduos com 65 ou mais anos e quanto aos indivíduos entre os 0 e os 13 anos, o mesmo verifica-se superior que dos 14 aos 24 anos.

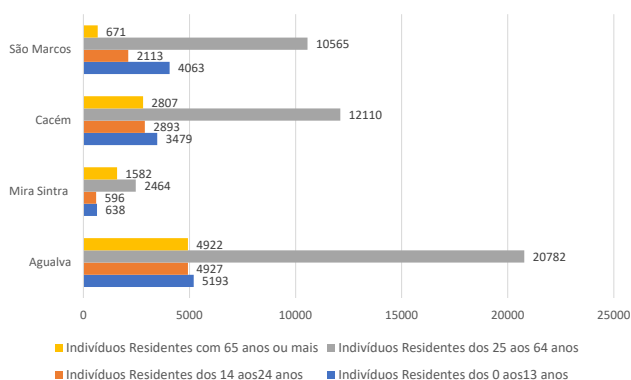


Fig. 168 - Gráfico de indivíduos residentes por faixa etária.

Fonte: Elaboração própria a partir dos Censos 2011

Dos 79805 habitantes de Agualva-Cacém, 45% têm emprego, 6% estão desempregados à procura de emprego e 2% estão à procura do primeiro emprego, os restantes subentende-se que são estudantes. Quanto ao nível de escolaridade é possível verificar que 8% tem um curso superior completo, 18% possui o ensino secundário completo e 22% com o 3º ciclo do ensino básico completo, existindo ainda 2% de indivíduos que não sabem ler nem escrever.

Relativamente à distribuição no território, é possível verificar que o número de indivíduos residentes por subsecção estatística, incide essencialmente a sul de São Marcos e depois um pouco por todo o território (Fig.170). O número de indivíduos com idades compreendidas entre os 0 e 13 anos situam-se essencialmente em São Marcos e numa área composta principalmente por prédios com 10 pisos no Cacém, esta realidade pode ser relacionada com a

existência de equipamentos escolares na proximidade (Fig.171). Já dos 14 aos 24 anos é um pouco mais disperso pelo território (Fig.172). Dos 25 aos 64 anos é possível verificar uma mancha mais intensa de indivíduos por todo o território mas com maior incidência a sul de São Marcos o que vem confirmar o referido anteriormente que existem mais indivíduos nesta faixa etária no território (Fig.173). Relativamente aos indivíduos com 65 ou mais anos é possível verificar que existem mais indivíduos na zona central de Agualva-Cacém mas também em Mira Sintra, algo que vem ilustrar os dados anteriormente referidos e visível na figura 174.

Relativamente ao número de indivíduos com emprego por subsecção estatística incide essencialmente em São Marcos e de seguida é distribuído de forma homogénea por todo o território (Fig.179). O número de indivíduos desempregados à procura de emprego incidem essencialmente na área central de Agualva-Cacém e a sul da mesma (Fig.180). Já o número de indivíduos à procura do 1º emprego é possível verificar que já não incide em tantas subsecções estatísticas mas ainda assim é distribuído pelo território (Fig.181).

Quanto ao edificado existem 4697 edifícios construídos entre 1919 e 2011, e como se pode verificar na figura 186 existem mais edifícios construídos entre 1961 a 1970 (26%), entre 1971 a 1980 (30%) (Fig.187) e de seguida entre 1981 a 1990 (16%) (Fig.188) o que se pode confirmar novamente que corresponde à época explosiva que o território sofreu não só a nível territorial de construção de edificado como também de população. Como se pode verificar, nos períodos antes de 1919, de 1919 a 1945, 1946 a 1960 nenhum ultrapassa os 8% portanto durante mais de 40 anos não se verifica a construção de muitos edifícios totalizando em 28%, nos 30 anos depois é onde se intensifica de forma bastante significativa (62%), mais do dobro em menos anos (Fig.169).

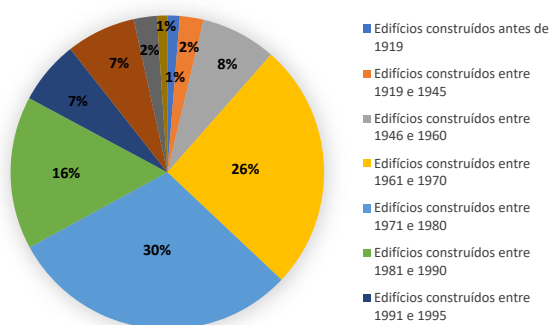


Fig. 169 - Percentagem de edifícios construídos entre 1919 e 1995.

Fonte: Elaboração própria a partir dos Censos 2011

Relativamente à densidade de edifícios por km², em Agualva podemos verificar que existem 498 edif./km², Mira Sintra 341 edif./km², Cacém 560 edif./km² e em São Marcos 297 edif./km². Já no que toca aos alojamentos, segundo os Censos 2011, existem 4665 alojamentos vagos de 37898 alojamentos existentes no território.

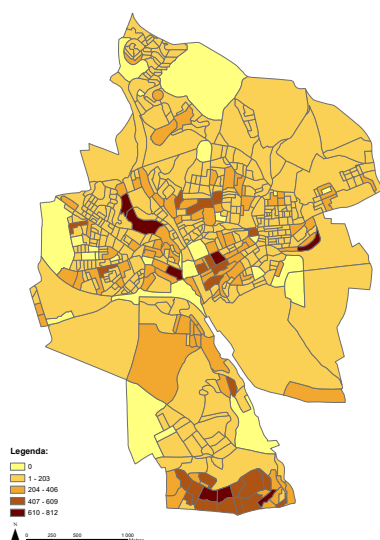


Fig. 170 - Mapa por subsecção estatística do nº de indivíduos residentes.

Fonte: Elaboração própria a partir dos Censos 2011 (esquerda)

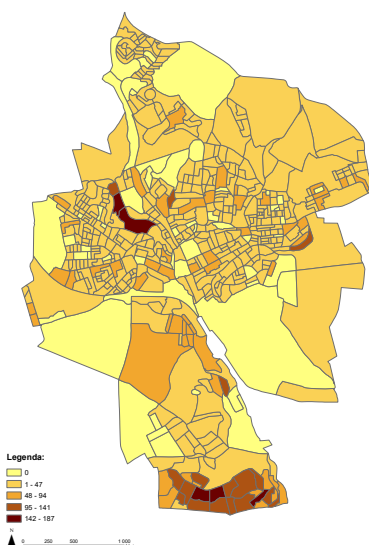


Fig. 171 - Mapa por subsecção estatística do nº de indivíduos residentes dos 0 aos 13 anos.

Fonte: Elaboração própria a partir dos Censos 2011 (direita)

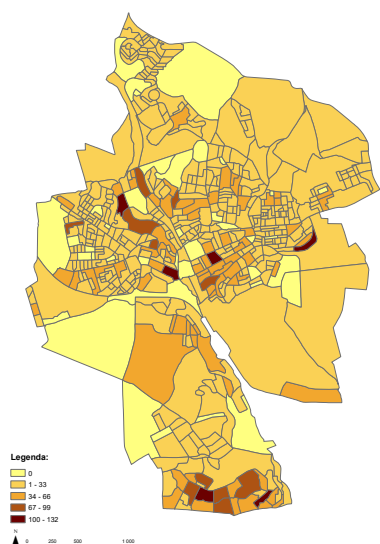


Fig. 172 - Mapa por subsecção estatística do nº de indivíduos residentes dos 14 aos 24 anos.

Fonte: Elaboração própria a partir dos Censos 2011 (esquerda)

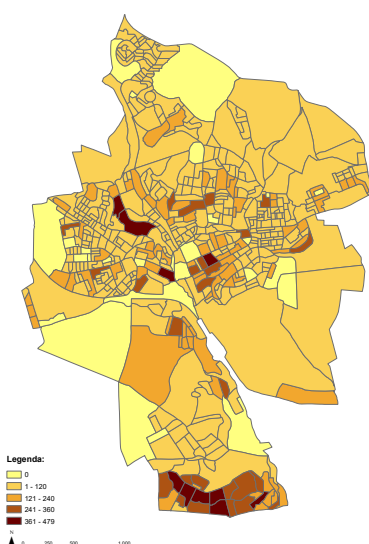


Fig. 173 - Mapa por subsecção estatística do nº de indivíduos residentes dos 25 aos 64 anos.

Fonte: Elaboração própria a partir dos Censos 2011 (direita)

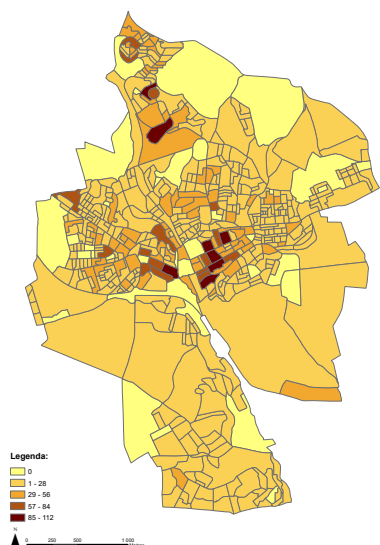


Fig. 174 - Mapa por subsecção estatística do nº de indivíduos residentes com 65 ou mais anos.

Fonte: Elaboração própria a partir dos Censos 2011 (esquerda)

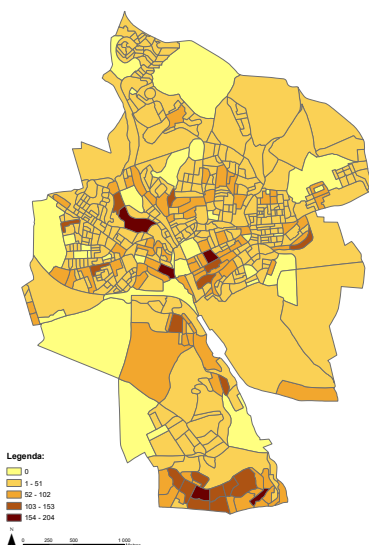


Fig. 175 - Mapa por subsecção estatística do nº de indivíduos residentes com o 3º ciclo do ensino básico completo.

Fonte: Elaboração própria a partir dos Censos 2011 (direita)

Fig. 176 - Mapa por subsecção estatística do nº de indivíduos residentes com ensino secundário completo.

Fonte: Elaboração própria a partir dos Censos 2011 (esquerda)

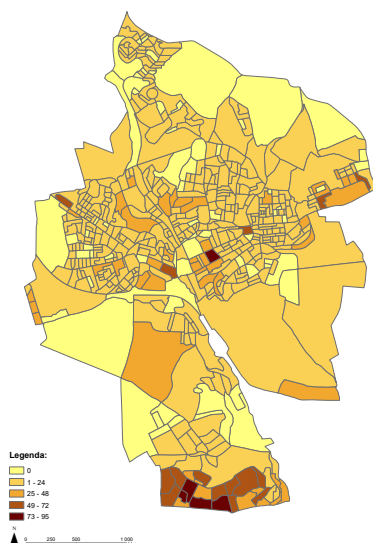


Fig. 177 - Mapa por subsecção estatística do nº de indivíduos residentes com ensino superior completo.

Fonte: Elaboração própria a partir dos Censos 2011 (direita)

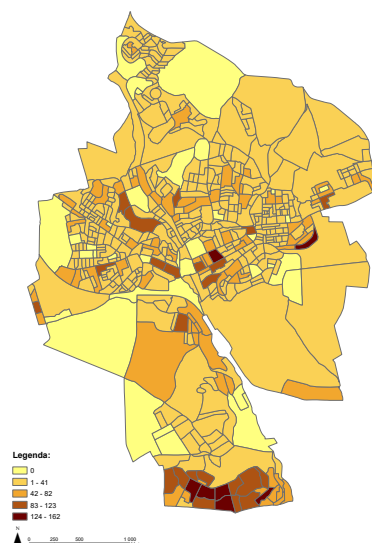


Fig. 178 - Mapa por subsecção estatística do nº de indivíduos residentes sem saber ler ou escrever.

Fonte: Elaboração própria a partir dos Censos 2011 (esquerda)

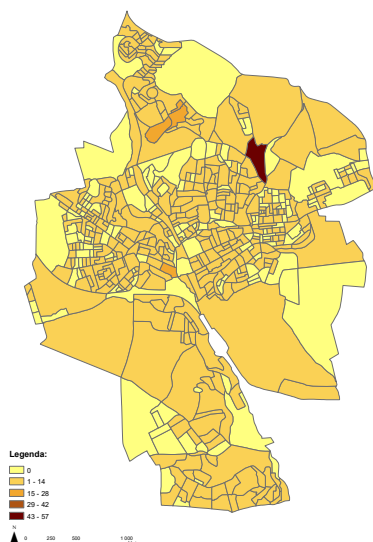


Fig. 179 - Mapa por subsecção estatística do nº de indivíduos residentes com emprego.

Fonte: Elaboração própria a partir dos Censos 2011 (direita)

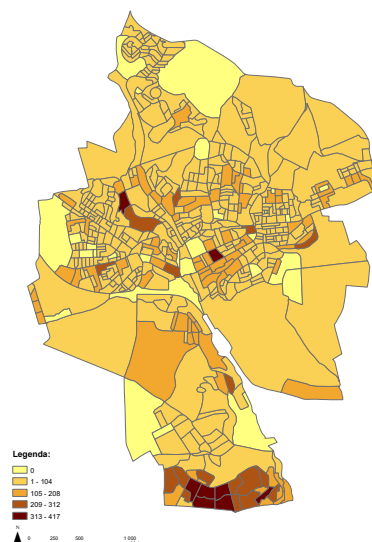


Fig. 180 - Mapa por subsecção estatística do nº de indivíduos residentes desempregados à procura de emprego.

Fonte: Elaboração própria a partir dos Censos 2011 (esquerda)

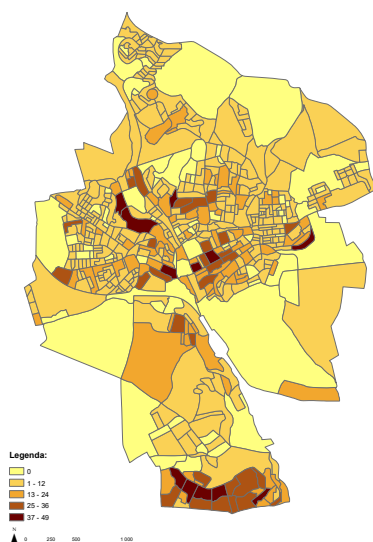
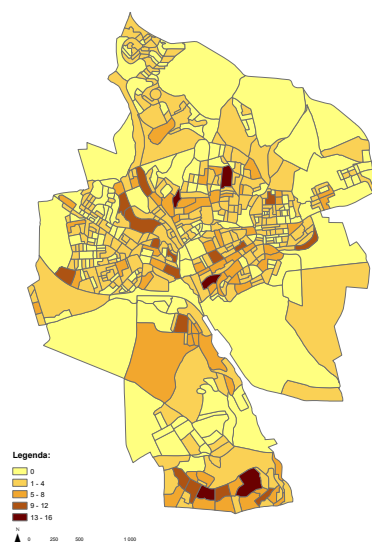


Fig. 181 - Mapa por subsecção estatística do nº de indivíduos residentes desempregados à procura do 1º emprego.

Fonte: Elaboração própria a partir dos Censos 2011 (direita)



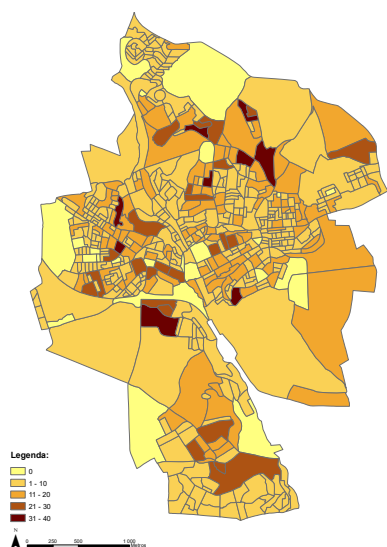


Fig. 182 - Mapa por subsecção estatística do nº de edifícios.

Fonte: Elaboração própria a partir dos Censos 2011 (esquerda)

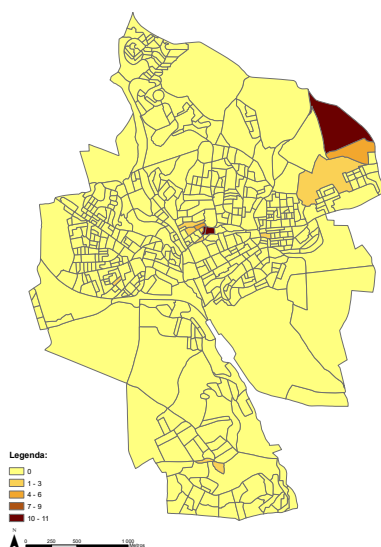


Fig. 183 - Mapa por subsecção estatística do nº de edifícios antes de 1919.

Fonte: Elaboração própria a partir dos Censos 2011 (direita)

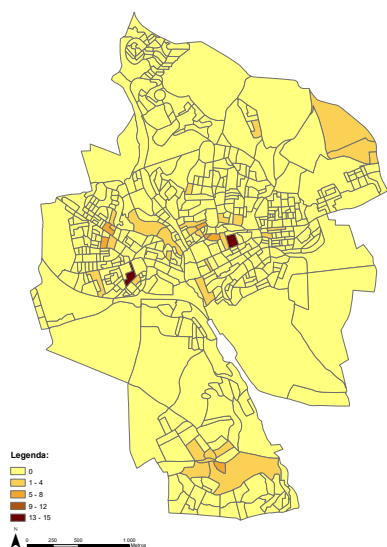


Fig. 184 - Mapa por subsecção estatística do nº de edifícios entre 1919 e 1945.

Fonte: Elaboração própria a partir dos Censos 2011 (esquerda)

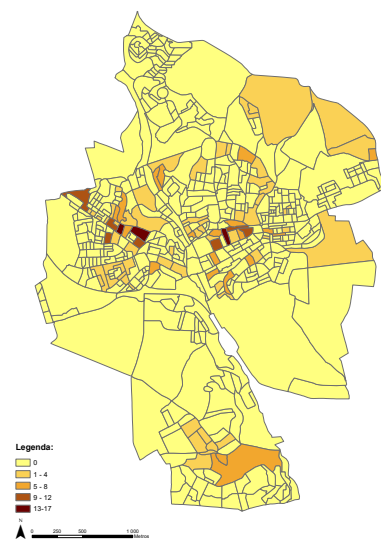


Fig. 185 - Mapa por subsecção estatística do nº edifícios entre 1946 e 1960.

Fonte: Elaboração própria a partir dos Censos 2011 (direita)

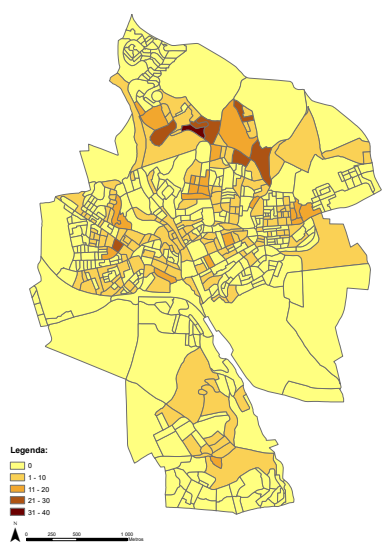


Fig. 186 - Mapa por subsecção estatística do nº de edifícios entre 1961 e 1970.

Fonte: Elaboração própria a partir dos Censos 2011 (esquerda)

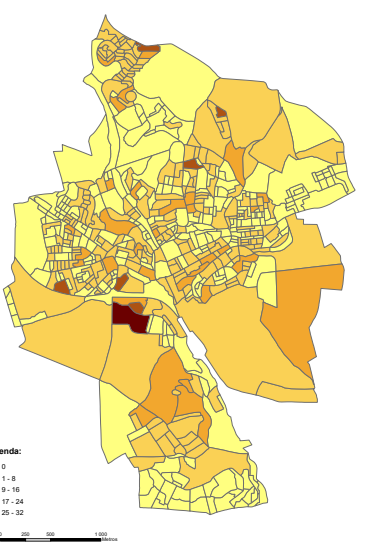


Fig. 187 - Mapa por subsecção estatística do nº de edifícios entre 1971 e 1980.

Fonte: Elaboração própria a partir dos Censos 2011 (direita)

Fig. 188 - Mapa por subsecção estatística do nº de edifícios entre 1981 e 1990.

Fonte: Elaboração própria a partir dos Censos 2011 (esquerda)

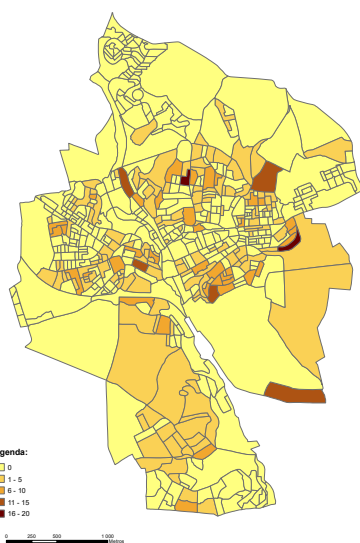


Fig. 189 - Mapa por subsecção estatística do nº de edifícios entre 1991 e 2000.

Fonte: Elaboração própria a partir dos Censos 2011 (direita)

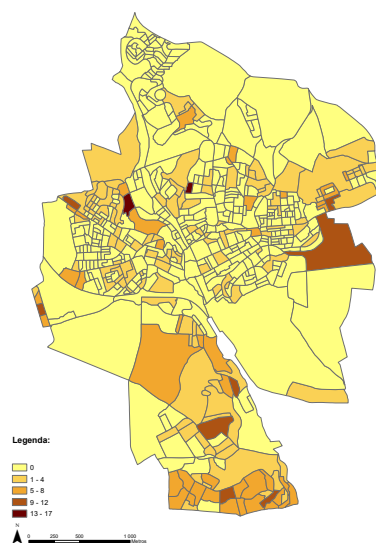


Fig. 190 - Mapa por subsecção estatística do nº de edifícios entre 2001 e 2011.

Fonte: Elaboração própria a partir dos Censos 2011 (esquerda)

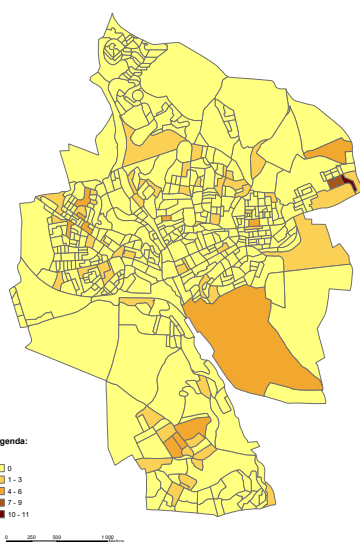


Fig. 191 - Mapa por subsecção estatística do nº de alojamentos.

Fonte: Elaboração própria a partir dos Censos 2011 (direita)

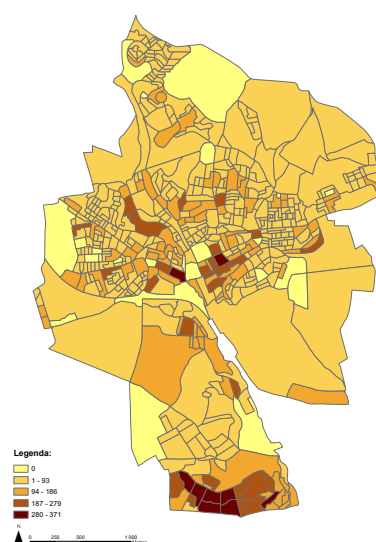
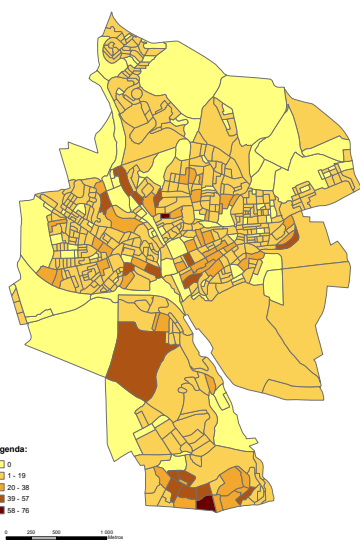


Fig. 192 - Mapa por subsecção estatística do nº de alojamentos vagos.

Fonte: Elaboração própria a partir dos Censos 2011 (esquerda)



Em termos de distribuição territorial foram também realizados mapas que ilustram a distribuição de edifícios e alojamentos por subsecção estatística em diversas temáticas, podendo observar que não existe uma área de destaque, ou seja, distribui-se de forma relativamente homogénea por todo o território exceto em algumas áreas mais industriais ou áreas de mato e/ou agrícola que no geral não possuem dados. Ao nível das épocas de construção de edificado antes de 1919 poucos edifícios foram construídos e os que foram são principalmente na zona histórica de Aqualva e a noroeste da mesma, essencialmente de tipologia em vivenda. Entre 1919 e 1945 existem duas áreas com maior incidência de construção de edifícios, 13 a 15 edifícios por subsecção estatística, uma no Cacém outra em Aqualva e um pouco por todo o território. De 1 a 4 edifícios por subsecção são essencialmente na área mais central de Aqualva-Cacém e a sul da mesma, exceto em Mira Sintra que não se verificam novas construções (Fig.184). Entre 1946 e 1960 ainda não se verificam construções em Mira Sintra e as mesmas incidem nas áreas anteriormente referidas com a construção de mais edifícios por subsecção estatística, mas também a construção em novas áreas entre 1 a 8 edifícios (Fig.185). Entre 1961 e 1970 começa-se a notar uma maior construção de edifícios por todo o território incluindo Mira Sintra (Fig.186). Já entre 1971 e 1980 é possível verificar uma mancha maior de construção de edifícios por todo o território, não só em zonas mais centrais como também no limite do mesmo, sendo ainda de destacar a construção mais significativa em Mira Sintra (Fig.187). Entre 1981 e 1990 é possível verificar o início de construção de edifícios a sul de São Marcos (Fig.188). Entre 1991 e 2000 verifica-se efetivamente uma grande mancha de edificado construído a sul de São Marcos que até então não se verificava muito significativo, tal como a este de Aqualva (Fig.189). Entre 2001 e 2011 existem essencialmente construções de 1 a 6 edifícios mas menos significativo comparativamente com as anteriores datas (Fig.190).

Assim e como podemos verificar nos mapas, antes de 1919 até 1945 não se verificam muitas construções no território, as mesmas começam a ser notórias entre 1946 e 1960 sendo com mais enfoque e explosivo entre 1961 e 1980. Entre 1981 até 2000 ainda com alguma intensidade porém entre 2001 até 2011 não se mostra tão significativo.

Relativamente ao número de alojamentos, é possível verificar que é na zona Sul do território, São Marcos, que existe maior número de alojamentos e também em zonas essencialmente de construção de prédios altos (Fig.191). Já no que toca aos alojamentos vagos é possível verificar que tem maior incidência em São Marcos e também em Aqualva (Fig.192).

Neste sentido, os mapas a seguir apresentados e realizados por Arrabaça (2002) mostram de forma mais clara e direta a mancha de desenvolvimento



Fig. 193

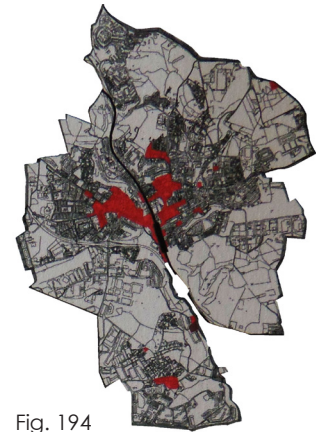


Fig. 194



Fig. 195



Fig. 196



Fig. 197

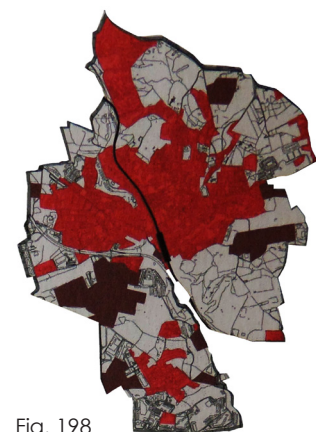


Fig. 198

Fig. 193 - Evolução de áreas construídas de 1900.

Fig. 194 - Evolução de áreas construídas de 1940.

Fig. 195 - Evolução de áreas construídas de 1960.

Fig. 196 - Evolução de áreas construídas de 1970.

Fig. 197 - Evolução de áreas construídas de 1981.

Fig. 198 - Evolução de áreas construídas de 1991.

Fig. 199 - Evolução de áreas construídas de 2001.

Fonte: Arrabaça (2002, p.53) s/escala



Fig. 199



territorial de Agualva-Cacém em diversos períodos de tempo.

De seguida serão analisadas algumas características do território das quais os espaços verdes permeáveis, topografia, edificado e infraestruturas. De referir que os valores indicados são valores aproximados com base nos documentos DWG da CMS consoante os espaços por eles identificados, somente com algumas mudanças visualizadas e atualizadas pela autora.

No que toca aos espaços verdes (Fig.200), englobando todas as áreas permeáveis com a presença de vegetação, perfazem 5,02 km² de 10,42km², ou seja mais ou menos metade do território é composto por áreas verdes. Podemos verificar pela figura 201 que Agualva é a zona que possui maior superfície de vegetação, seguindo-se São Marcos, Cacém e Mira Sintra.

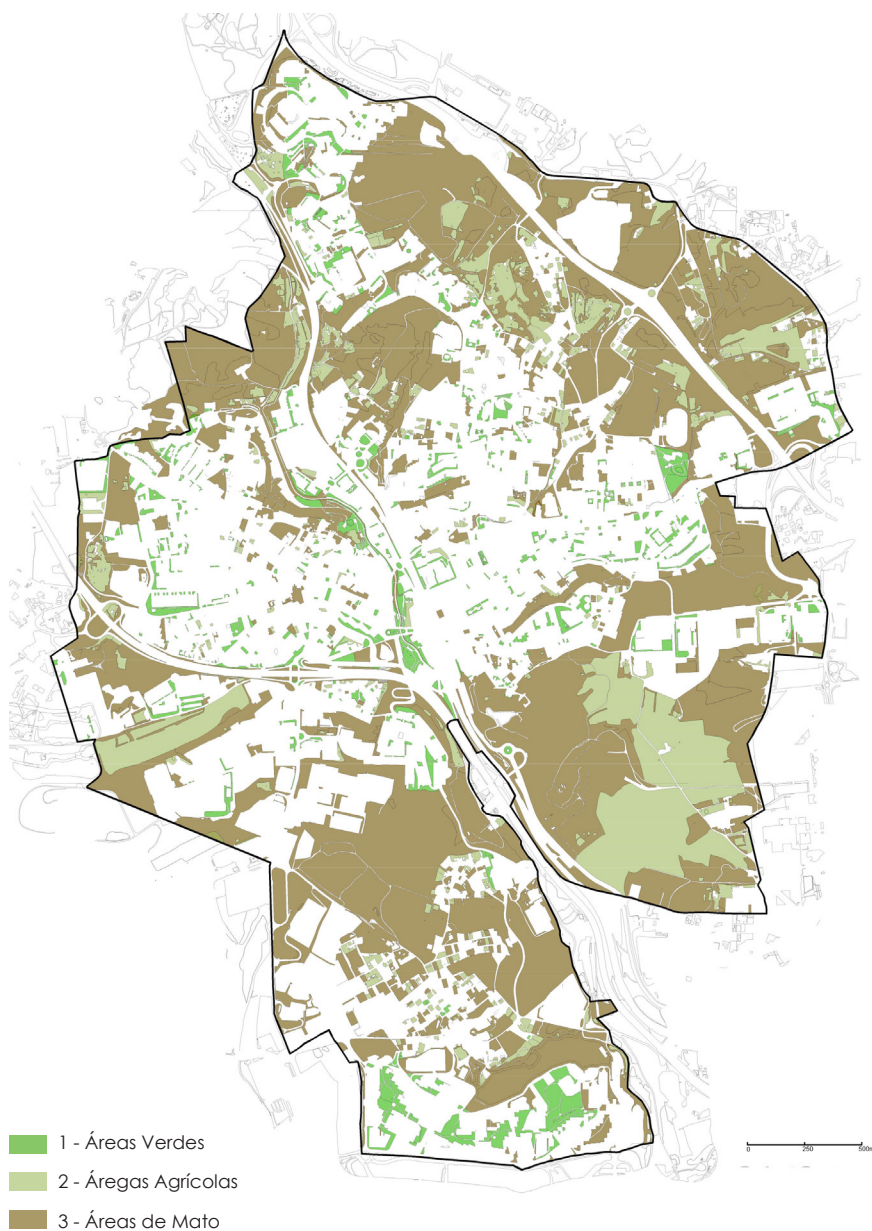


Fig. 200 - Mapa de espaços verdes.

Fonte: Elaboração própria.

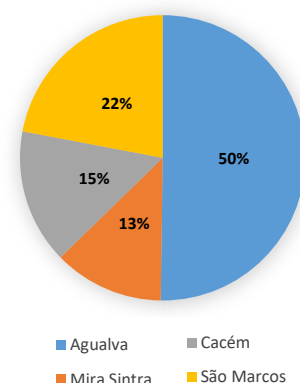


Fig. 201 - Gráfico de percentagem total de espaços verdes por zona territorial.

Fonte: Elaboração própria.

Dentro dos espaços verdes existem várias categorias e por isso mostrou-se necessário definir para análise 3 categorias gerais:

1- Áreas verdes, Parques e Jardins que corresponde a todas as áreas inseridas no meio urbano como áreas de enquadramento, de estar e permanência;

2 - Estufa Agrícola, Regadio, Horta, Sequeiro, Pomar e Área Agrícola que corresponde a todas as áreas referentes ao cultivo e plantação da terra;

3 - Mato, Mata, Eucaliptos, Pinheiros que corresponde essencialmente às áreas de “floresta”.

Assim e fazendo a análise novamente por zonas territoriais, podemos observar na figura 202 que em todas as áreas existe uma maior incidência de espaços referentes à categoria 3. De seguida é possível observar que relativamente aos espaços 2 são mais notórios no Cacém, Mira Sintra e Agualva ao invés de São Marcos que possui maior quantidade de espaços 1. No geral pode-se observar que existem poucas áreas verdes em comparação com as áreas de mato.

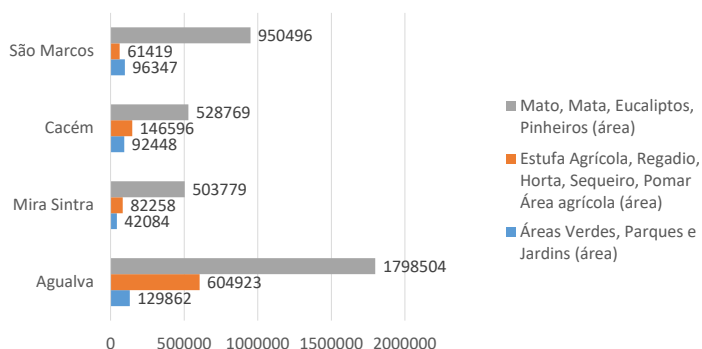


Fig. 202 - Gráfico total de espaços verdes, por categoria, por zona territorial.

Fonte: Elaboração própria.

Nesta linha de pensamento, em 1984 foi referido na revista Aqua Alba (1984 p.2) que “Na nossa freguesia há poucos espaços verdes, o que impede a população de poder ir ao campo várias vezes, por falta de espaço. Por sua vez a população que lá vai, aos que existem, não os sabe conservar, fazendo piqueniques deixando o lixo no chão, cortando as árvores, pisando a pequena vegetação. A Quinta das Merendas é um dos sítios verdes a que as pessoas recorrem. Este espaço vai ser urbanizado. Por isso daqui a pouco não existem, não só cá como noutros sítios, espaços verdes nenhuns. É urgente salvar o que nos resta!”, mencionado por antigas alunas da Escola Preparatória do Cacém.

Já no que toca aos espaços subjacentes ao edificado podemos verificar na figura 203 que são diferenciados entre Prédios, Vivendas, Construções germinadas (armazéns e indústrias no geral), Barracas, Garagens, Anexos, Ruínas, Equipamentos, Comércio e Serviços.

É notório que ao nível habitacional existe maior percentagem de prédios (38%) na cidade de Aqualva-Cacém, do que de vivendas (15%). Ainda existem algumas barracas no território não sendo significativas, correspondendo a menos de 1%. Também existem poucas ruínas constituindo somente 1%. O que ainda se verifica notório no território são os anexos constituindo 6% do mesmo e somente 1% de garagens. É possível verificar através da figura 204 uma maior incidência de edificado na área mais central do território correspondendo às áreas mais antigas e com maior potencial de crescimento urbano. Já as áreas a Norte e Sul correspondentes a Mira Sintra e São Marcos respetivamente, são as áreas mais recentes, com planeamento urbano, compostas essencialmente pela construção de Prédios. Ainda em São Marcos é possível verificar a existência de vivendas, estas de génese ilegal, típicas de terrenos de difícil acesso com topografia acentuada.

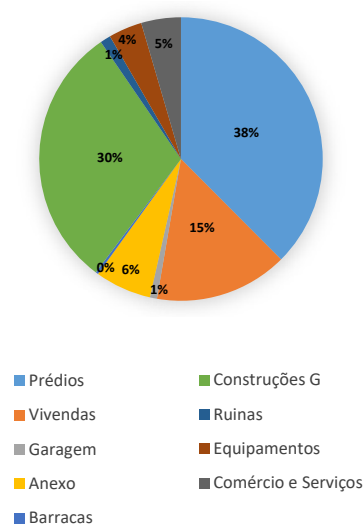


Fig. 203 - Gráfico de percentagem de edifícios por categoria.

Fonte: Elaboração própria.

Relativamente a outras áreas, não habitacionais, temos as construções germinadas possuindo 30% do total correspondentes essencialmente a áreas industriais, bastante notórias no território, como se pode verificar pela figura 204, essencialmente em áreas mais limítrofes do território, à exceção de Mira Sintra que não possui a presença das mesmas.

Quanto aos equipamentos, comércio e serviços, podemos verificar que 5% é referente a comércio e serviços e 4% de equipamentos.

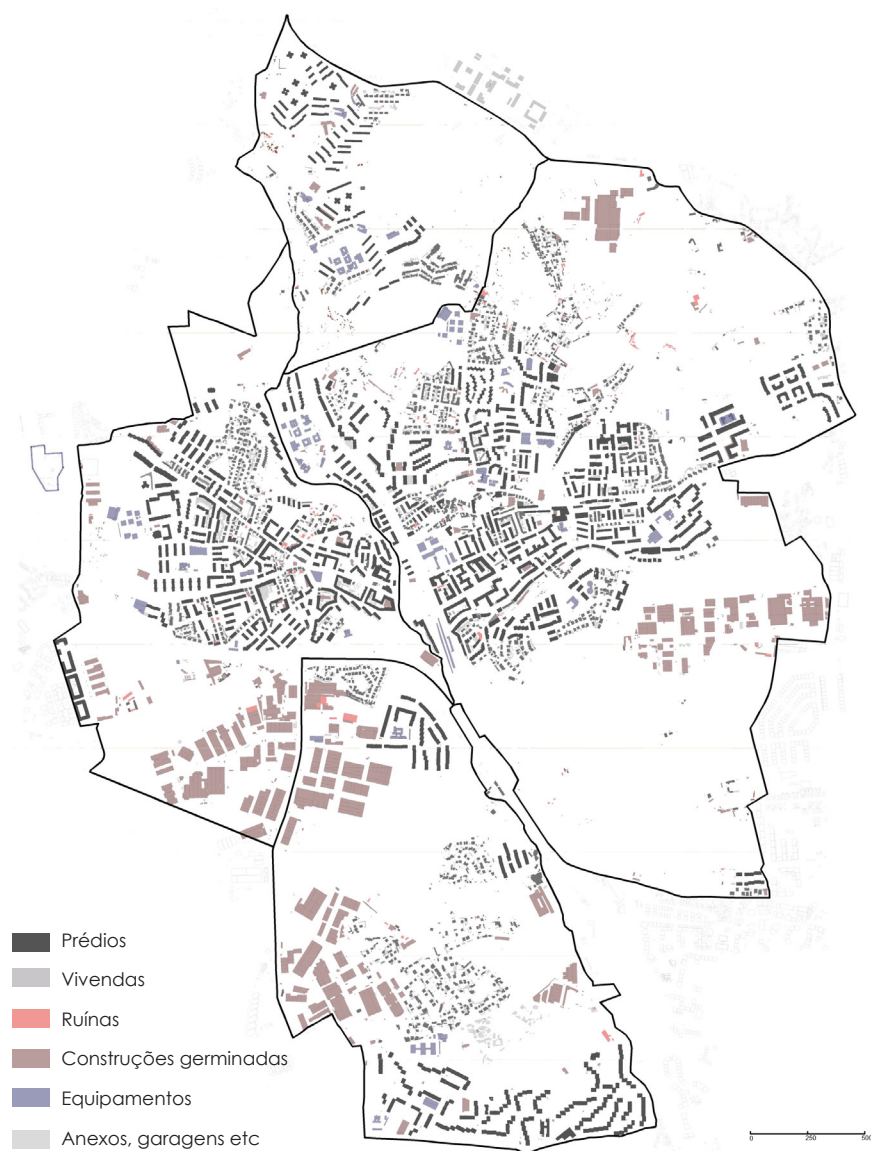


Fig. 204 - Mapa de categorias de edificado no território de Agualva-Cacém.

Fonte: Elaboração própria.

No que toca às infraestruturas e estacionamento podemos observar pela figura 205 que atualmente a cidade possui uma boa oferta de circulação, não só de acesso ao território como no interior do mesmo. Relativamente aos estacionamentos existem cerca de 445100m² de estacionamento sendo de notar que existem congestionamentos principalmente em Agualva e Cacém face a uma construção sem planeamento numa época em que o

essencial era a oferta habitacional ao invés dos espaços de circulação e de estacionamento. Já em Mira Sintra e São Marcos, nas áreas mais recentes, existe uma maior oferta de estacionamento.



Fig. 205 - Mapa de áreas de estacionamento no território de Agualva-Cacém.

Fonte: Elaboração própria.

Quanto à topografia, é possível verificar que é um território com bastantes desníveis sendo a sua cota mais elevada de 227m de altitude, em Colaride, e de cota mais baixa de 78m no limite sul de São Marcos. As áreas mais baixas do território correspondem à envolvente da ribeira das Jardas sendo o seu percurso de Norte para Sul (Fig.206).

A ribeira das Jardas que faz a separação do território possui o afluente ribeiro do Grajal que por sua vez recebe as águas do ribeiro do Espinheiro. Estes dois ribeiros como se pode verificar no mapa não se apresentam na sua totalidade visíveis uma vez que em algumas zonas os mesmos encontram-se encanados.

Ainda, é possível verificar a passagem do aqueduto na zona de Mira Sintra e também, espalhados por todo o território existem diversos poços.

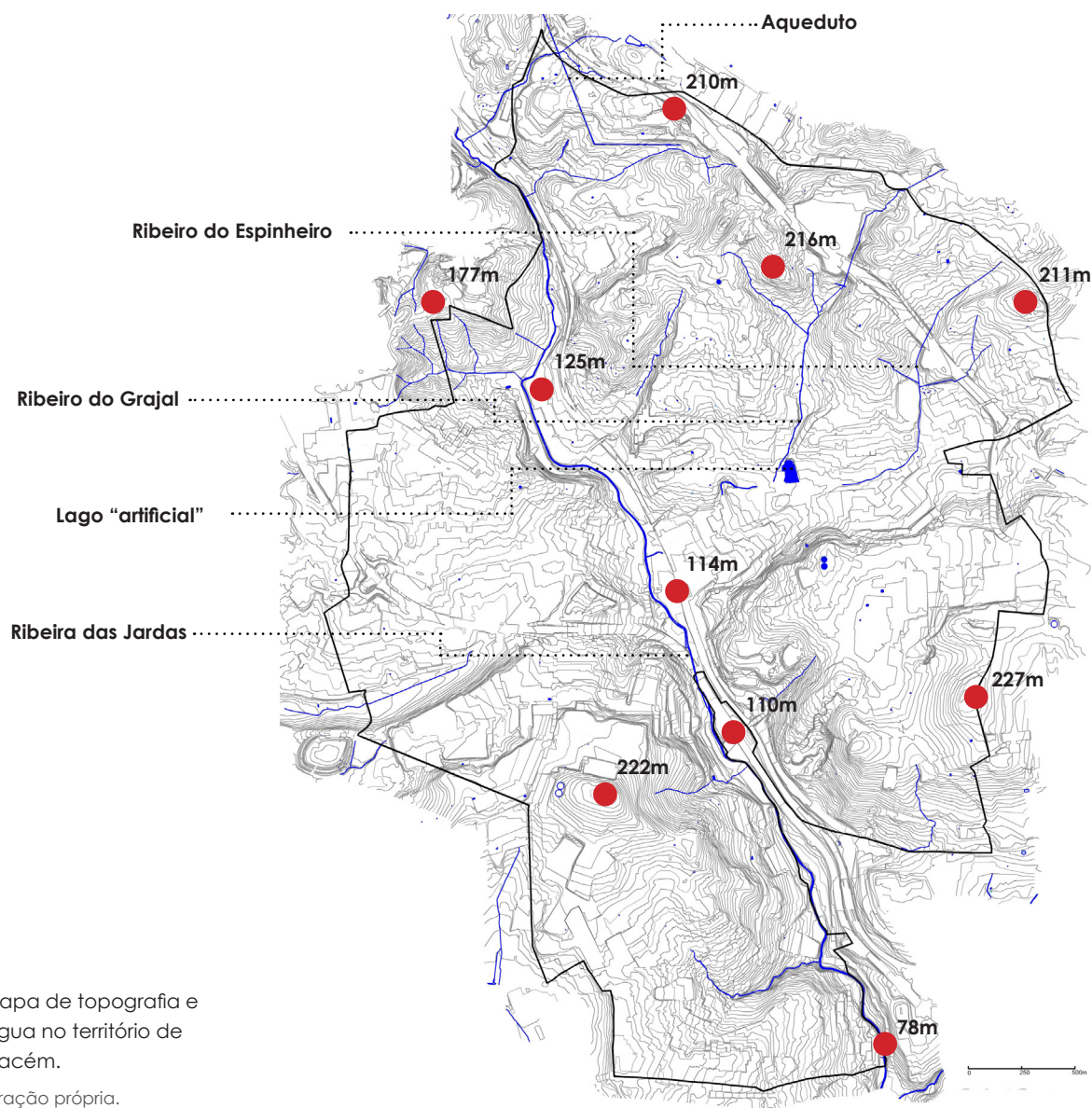


Fig. 206 - Mapa de topografia e linhas de água no território de Agualva-Cacém.

Fonte: Elaboração própria.

Das análises realizadas, Agualva-Cacém, representa não só as transformações recentes das cidades suburbanas portuguesas, mas também se apresenta como uma oportunidade de trabalho. É uma cidade periférica, com características de crescimento desordenado e com bastante diversidade que para além de um crescimento de construção massiva, foram deixados espaços vazios e esquecidos no território, apresentando-se como potenciais de intervenção numa estratégia que envolva a população e os atores locais. Assim, o foco principal do trabalho terá incidência em espaços expectantes de pequena e média escala dentro do perímetro urbano, mais denso e mais antigo, pois é aí que se observa uma maior necessidade de intervenção devido às suas carências, necessidades e organização espacial.

Assim, de seguida far-se-á uma inventariação e caracterização dos diversos vazios presentes no território.

4.3.3 Os Vazios Urbanos

Como mencionado anteriormente, nesta fase do trabalho pretendeu-se identificar os vazios urbanos existentes no território e realizar a sua caracterização a fim de se poder entender melhor a realidade territorial.

Para a caracterização dos vazios urbanos optou-se por criar uma "Ficha de Caracterização de Vazios Urbanos" (visível no anexo 1) que foi usada para identificar, caracterizar e analisar os vazios existentes no território, como forma de criar uma espécie de livro informativo com todos os vazios existentes no mesmo, que pudessem servir como base de apoio para futuras intervenções, mas também de projetos que possam estar pensados para algumas das áreas identificadas.

IDENTIFICAÇÃO DOS VAZIOS URBANOS

Para a identificação dos vazios urbanos existentes no território primeiramente optou-se pela sua análise através dos mapas do Google e de seguida foram realizadas várias visitas *in loco*, aos diversos vazios identificados, não só como forma de os conhecer como também de confirmar se realmente poderiam ou não ser considerados como vazios, e também perceber o seu estado atual. Paralelamente foram analisados documentos referentes ao território de forma a possibilitar um maior entendimento de como se caracterizavam.

A figura 207 mostra os vazios urbanos que foram identificados no território de Agualva Cacém. Podemos observar que existem diversos vazios urbanos por todo o território, com maior incidência nas áreas de Agualva, Cacém e numa área essencialmente de vivendas de São Marcos. De referir que não foram identificadas as áreas consideradas de mato ou agrícola uma vez que pertencem a áreas de estrutura ecológica de maiores dimensões e fora das áreas urbanas mais densas. Foram identificados em Mira Sintra 15 vazios urbanos totalizando 26547m², existem 104 vazios em Agualva com 205238m², 49 vazios em São Marcos perfazendo um total de 127798m² e Cacém com 56 vazios com 155642m².

Ao nível das freguesias, podemos verificar então que em Agualva e Mira Sintra existem 119 vazios, aproximadamente 231785m², 2% do território. Já no Cacém e São Marcos existem 105 vazios, 283440m², 3% do território.

Fig. 207 - Mapa de Agualva - Cacém e identificação dos vazios urbanos no território.

Fonte: Elaboração própria.

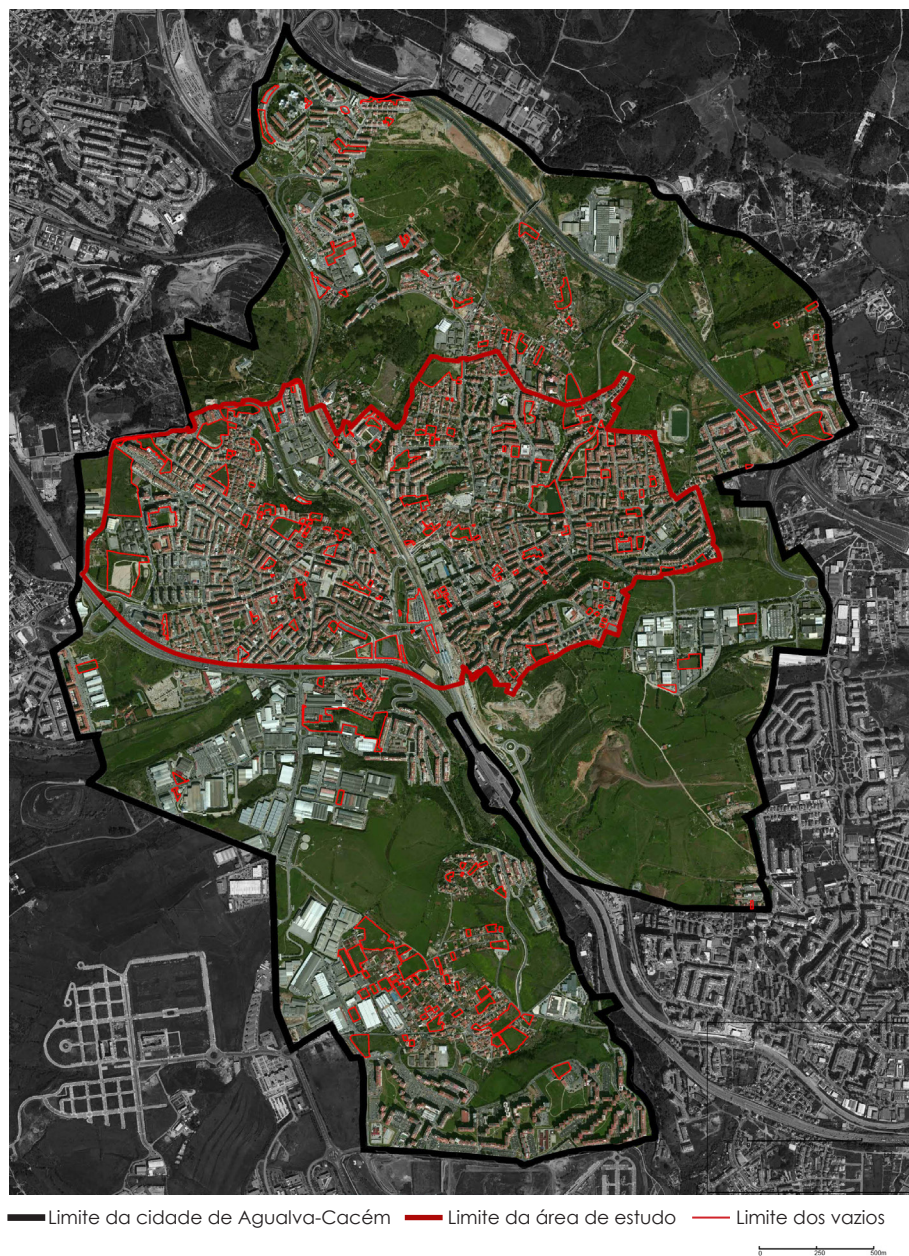


Fig. 208 - Mapa com limite da área de estudo, Agualva e Cacém e seus vazios urbanos.

Fonte: Elaboração própria.



Inicialmente pretendia-se abranger o estudo e caracterização dos vazios a todo o território mas, e uma vez que o que se pretende é demonstrar uma estratégia de intervenção, optou-se por delimitar uma área mais reduzida de forma a facilitar o desenvolvimento do processo. Assim e ligado à história do local foi decidido estudar as áreas de Cacém e Agualva, por um lado porque são as áreas mais antigas e onde a urgência de intervenção se mostra pertinente, e também por ser um território bastante denso ao nível edificado e populacional, com reduzidas áreas de lazer e falta de estacionamento. Por outro lado, também porque Mira Sintra e São Marcos, na sua grande maioria, são áreas com planeamento urbano, exceto as áreas de vivendas em São Marcos. Estas áreas com planeamento possuem uma maior qualidade urbanística ao nível das necessidades básicas, com menos urgência de atuação. No entanto, pretende-se, numa outra fase futura, estender o estudo à restante área.

Assim e como se pode verificar na figura 208, foi definida uma área tendo em conta alguns limites territoriais, o limite do IC19 e as áreas agrícolas ou de mato, concentrando assim a área mais densa ao nível edificado. Dos vazios anteriormente referidos do território e agora com base no limite, a área de Agualva possui 82 vazios aproximadamente com 145967m² e a área do Cacém 52 vazios aproximadamente com 150219m², perfazendo um total de 134 vazios e 296186m² de área.

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO

Para se poder trabalhar com os espaços vazios no território é necessário entender como se apresentam, as suas formas e o que existe no espaço através de uma expressão visual e interpretação do lugar e do espaço.

Assim, para uma melhor compreensão de cada vazio urbano no território e a fim de obter uma direção de como os abordar, foi necessário olhar para as áreas através do próprio lugar, por meio de observações diretas mas também do conhecimento teórico. Para isso foi desenhada uma ficha de caracterização que pudesse ser aplicada para cada vazio existente, de forma a facilitar possíveis estudos ou abordagens, funcionando como uma base sólida de análise.

Neste sentido, para uma melhor caracterização dos vazios foi necessário analisar alguns documentos, como por exemplo para a identificação da tipologia identitária. Aqui foi realizada uma tabela de tipologias de espaços públicos com base na tabela de Brandão (2008) como se pode verificar no quadro 16 e mais completo no anexo 6. Também foi necessário proceder-se a uma identificação das associações existentes (possível verificar no anexo

Quadro 16 - Tipologias de Espaço Público.

Fonte: Elaboração própria adaptado a partir de Brandão (2008).

Tipologias Identitárias de Espaço Público		
Tipo	Identidade	Exemplos
1. Espaços Traçado	Encontro	Largos; praças
	Circulação	Ruas; avenidas
2. Espaços Memória e Cultura Urbana	Saudade	Ponto marcante
	Arqueologia	História
	Memoriais	Espaços Monumentais
	Elementos notáveis	Ruas; Edifícios
3. Espaços Paisagem	Lazer	Jardins; Parques
	Contemplação	Miradouros; Panoramas
4. Espaços Estrutura Ecológica	Sistemas naturais	Encostas
	Áreas verdes	Vegetação
5. Espaços de Sustento	Terrenos agrícolas	Hortas Urbanas
6. Espaços de Continuidade e Abertura	Relação espacial	Cheio-Vazio
	Espaços "Entre"	Público-Privado
7. Espaços de Acessibilidade	Permeabilidade visual	Ruas Largas
	Deslocação	Escadas; Rampas
8. Espaços Infraestruturais	Estacionamento	Parques; Silos
	Transportes	Estações; Paragens; Interfaces
9. Espaços Gerados	Por edifícios	Baldios; Descampados
	Por infraestruturas	

3) e realizar uma análise sobre as condicionantes do PDMS que possam vir a condicionar uma futura intervenção.

Este "livro", como anteriormente foi referido, e que é possível consultar no anexo 1, é composto pelas várias fichas dos vazios urbanos, de uma planta geral da cidade de Agualva-Cacém onde é possível observar todo o território com a identificação dos vazios existentes, e o limite da área em que o estudo incidiu; uma planta mais aproximada da área de incidência com os vazios existentes, mas também com quadrículas de forma a separar por zonas o território, a fim de se obter uma maior organização e leitura. Assim, cada quadrícula corresponde a um número e de seguida são apresentadas, cada uma das quadrículas separadamente com a indicação dos vazios urbanos existentes nessa área, e as respetivas fichas de caracterização, repetindo o mesmo processo por cada zona.

As fichas de caracterização são uma forma de identificar e caracterizar individualmente cada vazio urbano podendo ser visíveis no anexo 1. A ficha é constituída por duas colunas, a da esquerda com mapas e imagens do vazio e a da direita com informações sobre cada vazio.

Primeiramente para a identificação do vazio urbano foi criada uma planta de enquadramento local, atribuído um número, a descrição da sua localização (freguesia a que pertence e endereço), a sua classificação segundo a sua

tipologia identitária, a indicação da área, bem como o seu cadastro. De referir que relativamente ao cadastro do espaço, se é público ou privado, não foi possível obter informações totalmente fidedignas sendo por isso uma interpretação pessoal, através da existência ou não de projetos para o mesmo, a existência ou não de placas informativas, entre outras variáveis.

De seguida foi elaborada uma planta de caracterização onde foi possível clarificar os usos e tipologias urbanas da área e também fazer um diagnóstico do seu estado atual. Aqui foi identificado se a área se encontra abandonada, se possui algum uso e qual, o seu estado de conservação e também se possui algum compromisso e qual. Ainda foi identificado através de uma análise local as associações e os equipamentos que pudessem estar na área de incidência ou perto da mesma, e através da Planta de Condicionantes do PDM de Sintra foi possível verificar que condicionantes existem para a área.

Como já referido foi necessário um trabalho de campo essencial para o desenvolvimento do trabalho, tendo sido realizadas várias visitas ao local de cada vazio urbano. Assim foi possível ilustrar através de fotografias o local, primeiramente identificado numa imagem de vista do Google com a envolvente, e de seguida as fotografias do local. Ainda, foram colocadas algumas observações não só de como o vazio se encontra no momento da análise, mas também algum fator, acontecimento, história, que lhe possa estar relacionado. Por fim são dadas algumas sugestões imediatas e usos possíveis, pensadas no momento da visita ao local sem estudos prévios, pequenos apontamentos do que o espaço transmitia, e o que poderia vir a ser tendo por base as suas características.

Este "livro" permitiu não só conhecer melhor o território, fornecer um conjunto de análises sobre os espaços para futuras intervenções, mas também para ajudar no processo participado que se pretendia desenvolver, como um auxiliar na identificação dos vazios prioritários e também para dar a conhecer aos interessados a existência dos diversos vazios e como se encontram no território.

Assim, a partir da caracterização e das fichas sobre os vazios urbanos, no próximo capítulo será apresentado, caracterizado e desenvolvido o processo participado, para equacionar uma estratégia de intervenção que tem como fundamento revitalizar e organizar localmente o território.

5. “Acupuntura Tática”: o processo e as estratégias participadas



Fig. 209 - Processo participado, escolha de vazios urbanos. Fonte: Fotografia de Rafael Serra, 2011

Neste capítulo apresentamos o processo participado e as propostas esquemáticas para os vazios identificados. Será o exercitar prático da discussão e fundamentação teórica nos espaços (vazios) selecionados no diagnóstico do território da cidade de Agualva-Cacém.

Esta parte do trabalho surge após a contextualização do processo de formação, crescimento e desenvolvimento de áreas suburbanas, que demarcou a área de estudo da investigação, Agualva-Cacém, em Sintra. Fez-se o estudo, análise e clarificação relativamente ao conceito de vazio urbano, espaço público, de estratégias de intervenção participadas, e ilustrou-se com exemplos variados de aplicação prática dos conceitos e dos formatos participativos, relativamente à conversão de áreas vazias para espaços públicos de uso coletivo, que serviram como uma base e uma fonte de inspiração para o processo que nesta parte do trabalho se apresenta.

Assim, este capítulo é o culminar de todo o trabalho e da investigação, aplicando os conceitos e os processos analisados nos capítulos anteriores, através do desenho e implementação de um processo participado, enquadrado na perspetiva da "acupuntura táctica", tendo como base as várias informações recolhidas e analisadas, a fim de perceber todas as questões subjacentes à sua criação e aplicação, assim como perceber de que forma poderia afetar ou não o território em estudo.

Num primeiro momento foi realizado o planeamento do processo participado, ou seja, o desenho da investigação, desde o momento zero até ao momento de tomada de decisões relativamente às propostas para alguns dos vazios urbanos definidos como prioritários, procurando entender como estes espaços vazios poderiam se tornar em espaços públicos para a comunidade com base nas suas necessidades e aspirações reais.

Os casos de estudo foram selecionados de acordo com um conjunto de critérios e ferramentas participadas que se consideraram importantes para a definição das áreas prioritárias de intervenção, desde a "votação", em particular realizada nas várias sessões e etapas, bem como as características do próprio espaço. Após a escolha dos casos de estudo e suas necessidades, chega-se ao estudo de propostas esquemáticas consoante as temáticas previamente estabelecidas, dos vários momentos do processo e interação com vários atores.

Interessa-nos então, compreender e ensaiar a possibilidade de implementar um processo piloto participado tendo em conta todos os conceitos anteriormente analisados colocando-os em prática e testando-os de forma a perceber os prós e os contras, lançando diretrizes a novas abordagens. Com as propostas pretende-se recuperar ou ativar os espaços vazios selecionados,

no território de Agualva-Cacém, com a contribuição dos atores locais e da comunidade, acomodando diferentes usos e tornando as áreas em espaços de encontro para os habitantes e utilizadores, promovendo também alguma organização e uma nova imagem ao território. As propostas para os espaços contemplam as necessidades, expectativas e os usos previamente definidos no processo participado.

5.1 O Desenho da estratégia participada

Como foi possível verificar no capítulo 4 o primeiro passo corresponde à análise do território e dos seus vazios urbanos, sendo a mesma realizada de duas formas paralelas, por um lado a delimitação de todos os vazios urbanos existentes nas duas freguesias de Agualva-Cacém (Agualva e Mira Sintra, Cacém e São Marcos), através de métodos e ferramentas específicas, como forma de caracterizar os diversos espaços; e por outro na observação direta, *in loco*, através de várias visitas ao local e das análises subsequentes. No decorrer deste processo, como foi possível verificar, foi selecionada uma área de estudo mais específica para a análise e caracterização dos vazios aí inseridos, as áreas mais densas de Agualva e Cacém.

Neste sentido, o tema dos Vazios Urbanos na cidade de Agualva-Cacém surge como forma de criar e desenvolver propostas de espaços públicos para os habitantes locais. Após o estudo sobre o território e os diversos conceitos, o processo participado surge como forma de perceber e testar os conceitos analisados, tendo por base as várias informações, exemplos recolhidos e fases do processo, de forma a desenhar e entender as diversas questões reais relacionadas com a aplicação de processos participados. Assim, a realização do processo participado na presente dissertação tem por base o envolvimento de atores e da população local para a escolha dos vazios e usos prioritários de intervenção no território de Agualva-Cacém, vazios estes delimitados e caracterizados previamente na análise da área em estudo, e posteriormente com a realização de propostas estratégicas, a serem desenhadas com o apoio da informação resultante do apuramento dos questionários, das reuniões, do *workshop* e dos debates locais realizados.

Desta forma, neste subcapítulo pretende-se mostrar a estratégia adotada bem como descrevê-la nas suas diversas fases de atuação e apresentar os resultados obtidos em cada uma (Fig.210).

O objetivo deste trabalho é propor ideias para a criação de novos espaços

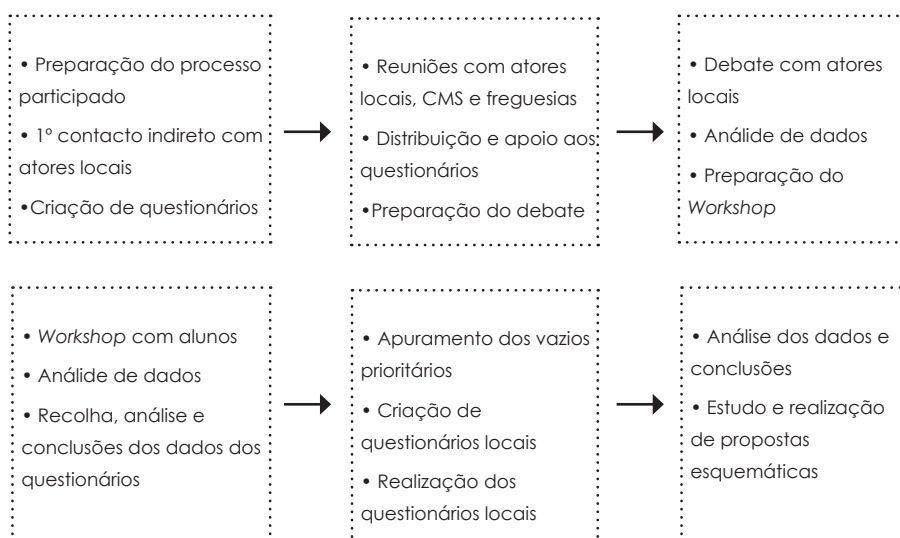


Fig. 210 - Esquema das fases do processo participado.

Fonte: Elaboração própria

públicos em vazios urbanos e questionar de que forma os mesmos podem ser devolvidos à cidade, tendo como ponto principal a participação de entidades e comunidade no desenvolvimento do processo, a fim de gerar energias locais para revitalizar a cidade, incentivando as pessoas a usar de forma mais ativa os espaços públicos criados ou decididos também por si. Neste sentido foram estabelecidos os objetivos a que este processo pretende dar resposta e como tal algumas questões podem ser levantadas como por exemplo:

- Poderiam estes espaços vazios no território ser usados pela população?
- Se sim, com que programas ou usos?
- Como e quando envolver os cidadãos e os atores locais no processo participado e execução do projeto?
- De que forma e com que grau de envolvimento?
- E ainda, de que forma e com que papel pode o arquiteto urbanista ser envolvido no estudo e no processo?

Como forma de responder às questões enunciadas e aos objetivos propostos para esta componente prática do trabalho, procedeu-se à criação de uma metodologia/estratégia apresentada esquematicamente na figura 210.

Aqui, para a elaboração do processo participado podemos observar que segundo os métodos enunciados pelo LNEC (2013) recorreu-se, com algumas variantes, aos seguintes métodos:

1 - O Planejamento Comunitário de ações que é um método que promove o empoderamento de comunidades no desenho, implementação e gestão do seu meio ambiente, tendo como principal característica a rapidez do processo comparativamente com os métodos tradicionais de planejamento. Envolve a mobilização da comunidade, identificando os líderes da mesma, o diagnóstico onde se identificam os problemas e as oportunidades, o planejamento elaborando prioridades e estabelecendo planos de ação com a comunidade. Normalmente tem como atores envolvidos os facilitadores, os teóricos-especialistas e os líderes formais e informais da comunidade.

2 - Sessões ou oficinas de trabalho onde englobam diversos processos que mesmo que diferentes, podem ser incluídos no método das sessões de trabalho (*workshops*). Tem como princípio a união, onde a aprendizagem de forma empírica é mais eficaz, devendo partir de uma experiência pessoal de resolução de um problema concreto que requeira reflexão, desenvolvimento e teste de novos conhecimentos. O nível de envolvimento da comunidade verifica-se através da consulta pública ou até mesmo de parcerias, envolvendo-a nas fases de atividade inaugural, na criação de grupos de trabalho, na apresentação periódica, e na apresentação final, e tem como atores os facilitadores, técnicos especializados e os participantes.

3 - Avaliação pós-ocupação que é um método de análise, descrição, interpretação e explicação do desempenho de um objeto previamente delimitado, podendo ser um ambiente físico, um projeto, uma comunidade ou uma organização. Com o envolvimento da comunidade através de consulta pública ou até mesmo de parceria. É um método que permite a rapidez na recolha de dados mas que pode demorar algum tempo na fase de tratamento e análise dos mesmos. Contém as fases de planejamento da avaliação, recolha de dados, análise de dados e apresentação e no processo envolve os facilitadores, os técnicos especializados e os participantes.

Nem todos os métodos foram aplicados conforme a sua descrição, no processo participado implementado seguiu-se algumas ideias dos três métodos mencionados. Em todos foi aplicado ou pelo menos iniciado um processo de baixo-para-cima envolvendo como atores os facilitadores e/ou técnicos especializados, líderes ou atores formais e a comunidade. Tal como no método 1, foram mobilizados vários atores locais, foram identificados os problemas e as oportunidades no território e o planejamento a partir da identificação de prioridades de ação, com intuito de vir a promover o empoderamento da comunidade no que toca ao desenho, implementação

e gestão dos seus espaços, de uma forma mais rápida que os tradicionais métodos de planeamento. No método 2 foram igualmente elaborados debates/*workshops* partindo da experiência pessoal de cada elemento para a escolha e possível resolução de um problema concreto, dos vazios urbanos, que requereu o desenvolvimento e o teste de técnicas e de novos conhecimentos para uma possível implementação. O método 3, uma vez que o processo requereu uma análise, descrição, interpretação e explicação sobre a temática dos vazios urbanos através de recolha e análise de dados e sua apresentação.

Tendo em conta que se pretendia decidir em conjunto com as entidades locais e a comunidade quais poderiam ser os vazios prioritários de intervenção e os seus usos, primeiramente procedeu-se ao apuramento via telefone e *email* de quais seriam as entidades locais que estariam dispostas a ter uma primeira reunião, como forma de explicar a investigação e saber se estariam interessados em colaborar.

Paralelamente foi elaborado um questionário que pretendeu chegar ao maior número possível de pessoas a fim de responderem a algumas questões sobre os vazios existentes no território.

Após esta fase procedeu-se ao primeiro contacto com as diversas entidades interessadas, onde o principal objetivo foi explicar a investigação, as diversas fases e quais os resultados que se pretendiam atingir. Ainda foi iniciada a distribuição e apoio aos questionários às 3 escolas secundárias da cidade, a uma creche e *online*.

As duas fases seguintes, o debate e o *workshop*, tiveram como objetivo a escolha de vazios prioritários de intervenção e quais seriam os seus potenciais usos, mas também saber as opiniões acerca desta temática e do território em si. Estas fases, e a seguinte, corresponderam também à análise dos dados recolhidos nos três momentos para apuramento de quais seriam os vazios e usos prioritários de intervenção em termos de voto e urgência para intervenção.

De seguida foi elaborado um novo questionário, este numa perspetiva mais local, ou seja, diretamente nos e sobre os espaços elegidos como prioritários de intervenção. Estes questionários foram realizados de forma presencial a pessoas que vivem ou passam perto destas áreas, e a outras que usam estes espaços, com o objetivo de saber as suas aspirações e expectativas face aos mesmos.

Por fim, procedeu-se à análise dos dados recolhidos, tendo por base os critérios de seleção previamente estabelecidos, as várias fases do processo, as interações dos vários atores, os resultados obtidos em cada um dos vazios e

elaboraram-se as respetivas propostas estratégicas.

Ainda torna-se importante referir que a metodologia/estratégia adotada ao longo do processo sofreu algumas mutações e foi flexível, adaptando-se aos constrangimentos externos, como por exemplo a disponibilidade dos participantes.

5.1.1 Elaboração dos questionários e ferramentas

Como se pôde verificar a metodologia utilizada englobou alguns tópicos e conceitos dos métodos: O Planeamento Comunitário de ações; Sessões ou oficinas de trabalho; e a Avaliação pós-ocupação. Dentro dos mesmos, foram utilizadas várias técnicas consoante a fase do processo tendo sido utilizadas as seguintes:

- Técnica de tomada de consciência;
- Técnicas indiretas;
- Técnicas de interação de grupo;
- Técnicas abertas
- Técnicas de exploração de ideias;
- Técnicas de base tecnológica.

No geral, ao longo do trabalho, recorremos à **técnica de tomada de consciência**, uma vez que a temática em estudo ainda não era uma realidade vincada na consciência dos atores e comunidade no geral, não sabendo sobre a existência de tantos vazios urbanos no território.

Como técnicas de participação dentro das de tomada de consciência foram essencialmente utilizadas a **montagem de fotos**, aqui com intuito de organizar fotografias para criar uma vista de conjunto urbano facilitando a discussão de abordagens em conjunto, aqui aplicado aos vazios urbanos através de uma fotografia de cada vazio identificado. O **mapeamento**, onde é mapeada uma determinada questão para debater, neste caso os vazios urbanos e o território em geral como forma de ver como a comunidade vê o espaço físico e como se relacionam com o mesmo. A **priorização / hierarquização**, onde foram criados pins para cada participante eleger os vazios prioritários para intervenção, através do recurso ao mapeamento com todos os vazios existentes no território previamente delimitados. Aqui a recolha e tratamento de dados permite estabelecer um plano de ação, com base no princípio que para intervir é preciso definir hierarquias das necessidades e aplicá-las a uma escala de tempo (LNEC, 2013).

No que toca às técnicas indiretas foi utilizado o **inquérito** que é uma forma de

recolher informações sobre determinada temática junto de uma população alvo. O mesmo pode ser realizado em formato de questionário, entrevista ou outro. O **questionário** por norma é uma técnica predominantemente quantitativa uma vez que os resultados são no geral, tratados estatisticamente, mas neste caso foram aplicados essencialmente de forma qualitativa uma vez que existiam várias questões de resposta aberta. A **entrevista** é uma técnica essencialmente qualitativa uma vez que os resultados são tratados em relação ao seu conteúdo, sendo a mesma também utilizada no processo.

Nas técnicas de interação de grupo foram utilizadas o **grupo focal** que retrata uma **entrevista** ou **reunião** realizado com um grupo reduzido, normalmente entre 6 e 12 elementos, do qual se realiza um debate aberto sobre a temática. Contém a presença de um facilitador ou moderador e é uma técnica qualitativa dada a ausência de medidas numéricas e análises estatísticas.

Das técnicas de exploração de ideias foi aplicada a técnica de **grupo nominal** em que é apresentada uma temática a um grupo de participantes que durante 5 minutos cada um escreve uma ideia num papel numa lógica de *brainstorming*. No fim as ideias são sorteadas, lidas e debatidas.

Das técnicas abertas irá recorrer-se numa fase final do trabalho ao **atelier de desenho urbano** onde é criada uma unidade de projeto que disponibiliza informação, estuda os problemas e apresenta propostas à comunidade, sendo o trabalho realizado numa lógica participada e normalmente está associada a uma universidade ou instituição.

Como uma vontade e aspiração futura, seria a utilização da técnica de base tecnológica usando o **mapa eletrónico** que tem como característica principal a realização do mapeamento através da Internet ou terminais de computador colocados em locais chave, onde é disponibilizado um programa de computador que permite interagir com mapas de um território, comentando e trabalhando sobre o mesmo.

Assim, como forma de privilegiar-se a participação ativa da comunidade, ao longo do processo, optou-se por realizar métodos e técnicas diferentes consoante o público-alvo e o momento da investigação, como tal, foi decidido realizarem-se vários tipos de questionários que pudessem abranger uma amostra representativa para o processo.

Neste sentido, uma amostra que se pretendeu estudar foi relativamente a alunos e professores da cidade de Agualva-Cacém, aqui recorreu-se à técnica do inquérito por questionário, tendo sido realizados questionários em três escolas secundárias, Escola Secundária Ferreira Dias, Escola Secundária Matias Aires e a Escola Secundária Gama Barros, abrangendo os alunos do

12º anos e turmas pós-laboral, uma vez que é uma faixa etária que conhece minimamente o território e que já possuem uma opinião mais formada sobre esta temática ou território. Aqui também foram realizados questionários aos funcionários e professores das escolas. Nesta abordagem os questionários eram idênticos como se pode verificar no anexo 4, somente com pequenas alterações conforme se eram alunos ou não, uma vez que alguns dados não poderiam ser pedidos a alunos menores de idade.

Ainda é de mencionar que os questionários realizados nas três escolas também foram produzidos de duas formas, técnica indireta como direta, ou seja, numa das escolas foi possível dar apoio presencial para maior controlo do ambiente em que o mesmo era realizado, mas também de forma a tirar dúvidas que surgissem; nas outras duas foram deixados a um responsável. Aqui os questionários foram agrupados em pequenos blocos que seriam para cada turma, sendo os mesmos compostos por: 1 questionário para o professor, 30 para os alunos e algumas fotografias de exemplos de vazios urbanos para uma melhor compreensão.

Os questionários realizados à população em geral também não possuíam por exemplo o tópico "Refira alguns locais por onde passa até à escola", ou seja, algumas perguntas foram ajustadas consoante o público-alvo. Ainda os questionários realizados *online* apesar de terem as mesmas questões que o geral, tiveram de ser ajustados ao formato pré definido do programa (formulários do Google).

Relativamente ao contacto com as entidades, primeiramente foi realizada uma pesquisa de todas as associações e entidades da área em estudo dividindo-a pelas duas freguesias (tal como se pode verificar no anexo 3). Após esta recolha de informações procedeu-se a um primeiro contacto via *email* a expor o trabalho e o que se pretendia desenvolver. Aqui foram obtidas algumas respostas positivas via *email* e as que não obtivemos resposta foi de novo realizado um contato este agora via telefone. É de referir que nesta fase existiu um contacto intensivo entre *emails* e telefonemas, de forma flexível, conforme o tempo e interesse por parte das entidades.

Para a realização do processo participado é necessário que a população e os seus representantes sejam incluídos no processo e para isso torna-se necessário que o processo seja planeado para que os objetivos sejam cumpridos, através de uma interação em momentos chave e de forma contínua, entre todos os intervenientes do processo.

Sendo assim, o primeiro passo do processo foi o contacto com entidades locais através de reuniões, usando a técnica de entrevista, individual, seja como técnica indireta como de grupo focal, em grupo, para perceber a

abertura relativamente ao desenvolvimento do processo participado, do seu interesse em participar, assim como das suas opiniões gerais sobre a área em estudo e particulares, sobre algum vazio urbano que à partida fosse relevante e e pudesse ser tido em consideração.

Na realização das sessões em grupo e para a definição dos usos prioritários de intervenção e escolha dos usos possíveis, foi utilizada a técnica de priorização/hierarquização onde foram usados pins coloridos para a escolha dos vazios consoante a freguesia, e foram criados pins com diversos usos para a identificação dos usos possíveis de intervenção (Fig. 212).



Fig. 211 - Esquema dos usos para os espaços (esquerda).

Fonte: Elaboração própria

Fig. 212 - Fotografia dos pins para identificação dos vazios e pins com os símbolos dos usos para os espaços (direita).

Fonte: Elaboração própria

No que toca ao tipo de usos definidos, teve-se como exemplo os utilizados no programa Estonoesunsolar mas ajustando a outras hipóteses de intervenção, tendo sido estabelecidas temáticas ligadas a áreas verdes ou agrícolas, a passeio e lazer, áreas dedicadas a animais, desportivas, artísticas, festivas ou também infraestruturas de apoio como estacionamento ou equipamentos pequenos de apoio ao espaço ou a alguma atividade (Fig.211).

Também foi criada uma planta com identificação dos vazios e sua respetiva numeração (Fig.213), ou seja pelo recurso à técnica de mapeamento, onde seriam colocados os pins, um mapa a cores (Fig.214) bem como uns painéis com uma fotografia de cada vazio como forma de os identificar visualmente e de forma rápida, pelo uso da técnica de montagem de fotos (Fig.215).

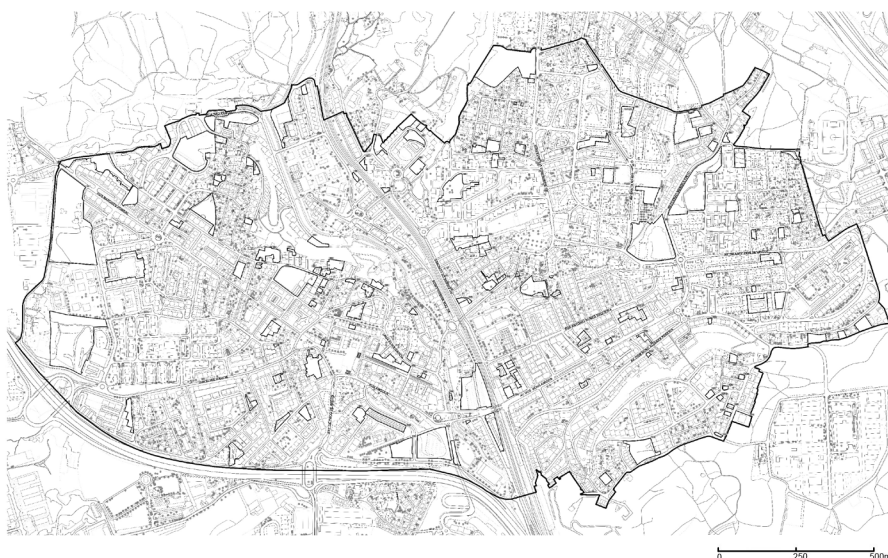


Fig. 213 - Planta para debate com a localização dos vazios urbanos.

Fonte: Elaboração própria

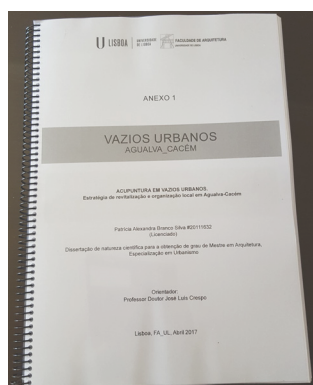
Fonte: Elaboração própria



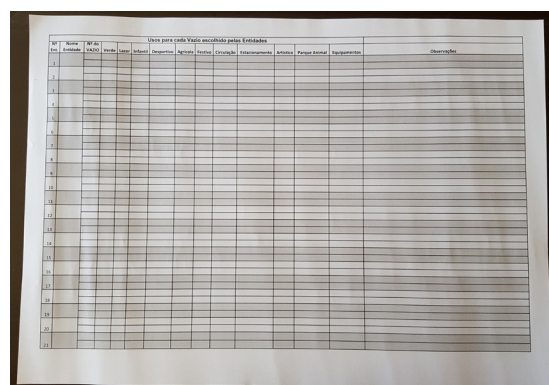
Fonte: Elaboração própria



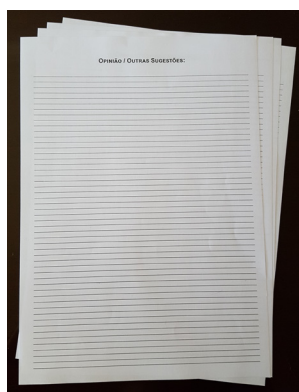
Fonte: Elaboração própria



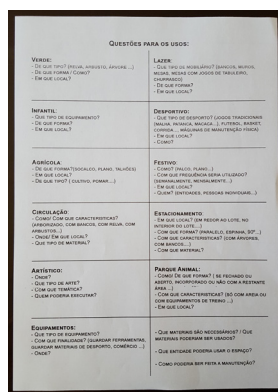
Fonte: Elaboração própria



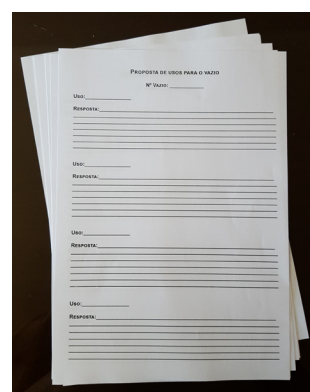
Fonte: Elaboração própria



Fonte: Elaboração própria



Fonte: Elaboração própria



Ainda foram criados para o workshop cartões para a realização de um estendal de ideias, mais caracterizado pela técnica do grupo nominal, com duas perguntas chave: O que achas da cidade de Agualva-Cacém? Como achas que se poderia melhorar? Onde cada aluno escrevia as suas ideias num papel fornecido e no final fez-se um pequeno debate sobre algumas ideias gerais (Fig.221).

O QUE ACHAS DA CIDADE DE AGUALVA-CACÉM?
COMO ACHAS QUE SE PODERIA MELHORAR?

Fig. 221 - Ficha para o estendal de ideias.

Fonte: Elaboração própria

Relativamente à abordagem mais local optou-se pela realização de novos questionários, estes mais direcionados aos vazios escolhidos como prioritários de intervenção, como forma de encontrar as aspirações e necessidades locais para cada um consoante a população que esteja diretamente mais afetada.

5.1.2 O primeiro contacto com as entidades

A primeira fase prende-se com um primeiro contato direto através de uma entrevista e reuniões com as associações e atores locais que se mostraram interessadas em colaborar: Junta de Freguesia do Cacém e São Marcos, Junta de Freguesia de Agualva e Mira Sintra, Rail Runners Sport Club, RJ Anima, Coração Amarelo, Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Secundária Ferreira Dias, Gave, Valdevinos Teatro, Associação Serpa Pinto, Taekwondo, APADP, SPORTDO, ARPIAC, Associação Bairro Alegre, Grupo Coral, Amanhecer Esperança Associação, Paróquia de Agualva, Cáritas Paroquial, Street Art, ASA, Coração Amarelo, Escola Secundária Gama Barros, Escola Secundária Ferreira Dias, PSP, Departamento do PDM Sintra da CMS, Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários, Vicentinos, Escola Secundária Matias Aires, Independentes com Marco Almeida, Gabinete da ARU da CMS.

A intenção seria juntar o grupo de entidades em uma ou duas reuniões de forma a facilitar o processo, com a finalidade de apresentar o trabalho que se encontraria em curso e o que se pretendia desenvolver, mas também pedir a colaboração no desenvolvimento da investigação. Este propósito não foi conseguido e optou-se por fazer várias reuniões, umas em grupo outras individualmente, uma vez que a disponibilidade nem sempre foi a mesma

para todos, por isso a importância da flexibilidade e mutação da estratégia no processo como fator importante, como referido anteriormente. Nestas reuniões foi explicado o que se pretendia desenvolver, um processo participado que envolvesse atores locais e a comunidade de forma a ser possível a escolha de vazios prioritários no território, bem como o que gostariam que o mesmo fosse, para no fim poderem ser realizados estudos para os espaços, tendo por base os dados recolhidos no processo. Aqui foi possível também obter logo à partida algumas opiniões sobre alguns espaços no território, os compromissos que poderiam existir, mas também das problemáticas existentes.

Para apoio ao discurso e explicação da investigação, foi mostrado uma planta com a identificação dos vazios urbanos existentes no território e uma das fichas de caracterização como exemplo. Aqui tivemos diversas abordagens, mas essencialmente foi possível saber à partida o que achariam do processo, do território e também algumas informações de alguns dos espaços vazios que foram incorporadas posteriormente nas fichas de caracterização criadas. Também foi possível verificar que muitos dos elementos não tinham a noção da existência de tantos vazios urbanos.

Aqui as informações fornecidas incidiram sobre a existência de compromissos ou problemáticas existentes em alguns dos vazios, e de algumas informações gerais do território. Os seguintes tópicos são um resumo do que foi referido nas diversas reuniões:

- a falta de equipamentos para saúde mental, de complexos e espaços desportivos;
- a necessidade de criação de espaços de ginásio de cariz social, criação de mais lojas de solidariedade, subsídios e cursos profissionais;
- foi realçada a situação problemática dos espaços à noite, e os perigos adjacentes às vivendas abandonadas, e a falta de wc públicos no território;
- foi referido que poderiam existir parques de estacionamento com parquímetro;
- a falta de espaços para as associações, normalmente a sede é na morada própria ou garagem de um dos elementos;
- foi mencionado o interesse pelos edifícios devolutos ou vagos, para aproveitamento de associações e/ou para criação de uma melhor imagem à cidade;
- foi referido o exemplo da Associação Serpa Pinto que tem apoio da

CMS para o tratamento de espaços verdes desde 1999, e também da Associação Bairro Alegre que usa um vazio urbano que se situa em frente do seu endereço e que possui autorização do proprietário para tal;

- que seria importante a criação de zeladores de bairros que reportassem à PSP os problemas e consecutivamente à autarquia, como em tempos existiu com a aplicação da A21LA;
- relativamente aos espaços vazios no território foi mencionado que pode existir uma reclamação sobre o estado do mesmo, a câmara ou a polícia municipal faz a fiscalização e dão um prazo para o proprietário proceder à limpeza. Em último caso a CMS faz a desmatação pedindo posteriormente o dinheiro ao proprietário ou também pode proceder à coima por contra ordenação através da Divisão de Polícia de Fiscalização da CMS;
- foi referido que é a Divisão de Património que indica se o espaço vazio é municipal ou não e as Finanças é que identificam o proprietário mas que, até mesmo para a CMS não dão muitas vezes essa informação. Foi ainda mencionado que existem vários processos de contraordenação mas que não os conseguem desenvolver muitas vezes por falta de informação, como por exemplo a não identificação do proprietário;

5.1.3 O debate

O debate foi a primeira sessão onde foram aplicadas as técnicas conjuntas de mapeamento, priorização e grupo focal, realizada no dia 27 de Abril de 2017 com as associações interessadas em continuar a colaborar no processo. Estiveram presentes 11 indivíduos representantes de 9 entidades que atuam em Agualva-Cacém, de entre os quais: o presidente da Junta de Freguesia de Agualva e Mira-Sintra, o comandante da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Agualva-Cacém, os Vicentinos, três professoras da Escola Secundária Ferreira Dias e uma da Escola Secundária Matias Aires, a Associação Serpa Pinto, a Associação ASA, Associação Rail Runners, Associação Amanhecer Esperança e ainda 4 estudantes de arquitetura, colegas e amigos, como forma de dar apoio ao processo, perfazendo um total de 15 indivíduos.

Nesta sessão, foram discutidas algumas questões sobre a área, mas essencialmente serviria para a escolha de quais seriam os espaços prioritários de intervenção, possíveis de criar novos espaços públicos, quer seja por estarem assim há muitos anos, por criarem perigo para a saúde pública ou por se encontrarem num estado de contínua degradação.



Fig. 222 - Fotografia da apresentação do trabalho, objetivos e ferramentas da sessão.

Fonte: Fotografia de Rafael Serra



Fig. 223 - Fotografia das ferramentas disponíveis.

Fonte: Fotografia de Rafael Serra



Fig. 224 - Fotografia de discussão sobre o território. Cooperação do presidente da J.F.A.M.S..

Fonte: Fotografia de Rafael Serra

Para a realização desta sessão foram utilizadas as ferramentas descritas anteriormente (Fig.223) como forma de ajudar no debate e também decididos alguns critérios para a escolha dos vazios prioritários. Assim foi decidido que cada indivíduo poderia escolher dois vazios urbanos prioritários de intervenção sendo que teriam de ser um em cada freguesia, salvo quando não conhecessem nenhum de uma das freguesias. Esta estratégia prendeu-se pela tentativa de criar homogeneidade em ambas as freguesias e, no final, como cada freguesia possuía uma cor diferente, eram visíveis essas mesmas escolhas, sendo de indicar que existiram mais vazios escolhidos/votados na freguesia de Agualva e Mira Sintra. De seguida, e de acordo com os usos determinados à partida como possíveis de intervenção, cada indivíduo podia escolher dois usos para cada vazio que achassem mais pertinentes para o espaço.



Fig. 225 - Fotografia de discussão sobre o território e identificação dos espaços.

Fonte: Fotografia de Rafael Serra

Esta sessão não se prendeu só pela identificação dos vazios prioritários de intervenção e seus possíveis usos, mas também para ter-se uma visão mais completa sobre as necessidades e carências no território, já que as entidades são quem melhor conhece e pode representar a população consoante as carências e problemáticas existentes.

Algumas das questões que foram mencionadas são:

- a falta de urbanistas aquando da grande necessidade de construção no território, apesar dos novos bairros já terem planeamento as intervenções por vezes apareciam isoladas;
- as pequenas áreas de mato confinados por habitação constituem uma grande preocupação, pois um pequeno incêndio pode provocar graves danos;
- que pretende-se dinamizar o Largo da República bem como junto à estação com feiras e espaços comerciais de x em x tempo;
- a possibilidade de criar um I.S. animal perto do Jardim dos Bons Amigos e um campo de jogos numa área próxima do lago e do Ginásio Club 1º de Maio;
- o vazio nº 107 junto à estação chegou a ir a concurso público mas o candidato foi desqualificado e nada foi feito desde então;
- que falta dinamizar a freguesia para os jovens, faltam espaços de lazer e que "os jovens estão a sair do Cacém";
- que o vazio do lago poderia ser dinamizado, criar um espaço multiusos, com canoagem e que a Fábrica da Melka poderia ser usada para as



Fig. 226 - Fotografia sobre o mapeamento dos vazios.

Fonte: Fotografia de Rafael Serra

Artes;

- que existem espaços aptos a serem usados, por vezes uma motivação iria facilitar a iniciação de atividades de vários jovens, e que o difícil seria iniciar, mas que é importante aproveitar os recursos existentes de cada lugar, tendo sido ainda mencionado o LX Factory como exemplo;
- no lago existe um caudal de água muito forte que sobe até à estrada se não for constantemente limpo, sendo mencionada a ideia de se criar um lago "subterrâneo" e criar outro por cima apto a atividades com segurança;
- que as pessoas procuram ar puro e que é preciso criar hortas urbanas de qualidade e espaços verdes no geral com todas as atividades.

Aqui foram ainda colocadas algumas questões: Como podemos aproveitar as diversas culturas dos residentes? Como criar espaços úteis para os jovens poderem mostrar os seus talentos? Como combater a insegurança?

Nesta primeira sessão foram definidos como prioritários os vazios nºs 66, 2, 21, 61 e 100, com os seus respetivos usos, tal como é possível verificar no quadro 17.

Os vazios urbanos identificados no debate		
Vazio	Nº de votos	Usos
66	4	Lazer, Desportivo, Verde, Artístico
2	2	Verde, Agrícola
21	2	Lazer, Desportivo
61	2	Lazer, Desportivo, Agrícola
100	2	Lazer, Infantil, Verde, Equipamentos

Para o **Vazio nº66**, para além dos usos mencionados foi ainda mencionado que poderia ser um espaço dinamizador de diversas atividades e artes, sendo a segurança colocada como uma questão principal, mas a possibilidade de uso do lago para usos como por exemplo, gaivotas e canoagem.

Para o **Vazio nº2** foram referidos diversos usos, como por exemplo hortas comunitárias e campos desportivos.

Para o **Vazio nº21** foi referida a sua fraca acessibilidade e os usos que o mesmo poderia ter seria relacionado com lazer e desporto de forma a impedir que hajam incêndios, algo referido como frequente nesta área. Ainda a colocação de equipamentos como por exemplo um quiosque de forma a chamar as pessoas para o espaço.

No **Vazio nº61** propôs-se a criação de hortas urbanas, colocação de zonas de churrasco, criação de um skatepark, campos desportivos, máquinas de



Fig. 227 - Fotografia sobre a identificação e debate das áreas escolhidas.

Fonte: Fotografia de Rafael Serra

Quadro 17 - Os vazios urbanos identificados no debate, nº votos e usos identificados como prioritários.

Fonte: Fotografia de Rafael Serra

manutenção física, entre outros. Algo que poderia funcionar também como continuidade do espaço referido do lago.

No **Vazio nº100** os usos referidos foram o infantil, equipamentos e lazer, através da colocação de bancos, mesas de jogos, espaços com sombreamento e colocação de um quiosque.

Na mesma sessão foi proposto realizar um *workshop*, na semana das Artes da Escola Secundária Ferreira Dias, a uma turma de um dos elementos presentes, como forma de incentivar os alunos a participarem mais ativamente no dia-a-dia e acreditarem que todas as opiniões são importantes.

5.1.4 O *workshop*



Fig. 228 - Fotografia da identificação dos vazios.

Fonte: Fotografia de Joana Sousa



Fig. 229 - Fotografia da técnica do estendal de ideias.

Fonte: Fotografia de Joana Sousa.



Fig. 230 - Fotografia sobre a descoberta dos vazios no território.

Fonte: Fotografia de Sandra Martins

Como referido anteriormente e proposto por um dos elementos presentes no debate, foi realizado um *workshop*, no dia 9 de Maio, duas semanas depois do debate, com alunos da Escola Secundária Ferreira Dias, de duas turmas. Nesta sessão foi possível realizar a mesma atividade do debate, mas também optou-se por incluir uma nova atividade, a técnica do grupo nominal como forma de perceber a opinião dos alunos relativamente à cidade no geral, ou seja, a estratégia do estendal de ideias descrita anteriormente. Esta adaptação prendeu-se pelo elevado número de alunos como tentativa de existir maior interação e ativismo dos mesmos (Fig.229).

Para esta atividade foram colocadas duas perguntas: O que achas da cidade de Agualva-Cacém? Como achas que se poderia melhorar?

Alguns tópicos referidos sobre o que acham da cidade foram, por um lado: que é uma boa cidade, relativamente segura e calma, bonita e com valor histórico; uma cidade movimentada com lugares onde descontraír; uma das melhores cidades para se viver, com grande diversidade étnica e que não é tão má como aparenta; possui muitos habitantes e é a melhor zona da linha de Sintra, é descontraída. Mas por outro lado: é uma cidade com poucos jardins, espaços verdes, de lazer, de entretenimento; é uma cidade degradada com prédios grandes e velhos, vivendas lindas em ruínas ou mal tratadas, desorganizada e com pouco comércio; com espaços esquecidos, é essencialmente uma zona dormitório e com pouca paisagem natural e atividades ao longo do ano; movimentada e um pouco poluída, confusa e com alguns conflitos; por ser uma cidade com muitos habitantes as ruas e passeios tornam-se e são estreitas.

Relativamente ao que se poderia melhorar foi referenciado que poderiam ser feitos espaços desportivos, como por exemplo campos de basquete, vólei,

máquinas de manutenção física, construir espaços verdes, de lazer, convívio e infantis. Construir centros comerciais, divertimentos, “coisas que fizessem as pessoas sair de casa”. A existência de espaços vazios podiam tornar-se em espaços de lazer, referiram a organização e limpeza, mais espaços para animais e criação de apoios a pequenos comércios. Referiram que a comunidade devia ser mais unida de forma a perceberem quais são os problemas mais sérios mas dando também importância aos menores, arranjando estratégias que favoreçam todas as partes. Investir mais na saúde e criação de uma estação de metro de forma a facilitar a movimentação. A renovação e/ou reconstrução de alguns edifícios mais antigos e dar-lhes novos usos, pintar e restaurar prédios e vivendas, o aproveitamento das vivendas e terrenos abandonados, muitos dos muros e paredes existentes podiam ser pintados de forma a embelezar alguns espaços. A criação de mais estacionamento, mais espaços para bicicletas e patins. A criação de passeios, onde não exista, alargar as ruas e passeios e o pavimento ser antiderrapante, melhorar a localização das passadeiras devido à fraca visibilidade dos condutores face aos peões. Fazer um questionário, como este, mas que abrangesse toda a população.

Nesta sessão foi possível verificar que a maioria dos alunos não tinha a noção da existência de tantos vazios urbanos e que não era um assunto que lhes tivesse despertado atenção até ao momento, mas mostraram-se bastante interessados em colaborar e conhecer melhor a cidade.

Nesta segunda sessão foram definidos como prioritários os vazios nºs 8, 74 e 107 com os seus respetivos usos, tal como podemos verificar no quadro 18.

Os vazios urbanos identificados no <i>Workshop</i>		
Vazio	Nº de votos	Usos
8	4	Desportivo, Festivo, Artístico, Parque Animal
74	3	Desportivo, Parque Animal, Artístico
107	3	Desportivo, Verde, Lazer

5.1.5 Os questionários

Tal como referido anteriormente, foram realizados vários formatos de inquérito por questionário, sendo a maioria das questões coincidentes nos questionários, mas em algumas situações com perguntas ajustadas ao público-alvo. Dos questionários realizados aos alunos, como já referido foram realizados de forma indireta e direta, recorrendo igualmente à priorização de dados, uns acompanhados e outros não, com um tempo aproximado de realização de 15-20 minutos, uma vez que os alunos não entravam todos de uma só vez na sala e por isso acabava por influenciar o tempo. Não existiram muitas dúvidas



Fig. 231 - Fotografia da partilha de ideias sobre outras temáticas da arquitetura e do urbanismo.

Fonte: Fotografia de Joana Sousa



Fig. 232 - Fotografia dos vazios identificados.

Fonte: Fotografia da autora

Quadro 18 - Os vazios urbanos identificados no *workshop*, nº de votos e usos identificados como prioritários.

Fonte: Fotografia da autora

na sua realização e no geral foram realizados num ambiente calmo, sem grandes distrações.

No total foram realizados 453 questionários dos quais 321 a alunos das três escolas secundárias existentes no território (Escola Secundária Ferreira Dias, Escola Secundária Matias Aires e Escola Secundária Gama Barros), 41 questionários a professores e funcionários das mesmas escolas, e 91 questionários à população em geral.

Relativamente ao género dos inquiridos, como se pode verificar pelos seguintes gráficos, dos 453 inquiridos, 269 correspondem ao sexo feminino (60%) e 180 ao masculino (40%) (Fig.233).

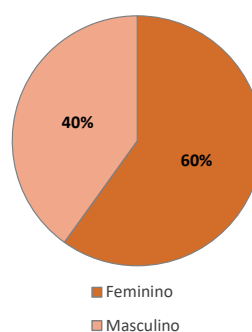


Fig. 233 - Gráfico do género dos inquiridos.

Fonte: Elaboração própria.

No que toca à idade dos inquiridos, é possível verificar que relativamente aos questionários dos alunos, os mesmos tinham maioritariamente 17 e 18 anos (69%) mas também uma percentagem significativa dos 19 aos 22 anos (26%) e ainda alguns indivíduos, com menor expressão, entre os 23 e os 60 anos de idade (5%). Este facto prende-se por se ter optado por uma amostra de alunos mais velhos, portanto alunos do 12º anos e também alunos em regime noturno (anexo 4).

Já relativamente aos professores e funcionários, praticamente a totalidade dos indivíduos têm entre os 25 anos e 64 anos de idade, exceto dois elementos que possuem menos de 25 anos. Nos questionários gerais, 19% dos inquiridos têm idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos, 80% entre os 25 e os 64 anos e somente 1% com mais de 65 anos.

Relativamente à atividade laboral, somente foi aplicada aos professores, funcionários e população geral. É possível verificar que na sua maioria são indivíduos em regime de trabalho, empregados (professores e funcionários 95%, população geral 63%), mas existe uma maior variação nos questionários à população, sendo que 18% são estudantes, 9% encontram-se desempregados, 4% reformados, mas existindo também 6% trabalhadores/estudantes e 1% referente a estudante/desempregado (anexo 4).

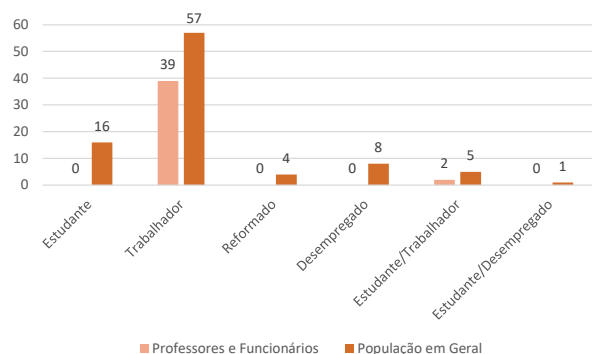


Fig. 234 - Gráfico sobre a atividade laboral dos inquiridos.

Fonte: Elaboração própria.

No que toca ao tipo de habitação, 66% dos alunos vivem em prédios com mais de 3 pisos, 26% em moradias e ainda 2% noutra tipo de habitação, não sendo identificado qual. De igual forma 21% dos professores e funcionários vivem em prédios com mais de 3 pisos, 17% até 3 pisos e 12% em moradias. Já nos questionários gerais 87% dos inquiridos vive em prédios com mais de 3 pisos, 7% em moradias e 4% em menos de 3 pisos. Assim sendo podemos verificar que na sua grande maioria os inquiridos vivem em prédios com mais de 3 pisos, algo que se verifica natural uma vez que o território em estudo é na sua maioria formado por construções de prédios altos, característico de áreas suburbanas (anexo 4).

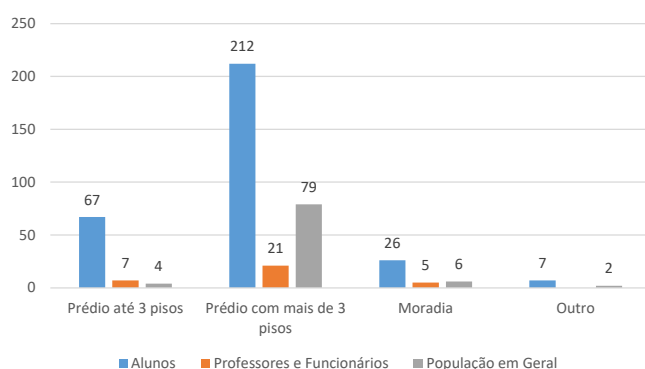


Fig. 235 - Gráfico sobre o tipo de habitação dos inquiridos.

Fonte: Elaboração própria.

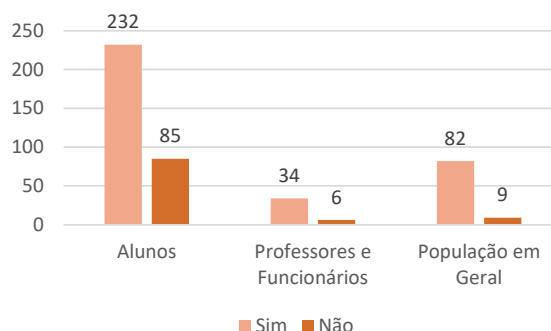
Foram também colocadas questões referentes ao código-postal, e o trajeto até à escola, pedindo que indicassem somente alguns pontos de referência aos alunos e a morada aos professores. Nesta questão o que se pretendia analisar seria se os inquiridos passariam por vazios urbanos, mas do qual não tivessem conhecimento, recriando o seu percurso, comparando com as respostas dadas sobre se conheciam algum vazio urbano. Devido ao pouco tempo disponível para a realização do trabalho e de todas as estratégias e fases, acabou por não ser possível pôr em prática esta tarefa e fase, ficando como uma ideia a desenvolver no futuro pelo cruzamento de dados recolhidos.

Passando para o tema dos vazios urbanos, foi colocada uma primeira questão: **Conhece algum vazio em Agualva-Cacém?** Aqui no geral existem

mais inquiridos que têm conhecimento da existência de algum do que o contrário, mas no caso dos alunos o mesmo não é tão visível uma vez que alguns alunos podem não residir na área em estudo e somente fazerem o percurso dos transportes públicos para a escola. Aqui 72% responderam que têm conhecimento de algum vazio e 23% que não. Já nos professores e funcionários, 83% conhece e 15% não conhece. Já nos questionários gerais, 90% conhece algum vazio e somente 10% não têm conhecimento (anexo 4).

Fig. 236 - Gráfico sobre as respostas à questão "Conhece algum vazio urbano?".

Fonte: Elaboração própria.



Existem vários fatores que podem estar adjacentes a esta realidade, um deles já referido anteriormente, por alguns alunos não viverem neste território e o mesmo pode ser igualmente aplicado aos professores e funcionários. Já nos questionários gerais, como o mesmo foi divulgado essencialmente em grupos de Agualva-Cacém, não existiu tanto essa possibilidade. Assim sendo, 439 inquiridos responderam que conheciam algum vazio urbano e somente 14 que não conheciam.

De seguida foi pedido que identificassem um ou mais vazios que conhecessem, aqui foi dada a hipótese de identificarem mais ou menos todos os que conhecessem sendo que teriam posteriormente que eleger um para as questões que se seguiam no questionário. Nesta mesma questão cada inquirido referia onde é que o vazio se situava ou algum ponto de referência, sendo depois analisadas essas mesmas informações a fim de se identificar corretamente no território qual seria o vazio elegido e a sua respetiva numeração. Aqui alguns vazios acabaram por não ser contabilizados por vários motivos de entre os quais: o vazio identificado se situar fora da área em estudo; pertencer à estrutura ecológica de grande dimensão; ou não ser perceptível as indicações dadas para a identificação do vazio no território, questionando-se assim se este método seria o mais indicado ou não para o seu apuramento. Aqui algo que poderia complementar o estudo seria a criação de uma plataforma *online* onde os diversos indivíduos da população e das várias sessões acompanhadas, poderiam identificar num mapa os vazios e algumas informações pertinentes que seriam posteriormente analisadas.

Assim sendo, por parte dos alunos foram identificados principalmente os

Vazios nºs 74; 8; 2; 107; 66; 104 e 112 e os mesmos são possíveis de visualizar com mais detalhe no anexo 1 na respetiva ficha de caracterização. Por parte dos professores e funcionários os vazios que tiveram mais peso foram os nºs 66; 2; 74 e 104. Já nos questionários gerais foram identificados os vazios nºs 66; 8; 11 e 30.

Os vazios aqui referidos e descritos de seguida estão por ordem decrescente consoante o número de votos, portanto dos mais votados para os menos votados.

Os vazios urbanos identificados pelos alunos		
Nº do Vazio Identificado	Nº de votos	Usos
74	45	Lazer, Desportivo, Verde, Parque Animal e Infantil
8	32	Desportivo, Lazer, Verde
2	18	Lazer, Desportivo
107	16	Lazer, Desportivo
66	15	Lazer, Desportivo, Verde
104	14	Lazer, Desportivo
112	10	Lazer, Desportivo
321 Inquiridos (176 respostas; 145 N.A.) 217 Vazios identificados		

Quadro 19 - Vazios e usos identificados pelos alunos nos questionários.

Fonte: Elaboração própria.

Os vazios urbanos identificados pelos professores e funcionários		
Nº do Vazio Identificado	Nº de votos	Usos
66	6	Verde, Lazer, Desportivo
2	4	Verde
74	4	Lazer, Desportivo
104	4	Verde, Lazer
41 Inquiridos (30 respostas; 11 N.A.) 43 Vazios identificados		

Quadro 20 - Vazios e usos identificados pelos professores e funcionários nos questionários.

Fonte: Elaboração própria.

Os vazios urbanos identificados pela população em geral		
Nº do Vazio Identificado	Nº de votos	Usos
66	15	Lazer, Desportivo, Verde, Infantil
8	6	Infantil, Verde, Lazer
11	5	Infantil
30	4	Verde, Infantil
91 Inquiridos (49 respostas; 42 N.A.) 61 Vazios identificados		

Quadro 21 - Vazios e usos identificados pela população em geral nos questionários.

Fonte: Elaboração própria.

De seguida foi pedido que os inquiridos descrevessem o vazio elegido e neste sentido, como forma de categorizar as respostas dadas pelos inquiridos e ser perceptível de uma forma geral as opiniões sobre cada vazio, foram criadas categorias gerais, possíveis de verificar no anexo 4. Assim e como podemos verificar no quadro 22, o **Vazio nº 2** é essencialmente caracterizado por ser mato ou possuir vegetação e ser um vazio descampado e aberto. O **Vazio nº 8** é caracterizado por ser uma área de mato com vegetação, por ser um vazio descampado e aberto e ainda por se apresentar degradado. O **Vazio nº 11** é um vazio descampado e aberto, composto por vegetação ou

mato. O **Vazio nº 30** é essencialmente mato ou vegetação. O **Vazio nº 66** é descrito como sendo um lago, uma área abandonada e degradada, um vazio descampado e aberto. O **Vazio nº 74** é essencialmente caracterizado por ser um vazio, descampado aberto, com vegetação ou mato e por ser uma área abandonada e degradada. O **Vazio nº 104** é principalmente um vazio descampado e aberto, e o **Vazio nº107** também mas com uso de estacionamento. Por fim o **Vazio nº 112** é um vazio descampado e aberto.

De mencionar ainda que os dados por amostra se encontram no anexo 4 referentes a todos os vazios e de forma mais detalhada.

Nº do Vazio		2	8	11	30	66	74	104	107	112
Descrição do Vazio	Vazio, Descampado, Aberto	5	11	2	1	5	21	5	5	6
	Baldio	3	1	0	1	0	3	2	0	0
	Área Abandonada, Degradada	1	6	1	1	11	8	2	1	2
	Estacionamento	0	0	1	0	0	1	1	4	2
	Vegetação, Mato	11	20	2	2	2	10	1	0	1
	Hortas	0	0	0	5	5	0	0	0	0
	Lago	0	0	0	0	13	0	0	0	0
	Área de Grande Dimensão	3	3	0	0	6	6	3	1	1
	Sem Uso ou Utilidade	1	2	0	0	7	3	3	2	3
	Acessível, Seguro	0	0	0	0	0	1	1	1	1
	Confuso, Perigoso	0	0	0	0	1	2	1	1	0
	Edifício Abandonado, Degradado	1	0	0	0	2	0	2	0	0
	Outros	4	6	1	0	8	3	5	4	0
	Total	16	31	5	4	14	41	14	13	9

Quadro 22 - Descrição dos vazios identificados.

Fonte: Elaboração própria.

De seguida foi colocada a pergunta sobre se gostariam que o vazio identificado tivesse algum uso “**Gostava que tivesse algum uso?**” e pela análise realizada, é possível verificar que todos os inquiridos responderam que sim. Se sim, os inquiridos poderiam indicar todos os usos que achassem importantes para o vazio escolhido, dentro dos mencionados ou indicar ainda outro tipo de uso referindo qual, se não era pedido que respondessem o porquê.

Como podemos verificar pelo quadro 23, para o **Vazio nº 2** os usos indicados como possíveis para o espaço foram principalmente, os usos de lazer, desportivo e verde. Para o **Vazio nº 8** foram o uso desportivo, lazer, verde e infantil. Para o **Vazio nº 11** foram essencialmente o uso infantil, para o **Vazio nº 30** infantil e verde. Já para o **Vazio nº 66** foram indicados os usos lazer, verde, desportivo e infantil. Para o **Vazio nº 104** o uso verde, lazer e desportivo, para o **Vazio nº107** o desportivo, lazer e verde. Por fim o **Vazio nº 112** foi indicado

o uso de lazer e desportivo. Estes são os usos mais votados para cada vazio urbano, por ordem de mais votos, os restantes vazios e usos são possíveis de identificar no anexo 4.

Nº do Vazio	2	8	11	30	66	74	104	107	112
Verde	8	17	2	3	26	21	9	6	5
Lazer	10	22	2	2	25	28	10	9	9
Desportivo	10	25	2	2	25	26	8	8	7
Infantil	1	12	3	3	15	12	2	3	2
Agrícola	1	1	0	0	2	2	0	0	0
Festivo	2	9	0	1	3	8	1	5	6
Circulação	0	1	0	0	1	1	1	1	0
Estacionamento	1	4	1	0	3	1	5	1	1
Artístico	4	3	0	1	7	7	3	6	3
Parque Animal	6	8	1	2	7	17	2	5	6
Equipamentos	0	3	1	1	4	4	1	1	0
Outro	1	0	1	0	0	0	0	0	0

Quadro 23 - Usos identificados como possíveis para os vazios.

Fonte: Elaboração própria.

De seguida foi questionado com que frequência os inquiridos utilizariam esse mesmo espaço se tivesse os usos que mencionaram. Podemos então observar que 49% dos alunos mencionaram que o utilizariam semanalmente, 19% diariamente, 17% mensalmente e 15% pontualmente, concluindo assim que poderia de facto existir um grande peso no uso destes espaços no território se os mesmos acomodassem os usos indicados pelos inquiridos.

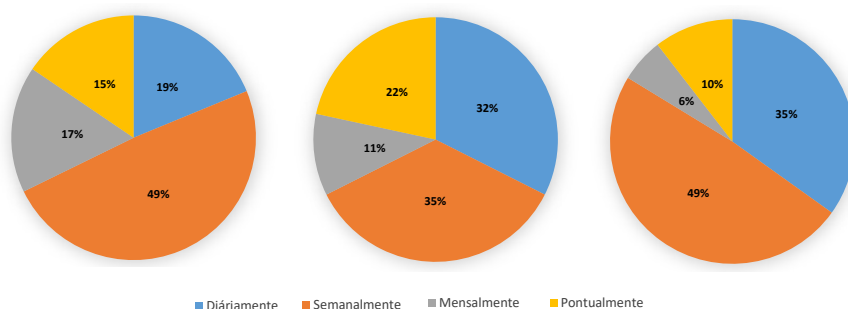


Fig. 237 - Gráfico circular da frequência de utilização dos espaços se tivessem os usos mencionados pelos inquiridos.

Alunos (esquerda), professores e funcionários (no meio) e população em geral (direita).

Fonte: Elaboração própria.

Já no que toca aos professores e funcionários podemos observar uma repartição mais homogénea entre a frequência diariamente (33%) e semanalmente (35%), sendo pontualmente ligeiramente inferior (22%), e somente 11% usaria mensalmente. Por fim podemos observar no caso dos questionários gerais que existe maior peso de quem os usaria semanalmente (49%), de seguida diariamente com 35%, sendo os outros dois dados mais reduzidos, somente com 10% usados pontualmente e 6% mensalmente. Mais uma vez podemos notar a elevada pertinência da criação destes espaços com os usos mencionados já que foi a própria população a referi-los e supostamente a quererem-nos usar se fossem tratados para essa mesma finalidade (Fig.237).

Até aqui, as perguntas centraram-se nos vazios existentes no território e nos usos que os mesmos poderiam ter mas, para melhor perceção das respostas foi necessário procurar-se também saber que tipo de espaços usam os inquiridos

atualmente, como forma de entender se poderá existir alguma relação entre as duas realidades. Assim sendo foram colocadas as seguintes perguntas: **Que espaços públicos costuma frequentar aqui em Agualva-Cacém? Que usos têm?**

Aqui mais uma vez pretendeu-se criar uma resposta aberta e como tal as respostas eram bastante diversificadas ao que no fim foi necessário criar espaços-chave (quadro 24) que na sua maioria tinham sido mencionados pela população. Como tal o seguinte quadro mostra os tipos de espaços mencionados pelos inquiridos.

	ALUNOS	PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS	POPULAÇÃO EM GERAL
Nenhum	13	5	10
Jardins e Parques (Geral)	59	7	17
Jardim da Anta	24	5	8
Largo da República	50	3	14
Parque Ribeira das Jaldas	31	3	28
Av. dos Bons Amigos	7	1	0
Campos Desportivos	20	0	4
Agualva-Shopping	33	1	0
Escola	50	4	1
Estação Transportes	25	1	1
Quinta da Fidalga	1	0	0
Outros	118	9	26
Sem Resposta	2	1	0

Quadro 24 - Espaços públicos frequentados pelos inquiridos.

Fonte: Elaboração própria.

Assim como, podemos verificar no que toca aos alunos, os locais mais frequentados são os jardins e parques em geral, de seguida foi indicada a Escola, e aqui podemos associar ao que já foi mencionado de alguns alunos somente frequentarem a escola e não viverem no território. O Largo da República, o Agualva-Shopping e o Parque da Ribeira das Jaldas, sendo que muitos referem outros tipos de uso. Para estes espaços, os usos que os inquiridos referem usufruir são o Lazer, Desporto, Comércio e outros.

Já no que toca aos professores e funcionários os mesmos indicam essencialmente o uso de jardins e parques no geral, o Jardim da Anta e há quem refira que não usa nenhum espaço, este último tópico poderá prender-se também pelo facto de muitos dos professores e funcionários não morarem no território, somente o fazem para trabalho e não lazer, existindo ainda algum peso de quem tenha respondido outros tipos de usos. Ainda assim os usos referidos são essencialmente Desporto e Lazer.

Nos inquéritos à população em geral, podemos observar uma maior referência

ao uso do Parque da Ribeira das Jaldas, dos jardins e parques em geral, o Largo da República e também outros tipos de locais. Os seus usos principais estão ligados aos espaços de Lazer e Desporto.

Nesta análise podemos observar a grande importância que os jardins e parques possuem e principalmente a referência ao Parque da Ribeira das Jaldas e o Largo da República como dois espaços mais usados pela população. No que toca aos usos podemos verificar que são na sua maioria relacionados com áreas de Lazer e Desportivas.

Por fim foi colocada uma última questão, referente se os inquiridos gostariam de participar num projeto de transformação de espaço público num destes vazios urbanos (Fig.238), sendo aqui perguntado se sim ou não mas também por que motivo. Ainda poderiam colocar o seu *email* ou telefone para, caso o processo tenha continuidade, poderem ser contactados. Assim dos 321 alunos, 152 responderam que sim e 150 que não, as respostas foram aqui agrupadas à existência de interesse em contribuir e gosto pela temática, e pelo contrário à falta de interesse pela temática ou falta de disponibilidade. Dos 41 inquiridos professores e funcionários, 19 responderam que sim e 18 que não, dados até agora relativamente homogêneos, mas pelo contrário existem mais respostas da qual não possuíam tempo para participar. Já nos inquiridos da população em geral das 91 respostas, 64 responderam que sim e 26 que não, existindo assim maior peso por parte de quem gostaria de ajudar. Os dados que possam estar em falta prendem-se por falta de resposta na questão colocada. Podemos observar que no geral quem mostra interesse gostaria de participar, mas não é tão linear nos professores e funcionários, uma vez que alguns gostariam de participar mas não possuem tempo para tal.

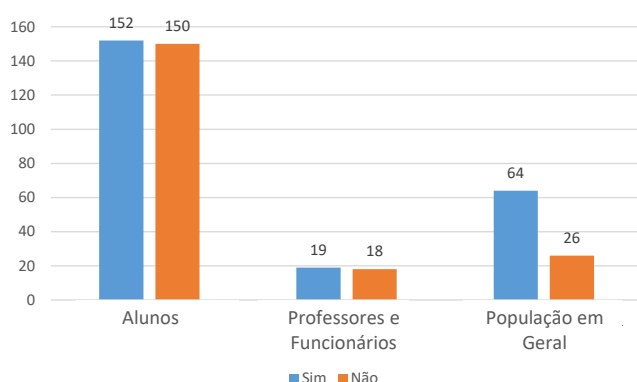


Fig. 238 - Gráfico sobre o gosto por participar ou não na transformação dos espaços vazios no território.

Fonte: Elaboração própria.

5.1.6 O diagnóstico

A partir da análise das várias sessões e etapas foi possível criar o quadro 25 com o cruzamento de todas as tabelas e dados apurados, a fim de cruzar os diversos vazios identificados como prioritários, para finalmente se poderem

eleger quatro vazios prioritários de intervenção. Assim, chegou-se à conclusão que os vazios mais votados são os indicados a vermelho:

Nº do Vazio Identificado	Debate	Workshop	Alunos	Professores e Funcionários	População em Geral	Soma de Votos	%	Ordem de mais votos
2	2	1	18	4	3	28	10,7	4º
8	0	4	32	2	6	44	16,8	2º
11	0	1	2	0	5	8	3,1	9º
21	2	1	0	0	0	3	1,1	12º
30	0	0	1	0	4	5	1,9	11º
61	2	0	4	2	1	9	3,4	8º
66	4	2	15	6	15	42	16,0	3º
74	0	3	45	4	3	55	21,0	1º
100	2	0	4	0	0	6	2,3	10º
104	0	2	14	4	3	23	8,8	5º
107	0	3	16	3	1	23	8,8	6º
112	1	2	10	1	2	16	6,1	7º
TOTAL	13	19	89	12	9	262	46,9	

Quadro 25 - Identificação dos vazios prioritários de intervenção.

Fonte: Elaboração própria.

Apesar de os vazios mais votados serem os mencionados a vermelho, optou-se pela escolha para a etapa seguinte dos vazios nºs 2, 8, 66 e 104. Esta escolha teve em consideração a proximidade entre vazios, a sua importância no território mas também o fator de exequibilidade. Assim, e como os vazios nº8 e nº74 situam-se próximos, foi decidido complementar uma área que já possui na sua proximidade um campo desportivo e que é bastante usado como atalho entre diversas zonas pela população e pelos alunos da escola adjacente, portanto o vazio nº8. Uma vez não considerado o vazio nº 74, seguem-se dois vazios com igual número de votos, o nº 104 e o nº 107. O vazio nº 107 adjacente ao Parque Linear da Ribeira das Jardas acabou por não ser considerado prioritário de momento, dentro da temática em estudo, por ter de facto este carácter de proximidade com o parque que é bastante usado e, comparativamente ao vazio nº 104, este último destaca este carácter de prioridade face à sua localização e problemas existentes. Situa-se adjacente a uma avenida principal (Av. dos Bons Amigos), fechado entre dois prédios, vedado, com aparente degradação e bastante lixo. Esta realidade é estendida a toda a área do interior deste quarteirão, não só pelas questões já mencionadas mas também pela existência de alguns problemas relacionados com droga. A abertura deste vazio poderia tornar esta área mais segura possibilitando uma maior visibilidade às entidades vigilantes da cidade, o que agora está impossibilitado uma vez que se encontra vedado. Outro motivo para a sua escolha foi também por ter um carácter de espaço

mais reduzido, uma intervenção com possibilidade de ser mais rápida com custos mais reduzidos, uma vez que todas as outras áreas são de grandes dimensões.

De referir ainda, que na grande maioria os espaços mais votados são áreas de grande dimensão, o que desperta a atenção. Importa aqui tentar entender esta escolha, e neste sentido pensamos que foi por possuírem maior destaque face à sua exposição no território, as pessoas reconhecem-os mais facilmente pela sua dimensão, restando ainda questionar se conhecem e identificam todos os outros espalhados pelo território de diversas escalas e tipologias.

5.2 Os Vazios Urbanos Escolhidos

Após a análise dos dados referentes à escolha dos vazios e usos prioritários de intervenção e de interpretação de quais poderiam ser de facto os mais urgentes a estudar, chegou-se aos 4 vazios identificados anteriormente. De seguida para melhor compreensão e estudo foi essencial a realização de mais visitas ao local e perceber alguns fatores específicos da sua “formação” e características. Ainda, e uma vez que se pretendia que a comunidade fosse envolvida em todas as fases do processo, realizaram-se novos questionários, desta vez referentes à área de incidência, a pessoas que de facto moram, passam e usam o local. Foram realizados mais ou menos 20 questionários em cada um dos vazios urbanos, com o objetivo de saber essencialmente as suas expectativas e aspirações relativamente à área de incidência.

5.2.1 Questionário Local

Nesta fase procedeu-se à realização de questionários locais através da técnica direta com recurso a inquérito por questionário e entrevista nos vazios identificados anteriormente, a fim de perceber as opiniões da população, para que as propostas possam ir de encontro às necessidades dos seus habitantes e posteriormente da cidade em si. Nestes questionários foi possível identificar algumas características relativamente à história e estado atual do vazio mas também o que gostariam, de forma descritiva, que o espaço fosse e que usos poderia ter.

Assim o questionário local é constituído por informações gerais sobre o inquirido, se a área em redor do vazio urbano era local de residência ou de passagem e com que frequência, a sua opinião acerca do espaço, saber se tem conhecimento de como surgiu e há quanto tempo o conhece assim.

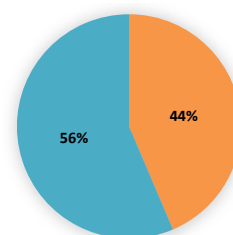
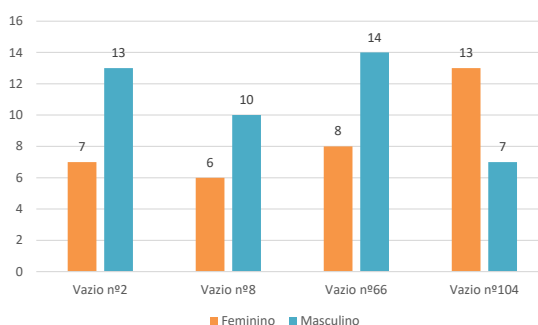
Se gostariam de o usar como espaço público e se sim que uso lhe dariam e com que frequência o utilizariam. Por fim saber se gostariam de participar na transformação do espaço, mencionando porquê. No anexo 5 é possível verificar o questionário realizado nesta fase do processo.

A realização dos questionários locais surge pela necessidade de aprofundar o conhecimento sobre cada vazio urbano escolhido e envolver a comunidade no processo, já que são quem melhor conhece os espaços, seja por habitarem perto, passarem pelo espaço ou permanecerem. Assim, foram realizados 83 questionários locais dos quais 20 no vazio nº 2, 21 no vazio nº 8, 22 no vazio nº 66 e 20 no vazio nº 104, e tal como podemos verificar nos seguintes gráficos, 56% dos inquiridos são do sexo masculino e 44% feminino (Fig.240). Se formos ver por cada vazio podemos observar que existem mais questionários realizados a homens do que a mulheres, em todos os vazios, exceto no vazio nº 104, que se verifica o inverso (Fig.239).

Fig. 239 - Gráfico do nº de indivíduos por sexo que realizaram o questionário, por cada vazio.

Fig. 240 - Gráfico da % total de indivíduos por sexo.

Fonte: Elaboração própria

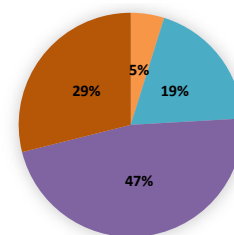
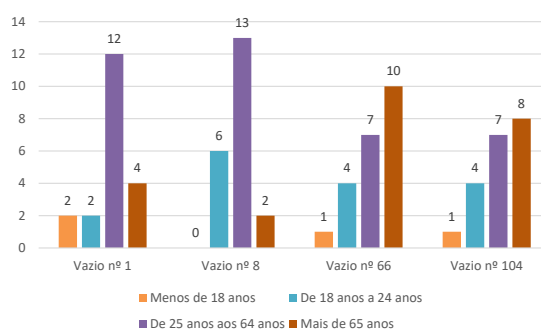


No que toca às idades dos inquiridos podemos verificar que no geral tinham entre 25 a 64 anos (47%) sendo que 29% tinham mais de 65 anos, 19% entre os 18 e 24 anos e somente 5% com menos de 18 anos (Fig.242).

Fig. 241 - Gráfico do nº de indivíduos por faixa etária, por cada vazio.

Fig. 242 - Gráfico da % total de indivíduos por faixa etária.

Fonte: Elaboração própria



Relativamente à atividade laboral, podemos observar pela figura 244 que os inquiridos são essencialmente trabalhadores e reformados, 39% e 34% respetivamente, 19% são estudantes e 8% desempregados.

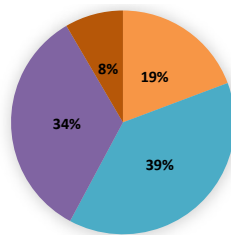
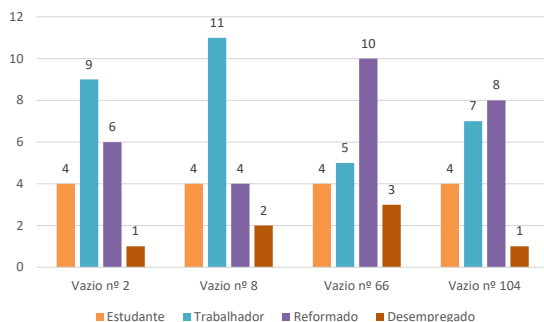


Fig. 243 - Gráfico sobre a atividade laboral dos inquiridos, por cada vazio.

Fig. 244 - Gráfico da % total das atividades dos inquiridos.

Fonte: Elaboração própria

Já no que toca ao nível de escolaridade dos inquiridos, 33% possuem o ensino secundário, 27% o 1º ciclo, 18% o 3º ciclo, 16% o ensino superior e 6% o 2º ciclo. Não se registam indivíduos sem saber ler nem escrever (Fig.246).

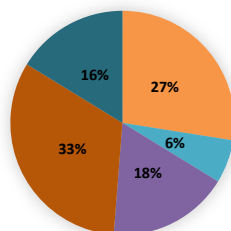
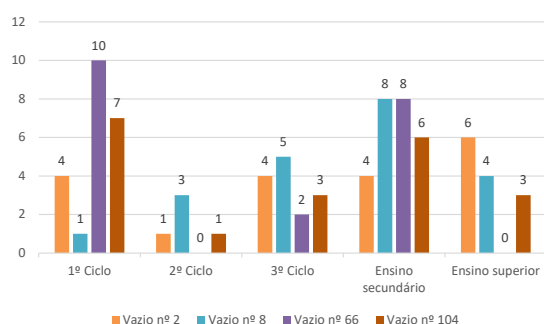


Fig. 245 - Gráfico sobre o nível de escolaridade dos inquiridos, por cada vazio.

Fig. 246 - Gráfico da % total de indivíduos consoante o nível de escolaridade.

Fonte: Elaboração própria

De seguida foi perguntado se para os inquiridos é local de residência ou local de passagem e há quanto tempo moram no território, seja em Agualva-Cacém ou especificamente perto do vazio urbano, e também sobre qual é a frequência que passam na área. Aqui podemos verificar que no **Vazio nº 2**, dos 20 inquiridos, 8 residem em redor do vazio, 7 indicam como residindo perto e/ou passando no local e 5 que usam como local de passagem e/ou trabalho. No que toca há quanto tempo moram no território, temos indivíduos que moram somente há 16 meses até indivíduos que moram já há 58 anos, e a maioria menciona usar a área todos os dias.

No **Vazio nº 8**, foram realizados 21 questionários dos quais 10 indicaram como sendo local de residência e passagem, para 5 elementos esta área é local de residência, para 3 local de trabalho, 2 de passagem e 1 por ter a sua garagem no local. Na questão colocada sobre há quando tempo mora aqui, podemos verificar que temos pessoas que moram desde há 3 anos até pessoas que moram há 42 anos. Relativamente à frequência com que passam ao pé deste vazio foi mencionado por 14 indivíduos que passam todos os dias, 3 que passam uma vez por semana e igualmente 3 que somente passam uma a duas vezes por mês.

No **Vazio nº 66** foram realizados 22 questionários dos quais 10 inquiridos referem

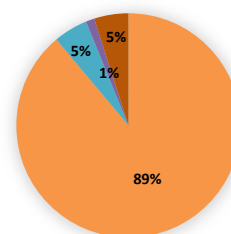
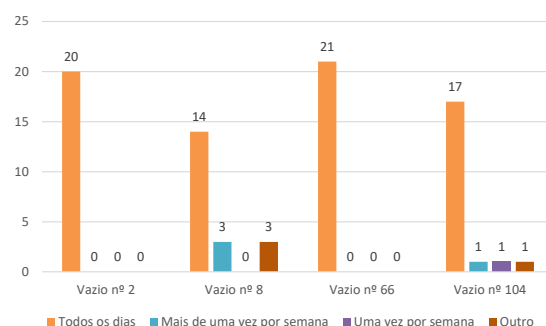
morar na área de Agualva – Cacém e usar como local de passagem, 7 é local de residência, 3 usam como local de trabalho e 1 local de passagem sendo que os 22 inquiridos moram no território entre somente há 8 meses até há já 66 anos e todos mencionam usar este local todos os dias.

No **Vazio nº 104**, foram realizados 20 questionários em redor do vazio e como tal, 10 inquiridos mencionam que moram perto do mesmo, 5 só como local de passagem e os outros 5 que moram em Agualva-Cacém e que utilizam de igual forma como local de passagem. Relativamente há quanto tempo moram na área, os inquiridos referiram entre os 2 a 40 anos. Dos inquiridos, 17 passam ou usam o espaço diariamente e somente 1 mais de uma vez por semana, 1 uma vez por semana e 1 esporadicamente.

Fig. 247 - Gráfico sobre a frequência com que os inquiridos passam no vazio, por cada vazio.

Fig. 248 - Gráfico da % total de frequência com que os inquiridos passam no vazio

Fonte: Elaboração própria



Às questões colocadas: **O que pensa deste espaço vazio? Como o descreve? Conhece-o assim há quanto tempo? Sabe como surgiu?**

No **Vazio nº 2** foi mencionado que é um espaço espetacular para ir com os cães, que o espaço não está arranjado, que já podia ter sido aproveitado há muito tempo e que só há cerca de 3 ou 4 anos é que colocaram vedação por causa dos animais. É um espaço mal aproveitado que só possui lixo. Referem que na área mais descampada antigamente jogavam à bola, que existem cavalos e cabras a pastar na área e que é um perigo pois facilmente podem pegar fogo à área. Referem que é um vazio sem qualquer tipo de uso, com mato e perigoso, abandonado e com muita vegetação, não é um espaço muito atrativo. Chegou a ser usado para o circo e também como estacionamento por parte dos professores da escola adjacente. Ainda houve quem referisse que possui de uma questão judicial que impedia a construção. Relativamente à questão sobre há quanto tempo o conhecem, as respostas foram desde há 13 meses, uma vez que mudaram de casa há pouco tempo, como quem já o conhece assim há 47 anos. Aqui é possível verificar uma relação mais ou menos direta com os anos a que os inquiridos vivem no território em estudo. Sobre a questão se conheceriam a origem do vazio, ou seja como surgiu no território, 13 responderam que não e as que têm alguma informação sobre o mesmo, referem essencialmente que sempre esteve assim,

que antigamente era uma quinta, o Casal da Charneca, uma área de cultivo e mata rasteira e que só de há uns anos para cá é que se encontra vedado.

No **Vazio nº8** os inquiridos descrevem-no como sendo um espaço mal arranjado e mal aproveitado, baldio, inseguro e perigoso, sujo com ervas secas e com risco de incêndio e ainda que antigamente existiam barracas no local sendo os habitantes realojados em Mira Sintra. É um descampado que possui um caminho/passagem que dá acesso ao Continente, um atalho, e ainda que possui algumas hortas. Existe quem conheça o espaço somente há 4 anos mas também quem o conheça já há 30 anos. Relativamente se sabem como surgiu, cerca de 15 inquiridos não sabem mas é referido que há 40 anos era tudo mato e que existia um campo de futebol no local da escola e que após as construções à volta deixaram-no assim. Antigamente eram quintas e esta pertencia à Quinta da Tia Emília.

No **Vazio nº 66** relativamente ao que os inquiridos pensam ou descrevem sobre o espaço, mencionam que é um lago perigoso e muito fundo, que cortaram a passagem que existia para as pessoas. Que possui muita vegetação e um poço grande. Referem que existiu um mau levantamento local do projeto, que as obras acertaram num veio de água e que deviam escoá-lo e dar atividade pública. Existem muitos pombos e patos no lago mas também muito lixo no espaço. É um lago enorme, perigoso e muito mal aproveitado. Referem que estava previsto um hospital mas que já está assim há mais de 20 anos. Há quem diga ainda que é uma vergonha, que já teve vários acidentes mortais e que a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia “não querem saber”. No que toca sobre há quanto tempo conhecem assim o espaço, referem datas desde há 10 anos até há 25 anos. Sobre se sabem como surgiu, 5 pessoas referem que não sabem e as restantes mencionam que era uma quinta com hortas e poços, lindíssima, era uma área toda rural. Mais tarde foi vendida para fazerem construções e aquando das obras, acertaram em veios de água e não a conseguiram vazar, existindo posteriormente vários acidentes.

No **Vazio nº 104** descrevem-no como sendo um local abandonado, que fica feio numa avenida principal, que se encontra em mau estado, com lixo, com vegetação e muito perigoso. Ainda que contém uma casa abandonada, e que é um espaço mal aproveitado e mal frequentado, que serve para colocação de publicidade e para os drogados irem para lá, o que gera mau ambiente. Há quem mencione que deviam reconstruir ou tentar melhorar a área, que devia estar construída uma casa e que é um baldio que podia ser aproveitado para jardim. Por um lado há quem mencione que quando estava aberto ainda era pior, que é um beco sem saída que deviam fazer uma construção. Por outro lado há quem refira que antes de ser vedado as pessoas passavam entre o centro de saúde e este espaço e que não gostam

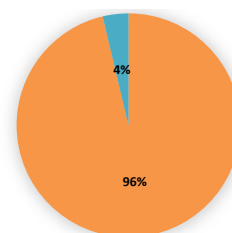
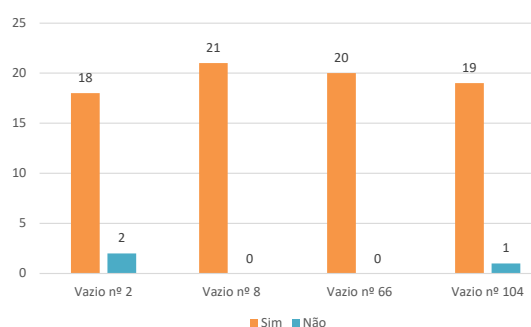
de o ver fechado, gostavam de o ver a ser utilizado. Sobre há quanto tempo conhecem o espaço no estado em que se encontra foi mencionado datas entre 10 e 30 anos. Já relativamente se sabem como o mesmo surgiu, 15 mencionaram que não e as restantes referem que foi devido às construções, e que há mais ou menos um ano fecharam-no com tapume. Foi também mencionado que era suposto terem construído um edifício habitacional, ou seja o vazio surge pelas construções em redor.

Na questão colocada **Gostaria de o usar como espaço público?** E sobre os usos e sua descrição, foi mencionado:

Fig. 249 - Gráfico sobre se os inquiridos gostariam de usar o vazio como espaço público, por cada vazio.

Fig. 250 - Gráfico da % total de indivíduos que gostariam ou não de usar o vazio como espaço público.

Fonte: Elaboração própria



No **Vazio nº2**, os 18 inquiridos mencionaram que gostavam de usar o espaço e somente 2 que não. Já no que toca ao que o espaço poderia ser e seus respetivos usos há quem refira que o espaço podia manter-se assim mas essencialmente foi referida a criação de um parque de merendas, um parque para animais, máquinas de manutenção física, com a presença de bancos e espaços verdes para relaxar e para a realização de festas e convívio. A criação de campos desportivos, de futebol e basquete bem como a criação de um parque infantil. A criação de mais estacionamento e ainda foi referido o uso agrícola. Também foram mencionados alguns tipos de construções mais evasivas.

No **Vazio nº8**, os 21 inquiridos mencionaram que gostavam de usar o espaço e foi referida a necessidade de criar um jardim com espaços verdes, com melhores acessos pedonais, lazer, festas e desporto, que seria uma boa zona para as crianças brincarem. A criação de mais campos de jogos, um circuito de bicicleta e pista de corrida, criação de uma área dedicada ao skate e colocação de máquinas de manutenção. A criação de espaços para eventos e convívio aptos a todas as idades, de hortas comunitárias e áreas de churrasco. Ainda mencionaram a criação de uma área de esplanada com quiosque, e ter algo ligado às Artes.

No **Vazio nº66**, os 20 inquiridos mencionaram também que gostavam de usar o espaço. Neste sentido, os usos e descrição de como o mesmo poderia ser e as necessidades encontradas sobre o mesmo prendem-se com a criação de um parque urbano com esplanada, relvado e barcos para passeio no

lago. Fazer um jardim com campo de futebol, basquete e ténis. Manter o lago tornando-o seguro e fazer um jardim à volta para as pessoas passearem e relaxarem, com máquinas de manutenção física. Alguns referem que se podiam manter as hortas, outros não. O armazém poderia ser utilizado por artistas para exposições de pintura, usos artísticos ou conservatório de música, um espaço multiusos. Ainda foi mencionado a criação de um palco flutuante, um parque infantil, festivais para todas as idades, parque animal e áreas verdes e de lazer.

No **Vazio nº104**, sobre se os mesmos gostariam de o usar como espaço público, 19 mencionaram que sim e 1 referiu tanto que sim como não, dependeria do que fosse feito. As necessidades apontadas prendem-se com a criação de um espaço verde, um jardim com bancos, mesas de jogos, algo para as crianças, usos desportivos e jogos tradicionais, e ainda a colocação de aparelhos de manutenção física. Um café com esplanada, um palco para eventos e a possibilidade de existir feiras artesanais de pequena dimensão. A criação de um parque animal e ainda foi referido a possibilidade de criação de um parque de estacionamento.

De seguida foi ainda perguntado o grau de frequência que os inquiridos utilizariam esse espaço, caso fosse tratado com os usos mencionados: **Se tivesse esse uso com que frequência o utilizaria?**

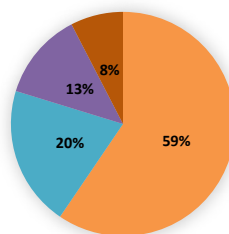
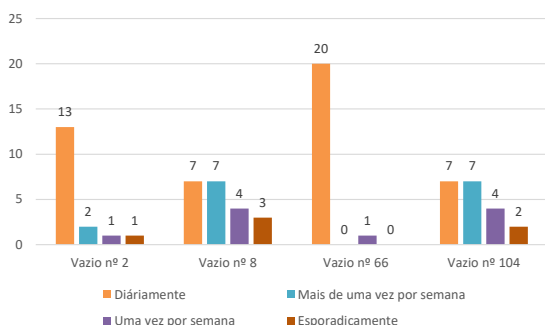


Fig. 251 - Gráfico sobre a frequência com que utilizariam o espaço, em cada vazio.

Fig. 252 - Gráfico da % total de frequência dos inquiridos face aos espaços.

Fonte: Elaboração própria

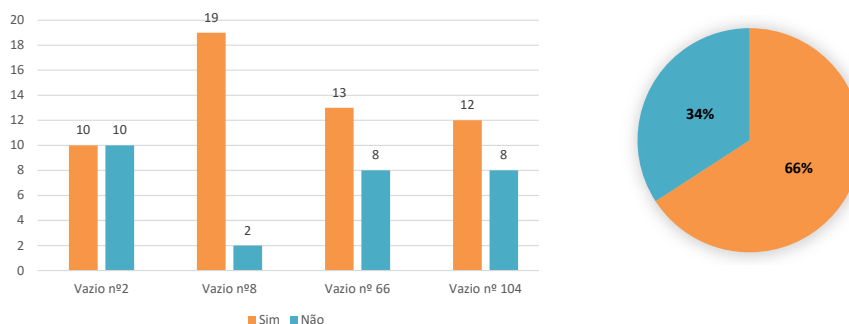
No **Vazio nº 2**, 13 referiram que usariam diariamente, e os restantes divididos pelas outras categorias. No **Vazio nº 8**, 7 mencionaram que seria diariamente bem como 7 mencionaram que seria mais de uma vez por semana, 4 só utilizariam uma vez por semana e 3 esporadicamente. No **Vazio nº 66**, 20 inquiridos referiram que usariam diariamente e somente 1 que utilizaria mais de uma vez por semana. E no **Vazio nº 104**, 7 mencionaram que utilizariam diariamente, 7 mais de uma vez por semana, 4 uma vez por semana e somente 2 esporadicamente.

Por fim, foi perguntado **Gostaria de participar num projeto de transformação de espaço público num destes vazios urbanos? Porquê?**

Fig. 253 - Gráfico sobre se os inquiridos gostariam ou não de participar na transformação de um espaço vazio.

Fig. 254 - Gráfico da % total sobre se gostariam ou não de participar na transformação de um espaço vazio.

Fonte: Elaboração própria



No **Vazio nº 2**, as respostas foram repartidas, 10 responderam que sim e 10 responderam que não. Aqui ainda foi perguntado o motivo e, resumidamente foi mencionado que quem respondeu que gostava de participar prende-se por acharem que se podia fazer algo interessante, que falta qualquer coisa ao espaço, que poderia ser utilizado pelas crianças, que gostariam de ajudar para o bem de todos, com opiniões e ideias para ter um espaço melhor. Já no que diz respeito às respostas dadas como não, foi mencionado a falta de tempo para tal, por questões de saúde, que deveriam ser os responsáveis e ainda houve quem menciona-se que estragaria o seu atual uso pessoal se o mesmo fosse transformado.

No **Vazio nº 8**, no geral mencionaram que gostavam e somente 2 inquiridos que não. Quem referiu que não é essencialmente por não terem disponibilidade para tal. Já quem gostaria de participar refere que é por ter gosto em ajudar, para que pudessem usufruir do espaço, que o Cacém poderia ficar mais bonito, seria uma coisa feita pela população, que ajudava a melhorar a imagem do Cacém. Também, para existirem mais espaços agradáveis e atrativos, para o bem de todos. Há quem refira ainda que tem vocação para voluntariado e que um pormenor pode mudar muita coisa e que seria útil ajudar a J.F..

No **Vazio nº 66**, 13 inquiridos referiram que sim e 8 que não. Os 13 inquiridos mencionaram ser por terem gosto em ajudar a preservar os espaços, ajudar na manutenção, colaborar com opiniões e ideias, em trabalho físico, para que a área fique agradável para todos, incentivando as pessoas a sair de casa. Já os 8 que mencionaram que não, referiram que já não têm idade para tal ou que não tinham tempo.

Já no **Vazio nº 104**, 12 inquiridos responderam que sim e 8 que não. As respostas positivas prendem-se por quererem mais espaços para as crianças no Cacém, para o espaço ficar com melhor aspeto, que seria bom para a zona, melhorando a qualidade de vida da população. A ajuda prende-se por fazer alguma coisa ou somente com opiniões e ideias, e ainda há quem diga que seria interessante contribuir para o meio urbano e comunidade, tudo para ver o espaço sem lixo e abandonado. Os votos menos positivos mencionam que não têm vocação para tal, por questões de saúde ou falta de tempo.

5.2.2 Análises e propostas estratégicas

Sendo a área de estudo considerada como dormitório, com relações diretas com o centro tradicional, torna-se necessário perceber quais poderiam ser os principais princípios de transformação, uma vez que é vista como um lugar com possibilidades de desenvolvimento e consolidação territorial. Muitas cidades têm utilizado este tipo de estratégia a fim de as revitalizar, pela utilização de processos e projetos participados que realizem mudanças locais para a revitalização de pequenos espaços abertos e vazios no território. Neste sentido, aqui optou-se por recorrer ao “atelier de desenho urbano” como forma de estudar todos os dados referentes às áreas elegidas para posteriormente serem apresentadas ideias e propostas à comunidade.

Esta proposta de processo participativo para a criação de novos espaços públicos não pretende substituir os métodos tradicionais de criação de espaços públicos ancorados no planeamento urbano existente, mas sim poder ser um complemento local. Ou seja, os estudos aqui apresentados não são soluções finais mas o início para novos diálogos, agora centrados em ideias e execução, visto como o início do que poderia ser um processo integrado e complementar ao planeamento urbano.

Uma vez que a estrutura existente não foi capaz de resolver o contexto e forma dos espaços vazios na cidade torna-se necessário pensar como podem ser definidos e usados. As propostas estarão abertas à solução de desenho final, as diferentes opções colocadas são um terreno para discussão sobre as possibilidades do espaço de forma a se aproximar do que poderia ser efetivamente.

Aqui irão ser estudados os 4 vazios elegidos combinando a teoria, observação *in loco*, informações dos diversos atores, dados do processo e a percepção e avaliação pessoal tendo em conta toda a análise realizada. As propostas esquemáticas ou estudos não tratam de uma questão de transformação urbana total da cidade, mas sim tentar estudar como trabalhar com os espaços degradados na cidade. De facto como já foi possível observar, tem sido um tema de discussão devido à sua grande presença e ligação territorial, potencial para revitalizar e estabilizar a área urbana e a vida dos seus habitantes, trazendo potencialmente maior organização e qualidade de vida.

Após a combinação do conhecimento teórico adquirido, dos diversos exemplos de acupuntura urbana, urbanismo tático e de espaços públicos e da análise mais local dos vazios urbanos, pretendeu-se iniciar o estudo de ideias para a criação de espaços públicos em vazios urbanos que no geral são

vistos como uma possibilidade mas também um desafio. Várias são as formas de se começar a trabalhar e pensar sobre o espaço mas essencialmente questiona-se como o mesmo pode ser definido e como pode ser usado. As diversas opções são um bom tema para discussão, aqui não se pretende encontrar a solução perfeita mas estudar as várias opções e perspetivas sobre os espaços e seus objetivos.

A ideia com este estudo é mostrar que a criação de mais espaços públicos poderiam ser dedicados ao uso público ao invés da estrutura edificada e massiva que muitos destes espaços dispõem, numa cidade onde a construção domina o espaço.

Torna-se assim necessário perceber se esta transformação é capaz de trazer as pessoas para os espaços a fim de criar energias locais e vida pública e como tal são colocadas algumas questões importantes a ter em conta no decorrer do processo:

De que forma podem ser criados espaços públicos através de vazios urbanos?

Que tipo de ferramentas de desenho urbano podem ser aplicadas a fim de responder às dinâmicas na criação de uma ideia?

Que tipo de energias devem ser implementadas a fim de convidar as pessoas a frequentar os espaços?

O que deve acontecer no espaço e que tipo de características deve ter para garantir a sua contínua utilização?

De que forma se pode iniciar a vida pública se não existir mais nada à sua volta, que a ajude a suportar? Ou seja, como pode o espaço funcionar por “conta própria”?

Será um espaço que durará por várias épocas ou irá mudar consoante as necessidades?

Aqui pretende-se saber ou descobrir que tipo de usos e características estes espaços deveriam possuir, se deveria ter um horário estipulado ou não, se deveria ser vedado, se deveria possuir comércio, quantas entradas possuir, entre outros aspetos. Se poderiam fomentar novos pontos de encontro na cidade, criando “centralidades”. E ainda saber se os espaços poderiam ser flexíveis consoante as necessidades atuais e futuras dos seus utilizadores.

A vida pública é a base para o desenvolvimento futuro através de uma rede verde e desenvolvimento dinâmico, criando novos espaços para a interação

pública fomentando a ligação física, mental e cultural. A criação de novos espaços deveriam apoiar a vida pública criando áreas de encontro local para todas as idades. Devem ser capazes de acomodar diferentes atividades e tornar-se num ponto de encontro para os seus utilizadores. Mas, é preciso ter em conta as influências que os mesmos possuem, os espaços são influenciados pela localização, acessibilidade, função espacial, mudanças na estrutura circundante ou até mesmo mudanças no comportamento social.

<p>Forças:</p> <ul style="list-style-type: none"> • População; • Valorização da identidade cultural; • Multiculturalismo e riqueza étnica; • Diversidade de formas de vida, grupos e atividades; • Território diversificado; • Atividade comercial; 	<p>Fraquezas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Edifícios antigos, degradados e abandonados; • Malha urbana com pouco ou sem planeamento; • Congestionamento e falta de estacionamento; • Espaços abandonados com perigo para a saúde pública; • Existência de vários vazios urbanos; • Existência de vários proprietários nos espaços vazios; • Falta de espaços verdes e de lazer; • Falta de valorização patrimonial e ambiental; • População afastada da administração local;
<p>Oportunidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Espaços públicos como forma de consolidar o território criando áreas de organização e socialização local; • Criação de elementos de orientação; • Transformar os vazios em espaços agradáveis da cidade; • Áreas verdes e de lazer como apoio às construções existentes, conectado com o meio ambiente e as suas pré-existências. • Criação de uma rede de novos pontos de encontro para todos cidadãos; • Património e identidade; • Valorizar os recursos existentes; • Requalificação e valorização urbana; • Qualificação do espaço público e diversidade de usos; • Criação de áreas de descompressão urbana como fator de qualificação urbana e do bem-estar e da vida das populações; • Reforço e criação de centralidades; 	<p>Ameaças:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Degradação da paisagem, ambiente e património; • Riscos naturais; • Pressão urbanística; • População afastada da administração local; • Existência de vários proprietários nos espaços vazios;

Quadro 26 - Análise SWOT do território e dos vazios urbanos.
Fonte: Elaboração própria

Após a análise geral SWOT do território e dos vazios urbanos (quadro 26) podemos mencionar que a reconversão das áreas vazias no território poderiam não só revitalizar o meio urbano como ser uma forma de criar maior união e identidade local, uma maior aproximação e ativismo no que toca à participação cívica, criar uma melhor imagem da cidade, uma cidade feita pelos seus habitantes, organizada e oferecendo boa qualidade de vida à população.

Para a realização das propostas é necessário tentar perceber o que levaria as

peessoas a visitar os espaços vazios no território, neste sentido o apuramento de dados nas várias fases do processo deu para perceber algumas das aspirações e usos que os inquiridos gostariam que os mesmos espaços possuísem.

Também, um dos fatores que definem os espaços e suas características é a sua localização no território. Existem vários espaços que acomodam funções diferentes, algumas são temporárias outras permanentes. O uso de atividades temporárias tornam o lugar mais flexível e variável, já as funções permanentes poderiam funcionar como uma estrutura básica que pudesse acomodar acontecimentos momentâneos. Por exemplo um simples quadro nas paredes para as pessoas poderem desenhar seria algo que provocaria curiosidade no espaço. Também nestes espaços torna-se necessário estudar se possuiriam um horário de abertura e fecho, que tipo de atividades e eventos e qual a frequência em que os mesmos poderiam acontecer, se somente de dia ou também à noite, se seria apto a instalações temporárias e/ou permanentes, entre outros.

Talviste (2010) no seu caso de estudo, relacionado com um vazio urbano, propõe a criação de uma estrutura arejada e flexível que pode ser alterada pela adição ou remoção de cordas, de acordo com a necessidade de transformação espacial. Esta estrutura de grade pode ser construída numa densidade diferente para criar diferentes características. Criação de subespaços, colocação de iluminação pendurada, cestas de mercado, camada inferior para proteção de vento, chuva, sol e neve, para apoiar as plantas de tipo trepadeiras ou para desenvolver uma estrutura verde. Pode ser usada para escalar, como assento, e com diferentes possibilidades para construir baloiços. Desta forma, o autor cria diversas possibilidades de convidar diferentes utilizadores a ir ao espaço e experimentar algo novo.

Assim e como podemos ver no exemplo mencionado, existem diversas possibilidades de como transformar os espaços em áreas interativas, e como tal algumas dicas de intervenções que são visíveis na transformação de espaços mutáveis são por exemplo:

- Ter um palco para atividades, espaços flexíveis, e com vários pontos de reunião;
- Deve ser pensado como é criada a chegada, a partida e propagação no espaço;
- Criar o efeito suspense, colocar elementos que destaquem o espaço como por exemplo áreas verdes, luz e som;
- Desenvolvimento dinâmico de vegetação com o espaço, um efeito

rápido, por exemplo, poderia ser através da colocação de vasos na área que fossem capazes de criar diversos subespaços e permitir jogar com diferentes combinações de texturas e densidades, paredes verdes, paredes de triagem, efeito espacial de vasos alinhados, combinados com assentos, suspensão de assentos nas árvores artificiais oferecendo abrigo do vento, chuva, etc..

- Plataformas de madeira, paletes de madeira para mobiliário urbano do espaço, e por exemplo iluminar o piso à noite.

Neste sentido podemos verificar que o mais importante é a estrutura do espaço e a possibilidade de as pessoas usá-lo. O novo espaço deve ter características próprias para desencadear pessoas a visitar o espaço e criar energia local e as decisões no processo terão um impacto na vida urbana, da sua comunidade e cidade.

As propostas e estudos, como já mencionado, decorrem do conjunto de pressupostos conceptuais e teóricos, do trabalho de campo nas suas diversas fases e ferramentas, através de entrevistas aos atores territoriais e do levantamento funcional. A combinação destes elementos remete para as intenções do que se pretende para os vazios urbanos e como tal, procedeu-se à criação de uma análise SWOT de cada vazio urbano, identificando de forma resumida os dados principais de todo o processo sobre o espaço, as forças, as fraquezas, as oportunidades e as ameaças como forma de orientar os estudos de distribuição dos usos nos espaços. De seguida serão ilustrados alguns esboços e ideias gerais para cada vazio urbano, de como os espaços poderiam ser.

Como foi possível verificar, o **Vazio nº 2** sito em Agualva, na Rua dos Bombeiros Voluntários é um terreno caracterizado tipologicamente como sendo um espaço pertencente à estrutura ecológica de sistemas naturais dentro do seio urbano mas também como espaço gerado por edifícios e infraestruturas ou seja, é um vazio que se situa entre a zona urbana edificada e a zona de estrutura ecológica ligado à categoria 3 de espaços de mato, ou seja áreas de "floresta".

Possui uma área de 16063m² e pensa-se que é um espaço privado não só por possuir vedação como também por indicação de alguns inquiridos, referindo que pertencia a uma antiga quinta, tal como a Escola Secundária que possui ainda hoje a presença de um edifício do Casal da Charneca. É um espaço abandonado, baldio, sem uso aparente e encontra-se em razoável estado de conservação, apresentando somente alguma vegetação e presença de animais de quinta. Aparentemente não possui nenhum tipo de compromisso.

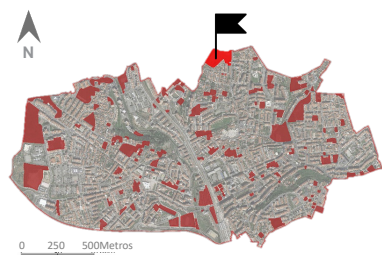


Fig. 255 - Mapa de localização do vazio nº 2.

Fonte: Elaboração própria a partir de uma imagem do google maps, 2017

Fig. 256 - Perspetiva do vazio nº 2 com proposta de distribuição de usos.

Fonte: Elaboração própria a partir de uma perspectiva do google maps, 2017

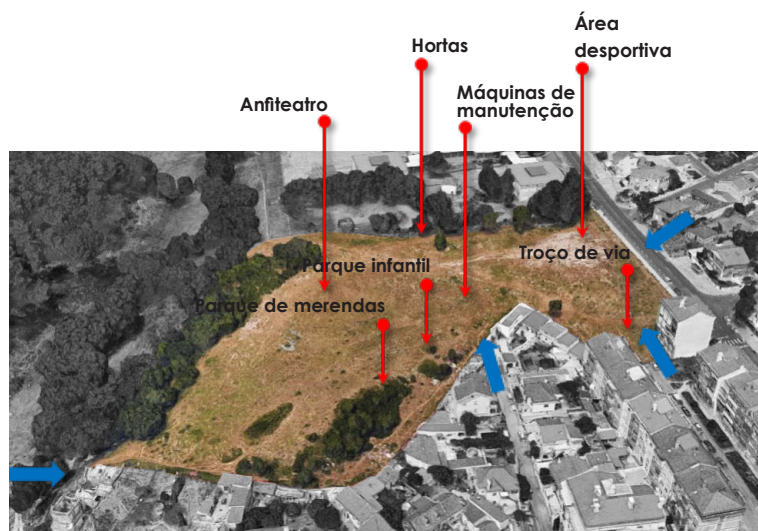


Fig. 257 - Planta com distribuição de usos do vazio nº 2.

Fonte: Elaboração própria a partir de uma imagem do google earth, 2017



Fig. 258 - Proposta esquemática do vazio nº 2.

Fonte: Elaboração própria a partir de uma imagem do google earth, 2017

É de grande dimensão, situa-se ladeado a oeste por espaços pertencentes à estrutura ecológica de espaços rurais, a norte por um equipamento escolar, a Escola Secundária Matias Aires e a este e sul por áreas habitacionais essencialmente de tipologia em vivenda como também de alguns prédios habitacionais. Não apresenta nenhuma associação na sua proximidade, somente o equipamento já mencionado (Ficha de caracterização nº2).

Segundo o PDM no que toca à qualificação do solo urbano metade do terreno situa-se na categoria de Espaços habitacionais 1, e no que toca à qualificação do solo rústico a outra metade à categoria de Espaços Florestais 2, situando-se ainda incluída na UOPG 2 do Parque da Ribeira das Jaldas (Fig.133). Como condicionantes temos a Zona da Superfície de Desobstrução Aeronáutica, Zona de Proteção Terrestre, Zona de Servidão Aeronáutica do Aeroporto da Portela e pertence à Reserva Ecológica Nacional (REN), possuindo ainda uma pequena Área de Elevado Risco de Erosão Hídrica do Solo.

No que toca ao número de indivíduos por subsecção estatística existem entre 1 a 203 indivíduos nas subsecções estatísticas que englobam a área do vazio. Maioritariamente existem indivíduos entre os 25 e os 64 anos (1-126) e dos 0 aos 13 anos (1-47). Possuem entre 11 e 20 edifícios construídos essencialmente entre 1946 e 1990 (anexo 5). Em relação ao estacionamento existente, através dos inquiridos foi mencionado que existe ainda falta do mesmo, essencialmente relacionado com a escola existente.

Como se pode verificar pela sua ficha de caracterização, foi mencionado como sugestão imediata de intervenção os usos de Verde, Lazer, Infantil, Desportivo, Estacionamento, Agrícola e Parque Animal através da criação de um parque urbano e neste sentido, é possível verificar que as indicações dadas inicialmente vão ao encontro das aspirações dos inquiridos para o espaço.

<p>Forças:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Existência de animais (cavalos e cabras); • Proximidade à Escola Secundária Matias Aires; • Ser uma área entre a zona habitacional e a estrutura ecológica; 	<p>Fraquezas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Espaço mal aproveitado, não se encontra arranjado; • Baldio e com lixo; • Espaço abandonado, com muita vegetação e perigoso; • Falta de atratividade;
<p>Oportunidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criação de um parque urbano com diversas valências; • Junção de todas as idades; • Maior organização local de vias: rodoviárias e acessos pedonais à área; 	<p>Ameaças:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Risco de Incêndio; • Falta de controlo face aos animais existentes;

Quadro 27 - Análise SWOT do Vazio nº2.

Fonte: Elaboração própria

Assim, e após se realizar uma análise SWOT (quadro 27) foi identificado como hipótese a construção de um parque urbano, com áreas dedicadas a todas as idades, com áreas de convívio, áreas dedicadas ao desporto, áreas dedicadas a lazer, entre outras. Neste sentido a proposta estudada prende-se pela criação de um parque urbano com diversos tipos de usos identificados ao longo do processo. A ideia seria ao nível de organização local, a criação de um pequeno troço de estrada rodoviária que dê continuidade à rua existente sem saída e que ligue à Av. Bombeiros Voluntários, como também a criação de mais alguns lugares de estacionamento. Já no que toca ao parque urbano pretende-se a sua abertura para uso público, criação de caminhos pedonais que liguem as três ruas existentes como também a um caminho de terra batida existente a Oeste, como forma de criar maiores acessos pedonais entre áreas territoriais. Junto à escola secundária é proposta a criação de campos de jogos e um *skatepark* como forma de complementar a escola, colocação de máquinas de manutenção física ao longo dos percursos ou até mesmo numa área mais concentrada, criando uma área dedicada ao desporto. De seguida para Noroeste a criação de hortas urbanas ou de um parque animal mas este último seria mais indicado a Oeste, mais perto da estrutura ecológica de mato por ser uma área mais livre. Na área mais alta do terreno a criação de um anfiteatro para eventos, festivais, teatro etc., ou somente para uso livre do mesmo, sendo ainda complementados com degraus e bancos no meio do terreno. Na zona mais a sul a criação de uma área de churrasco e de lazer, com colocação de mesas de convívio e algumas de jogos de forma a criar um espaço para todo o tipo de idades, bem como a criação de um parque infantil perto da mesma e da área desportiva, ou seja tanto ligada com a área mais resguardada como para a área de entrada no parque.

O **Vazio nº 8** sito no Cacém, na Rua Marquês Pombal, Quinta de São João e Rua da Esperança é caracterizado tipologicamente como sendo um espaço pertencente à estrutura ecológica de sistemas naturais dentro do seio urbano da cidade. Possui uma área de 30836m² e subentende-se que é um espaço privado uma vez que possui vedação mas também por informações referidas por alguns inquiridos sobre o mesmo, que pertencia a uma quinta privada que foi vendendo os seus terrenos em redor.

É uma área de grande dimensão, com alguma diferença de cotas, abandonada e com uma parte vedada. É usado como circulação pedonal "atalho" para circulação entre a zona da escola e a zona industrial e contém a presença de uma pequena área com hortas urbanas. Encontra-se em mau estado de conservação, com bastante vegetação, proporcionando risco de incêndio. Aparentemente não possui compromisso e em termos de associações ou equipamentos na sua proximidade, existe a Escola Secundária Gama Barros, adjacente ao vazio, o Centro Social e Paroquial do Cacém e a

Associação Estrela da Lusofonia (Ficha de caracterização nº8).

Segundo o PDM no que toca à qualificação do solo urbano pertence à categoria de Espaços habitacionais 1 (Fig.133). Como condicionantes temos as infraestruturas de Rede Elétrica de Linhas de Média Tensão 10KV, no que toca aos Cursos de Água, Leito e Margem temos as Margens e Cursos de Água, e ainda temos as Zonas da Superfície de Desobstrução Aeronáutica e Zona de Proteção Terrestre.

Aqui, o que foi mencionado pelos inquiridos vem complementar de forma mais consistente o que fora mencionado como sugestão imediata na ficha de caracterização do vazio urbano (Verde, Lazer e Agrícola).

Situa-se numa extremidade da área urbana entre a área habitacional de prédios, a Escola Secundária e uma área industrial com oficinas e um supermercado.

No que toca à análise por subsecção estatística verifica-se que não existem dados no que toca ao nº de indivíduos, edifícios e alojamentos uma vez que a subsecção estatística somente abrange terreno de mato, cultivo, zonas agrícolas, comerciais, industriais e a Escola. O mesmo é essencialmente pertencente à categoria 3 de mato e ainda um pouco à categoria 2 referente às hortas. Situa-se ladeado por um equipamento, de prédios habitacionais e da zona industrial e comercial. Em relação ao estacionamento existente, podemos observar que existem algumas pracetas com alguma oferta de estacionamento, uma área construída de garagens, e ainda o estacionamento existente da superfície comercial.

Forças: <ul style="list-style-type: none">• Proximidade à Escola Secundária Gama Barros;• Presença de comércio;• Existência de um campo de jogos adjacente;• Existência de áreas verdes na proximidade;• Boa localização e de fácil acesso;	Fraquezas: <ul style="list-style-type: none">• Espaço mal aproveitado;• Baldio, inseguro e perigoso;• Proximidade à zona industrial;
Oportunidades: <ul style="list-style-type: none">• Criação de maiores acessibilidades;• Criação de hortas urbanas;• Criação de uma área de limite urbano organizada;• Criação de um parque urbano apto a todas as idades;• Circuito de bicicleta e corrida;• Maior oferta de espaços verdes;	Ameaças: <ul style="list-style-type: none">• Risco de Incêndio;• Proximidade à zona industrial;

Quadro 28 - Análise SWOT do Vazio nº8.

Fonte: Elaboração própria

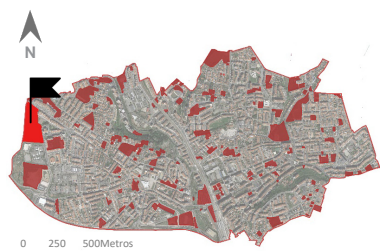


Fig. 259 - Mapa de localização do vazio nº 8.

Fonte: Elaboração própria a partir de uma imagem do google maps, 2017

Fig. 260 - Perspetiva do vazio nº 8 com proposta de distribuição de usos.

Fonte: Elaboração própria a partir de uma perspectiva do google maps, 2017



Fig. 261 - Planta com distribuição de usos do vazio nº 8.

Fonte: Elaboração própria a partir de uma imagem do google earth, 2017



Fig. 262 - Proposta esquemática do vazio nº 8.

Fonte: Elaboração própria a partir de uma imagem do google earth, 2017

Aqui, e após a realização de uma análise SWOT (quadro 28), a proposta apresentada prende-se pela criação de um parque urbano ao longo de toda a área com a criação de várias áreas temáticas. Em redor do vazio pretende-se criar acessos pedonais a onde não existam bem como pistas de bicicleta e corrida. Também dentro do vazio pretendem-se criar vários caminhos que podem de igual forma ser usados como lazer. Foi pensada a criação de duas áreas mais ou menos distintas, se por um lado temos áreas mais didáticas com maior interação e atividades, por outro temos uma área mais dedicada a espaços verdes e livres. Assim sendo se dividirmos a áreas em duas metades, na área a Este situam-se as áreas mais didáticas ligadas à zona habitacional e à escola e a Oeste as áreas mais livres e verdes, como forma de servir também de barreira face à zona comercial e industrial. Assim, começou-se por tentar completar a área já existente com campos de jogos, situado no limite Este do vazio mais ou menos a meio deste. Foi pensada a criação de uma área central com quiosque para dar apoio a toda a área, criação de uma área de churrasco apta a toda a família, a criação de mais campos desportivos, uma área de lazer com mesas de jogos entre outros e uma área infantil. Ligeiramente mais a sul a criação de um anfiteatro que pudesse ser usado para festas, teatro, aulas desportivas entre outras atividades ligando assim todas as idades, incluindo o uso também da escola devido à sua proximidade. Se formos mais para Sul, adjacente à escola foi pensado criar uma área de repouso e convívio, esta mais dedicada aos alunos da escola para descontraírem. Adjacente à mesma mas agora para Oeste, a criação de uma outra área de convívio, esta que poderia ser mais ligada a jogos tradicionais entre "avós e netos" podendo também, enquanto os avós estão na zona das hortas, os netos estar a fazer trabalhos ao ar livre ou ainda como partilha de conhecimentos sobre as hortas e pomares. A Norte foi pensado criar uma área específica para animais como também um *skatepark* ligado à zona desportiva. Por todos os caminhos a colocação de máquinas de manutenção física.

O **Vazio nº 66**, sito na Av. Fernão Mendes Pinto, Rua Joaquim Guilherme da Costa Caldas e Av. Santa Maria, é um espaço caracterizado tipologicamente por pertencer à estrutura ecológica dada a presença de sistemas naturais como por exemplo o ribeiro a oeste do armazém e o lago "artificial" como também por ser um espaço gerado uma vez que tem por sua história ter sido uma quinta rural com vários poços e hortas obtida mais tarde para construção mas que acabou por embargar surgindo assim o lago existente, consequência de escavações, uma vez que existiam veios de água no local.

Contém uma área de 15519m² e possui a existência de várias cotas. O mesmo é privado no que toca à área vedada e não existe informação sobre a restante área.

Encontra-se no seu geral abandonado, somente com a presença de hortas sendo que o espaço vedado possui um senhor que toma conta do espaço. Apresenta-se em mau estado de conservação, não só devido à vedação, por ser a mesma de há mais de 20 anos, apresentando-se instável como também pelo perigo adjacente ao lago, onde já contou com alguns acidentes graves. Também a existência de hortas onde são usados materiais desperdiçados de forma avulsa e sem homogeneidade nos mesmos. O compromisso inicial desta área era a construção de um hospital, dia Santa Luísa, um centro multiusos e com habitação, com prédios iguais aos da Rua Joaquim Guilherme da Costa Caldas, mas que ficou embargado sem certeza do que o espaço poderá vir a ser, sendo de mencionar que segundo a ARU já se questiona a possibilidade de se criar um Lago Urbano com espaço verde associado aproveitando a bacia de retenção natural, referido na Estruturação de cintura verde e das principais ligações da rede pedonal.

Na sua proximidade existe o Agrupamento 46 - Escuteiros de Agualva-Cacém e um pouco mais afastado a Igreja de Santa Maria e o Mercado de Agualva (Ficha de caracterização nº66).

Segundo o PDM no que toca à qualificação do solo urbano o mesmo pertence à categoria de Espaços habitacionais 1 (Fig.133). Como condicionantes temos a Zona de Servidão Aeronáutica do Aeroporto de Portela, Emissários e condutas adutoras do SMAS, Zonas de Servidão *non aedificandi* de Estradas Regionais e Estradas Nacionais e Margens de Cursos de Água do Domínio Público Hídrico.

Aqui foram identificados na sugestão imediata todos os tipos de uso uma vez que é um espaço que apresenta a possibilidade de todas as valências pelo seu caráter de uma possível centralidade.

No que toca ao número de indivíduos por subsecção estatística existem entre 1 a 203 indivíduos na subsecção estatística que engloba a área do vazão. Maioritariamente existem indivíduos entre os 25 e os 64 anos (1-120) e dos 0 aos 13 anos (1-47). Possuem entre 1 e 10 edifícios construídos essencialmente entre 1946 e 1970 (anexo 5).

É um espaço que ao nível de áreas verdes é considerado a categoria 3 de mata e 2 de cultivo através de várias apropriações em redor de uso agrícola. Situa-se rodeado essencialmente por prédios, com algumas vivendas e de alguns equipamentos, a Norte do mesmo, a Igreja de Santa Maria, o Mercado de Agualva e o futuro Centro de Saúde, já a Sul existe um centro comercial, uma escola básica e as bombas de gasolina da BP, um pouco mais afastada. Possui também na sua área um armazém que em tempos fora utilizado provisoriamente pelos bombeiros aquando da construção ou obras do quartel.

Forças: <ul style="list-style-type: none"> • Presença de água; • Localização central; • Existência de animais no local; • Presença de comércio; • Bons acessos e localização; 	Fraquezas: <ul style="list-style-type: none"> • Lago perigoso e muito fundo; • Mau levantamento local do projeto; • Vedação inadequada face à situação atual; • Má imagem urbana;
Oportunidades: <ul style="list-style-type: none"> • Criação de melhores acessos pedonais; • Existência de dois poços no terreno, um ribeiro e o lago; • Criação de um parque urbano; • Utilização do armazém para um espaço multíusos; • Criação de uma centralidade urbana; 	Ameaças: <ul style="list-style-type: none"> • Perigo de acidentes mortais; • Escarpas instáveis ou perigosas; • Perigo de inundação;

Quadro 29 - Análise SWOT do Vazio nº66.

Fonte: Elaboração própria

Em relação ao estacionamento existe uma área a norte do vazio, um parque de estacionamento adjacente. Em redor a área possui bastante movimento tanto pedonal como viário, existindo bastante comércio e restauração que poderia também dar apoio ao espaço.

Assim, e após a realização da análise SWOT (quadro 29), a proposta passa pela criação de segurança em redor ao lago com a colocação de vedações de proteção bem como em redor de toda a área com vedações altas mas permeáveis e agradáveis à vista e criação de várias entradas para a área, sendo a mesma com horário de abertura e fecho, controlando assim melhor o espaço. A entrada a Oeste seria somente após a ribeira, no início do armazém. Desta forma são criadas duas áreas, uma mais controlada devido à existência do lago, e outra aberta, igualmente com áreas atrativas e complementares. No interior da mesma, criação de caminhos que liguem as várias entradas e que dê acesso a diversas áreas do espaço. Foram assim propostas 4 entradas, uma a Norte fazendo ligação com a Av. Fernão Mendes Pinto e uma pequena travessa transversal com ligação aos Escuteiros, uma a Sudeste na área dos 4 caminhos, um cruzamento com rotunda, a Sudoeste a entrada já existente ao lado do armazém e a Oeste a já mencionada. Algo que se mostrou importante ao longo do processo por parte dos atores entrevistados foi a possibilidade de uso do lago para atividades de lazer como por exemplo a criação de um palco flutuante, colocação de barcos para passeio e ainda foi referido a possibilidade de criação de uma piscina mas esta última não se mostra muito viável e segura, portanto o ideal seria o uso de contemplação e lazer. Para tal seria necessário a existência de uma solução face à profundidade em termos de segurança e tal como foi mencionado por um dos atores locais, poderia ser pensado numa estrutura que mantivesse o espaço como ele se encontra mas que garantisse que à superfície seriam por exemplo somente 1m de

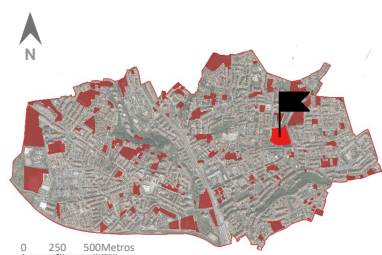


Fig. 263 - Mapa de localização do vazio nº 66.

Fonte: Elaboração própria a partir de uma imagem do google maps, 2017

Fig. 264 - Perspetiva do vazio nº 66 com proposta de distribuição de usos.

Fonte: Elaboração própria a partir de uma perspectiva do google maps, 2017

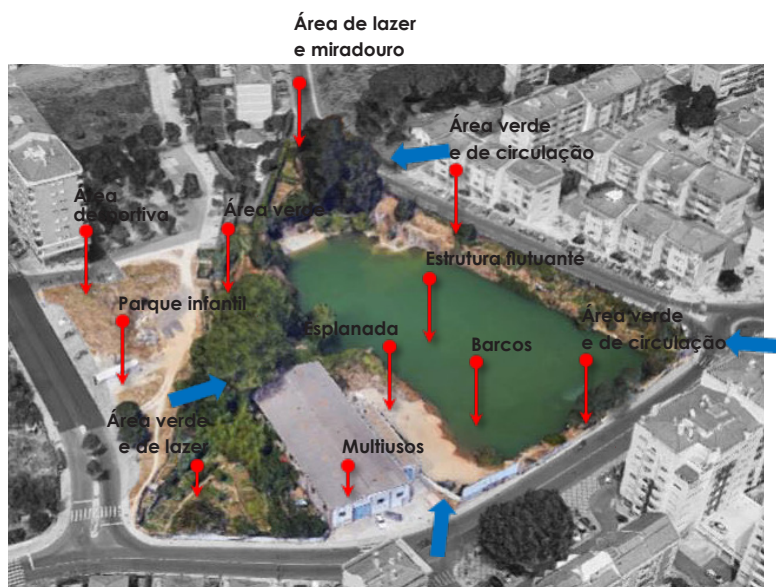


Fig. 265 - Planta com distribuição de usos do vazio nº 66.

Fonte: Elaboração própria a partir de uma imagem do google earth, 2017



Fig. 266 - Proposta esquemática do vazio nº 66.

Fonte: Elaboração própria a partir de uma imagem do google earth, 2017

profundidade, para caso houvesse algum incidente não ser grave, como também a criação de um melhor escoamento de água. Uma vez que existe a presença de patos na cota mais baixa a norte do lago, o uso de barcos poderia servir também para contemplação dos mesmos. A Norte propõe-se a criação de uma pequena área de lazer, com bancos e mesas, aproveitando a existência de árvores com alguma sombra mas também como local de miradouro uma vez que é a cota mais elevada do terreno, sobre o lago e a sua envolvente. O armazém poderia ser utilizado como espaço multiusos, com um café ou restaurante virado para a zona do lago bem como para a criação de festas, feiras, festivais, exposições de artes entre outros. No exterior poderia ser criada uma esplanada que complementasse o café e/ou os usos interiores. Na continuidade do ribeiro, lateralmente, poderiam ser colocados também áreas de repouso e de contemplação, sendo que esta mesma área serviria também de ligação entre cotas. Já na área exterior, não vedada, poderiam ser usados o poço existente, as canas da índia e ribeiro para a criação de uma área mais resguardada de convívio, com mesas de jogos, uma área mais de lazer. Na área mais a Norte foi pensada a hipótese de criação de hortas urbanas uma vez que é algo muito usual nesta área, ou pelo contrário, a criação de socalcos combatendo a diferença de cotas existente e seu aproveitamento para a criação de um anfiteatro ou ainda a criação de uma área desportiva com campos de jogos e máquinas de manutenção física. Entre a área de repouso a Sul e esta área poderia ser criado um espaço com parque infantil. No que toca às hortas, as mesmas poderiam também ser criadas nos vazios em redor, ou seja, este vazio poderia ser complementado com as áreas vazias existentes a Norte, criando assim eixos de atividade pública ligando os vazios.

O **Vazio nº 104**, sito em Agualva, na Av. dos Bons Amigos, é um espaço caracterizado tipologicamente por ser um espaço gerado por edifícios e infraestruturas uma vez que esta área pertencia a antigas quintas e em seu redor foram sendo criados edifícios, restando assim esta área que aparentemente possui compromisso, estando para venda com aprovação de PIP, portanto o mesmo é privado e possui 776m².

Encontra-se abandonado, sem uso e em mau estado de conservação, fechado para a avenida principal e com alguns problemas de lixo e droga. Na sua proximidade existe o Centro de Saúde de Agualva e um pouco mais afastado a Escola Secundária Ferreira Dias (Ficha de caracterização nº104).

Segundo o PDM no que toca à qualificação do solo urbano pertence à categoria de Espaços centrais (Fig.133). Como condicionantes temos a Zona de Servidão Aeronáutica do Aeroporto da Portela, Linhas de Média Tensão 10KV e os Emissários do SMAS.

Segundo a ARU situa-se numa das quatro áreas identificadas como intervenção prioritária, designada de Baixa de Agualva sendo mencionado que após as obras da estação foi criada uma barreira física com a passagem inferior da linha de comboio devido à diferença de cotas, de difícil resolução. A área dos quarteirões abrangida, possui uma grande procura de espaços para construção em altura pela proximidade do meio de transporte ferroviário, sendo aqui normalmente visível a substituição de edificações baixas de características rurais por construções de elevada altura. Neste caso, ficou por resolver ao longo do tempo o interior do quarteirão onde é visível a existência de espaços desconectados, abandonados e com ocupações inadequadas face à realidade atual, fruto de um rápido crescimento urbano sem planeamento. Existe uma grande ocupação de vias e espaços públicos pelo automóvel de forma indevida acabando por criar diversos obstáculos e espaços desagradáveis, promovendo assim um espaço público desqualificado e de difícil leitura (DMAPGT, 2015).

Os usos mencionados na sugestão imediata foram o Lazer e Desporto através da criação de uma pequena área de lazer com equipamentos de manutenção física, isto segundo uma perspetiva de intervenção somente numa pequena área "pública" e livre como forma viável de intervenção rápida.

No que toca ao número de indivíduos por subsecção estatística existem entre 204 a 609 indivíduos, total das subseções estatísticas que engloba a área do vazio. Maioritariamente existem indivíduos entre os 25 e os 64 anos (121-360) e dos 0 aos 13 anos (1-66). Possuem entre 1 e 20 edifícios construídos essencialmente entre 1961 e 2011 (anexo 5).

É um espaço que ao nível de áreas verdes é considerado a categoria 3 de mata. Situa-se rodeado por prédios altos, com a existência de uma vivenda como também de algumas ruínas. Em relação ao estacionamento existem pequenas áreas de estacionamento no interior do quarteirão porém mostra-se insuficiente face à procura, visível pela existência do uso de estacionamento indevido.

Por se encontrar abandonado e com as problemáticas referidas, nas etapas do processo os indivíduos mostraram a necessidade de intervenção, tal como a sua incidência na ARU de Agualva-Cacém que vem reforçar o seu carácter prioritário de intervenção.

Se formos a pensar na revitalização do interior de quarteirão na sua totalidade, podemos observar que existem 4 entradas distintas para o interior do quarteirão sendo que três é que possuem ligação direta. Antigamente as 4 entradas eram ligadas mas após a construção de um prédio habitacional no interior

do quarteirão, o caminho situado a Este ficou sem saída. Dentro do quarteirão existe uma vivenda bastante antiga, muito degradada mas também com algumas ruínas do seu lado direito, possivelmente pertencentes ao mesmo proprietário. Existem duas áreas mais escondidas, uma praticamente fechada sobre si o que pode trazer algum sentimento de insegurança, e possui acesso com escadas a uma pequena área relvada, e a outra área é usada como estacionamento. Outro acesso é através de um túnel por baixo das habitações que dão acesso às habitações no interior de quarteirão e a uma pequena área de estacionamento. Já a última entrada o acesso está condicionado com tapume impedindo a passagem pedonal, mostrando-se igualmente sem saída. No geral toda esta área mostra-se confusa, sem ordenamento, apresentando bastante degradação, a nível habitacional, de acessos e com a presença de lixo e droga.

Forças: <ul style="list-style-type: none"> • Localização central; • Movimentos e fluxos variados; • Proximidade à Escola Secundária Ferreira Dias, à Estação Rodoferroviária, e Av. Principal; 	Fraquezas: <ul style="list-style-type: none"> • Local abandonado, em mau estado, perigoso e com lixo; • Vivenda abandonada; • Falta de organização e planeamento urbano; • Indícios de droga; • Ruínas;
Oportunidades: <ul style="list-style-type: none"> • Criação de um pequeno ou grande jardim com áreas de estar e lazer; • Revitalização de interior de quarteirão; • Vivenda com uso de equipamento; • Organização local; • Melhores acessibilidades entre as várias entradas para o quarteirão; • Diversidade de usos de permanência; 	Ameaças: <ul style="list-style-type: none"> • Ruínas e edifícios degradados; • Área frequentada por toxicodependentes;

Quadro 30 - Análise SWOT do Vazio nº104.

Fonte: Elaboração própria

Neste sentido a solução apontada para o espaço prende-se pela sua abertura à vida pública através da criação de áreas verdes e de lazer, com mesas de convívio e jogos, com áreas de desporto ou de jogos tradicionais, algo também para as crianças.

A proposta se formos a pensar ao nível do quarteirão, passaria pela abertura das diferentes entradas, criando maior fluxo pedonal e segurança no interior do quarteirão. Algumas demolições teriam que ser necessárias como por exemplo as ruínas existentes e alguns anexos. No que toca às habitações a ideia passaria pela sua reabilitação, se possível, e no que toca especificamente à vivenda, reconverte-la para um uso social virado para a população. Por exemplo, poderia ser o local da biblioteca de Agualva-Cacém, que se encontra atualmente num prédio habitacional numa área escondida de traseira do edifício e não virado para áreas principais e centrais.

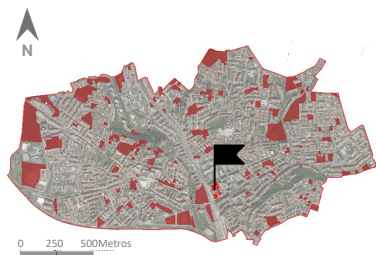


Fig. 267 - Mapa de localização do vazio nº 104.

Fonte: Elaboração própria a partir de uma imagem do google maps, 2017

Fig. 268 - Perspetiva do vazio nº 104 com proposta de distribuição de usos.

Fonte: Elaboração própria a partir de uma perspectiva do google maps, 2017

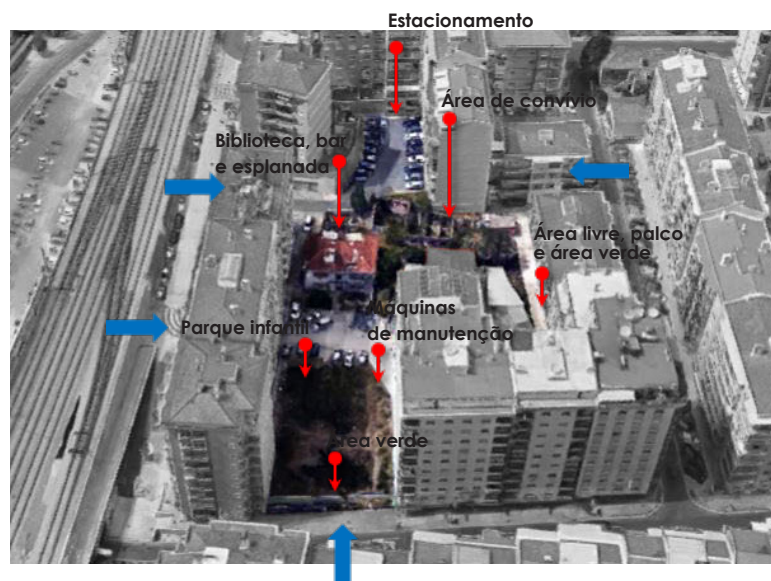


Fig. 269 - Planta com distribuição de usos do vazio nº 104.

Fonte: Elaboração própria a partir de uma imagem do google earth, 2017



Fig. 270 - Proposta esquemática do interior do quarteirão do vazio nº 104.

Fonte: Elaboração própria a partir de uma imagem do google earth, 2017



Esta realocização poderia ser benéfica devido à proximidade com o centro de Agualva-Cacém, aos transportes públicos e à Escola Secundária Ferreira Dias, podendo até existir uma maior ligação entre estes dois últimos. Também a criação de um jardim em redor desta vivenda ajudaria a atrair mais pessoas ao local e até mesmo servir para apoio da biblioteca como área exterior da mesma.

Existe um estudo realizado por parte da junta de Freguesia de Agualva e Mira Sintra sobre o interior de quarteirão, sendo optada a criação de estacionamento ao longo de todo o quarteirão com a colocação de arborização no mesmo e para isso a demolição da vivenda existente no centro, bem como de um edifício e ruínas a Este da mesma. Aqui seriam criados dois novos edifícios de interior de quarteirão, não sendo mencionado como seria o espaço mais fechado à sua direita, local do atual beco sem saída. Ainda a criação de um edifício habitacional na frente de rua da avenida.

Assim, a proposta que foi pensada tem como objetivo abrir o interior do quarteirão à população, tentando reabilitar as construções existentes e somente demolindo e removendo as ruínas existentes e anexos. Neste sentido vários estudos são possíveis de observar no anexo 5. Pretende-se assim manter a área de estacionamento situada a norte, criando mais alguns lugares de estacionamento, realocização da biblioteca de Agualva-Cacém com apoio de um café e esplanada, criação de caminhos de circulação pedonal entre as várias entradas no interior de quarteirão, com bancos e aproveitando as árvores existentes como sombra. Colocação de elementos de manutenção física perto da entrada mais a Sudoeste, como forma de resguardar do tráfego automóvel, sendo a Sul áreas mais verdes que servissem como convite de entrada. Na zona Este, no beco, a criação de escadas tipo anfiteatro com áreas mais planas onde poderia servir de palco para artes e ensaios, andar de skate ou até mesmo simplesmente conviver. Mais ao fundo junto aos prédios manter a área verde com elementos de manutenção física e infantil ou ainda um parque animal. Esta área devido ao seu carácter mais fechado poderia funcionar com um horário de abertura e de fecho.

Se formos agora pensar na área mais específica do vazio considerado, poderia ser criada uma pequena área com um quiosque no centro do vazio, com uma área de convívio associada (Fig.271). Esta última perto de uma área dedicada a crianças com baloiços ou elementos de divertimento, situado a Norte do vazio, portanto numa área mais resguardada de tráfego automóvel, existindo somente uma pequena área de estacionamento e entrada de habitações. A criação de pequenos caminhos em redor do vazio afastando o mesmo dos edifícios e dando acesso entre as ruas e entradas dos prédios, como também no interior do jardim, ligando os vários espaços ao centro do

Fig. 271 - Proposta esquemática permanente do vazio nº 104.

Fonte: Elaboração própria a partir de uma imagem do google earth, 2017

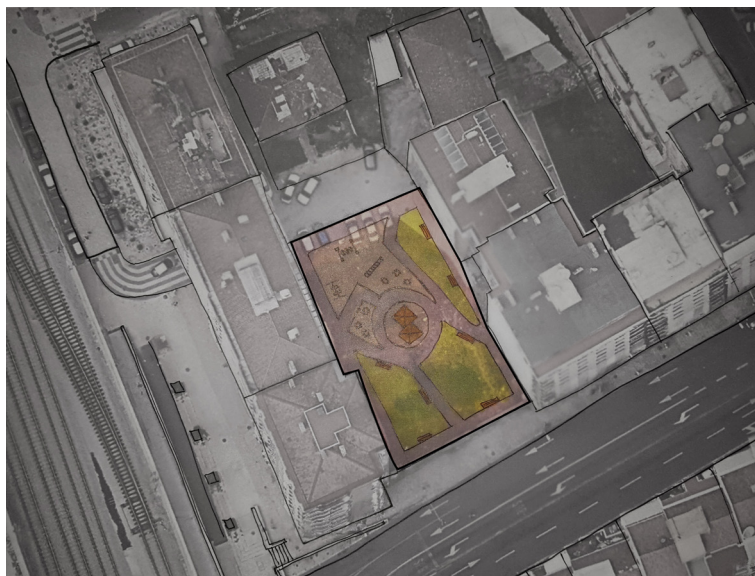


Fig. 272 - Proposta esquemática temporária do vazio nº 104.

Fonte: Elaboração própria a partir de uma imagem do google earth, 2017



mesmo. Do lado mais exposto seriam as áreas mais verdes de descontração e repouso, com bancos e relva.

Ainda uma outra hipótese foi colocada, esta com um caráter mais temporário (Fig.272) uma vez que existe um proprietário que mais tarde poderia querer voltar a usar o espaço. Assim, poderia ser colocada uma estrutura de madeira fixa ao chão, que pudesse dar continuidade de frente de rua. A mesma poderia funcionar para colocação de baloiços para todas as idades, fazer exercício físico com a existência de barras na mesma, colocação de vegetação, fazer jogos de luz ou para iluminação, elementos para criar sombra, aproveitamento de materiais para mobiliário urbano como por exemplo paletes, entre outros, ou seja, uma estrutura palco de diversos usos e apta a mutações. Já na parte traseira poderia ser um espaço mais livre. No caso de o proprietário querer voltar a usar o espaço, esta mesma estrutura seria retirada e aproveitada para novos espaços.

Neste último vazio urbano, como foi possível verificar, fez-se uma análise em duas escalas, uma relativamente ao interior de quarteirão e posteriormente mais especificamente sobre o vazio identificado. Esta escolha prende-se não só como forma de entender o contexto do espaço, como pela urgência da sua transformação. Depois a escolha pela área mais reduzida, foi não só por ter sido mencionada ao longo do processo do seu carácter igualmente prioritário, como também de ser o vazio urbano mais reduzido e com maior exequibilidade face às fases seguintes de possível intervenção no espaço, a custos reduzidos.

Como se pôde verificar, existem variadíssimos métodos e técnicas que podem ser utilizados para a promoção da participação comunitária em processos de desenho urbano e de urbanismo. Importa mencionar que estes métodos e técnicas não são fixos ou estáticos pois vão surgindo novas formas de atuar, desenvolvidas e adaptadas às situações que vão surgindo. Também o modo com que são implementadas podem determinar o seu sucesso e para isso mesmo é necessário analisar o contexto e procurar a melhor forma de envolver a comunidade e motivar a sua adesão e envolvimento.

Neste sentido, ainda se pode indicar uma aspiração futura que seria a aplicação da técnica do mapa eletrónico no trabalho que poderia servir como complemento às diversas técnicas utilizadas como forma de aperfeiçoar o estudo e obter resultados mais fidedignos e diretos por parte da comunidade.

6. Considerações finais e desenvolvimentos futuros

Da investigação realizada pretendeu-se aprofundar conhecimentos relativamente às temáticas abordadas, como a questão urbana e os processos de desenvolvimento urbano, uma das consequências dos processos, os vazios urbanos, e a sua possibilidade de revitalização através da criação de espaços públicos, mas essencialmente sobre os processos participados e o seu potencial de aplicação como forma de revitalizar áreas consideradas como espaços desconsiderados e desconectados no território. A aplicação na cidade de Agualva-Cacém foi uma forma de aprofundar os conhecimentos adquiridos e poder contribuir com ideias para a sua revitalização, podendo ser um complemento ou alternativa de atuação face ao planeamento urbano.

Relativamente à componente teórica foi possível compreender o crescimento das áreas suburbanas essencialmente emergentes num momento de grande procura de habitação face ao aumento bastante significativo de população devido principalmente ao êxodo rural, à falta de oferta de habitação na cidade centro-Lisboa, mas também ao regresso de muitos portugueses vindo das ex-colónias e de emigrantes que regressam, devido à crise noutros países. Desta forma, dá-se um rápido crescimento urbano do qual a Administração Pública, de planeamento e gestão urbana não conseguiu responder, resultando em áreas descaracterizadas e desorganizadas sem a preocupação de criação de espaços públicos e equipamentos coletivos. Persistiu uma visão da necessidade de construção massiva de edificado e vias de acesso, ligados a eixos viários e ferroviários principais no acesso à cidade de Lisboa, numa função essencialmente laboral. Formam-se assim territórios dormitórios, sem vida durante o dia e à noite somente para dormir. Mas, atualmente existe uma preocupação crescente para intervir e requalificar estes subúrbios habitacionais. O território metropolitano é pensado em rede, com a procura de centralidades interligadas e estes territórios suburbanos fazem parte desta estratégia. Torna-se pois fundamental pensar em estratégias de intervenção para a sua revitalização, apostando em propostas e processos participados como os mais adequados a suprir as necessidades e expectativas dos residentes.

Neste sentido existem vários vazios no território deixados pelas diversas construções sem um planeamento, à espera de uma função, função essa que poderia passar pela descompressão de áreas densas criando espaços de lazer ou equipamentos necessários aos seus habitantes. Assim, o espaço público surge como uma possibilidade de intervenção nos vazios existentes.

Desta forma, a metodologia adotada partindo dos conceitos de acupuntura urbana, em que as pequenas intervenções podem gerar efeitos propagadores, e do urbanismo tático como forma de testar intervenções mesmo antes que sejam feitos grandes investimentos, apresentaram-se como uma possível

estratégia a adotar, uma vez que pode ser flexível e parte de uma ideia instantânea de intervenção. Resultante da análise das duas perspetivas e agrupando aspetos positivos e complementares das estratégias, apresentamos uma aproximação designada por "Acupuntura táctica", com a aplicação das ideias e filosofia numa experiência de aplicação prática no caso de estudo da cidade de Agualva-Cacém. O facto do caso de estudo ser coincidente com a área de residência da autora deste trabalho, resultou num processo empírico forte e constante no que toca à observação local e envolvimento ao longo de todo o processo de investigação do trabalho. Pensamos que este fator contribuiu positivamente para o processo e resultado do trabalho.

Apresentámos vários exemplos reais de aplicação deste tipo de estratégias e analisámos os seus benefícios não só de organização e vitalidade das áreas urbanas, bem como da sua apropriação por parte dos seus habitantes.

Hoje em dia a cidade converteu-se num território virtual e informático sem lugar, mas contrariamente, existem cada vez mais lugares, atividades, usos, e diversos elementos físicos e características territoriais, que são eles mesmos que permitem fazer urbanidade, que é o principal objetivo do território. O desenho e o planeamento urbano são as ferramentas principais para organizar o ambiente construído, tentando responder às necessidades espaciais e dos interesses da sociedade. O desenho da atividade é essencial para o planeamento urbano, e a estratégia de "acupuntura táctica" aparece como uma alternativa dada as realidades urbanas existentes, tendo em conta os planos urbanísticos necessários acoplados num longo processo e consumindo muito tempo. Assim, a "Acupuntura táctica" surge como uma solução de *design* para a aplicação rápida e no local, pela injeção de energia que potencialmente poderá revitalizar a vida pública. Os vazios no território são espaços sem atividade, sem edificado ou de terrenos baldios e surgem por falta de continuidade. É importante dar-lhe uma função porque uma cidade funcional só existe se as diversas funções se encontrarem em comunhão e em quantidade ajustada às necessidades de vida dos cidadãos.

Foi possível verificar com a investigação que existem vários planos, programas e projetos participados. Um exemplo presenciado e que funcionou como inspiração para o trabalho desenvolvido foi o Estónesunsolar devido às intervenções pontuais dos projetos identificados, temporários e flexíveis com o envolvimento da comunidade. Dentro desta vertente algo que poderá ser uma solução complementar ao processo que apresentámos seria a criação de uma plataforma *online* com um mapa da área e onde os habitantes poderiam colocar ideias e sugestões para cada espaço vazio no território, podendo ilustrar o que gostariam para o espaço, informações posteriormente analisadas por técnicos e incluídas ou adaptadas para possíveis propostas a

implementar nos espaços. Também se defende que os espaços têm de ser preenchidos, mesmo que seja com intervenções provisórias, que sirvam de apoio a novos projetos garantindo vida ao local e gerando uma função que lhe faltava, até que o proprietário do terreno possua um projeto, ajudando assim temporariamente a revitalizar a cidade e a comunhão entre os habitantes pelas diversas atividades e vida estabelecidas.

As questões de trabalho propostas foram aplicadas e verificadas no processo empírico desenvolvido. No que toca à área em estudo foi possível identificar as suas características, os seus recursos e as suas potencialidades na perspetiva de criação de mais espaços públicos e no desenvolvimento de processos participados pela mobilização de atores. Foi possível verificar uma vontade de se fazer algo, podendo criar "centralidades" locais. Foi ponderado no início do trabalho a realização de duas temáticas: vazios urbanos e edifícios "vazios", e sem uso no território como forma de os converter para usos de associações, atividades entre outras hipóteses, virados igualmente para as necessidades dos habitantes, possuindo assim uma função espacial como também de revitalização da imagem da cidade. Acabou por se optar somente pela vertente dos espaços vazios por se mostrar mais urgente e de maior possibilidade de exequibilidade num curto espaço de tempo. Neste sentido é de mencionar que no decorrer do processo foi verificado por parte dos atores locais também esta mesma necessidade de se olhar para os edifícios "vagos" no território para uso das associações ou criação de espaços multifuncionais ligados a Artes ou outras funções como forma de integrar os jovens e população em mais atividades. Esta temática seria igualmente importante desenvolver podendo a mesma ser complementar à temática estudada e funcionando em paralelo no futuro.

Através do ensaio do processo participado foi possível encontrar uma visão mais aprofundada sobre a realidade urbana. Era nossa intenção aprofundar e diversificar processos de interação com a população e atores locais. No entanto, o tempo da investigação não é concordante e alinhado com os prazos de uma Dissertação de Mestrado. Também a disponibilidade de tempo dos atores, por vezes, como mencionado no processo deste trabalho, não está alinhado com este tipo de trabalhos. Um outro aspeto importante neste tipo de trabalhos é a logística, por vezes é dispendiosa. Em jeito de conclusão parcial, podemos indicar que o tempo e o custo são dois dos aspetos muito questionados nos processos participados e estiveram presentes, numa vertente negativa, nesta investigação.

Verificámos nos vários exemplos apresentados que se o espaço possuir uma estrutura base e que seja apto a conter diversos usos, poderá ser-lhe aplicado pequenos atos e intervenções na ótica da acupuntura. Assim é possível mudar

o uso e a imagem do espaço, por exemplo através de uma instalação de luzes, o olfato de diferentes comidas, ouvir uma música, a adição de elementos que simbolizem uma época, etc., através de pequenas intervenções mutáveis no espaço, podendo assim fornecer significados, atividades ou novas impressões ao espaço. O espaço pode ser flexível também consoante épocas especiais, estações e períodos de tempo. Podem ser espaços onde o seu exterior é capaz também de gerar energia no seu interior, no caso de não existir atividade exterior, deve ser capaz de se sustentar autonomamente. Numa perspetiva tradicional são os edifícios que definem o espaço aberto, no entanto é possível que o próprio espaço se defina a si mesmo, com usos e atividades. Os limites e fronteiras sempre foram a base das mudanças no tecido urbano e do espaço, elas mesmas são também capazes de dar apoio a atividades no local e às diversas possibilidades de usos. Estas ideias e sugestões foram contempladas como possibilidades e viabilidades para o que se pretendia/pretende para a nossa investigação.

No decorrer do trabalho verificou-se uma disponibilidade por parte de atores locais, principalmente na área da J.F.A.M.S., com alguma adesão e ligação entre entidades, provavelmente por ter existido uma Agenda 21Local com objetivos e processos de participação cidadã e de parcerias locais bem como da existência do orçamento participativo. Uma conclusão que podemos aferir é que os processos e as iniciativas adensam as práticas e envolvimento das pessoas e dos atores.

Ainda, no decorrer do processo foi possível verificar que alguns métodos poderiam ter sido realizados de outra forma, por exemplo, no que toca aos questionários, na identificação de vazios urbanos e sua localização, a existência de um suporte base ajudaria na identificação e na definição do vazio escolhido. No que toca à componente do debate e do *workshop*, poder-se-ia realizar mais reuniões com outros grupos e faixas etárias, como por exemplo a um grupo de moradores, a grupos de jovens de diferentes faixas etárias residentes na área em estudo, a um grupo de seniores, ou seja, tentar a criação de vários debates de forma a abranger uma amostra ainda mais significativa. Para o grupo de seniores ainda houve várias tentativas, mas não foi possível em tempo útil.

Se formos a pensar na possibilidade de intervenção, os conceitos estudados enfocam na ideia de lançar ideias de desenho e apropriação diferentes, podendo ser mutáveis num curto período de tempo. Neste sentido pretendia-se com o trabalho desenvolver propostas estratégicas em duas vertentes, uma com um carácter de flexibilidade de mutação do espaço e outra com o carácter fixo do espaço. Infelizmente não foi possível ir a fundo nesta temática sendo uma aspiração futura de desenvolvimento, posteriormente

testada em espaços vazios de cadastro público juntamente com o caráter de exequibilidade e possível proposta no orçamento participativo. Não obstante, as ideias e diretrizes lançadas iniciaram um processo sobre as possibilidades de abordar estas questões que são necessárias de realçar. A caracterização destes espaços possibilita alertar e consciencializar para a problemática em estudo, sejam os espaços de cadastro público ou privado. Por um lado, na descoberta de possíveis contratos com os proprietários para uso dos mesmos temporariamente, como por outro, e no caso de serem espaços públicos, do início de implementação de propostas como forma de ajudar e a orientar as necessidades locais dos habitantes rumo a um planeamento mais ativo de todas as partes envolvidas no território.

As propostas esquemáticas são soluções que mostram a possibilidade de como os espaços poderiam ser transformados em espaços públicos, ilustrando os principais aspetos importantes para a criação dos novos espaços. O próximo passo seria tornar estes espaços em espaços públicos reais abertos ao uso público seguros e diversos. Por causa do limite de tempo não foi possível pensar em detalhes mais específicos e prosseguir para propostas reais de intervenção, custos e formas de execução.

Assim, o processo lança o início de um discurso vasto com várias possibilidades de ajuste e modificação consoante as realidades territoriais e meios para a sua realização e desenvolvimento. Estas próximas etapas seriam algo que levariam a investigação a um outro nível, dando possibilidade de explorar diferentes materiais, hipóteses de intervenção, outras ferramentas para definição e mapeamentos conjuntos, ou seja desenvolver mais o processo como também utilizar diferentes técnicas no decorrer do mesmo e de sua realização, a fim de criar espaços de descompressão edificada.

Estes espaços podem ser vistos como uma perspetiva alternativa da cidade como espaço de vida comum e de autogestão coletiva, através da apropriação contínua, coletiva e de transformação pelos seus utilizadores. Um processo com o qual os arquitetos urbanistas podem contribuir de maneira fundamental, não só elaborando propostas espaciais, mas também orientando processos participados e capacitando os habitantes a contribuírem para a criação de uma verdadeira esfera pública urbana. Portanto nota-se que se forem aplicados de forma consciente, complementar e com as ferramentas necessárias estas estratégias poderiam ser um complemento ao planeamento urbano ao nível local como forma de colmatar necessidades sentidas no território e sua população, tal como existe por exemplo o orçamento participativo, igualmente poderiam existir outras estratégias de participação ativa direcionadas a outras temáticas urbanas.

No processo da investigação utilizado, da teoria à prática, foi possível verificar que intervenções espaciais de pequena escala podem contribuir para revitalizar ou qualificar uma área urbana, uma vez que estas pequenas intervenções vêm colmatar necessidades apontadas pelos seus habitantes, com o seu envolvimento no processo, possibilitando o seu uso e manutenção. Permite a criação ao nível local de pequenas áreas de lazer distribuídas pelo território criando polos de interação e vivência urbana. Os critérios espaciais e funcionais para este tipo de intervenções passam pela mobilização de ferramentas e momentos de reunião coletiva, de visitas aos locais, devendo ser flexíveis e testados de forma a ajustar-se consoante a realidade territorial e suas características. É possível que os atores locais e comunidade sejam envolvidos desde o momento zero do processo e em todas as fases, salvo quando é necessário a análise de dados e recolha de informações mais complexas que competiria aos técnicos.

Desta forma, na investigação realizada pretendia-se que existisse o máximo possível de envolvimento dos habitantes e dos atores locais no processo, uma vez que são eles que melhor conhecem o território por aí viverem e permanecerem, por isso devem possuir algum poder de decisão face à escolha dos vazios prioritários. O arquiteto urbanista deve possuir um papel ativo e organizador de todo o processo orientando para os objetivos que se pretendam atingir e no contacto com as entidades e habitantes enquanto mediador, que coloca ao serviço dos participantes os seus conhecimentos para que possam ser desenvolvidas ideias provenientes dos agentes externos.

Conforme já referido, com o trabalho apresentado pensamos que cumprimos os objetivos enunciados no lançamento da investigação e respondemos às questões de trabalho. No entanto, este não se encontra finalizado. É uma primeira fase de algo que se procurará desenvolver e aprofundar no futuro. Uma vertente teórica que se poderá desenvolver será a das técnicas de participação em arquitetura e urbanismo. Na componente prática a possibilidade de desenvolver o processo iniciado e executar as intervenções pontuais, flexíveis, rápidas e de baixo custo, com a ponderação do seu enquadramento legal e programático. Fica o desejo e o desafio!

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Fernando - **Avaliação da qualidade do Espaço Público Urbano: Proposta metodológica**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

AQUA ALBA – **História e Património Locais. Boletim Informativo da Junta de Freguesia de Agualva-Cacém**. Editorial: nº 11, 1984.

AQUA ALBA- Cacém um novo conceito urbano. **Boletim da Junta de Freguesia de Agualva-Cacém**. Editorial: nº 10, 2000, pp. 8-9.

ARNSTEIN, Sherry – A ladder of citizen participation. **AIP Journal**, 1969, pp. 216-224.

ARRABAÇA, Pedro – **Formas Urbanas na Cidade Construída: Agualva-Cacém, 1953-2001**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras, Departamento de Geografia, Universidade de Lisboa, 2002.

BORJA, Jordi; MUXÍ, Zaida – **El espacio público, ciudad y ciudadanía**. Barcelona: 2000.

BRANDÃO, Pedro – **A identidade dos lugares e a sua representação coletiva: Bases de orientação para a conceção, qualificação e gestão do espaço público**. Lisboa: Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGTDU), 2008.

BRENNER, Neil – Seria o “urbanismo tático” uma alternativa ao urbanismo neoliberal? **Revista e-metropolis**. nº 27, 2016.

CABANNES, Yves – **Contribuições dos Orçamentos Participativos para a provisão e gestão de serviços básicos: Experiências locais e lições apreendidas**. Londres: International Institute for Environment and Development (IIED), 2014.

CABRAL, João; PORTAS, Nuno - Processos e actores. In Portas, Nuno; Domingues, Álvaro; Cabral, João - **Políticas Urbanas II: Transformações, Regulação e Projectos**. Lisboa: CEFA/Fundação Calouste Gulbenkian, 2011, pp. 233-257.

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA (CMS) – **Diagnóstico Social do Concelho de Sintra-Dinâmicas Demográficas e Habitacionais**. Departamento de Solidariedade e Inovação Social, 2014.

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA (CMS) – **Modelo de Desenvolvimento Territorial: Revisão do PDM**. Sintra, 2015.

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA (CMS) – **Relatório Fundamentado de Avaliação da Execução do Plano Director Municipal de Sintra**. (PDM Sintra – Revisão).

Sintra: DPDM (Divisão do Plano Diretor Municipal de Sintra), 2011

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA (CMS) – **TEMA 5 – Sócio Demografia: Relatório de Caracterização e Diagnóstico do Concelho de Sintra**. GPDM e DSI, 2014.

CARERI, Francesco - Transurbances. In **Cheminements, Le Carnets du Paysage**. Versalhes: École National Supérieure du Paysage, 2004, pp. 163-165.

CARMONA, Matthew; HEATH, Tim; OC, Taner; TIESDELL, Steve – **Public places urban spaces: the dimensions of urban design**. 1ª Edição. Oxford: Architectural Press, 2003.

CAVACO, Cristina- **Formas de Habitat Suburbano: Tipologias e Modelos Residenciais na Área Metropolitana de Lisboa**. Dissertação de Doutoramento em Arquitetura. Faculdade de Arquitetura, Universidade Técnica de Lisboa, 2010.

CAVACO, Cristina: Os Espaçamentos Ilegítimos ou a Condição Suburbana do Vazio. In **Atas do Seminário de Estudos Urbanos**. Lisboa: ISCTE, 2007.

CORREIA, Paulo – **Políticas de solos no planeamento municipal**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, pp. 202-203.

COSTA, Nuno – **Mobilidade e Transporte em Áreas Urbanas: O caso da Área Metropolitana de Lisboa**. Dissertação de Doutoramento. Faculdade de Letras de Lisboa, Departamento de Geografia, Universidade de Lisboa, 2007.

CRESPO, José – A participação na Arquitetura e no Urbanismo: entre a teoria e a prática. O caso português. In **Atas do X Congresso da Geografia Portuguesa- Os Valores da Geografia**. 2015, pp. 767-772.

CRESPO, José – A participação pública no sistema de planeamento e gestão do uso do solo municipal. In Gonçalves, Fernando; Bento, José e Pinheiro, Zélia (Coord.) **Os dez anos da Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo: génese e evolução do Sistema de Gestão Territorial, 1998-2008**. Actas do Encontro Anual da Ad Urbem. DGOTDU, Lisboa, 2010, pp. 247-258.

CRESPO, José – **Governança e Território. Instrumentos, métodos e técnicas de gestão na Área Metropolitana de Lisboa**. Dissertação de Doutoramento em Planeamento Regional e Urbano, Faculdade de Arquitetura, Universidade Técnica de Lisboa, 2013.

CRESPO, José – **Participação pública no planeamento municipal. Área Metropolitana de Lisboa, 1990-2000**. Dissertação de Mestrado em Geografia

Humana e Planeamento Regional e Local, Departamento de Geografia, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2004.

CRESPO, José; CABRAL, João – The institutional dimension to urban governance and territorial management in the Lisbon metropolitan área. In Seixas, João e Albet, Abel (eds.) **Urban governance in Southern Europe**. Ashgate: Surrey, 2012, pp. 27-50.

CRESPO, José; SÁ, Teresa; MENDES, Manuela. – Iniciativas participativas na administração e gestão urbana: o município de Lisboa. In **Atas do X Congresso da Geografia Portuguesa-Os Valores da Geografia**. 2015, pp.761-766.

DAVID, Ana, (coord.) – **Vazios Urbanos, Trienal de Arquitectura de Lisboa**. Lisboa: Trienal de Arquitectura; Casal de Cambra: Caleidoscópio-Edição e Artes Gráficas SA, 2007.

Diário da República – I Série-B nº 72 – 26 de Março de 2003, Resolução de Ministros nº 44/2003.1ª Publicação. Regulamento do Plano de Pormenor da Área Central do Cacém.

DIREÇÃO MUNICIPAL DO AMBIENTE, PLANEAMENTO E GESTÃO DO TERRITÓRIO (DMAPGT) – **Programa Estratégico de Reabilitação Urbana de Agualva: Proposta para discussão pública**. (Set.) 2015.

DIREÇÃO MUNICIPAL DO AMBIENTE, PLANEAMENTO E GESTÃO DO TERRITÓRIO (DMAPGT) – **Relatório de Ponderação da Discussão Pública - Programa Estratégico de Reabilitação Urbana de Agualva**. (Nov.) 2015.

DIREÇÃO MUNICIPAL DO AMBIENTE, PLANEAMENTO E GESTÃO DO TERRITÓRIO (DMAPGT) – **Programa Estratégico de Reabilitação Urbana de Agualva**. (Nov.) 2015

DOMINGUES, Álvaro – As Áreas Metropolitanas. In Medeiros, Carlos (dir.) - **Geografia de Portugal. Sociedade, Paisagens e Cidades**. Vol. 2. 1ª edição. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005, pp. 211-224.

DOMINGUES, Álvaro- Variações de Contexto e Escala de Urbanização. In Portas, Nuno; Domingues, Álvaro; Cabral, João - **Políticas Urbanas II. Transformações, Regulação e Projectos**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011, pp. 19-59.

DOMINGUES, Álvaro, (coord.) – **Cidade e Democracia: 30 Anos de Transformação Urbana em Portugal**. 1ª ed. Lisboa: Argumentum Edições, 2006.

European Union (EU) – **Community involvement in urban regeneration: added**

value and changing values. 1997.

FERRÃO, João – Para uma Área Metropolitana de Lisboa Cosmopolita e Responsável. In Tenedório, José – **ATLAS da Área Metropolitana de Lisboa.** Área Metropolitana de Lisboa, 2003, pp. 217-221.

FRANCIS, Mark - **Urban open space designing for user needs.** Washington: Island Press. 2003.

GASPAR, Jorge – Cidade e urbanização no virar do milénio. In **Livro de Homenagem a Joaquim Gonzáles Vecín**, Departamento de Geografia, Universidade de León, 2005, pp.285-299.

GASPAR, Jorge - Inserção da área metropolitana de Lisboa no País, na Península Ibérica e na Europa. In Tenedório, José – **ATLAS da Área Metropolitana de Lisboa.** Área Metropolitana de Lisboa, 2003, pp. 31-43.

GEHL, Jan - **La humanización del espaço urbano: La vida social entre los edificios.** Estudios Universitarios de Arquitectura 9. Barcelona: Editorial Reverté, S.A, 2006.

GUGGENHEIMER, Elinor - Recreation and vest-pocket parks. In Seymour, Whitney (ed.) - **Small urban spaces: the philosophy, design, sociology and politics of vest-pocket parks and other small urban open spaces.** New York: New York Press. 1969.

HARVEY, David.- The crisis of planetary urbanization. In Gadinho, Pedro - **Uneven Growth: Tactical Urbanisms for Expanding Megacities.** New York: The Museum of Modern Art, 2014, p. 29.

HOOGDUYN, Rick - **Urban Acupuncture: Revitalizing urban areas by small scale interventions.** Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ordenamento do Território, Blekinge Tekniska Högskola, Stockholm, 2014.

ISIDORO, Catarina – **Urbanismo Tático: Desafios ao Planeamento.** Dissertação de Mestrado, Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, Universidade de Aveiro, 2016.

JULIÃO, Rui – Mobilidade e Acessibilidade Metropolitana. In Tenedório, José – **ATLAS da Área Metropolitana de Lisboa.** Área Metropolitana de Lisboa, 2003, pp. 229-243.

Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) - **Participação da comunidade em processos de desenho urbano e de urbanismo. Levantamento e descrição de métodos e técnicas.** Relatório 41/2013-DED/NAU. Lisboa: Departamento de

Edifícios, Núcleo de Arquitetura e Urbanismo, 2013.

LERNER, Jaime – **Acupuntura urbana**. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Record, 2011.

MARQUES, Teresa – Sistema Urbano e Territórios em Transformação. In Medeiros, Carlos (dir.) - **Geografia de Portugal. Sociedade, Paisagens e Cidades**. Vol.2. 1ª edição. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005, pp. 190-209.

MENDES, Manuela; CRESPO, José; SÁ, Teresa – Program of Neighborhoods and priority Areas for intervention (BIP/ZIP) and other participative initiatives in **architecture and urban planning in Portugal: retrospective and critical analysis**, In **Book of proceedings from SINERGI Project International Scientific Conference - Inclusive / Exclusive Cities**, City of Skopje, 13, 2016, p.

MORGADO, Sofia – **Protagonismo de la Ausência: Interpretación Urbanística de la formación metropolitana de Lisboa desde lo desocupado**. Dissertação de Doutoramento, Escola Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona, Universidade Politécnica de Catalunya, 2005.

MORGADO, Sofia – Vazio. In **Jornal Arquitectos- América: contemplação, lazer, trabalho, cidade**. nº 206, 2002, pp.125-128.

MOURATO, João (trad.) – **Glossário do Desenvolvimento Territorial: Conferência Europeia dos Ministros responsáveis pelo Ordenamento do Território do Concelho da Europa (CEMAT)**. Edição digital, Lisboa: Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), 2011.

NEEDHAM, Barrie – **Planning, Law and Economics: The rules we make for using land**. London: Routledge, 2006.

OLIVEIRA, Fernanda – **Novas Tendências do Direito do Urbanismo: De um urbanismo de expansão e de segregação a um urbanismo de contenção, de reabilitação e de coesão social**. Coleção Manuais Universitários, 2011.

PACHECO, Elsa – Mobilidade e Transportes. In Medeiros, Carlos (dir.) - **Geografia de Portugal. Sociedade, Paisagens e Cidades**. Vol.2. 1ª edição. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005, pp.366-374.

PARSONS, Adam - **small scale, BIG CHANGE: Urban Acupuncture as a strategy for sustainable regeneration**. Portsmouth University of Portsmouth, 2007.

PASCARIS, Jonathan - **Healing Neighborhoods through Urban Acupuncture**. Toronto, Ryerson University, 2012.

PAZOS ORTEGA, Teresa - La reconquista urbana del espacio de proximidad: los patios interiores en el Eixample de Barcelona. **QRU: Quaderns de Recerca en**

Urbanisme, 2014, N°4, pp. 152–161.

PEREIRA, Ana – Diversidade do Meio Físico e Recursos Naturais. In Tenedório, José (coord.) – **ATLAS da Área Metropolitana de Lisboa**. Área Metropolitana de Lisboa, 2003, pp. 47-65.

PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João – **Políticas Urbanas: Tendências, estratégias e oportunidades**. 4ª Edição, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

PRINS, Nora - **Urban Acupuncture: Creating a method to strategically apply and design small scale interventions**. Tese de Mestrado, Faculdade de Arquitectura, Delft University of Technology. Delft, 2013.

QUEIRÓS, Margarida – **Agenda 21 Local de Agualva. Recriando o Sentido de Lugar e de Comunidade**. Junta de Freguesia de Agualva, Agualva-Cacém, 2012.

RAJCHMAN, John – **Construtions**. MITPress, 1999.

RAPOSO, Isabel; CRESPO, José; LAGES, Joana – Participatory Approaches in the Qualification of Semi-urbanised Peri-urban Areas: The case of the Odivelas Vertente Sul Are", In Mendes, M. et al. (Eds.) **Architecture and he Social Sciences. Inter-and Multidisciplinary Approaches between Society and Space**, Springer, 2017, pp. 151-176.

SÁ, Teresa; CRESPO, José; MENDES, Manuela – From SAAL operations to the BIP/ZIP program: the PRODAC North neighbourhood, In Bandeirinha, J.; Sardo, D.; Moniz, G. (Eds) **Proceedings International Colloquium 74-14 SAAL and Architecture Symposium SAAL: Retrospective – 74-14 SAAL and Architecture, e|d|arq** - Publications of the Departament of Architecture, University of Coimbra Centre for Social Studies Fundação de Serralves, 2016, pp. 243-249.

SALGUEIRO, Teresa – **A Cidade em Portugal: Uma geografia Urbana**. 2ª Edição, Porto: Edições Afrontamento, 1992.

SALGUEIRO, Teresa – Transformação Urbana. In Medeiros, Carlos (coord.) - **Geografia de Portugal. Sociedade, Paisagens e Cidades**. Vol.2. Edição nº5689. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005, 244-256.

SANTOS, Filipa – **Características físicas e sociais do espaço público: Nove casos de estudo sobre as vivências urbanas no centro histórico de Lisboa**. Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, 2008.

SANTOS, Sílvia – **Espaços Urbanos Expectantes como Oportunidades para Requalificação: Entre a Cidade e o Rio (envolvente da Cordoaria)**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa, 2011.

SIMÕES, Jorge – Planeamento e desenvolvimento. In Medeiros, Carlos (dir.) - **Geografia de Portugal. Planeamento e Ordenamento do Território**. Vol.4. Edição nº 5691. Círculo de Leitores, 2006, pp. 168-255.

SOARES, Nuno; DOMINGUES, Alexandre - CONSOLIDAÇÃO E MATURIDADE demográfica de uma área metropolitana. In Tenedório, José (coord.) – **ATLAS da Área Metropolitana de Lisboa**. Área Metropolitana de Lisboa, 2003, pp. 121-145.

SOLÀ-MORALES, Ignasi de - Terrain Vague. **Anyplace**. Nova Iorque/Cambridge: Anyone Corporation/The MIT Press, 1995, pp. 118-123.

SOLÀ-MORALES, Manuel de (coord.) – **De cosas urbanas**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2008.

SOUSA, Ana; MASCARENHAS, Teresa – **Aqualva-Cacém e a sua História**. Junta de Freguesia de Aqualva-Cacém, Edições Golfinho, 2000.

TALVISTE, Merle – **A Thought of a new place to interact**. Tese de Mestrado em arquitetura paisagística, Department of Landscape, Architecture Swdsh, University of Agricultural Sciences, 2010.

TRIGAL, Lorenzo (coord.) – **Diccionario de Geografía aplicada y profesional: Terminología de análisis, planificación y gestión del territorio**. Universidad de León, 2015.

VICENTE, Marta – **(Re) Viver as Roças. Reabilitação Participada das Roças de São Tomé e Príncipe**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa, 2016.

WOLFGANG, Iser - **O Acto da leitura: uma teoria do efeito estético, II**. São Paulo: Editora 34, 1996.

WEBGRAFIA

ALISDAIRI, Lana - **A Cry and a Demand: Tactical Urbanism and the Right to the City**. Tese de Mestrado, Universidade de Washington, 2014. [Consultado em 20 de Julho de 2017]. Disponível em <https://digital.lib.washington.edu/researchworks/handle/1773/26826>

ALMEIDA, André – **Urbanismo Tático**. 2015. [Consultado em 20 Agosto 2017]. Disponível em <https://pt.slideshare.net/andreponeto/urbanismo-ttico>

BAILEY, Nick - **Understanding community empowerment in urban regeneration and planning in England: putting policy and practice in context**. 2010, pp. 37-41. [Consultado em 20 de Julho de 2017]. Disponível em <http://doi.org/10.1080/02697459.2010.503425>

BRITO-HENRIQUES, Eduardo (coord.) – NoVoid. Ruínas e Terrenos Vagos nas Cidades Portuguesas. **NoVoid**. Volume 2, 2017. [Consultado a 4 de Outubro de 2017]. Disponível em http://docs.wixstatic.com/ugd/0cda59_795378b7e8f044ada1ee7014a57a4f60.pdf

CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO (CMA); 4IS; SETEPÉS - **Vivacidade Aveiro: Vestir os Vazios da Cidade**. [Consultado em 10 de setembro 2017]. Disponível em <https://vivacidadeaveiro.wordpress.com/>

CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO (CMA); 4IS; SETEPÉS – **Vivacidade Aveiro: Propostas de Intervenção**. [Consultado a 10 de Setembro de 2017]. Disponível em <https://vivacidadeaveiro.wordpress.com/proposta-de-intervencao/>

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA (CMS) – **PDM Sintra**. 2015. [Consultado a 19 de Setembro 2017]. Disponível em <http://www.cm-sintra.pt/plano-diretor-municipal>

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA (CMS) - **Plano Diretor Municipal**. 2015. [Consultado em 20 Agosto de 2017]. Disponível em <http://www.cm-sintra.pt/plano-diretor-municipal>

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA (CMS) – **Relatório PP Área Central do Cacém**. 2001. [Consultado em 29 de Agosto de 2017]. Disponível em <http://livrozilla.com/doc/1431060/relat%C3%B3rio---c%C3%A2mara-municipal-de-sintra>

Casagrande – **Sandworm**. 2016. [Consultado em 20 de Abril de 2016]. Disponível em <https://www.casagrandelaboratory.com/portfolio/sandworm/>

CASAGRANDE, Marco - **Third generation City**. 2013. [Consultado em 20 Agosto de 2017]. Disponível em <http://casagrandetext.blogspot.it/2013/10/third-generation-city.html>

CASAGRANDE, Marco - **Urban Acupuncture**. Universidade de Helsínquia de Arte e Departamento de Design de Arte Ambiental, 2009. [Consultado a 19 Agosto 2017]. Disponível em <http://casagrandetext.blogspot.pt/2009/02/urban-acupuncture.html>

CENTRO DE ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO (CEDRU) - **Desenvolvimento Urbano Sustentável em Portugal: uma Abordagem Integrada.** Relatório para a Direcção-Geral da Política Regional da Comissão Europeia. 2011. [Consultado em 25 de Julho de 2017]. Disponível em http://www.ifdr.pt/ResourcesUser/Noticias/Documentos/Estudos_DGREGIO/FinaReport_PT_Urban.pdf

FRANCISCO, Marlene - **Espaço Público Urbano: oportunidade de Identidade Urbana Participada.** X Colóquio Ibérico de Geografia. Associação Portuguesa de Geógrafos, Évora, 2005. [Consultado em 25 de Julho de 2017]. Disponível em http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_X_Coloquio_Iberico_Geografia/pdfs/053.pdf

HARTLEY, Lucinda; LYDON, Mike - **Tactical Urbanism 4.** Miami e Nova Iorque: CoDesign Studio e The Street Plans Collaborative. 2014. [Consultado a 18 de Julho de 2017]. Disponível em https://issuu.com/codesignstudio/docs/tacticalurbanismvol4_141020

HURLEY, Amanda - **DIY urban planning is happening all over the country. Is it only for white people?** The Washington Post, 2016. [Consultado em 18 de Julho de 2017]. Disponível em <https://www.washingtonpost.com/posteverything/wp/2016/10/27/diy-urban-planning-is-happening-all-over-the-country-is-it-only-for-white-people/>

INICIATIVA BAIROS CRÍTICOS (IBC). (Consultado em 20 de Novembro de 2017). Disponível em https://www.dgartes.gov.pt/ibc_iniciativa_bairros_criticos/index.htm

JORNAL PÚBLICO - Polis: Câmara de Sintra assina dois contratos de financiamento. **Público.** 2004. [Consultado em 20 de Agosto de 2017]. Disponível em <https://www.publico.pt/2004/11/03/local/noticia/polis-camara-de-sintra-assina-dois-contratos-de-financiamento-1207491>

JUNTA DE FREGUESIA DE AGUALVA E MIRA SINTRA (J.F.A.M.S.) - **Breve Resenha História.** 2014. [Consultado em 29 de Agosto de 2017]. Disponível em <https://www.jf-agualvamirasintra.pt/a-freguesia/origemhistoria/>

KOGAN, Gabriel - **Urbanismo tático, estágio avançado do urbanismo neoliberal.** Cosmopista, 2016. [Consultado em 18 de Julho de 2017]. Disponível em <https://cosmopista.com/2016/03/22/urbanismo-tatico-estagio-avancado-do-urbanismo-neoliberal/>

LEITE, José - **Programa Polis, viver as cidades: Congresso LIDER A 09 Sustentabilidade e o Polis.** Centro de Congressos IST, 2009. [Consultado em

29 de Agosto de 2017]. Disponível em <http://www.lidera.info/resources/EngJosePintoLeite.pdf>

LÉVESQUE, Luc – The 'terrain vague' as material-some observations. In **House Boat / OCCUPATIONS SYMBIOTIQUES**. Hull/ Gatineau, AXENÉO7, 2002, pp. 6-7. [Consultado em 25 de Abril de 2016]. Disponível em http://www.amarrages.com/textes_terrain.html

LYDON, Mike et al. - **Urbanismo Tático 2**. Miami e Nova Iorque: The Street Plans Collaborative, 2012. [Consultado a 18 Julho de 2017]. Disponível em https://issuu.com/streetplanscollaborative/docs/tactical_urbanism_vol._2-portuguese

MARZI, Maurizio; ANCONA, Nicoletta - **Urban acupuncture, renewal of a Milan's urban ring road**. ISoCaRP, 2004. [Consultado em 25 de Abril de 2016]. Disponível em http://www.isocarp.net/Data/case_studies/553.pdf

MOTA, José - **Planeamento do Território: Metodologias, Actores e Participação**. Tese de Doutoramento em Ciências Sociais. Universidade de Aveiro. 2013. [Consultado em 25 de Julho de 2017]. Disponível em <http://ria.ua.pt/handle/10773/13666>

OUDENAMPSEN, Merijn - A cidade como playground. Belo Horizonte: **Piseagrama**, nº 03, 2011, pp. 52 – 55. [Consultado em 19 de Agosto de 2017]. Disponível em <http://piseagrama.org/a-cidade-como-playground/>

PFEIFER, Laura - **The Planner's Guide to Tactical Urbanism**. Canada, 2013. [Consultado em 19 de Julho de 2017]. Disponível em <https://reginaurbanecology.files.wordpress.com/2013/10/tuguide1.pdf>

Risco – **Espaço Público do Cacém**. 2016 2017. [Consultado em 28 de Agosto de 2017]. Disponível em http://www.risco.org/projects/area-central-do-cacem_17

RYDIN, Yvonne; PENNINGTON, Mark - Public Participation and Local Environmental Planning: The collective action problem and the potential of social capital. **Local Environment: The International Journal of Justice and Sustainability**, 2000, pp. 153–169. [Consultado 25 de Agosto de 2017]. Disponível em <http://doi.org/10.1080/13549830050009328>

SILVA, Paulo - Tactical urbanism: Towards an evolutionary cities approach? **Environment and Planning B: Planning and Design**, 2016. [Consultado em 25 de Agosto de 2017]. Disponível em <http://doi.org/10.1177/0265813516657340>

SOUSA, Susana – **Registos do Processo. Reinserção Urbana de Bairros Críticos**. 2012. [Consultado em 20 de Novembro de 2017]. Disponível em <https://www.>

academia.edu/17622029/Iniciativa_Bairros_Cr%C3%ADticos_-_Registo_de_Processo_-_Volume_I_-_Ficheiro_I

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

AQUA ALBA – Notícias Locais: Alerta! **Boletim Informativo da Junta de Freguesia de Agualva-Cacém**. Editorial: nº 14, 1984.

AQUA ALBA – Tem a Palavra o Morador. **Boletim Informativo da Junta de Freguesia de Agualva-Cacém**. Editorial: nº 3, 1983.

BARKER, Kate – **Barker Review of Land Use Planning**. London: HMSO, 2006.

BRANDÃO, Pedro; CARRELO, Miguel; ÁGUAS, Sofia – **O chão da cidade: guia de avaliação do design de espaço público**. Lisboa: Centro Português de Design, 2002.

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA (CMS) - **Plano Diretor Municipal Sintra – Relatório**. Divisão de Ordenamento do Território e Projetos Estratégicos, Departamento de Planeamento Estratégico, 1998.

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA (CMS) – **Plano Diretor Municipal: Proposta de Plano. Volume II – Regulamento**. Sintra: CMS, Direção Municipal de Ambiente, Planeamento e Gestão do Território, Gabinete do Plano Diretor Municipal, 2016.

CASTELLS, Manuel – **“Espacios Públicos en la Sociedad informacional”. Ciutat real, ciutat ideal. Significat i funció a l'espai urba modern**. Pep Subirós, Barcelona: ed. CCCB, 1998.

Diário da República n.º 203/1995, Série I-A de 1995-09-02. Lei nº 91/95, de 02 de Setembro – Processo de reconversão das áreas urbanas de Génese Ilegal

Diário da República n.º 208/1993, Série I-A de 1993-09-04. Lei nº 68/93, de 04 de setembro – Lei dos Baldios

Diário da República, 2ª série – Nº 59 – 25 de Março de 2010. Aviso nº 6275/2010 – Plano de Pormenor da Área Central do Cacém (Alteração- Republicação do Regulamento)

FERNANDES, Ana- **Metodologias de Avaliação da Qualidade dos Espaços Públicos**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto, 2012.

FERRÃO, João – Intervir na Cidade: Complexidade, Visão e Rumo. In Portas, Nuno; Domingues, Álvaro; Cabral, João – **Políticas Urbanas. Tendências, estratégias e oportunidades**. 4ª Edição, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007, pp.218-225.

FONT, Antonio; LLOP, Carles; VILANOVA, Josep - **La construcció del territori metropolità. Morfogènesi de la regió urbana de Barcelona**. Àrea Metropolitana de Barcelona-Mancomunitat de municipis, 1999.

GALRÃO, Luís – É preciso outro Polis para a freguesia. **Jornal de Sintra**. Setembro, 2009.

JENKES, Mike; BURTON, Elizabeth; WILLIAMS, Jatie - **The Compact City - A Sustainable Urban Form**. London: Taylor Francis, 1996.

LARICE, Michael; MACDONALD, Liz (Eds) - **The Urban Design Reader**. Abington: Routledge, 2009.

MARQUES, António – Enquadramento Histórico. In Tenedório, José (coord.) – **ATLAS da Área Metropolitana de Lisboa**. Área Metropolitana de Lisboa, 2003, pp. 17-27.

MOUGHTING, Cliff - **Urban Design: Street and Square**. Oxford: Butterworth-Heinemann Ltd, 1992.

NURIA, Benach - Public Spaces in Barcelona 1980-2000. In Marchall, Tim (ed.) - **Transforming Barcelona: the renewal of a European metropolis**. London: Routledge, 2004, pp.151-160.

RODRIGUEZ, Jorge – As Redes de Transporte e de Telecomunicação. In Medeiros, Carlos (dir.) - **Geografia de Portugal. Planeamento e Ordenamento do Território**. Vol.4. Edição nº 5691. Círculo de Leitores, 2006, pp. 58-83.

SANTOS JUNIOR, Orlando - Cidade, cidadania e planeamento urbano: desafios na perspectiva da reforma urbana. In FEEDMAN, Sarah; FERNANDES, Ana (orgs.) - **O urbano e o regional no Brasil Contemporâneo: mutações, tensões, desafios**. Salvador, EDUFBA, 2007, pp. 293-314.

VARGAS, José – História e Património Locais. **Aqua Alba - Boletim Informativo da Junta de Freguesia de Agualva-Cacém**. nº 1 (Maio de 1983) ao nº 40 (Maio de 1987).

VICENTE, Marta; CRESPO, José – (Re)Viver as roças. Reabilitação participada das roças de São Tomé e Príncipe. In Colóquio Internacional em Língua Portuguesa - **A Geografia na construção do Futuro Desejado**. Faculdade de

Letras da Universidade do Porto (FLUP); Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT), pp. 251-269.

WEBGRAFIA CONSULTADA:

Acupuntura Urbana. [Consultado em 19 de Abril de 2016]. Disponível em <http://acupunturaurbana.com.br/>

ALEXANDER, John – **Future for Pearl Street Triangle unveiled at 10th anniversary party.** 2017. [Consultado a 16 de Setembro de 2017]. Disponível em <http://www.brooklyneagle.com/articles/2017/8/15/future-pearl-street-triangle-unveiled-10th-anniversary-party>

ALVES, Sónia - **Planeamento colaborativo em contextos de regeneração urbana.** Tese de Mestrado, Universidade do Porto. 2014 [Consultado em 20 de Julho de 2017]. Disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/12384>

ARCHITECTUUR – **Herinrichting Winschoterkade.** Staat in Groningen. [Consultado a 10 de Setembro de 2017]. Disponível em <http://www.staatingroningen.nl/82/herinrichting-winschoterkade>

Basurama. [Consultado em 19 de Abril de 2016]. Disponível em <http://basurama.org/>

BENGTEANDERSSON - **PLAN:s diskussionsartikel nr 5-6 år 2013: Rosens röda matta – stadsplanering på tjejejs villkor.** FFS, PLAN, Samhällsplanering, 2013. [Consultado em 14 de Março de 2016]. Disponível em <https://planeringsbloggen.wordpress.com/2013/12/23/plans-diskussionsartikel-nr-5-6-ar-2013-rosens-roda-matta-stadsplanering-pa-tjejejs-villkor/>

BRITO-HENRIQUES, Eduardo - **NoVoid: Ruínas e Terrenos Vagos Nas Cidades Portuguesas.** 2016. [Consultado em 10 de Setembro de 2017]. Disponível em <http://www.ceg.ulisboa.pt/novoid/>

CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO (CMA); 4IS; SETEPÉS – **Vivacidade Aveiro: Manutenção [1 ano depois]** [Consultado a 10 de Setembro de 2017]. Disponível em <https://vivacidadeaveiro.wordpress.com/manutencao-1-ano-depois/>

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA (CMS) – **Autarquia agiliza e acelera legalização das AUGI.** 2015. [Consultado em 29 de Agosto 2017]. Disponível em <http://www.cm-sintra.pt/autarquia-agiliza-e-acelera-legalizacao-das-augi>

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA (CMS) - **Historia do Concelho de Sintra.** 2013.

[Consultado a 19 de Setembro de 2017]. Disponível em <http://www.cm-sintra.pt/historia/louvar-amar>

Casagrande – **Bug Dome**. 2016. [Consultado em 20 de Abril de 2016]. Disponível em <https://www.casagrandelaboratory.com/portfolio/bug-dome/>

COELHO, Luísa – **Rua Oscar Freire ganha praça temporária em rampa de estacionamento**. 2014. [Consultado a 17 de Setembro de 2017]. Disponível em <https://vejasp.abril.com.br/cidades/rua-oscar-freire-ganha-praca-temporaria-em-rampa-de-estacionamento/>

Cuenca Red: Red de Espacios Dinámicos. Plataforma Participa. [Consultado em 18 de Abril de 2016]. Disponível em <http://cuenca.red/> e <http://cuenca.red/localin/> Disponível em <https://vivacidadeaveiro.wordpress.com/>

ECOSSISTEMA URBANO et al. - **Eco Boulevard in Vallecas**. [Consultado em 19 de Abril de 2016]. Disponível em <https://en.wikiarquitectura.com/building/eco-boulevard-in-vallecas/>

Ecosistema Urbano. [Consultado em 19 de Abril de 2016]. Disponível em <http://ecosistemaurbano.com/portfolio/>

Encarnación más. Plataforma Participa + Voz. [Consultado em 18 de Abril de 2016]. Disponível em <http://encarnacionmas.com/> e <http://encarnacionmas.com/masvoz/>

FRANCO, José - **“Esto no es un Solar”: Reconvirtiendo parcelas vacías en espacio público [Parte II]**. Plataforma de Arquitectura, ArchDaily, 2014. [Consultado em 27 de Abril de 2016]. Disponível em <https://www.plataformaarquitectura.cl/cl/02-349303/esto-no-es-un-solar-reconvirtiendo-parcelas-vacias-en-espacio-publico-parte-ii>

FUNDERBURG, Lise – **Bette Midler’s Green Thumb Revitalizes Community Gardens**. 2014. [Consultado a 17 de Setembro de 2017]. Disponível em <https://www.architecturaldigest.com/gallery/bette-midler-new-york-restoration-project-slideshow/all>

GABINETE AUGI – **Áreas Urbanas de Génese Ilegal – Município de Sintra**. 2014. [Consultado em 1 de Setembro 2017]. Disponível em http://www.cm-sintra.pt/phocadownload/PDF/consulta_publica/revisao_pdm/documentos-consulta/relatorios-diagnostico/Tema-4_Anexo%20Quadro_Carta_Tematica_AUGI_2014.pdf.

HINCHBERGER, Bill - **Jaime Lerner: Architecture/Urban Planning**. Metropolis, 2006. [Consultado a 18 de Abril de 2017]. Disponível em <http://www.metropolismag.com>

com/uncategorized/jaime-lerner-architectureurban-planning/

INSTITUTO MOBILIDADE VERDE (IMV) – **Pocket Park**. [Consultado a 17 de Setembro de 2017]. Disponível em <https://institutomobilidadeverde.wordpress.com/pocket-park/>

JEWELL, Nicole – **Madrid's Eco-Boulevard**. 2011. [Consultado em 19 de Abril de 2016]. Disponível em <http://buildipedia.com/aec-pros/design-news/madrids-eco-boulevard>

KIMMLMAN, Michael – **A Streetcorner Serenade for the Public Plaza**. 2013. [Consultado a 16 de Setembro de 2017]. Disponível em <http://www.nytimes.com/2013/06/02/arts/design/a-prescription-for-plazas-and-public-spaces.html?mcubz=1>

KLAASAMULDER – **Een venster po de wereld: A Star in Born**. 2009. (Winschoterkade) [Consultado a 29 de Agosto de 2016]. Disponível em <https://klaasamulder.wordpress.com/page/139/>

KLASSON, Mattias – **Stadens utmaningar: Kommunikativ demokrati – ett verktyg i planeringen**. 2016. [Consultado em 19 de Abril de 2016]. Disponível em <http://hallbarstad.se/stadens-utmaningar/kommunikativ-demokrati-ett-verktyg-i-planeringsprocessen/>

MACKENZIE, Annah – **Estonoeunsolar: Finding Opportunity in Emptiness in Zaragoza**, Spain. Project for Public Spaces, 2015. [Consultado em 27 de Abril de 2016]. Disponível em <https://www.pps.org/blog/not-empty-plot-finding-opportunity-emptiness-historical-city-zaragoza-2/>

MALUF, Renata – **Pocket Parks: Pontos de respiro para a metrópole**. Centro Universitário Senac, São Paulo, 2014. [Consultado em 17 de Setembro de 2017]. Disponível em https://issuu.com/renatamaluf/docs/pocket_parks_-_pontos_de_respiro_pa

MCCLYMONT, Katie - Stuck in the Process, Facilitating Nothing? Justice, Capabilities and Planning for Value-Led Outcomes. **Planning Practice and Research**, 2014, pp. 187 – 201. [Consultado em 20 de Julho de 2017]. Disponível em <http://doi.org/10.1080/02697459.2013.872899>

MENESES, Cristina et al (coord) – **A Sul: Polis do Cacém foi tema da “reunião de obra”**. Arquitectos. Amadora: n.º 17, 2007, p.2. [Consultado a 22 de Novembro de 2016]. Disponível em <http://arquitectos.pt/documentos/1176127565H6iFX2ud5Ao81OD1.pdf>

MOUTINHI, VERA – **Casa do Vapor: A casa vai abaixo O que fica?** Público, 2013.

[Consultado a 17 de Setembro de 2017]. Disponível em <https://www.publico.pt/2013/10/15/jornal/a-casa-vai-abaixo-o-que-ficacasa-do-vapor-27242841>

NEW BRAZILIAN ARCHITECTURE – **Jaime Lerner – Guest of Honour**. 2008. [Consultado a 17 de Setembro de 2017]. Disponível em <https://rawbrazil.wordpress.com/2008/page/3/>

NYRP – **Parks & Gardens: Gil Hodges Community Garden**. [Consultado a 17 de Setembro de 2017]. Disponível em <https://www.nyrp.org/green-spaces/garden-details/gil-hodges-community-garden/>

NYRP – **Parks & Gardens: Los Amigos Community Garden**. [Consultado a 17 de Setembro de 2017]. Disponível em <https://www.nyrp.org/green-spaces/garden-details/los-amigos-community-garden/>

Plataforma 1319. [Consultado em 19 de Abril de 2016]. Disponível em <http://trecediecinueve.wix.com/1319x>

RAMOS, Filipa – **Exyzt, ConstructLab: Casa do Vapor**. 2013[Consultado a 17 de Setembro de 2017]. Disponível em https://www.domusweb.it/en/architecture/2013/08/06/casa_do_vapor.html

Raons públiques. Cooperativa de inovação social urbana. [Consultado em 19 de Abril de 2016]. Disponível em <http://raonspublicques.org/>

SABOYA, Renato - **Pátios internos em Barcelona**. Urbanidades, Urbanismo, Planejamento Urbano e Planos Diretores, 2015. [Consultado em 14 de Março de 2016]. Disponível em <http://urbanidades.arq.br/2015/04/patios-internos-em-barcelona/>

SOLÀ-MORALES, Manuel – **Winschoterkade Groninguen, 1994-1995: Intervenció d'espai públic**. [Consultado a 10 de Setembro de 2017]. Disponível em <http://manueldesola-morales.com/proys/Groningen.htm>

TEATROS DE CURITIBA. – **Teatro Ópera de Arame: História**. 2004. [Consultado a 17 de Setembro de 2017]. Disponível em <http://www.teatrosdecuitiba.com/teatros/opera/hist.htm>

TUDO SOBRE SINTRA (TSS) – **Câmara de Sintra anuncia abertura do período de consulta pública do regulamento das AUGI**. 2014. [Consultado em 1 de Setembro 2017]. Disponível em <http://www.tudosobresintra.com/2014/04/camara-de-sintra-anuncia-abertura-do.html>

VELASCO, Mónica – **Zaragoza, Spain Estonoesunsolar**. 2012. [Consultado em 27 de Abril de 2016]. Disponível em <http://www.architectureindevelopment>.

org/project.php?id=165

YIMBY MALMÖ - **Stadens fördelar - Social Hållbarhet (5) Uppskattning**. 2014. [Consultado em 14 de Março de 2016]. Disponível em http://malmo.yimby.se/2014/09/stadens-fordelar-social-h_3305.html

VIDEOS:

ALGUÉM, Nuno – **3200 no Cacém. 2007**. [Consultado a 29 de Agosto de 2017]. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=1Ed-iZNi2Kc>

AZEVEDO, Telmo – **Lá de cima...Mira-Sintra**. 2014. [Consultado a 29 de Agosto de 2017]. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=fhdbq_Bg2eo

Casa do Vapor. [Consultado a 10 de Setembro de 2017]. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=PUnyvhx-2G0>

CASIMIRO, Carlos – **O lago dos 4 caminhos | O que é único deve ser defendido**. 2013. [Consultado a 29 de Agosto de 2017]. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Dnfk8BtBCqA>

DURÃES, António - **Agualva-Cacém, a minha cidade**. 2016. [Consultado a 29 de Agosto de 2017]. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=yAy6_QD_Ka0

GALRÃO, Luís – **Vídeo: A nova vida da Ribeira das Jardas**. 2011. [Consultado a 10 de Setembro de 2017]. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=8dCl7mHkBqU&spfreload=10>

MARQUES1, João – **Ute2064Cacém/Portugal**. 2008 [Consultado a 29 de Agosto de 2017]. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=3rTquiiWAAU>

PEIXOTO, Carlos – **Agualva-Cacém-Acidente Mortal na Lagoa Assassina em 1991**. 2012. [Consultado a 29 de Agosto de 2017]. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=iz2Gd6lFgNg>